CAMILA DE OLIVEIRA KOCH

**Crterios de judicializao de casos pela
Comisso Interamericana de Direitos Humanos**

Dissertao de Mestrado

Orientador: Professor Associado Dr. Andr de Carvalho Ramos

UNIVERSIDADE DE SO PAULO

FACULDADE DE DIREITO

So Paulo - SP

2015

CAMILA DE OLIVEIRA KOCH

**Critérios de judicialização de casos pela
Comissão Interamericana de Direitos Humanos**

Dissertação apresentada à Banca Examinadora do Programa de Pós-Graduação em Direito, da Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo, como exigência parcial para obtenção do título de Mestre em Direito, na área de concentração Direitos Humanos, sob a orientação do Prof. Assoc. Dr. André de Carvalho Ramos.

**UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE DIREITO**

São Paulo - SP

2015

DE OLIVEIRA KOCH, Camila.

Crítérios de judicialização de casos pela Comissão Interamericana de Direitos Humanos / Camila de Oliveira Koch; orientador André de Carvalho Ramos – São Paulo, 2015.

207 f.

Dissertação (Mestrado) – Universidade de São Paulo, 2015.

1. Direitos Humanos. 2. Comissão Interamericana de Direitos Humanos. 3. Organizações Não Governamentais. 4. Litígio Estratégico.

Folha de Aprovação

Nome: Camila de Oliveira Koch

Título: Critérios de judicialização de casos pela Comissão Interamericana de Direitos Humanos.

Dissertação apresentada à Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo para a obtenção do título de Mestre em Direito.

Aprovada em:

Banca Examinadora

Prof. Dr. _____ Instituição: _____

Julgamento: _____ Assinatura: _____

Prof. Dr. _____ Instituição: _____

Julgamento: _____ Assinatura: _____

Prof. Dr. _____ Instituição: _____

Julgamento: _____ Assinatura: _____

Às três pessoas mais importantes da minha vida,
meus pais e meu irmão, por simplesmente tudo.

Agradecimentos

Primeiramente, agradeço ao meu orientador, Professor André de Carvalho Ramos, pelo compartilhamento de conhecimento, ideias, olhar crítico e, sobretudo, desafios a serem enfrentados na defesa dos direitos humanos no Brasil e no mundo. *Com truísmo e sem generalidade*, a grande fonte de inspiração desse trabalho.

À minha mãe, Márcia, minha fonte inesgotável de inspiração para a vida e grande exemplo pessoal e profissional. Obrigada, mãe, pela presença constante, incentivo e, sobretudo, por acreditar em mim sem titubear.

À minha família e, sobretudo, meu pai, Alfredo, por sempre acreditar em mim, e meu irmão, André, por ser minha fonte de orgulho inesgotável.

À Márcia de Oliveira e ao Guilherme Dutra, que entraram na minha vida apenas para somar: somar amor, compreensão, apoio, sonhos e conquistas. De Coimbra até hoje, muito do que hoje sou agradeço à vocês.

À Fernanda Lapa, responsável por despertar em mim o espírito dos direitos humanos e fortalecê-lo diariamente. Para além de tudo, grande amiga e exemplo para a vida.

À querida amiga Daniela Bucci, que, nesses três anos, compartilhou comigo não apenas os desafios acadêmicos, mas uma grande amizade.

Aos colegas e professores da pós-graduação da Faculdade de Direito da USP, por todo o conhecimento compartilhado, diálogo e aprendizado constante.

Aos colegas e amigos do Instituto de Desenvolvimento e Direitos Humanos – IDDH, por acreditarem, assim como eu, na transformação social por meio da educação em direitos humanos.

Aos (ex)colegas da Clínica de Direitos Humanos da Universidade da Região de Joinville por iniciarem comigo uma caminhada que, para mim, foi o começo de uma vida pautada na defesa dos direitos humanos. Em especial, à Professora Beatriz Branco.

A todos os defensores e defensoras de direitos humanos que tive o prazer de encontrar ao longo da minha caminhada acadêmica e profissional, no Brasil e mundo afora. Juntos fazemos a diferença.

Às amigas Marcela Teonília e Débora Dossiatti, com quem pude compartilhar as discussões e angústias deste trabalho. À elas também agradeço a caminhada diária pela desconstrução de paradigmas e (re)construção de formas de ver o mundo.

Às queridas amigas de uma década, Karen Rodrigues e Gabriela Bado, por estarem sempre presentes, mesmo com minha ausência frequente.

RESUMO

DE OLIVEIRA KOCH, Camila. **Crterios de judicializao de casos pela Comisso Interamericana de Direitos Humanos**. 2015. 207 f. Dissertao (Mestrado) – Faculdade de Direito da Universidade de So Paulo. So Paulo, 2015.

O objetivo deste trabalho analisar quais os critrios utilizados pela Comisso Interamericana de Direitos Humanos para judicializar demandas perante a Corte Interamericana de Direitos Humanos, tendo em vista ser o rgo legitimado para apresentar casos individuais ao tribunal. A Comisso desempenha um papel de *filtro negativo* de casos, tanto na anlise de admissibilidade de peties iniciais, quanto no envio de casos Corte IDH. Contudo, apesar dos requisitos previstos na Conveno Americana de Direitos Humanos, nem todos os casos que preenchem esses critrios so judicializados, conferindo ao rgo uma atuao opaca. Em razo disso, o presente trabalho busca verificar quais outros fatores determinantes poderiam ensejar as decises da Comisso.

Casos com determinadas caractersticas, sejam elas referentes ao perfil das vtimas, ao tipo de violao ou ao potencial impacto no pas ou na regio, possuem maiores chances de serem admitidos para anlise e, potencialmente, enviados Corte IDH. Nesse cenrio, o este trabalho objetiva tambm analisar a atuao das ONGs de direitos humanos no papel de representantes das vtimas no Sistema Interamericano, tendo em vista que tambm utilizam critrios para selecionar quais casos tero seu apoio e defesa. As ONGs, atuando por meio de litgio estratgico, possuem um papel protagonista no Sistema Interamericano. A pergunta que a presente pesquisa visa responder : a quem serve, afinal, o Sistema Interamericano de Direitos Humanos?

Palavras-chave: Direitos Humanos. Comisso Interamericana de Direitos Humanos. Organizaes No Governamentais. Litgio Estratgico.

ABSTRACT

DE OLIVEIRA KOCH, Camila. **Judicialization criteria of cases by the Inter-American Commission on Human Rights**. 2015. 207 f. Dissertação (Mestrado) – Faculdade de Direito, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2015.

The main objective of this work is to analyze the criteria used by the Inter-American Commission on Human Rights to submit cases before the Inter-American Court of Human Rights, having in mind that the first body is the only legitimate to present individual cases to the court. The IACHR functions as a *negative filter* of cases, both admitting petitions to processing and deciding which cases will be sent to the IACourtHR. However, despite the requirements set by the American Convention on Human Rights, not all cases that fulfill these criteria are *judicialized*, providing the body a blurred and not transparent performance. Because of that, the present work seeks to verify what other determining factors could influence IACHR decisions.

Cases with determined characteristics, be they regarding the profile of the victims, the type of violation or the potential impact they could cause in the country or in the region, have more chances in being admitted to processing and, later, sent to the IACourtHR. In this scenario, this work also aims to verify the performance of human rights NGOs playing the role of representatives of the victims in the Inter-American Human Rights System, taking into account that they also use specific requirements to select which cases will have their support and defense. NGOs, acting through strategic litigation, have a leading role in the Inter-American system. The main question this work intends to answer is: to whom, after all, serves the Inter-American Human Rights System?

Keywords: Human Rights. Inter-American Commission on Human Rights. Non-Governmental Organizations. Strategic litigation.

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Casos enviados à Corte IDH pela CIDH que possuem carta de submissão publicada	18
Tabela 2 – Dados relativos às atividades promocionais realizadas pelas Relatorias	57
Tabela 3 – Dados relativos às atividades adjudicatórias realizadas pelas Relatorias	63
Tabela 4 – Dados relativos às atividades realizadas pelas Relatorias no sistema de petições individuais	64
Tabela 5 – Dados relativos às atividades realizadas pela CIDH no sistema de petições individuais	67
Tabela 6 – Número de petições recebidas pela CIDH por ano	70
Tabela 7 - Panorama das violações alegadas pela CIDH nas Cartas de Submissão analisadas	82
Tabela 8 - Estados demandados perante a Corte IDH no período da pesquisa	86
Tabela 9 - Principais temas identificados pela CIDH nos casos analisados	105
Tabela 10 - Justificativas da CIDH para enviar casos à Corte IDH	109
Tabela 11 – Representantes das vítimas nos casos analisados	132
Tabela 12 – Número de representantes por tipo e número de casos por tipo de representante	142
Tabela 13 - Número de representantes por caso	145
Tabela 14 - Perfil da(s) vítima(s) nos casos de autorrepresentação	147
Tabela 15 – Números relativos ao sistema de petições individuais por Estado que ratificou a CADH e reconheceu a competência contenciosa da Corte IDH	149

ÍNDICE DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ACNUDH	Alto Comissariado das Nações Unidas para os Direitos Humanos
ADIVIMA	Asociación para el Desarrollo Integral de las Víctimas de la Violência en las Verapaces
APRODEH	Asociación Pro Derechos Humanos
CADH	Convenção Americana de Direitos Humanos
CBP	Convenção de Belém do Pará
CCAJAR	Corporación Colectivo de Abogados “José Alvear Restrepo”
CEALP	Centro de Asistencia Legal Popular
CEAPAZ	Centro de Estudios y Acción para la Paz
CEDHU	Comisión Ecuménica de Derechos Humanos
CEJIL	Centro para Justiça e Direito Internacional
CELS	Centro de Estudios Legales y Sociales
CESPPEDH	Centro de Estudios Sociales y Políticos para el Desarrollo Humano
CIDFP	Convenção Interamericana sobre o Desaparecimento Forçado de Pessoas
CIDH	Comissão Interamericana de Direitos Humanos
CIPPT	Convenção Interamericana para Prevenir e Punir a Tortura
CJL	Corporación Jurídica Libertad
COFAVIC	Comité de Familiares de Víctimas de los Sucesos de Febrero y Marzo de 1989
Corte IDH	Corte Interamericana de Direitos Humanos
FIDH	Federação Internacional de Direitos Humanos
GAM	Grupo de Apoyo Mutuo
GARR	Grupo de Apoyo a los Repatriados y Refugiados
GIDH	Grupo Interdisciplinario por los Derechos Humanos
MUDHA	Movimiento de Mujeres Dominico-Haitianas
OEA	Organização dos Estados Americanos
OFRANEH	Organización Fraternal Negra Hondureña
ONG	Organização não governamental
ONU	Organização das Nações Unidas
P.	Página
Par.	Parágrafo
Pp.	Páginas
REDNOVI	Red de No Violencia contra las Mujeres de Guatemala
SIDH	Sistema Interamericano de Direitos Humanos
SLIEJ	Servicios Legales, Investigación y Estudios Jurídicos
UDEFEGUA	Unidad de Defensa de Derechos Humanos de Guatemala

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	15
------------------	----

METODOLOGIA	17
-------------------	----

PARTE I

PANORAMA DO SISTEMA INTERAMERICANO DE DIREITOS HUMANOS POR MEIO DA ÓTICA DA CIDH

1. COMISSÃO INTERAMERICANA DE DIREITOS HUMANOS: PAPEL POLÍTICO	23
1.1. A ORGANIZAÇÃO DOS ESTADOS AMERICANOS	23
1.2. CRIAÇÃO DA COMISSÃO INTERAMERICANA DE DIREITOS HUMANOS ...	27
1.2.1. O papel promocional da Comissão Interamericana de Direitos Humanos	29
1.2.1.1. Visitas <i>in loco</i>	31
1.2.1.2. Relatorias	32
1.2.1.3. Relatórios	33
1.2.1.4. Função consultiva	34
1.2.1.5. Outras funções	35
1.2.2. O papel quase judicial da Comissão Interamericana de Direitos Humanos ...	36
2. COMISSÃO INTERAMERICANA DE DIREITOS HUMANOS: PAPEL ADJUDICATÓRIO	39
2.1. A CONVENÇÃO AMERICANA DE DIREITOS HUMANOS	39
2.1.1. O papel adjudicatório da Comissão Interamericana de Direitos Humanos ...	43
2.1.1.1. Processamento de petições individuais	44
2.2. COMO SOBREVIVE O SISTEMA INTERAMERICANO: BREVE APRESENTAÇÃO DOS SEUS RECURSOS FINANCEIROS	53
2.3. A COMISSÃO INTERAMERICANA DE DIREITOS HUMANOS EM NÚMEROS	55
2.3.1. A atuação promocional	56
2.3.2. A atuação adjudicatória	60

PARTE II
OS ATORES DO SISTEMA INTERAMERICANO

3. PELOS OLHOS DA COMISSÃO INTERAMERICANA: O FILTRO NECESSÁRIO	75
3.1. ALTERAÇÕES NOS REGULAMENTOS DA CIDH E DA CORTE IDH QUE INFLUENCIARAM A FORMA COMO OS CASOS SÃO ENVIADOS AO TRIBUNAL	76
3.2. ANÁLISE DAS INFORMAÇÕES CONTIDAS NAS CARTAS DE SUBMISSÃO PUBLICADAS PELA CIDH ENTRE 2010 E 2014	81
3.2.1. Artigos alegados como violados pela CIDH	81
3.2.2. Estados demandados	85
3.2.3. Principais temas e contextos dos casos analisados	87
3.2.4. Justificativa da CIDH	108
4. PELOS OLHOS DOS LITIGANTES: MOBILIZAÇÃO JURÍDICA TRANSNACIONAL NO SISTEMA INTERAMERICANO	113
4.1. CONCEITO E BREVE HISTÓRICO DA ATUAÇÃO DAS ORGANIZAÇÕES NÃO GOVERNAMENTAIS NA PROMOÇÃO E PROTEÇÃO DOS DIREITOS HUMANOS	113
4.2. SUSTENTABILIDADE DAS ONGS	121
4.3. A MOBILIZAÇÃO INTERNACIONAL DO DIREITO E O LITÍGIO ESTRATÉGICO NO SISTEMA INTERAMERICANO DE DIREITOS HUMANOS	123
4.4. AS ORGANIZAÇÕES NÃO GOVERNAMENTAIS E O SISTEMA INTERAMERICANO	129
4.4.1. Perfil dos representantes das vítimas nos casos analisados	130

PARTE III
O DESAFIO DO FILTRO NEGATIVO DO SISTEMA INTERAMERICANO DE
DIREITOS HUMANOS

5. O QUE REQUER UM CASO: CRITÉRIOS PARA A SELEÇÃO DOS CASOS ENVIADOS À CORTE INTERAMERICANA DE DIREITOS HUMANOS	149
5.1. O <i>DESAFIO DO FILTRO NEGATIVO</i> E A NECESSIDADE DO LITÍGIO ESTRATÉGICO	150
5.2. A INFLUÊNCIA DA POLITIZAÇÃO DA COMISSÃO INTERAMERICANA ENQUANTO FILTRO DO SISTEMA INTERAMERICANO DE DIREITOS HUMANOS	155
5.3. OS CASOS ESCOLHIDOS: OS FATORES QUE POTENCIALMENTE ENSEJARAM AS ESCOLHAS	158
 CONSIDERAÇÕES FINAIS	 170
 REFERÊNCIAS	 175
 APÊNDICE I – Lista de casos utilizados e onde encontrar as cartas de submissão e relatórios de mérito	 180
APÊNDICE II – Frequência de temas presentes nos casos analisados	188
APÊNDICE III – Petições recebidas, abertas e não abertas (2012-2014)	189
APÊNDICE IV – Lista de casos, temas, resumos e ONGs representantes	190

INTRODUÇÃO

Este estudo visa analisar os critérios que ensejam as decisões pela judicialização de casos pela Comissão Interamericana de Direitos Humanos (CIDH, Comissão Interamericana ou Comissão), ou seja, quais critérios respaldam as decisões tomadas pelo órgão quando do envio de um caso contencioso à Corte Interamericana de Direitos Humanos (Corte IDH ou tribunal).

Para isso, duas questões dirigem o desenvolvimento do trabalho. A primeira delas, indaga se a CIDH, na análise do processamento das petições, é transparente ou assume critérios não previstos na Convenção Americana de Direitos Humanos (CADH) para decidir sobre o envio do caso à Corte IDH como, por exemplo, a busca por um *caso exemplar* ou por um *fator de interesse*?

Nesse cenário, outros atores também assumem papéis relevantes nas decisões da CIDH. Esses atores são as organizações não governamentais (ONGs) de direitos humanos que acabam, muitas vezes, exercendo o papel de representantes das vítimas ou seus familiares nos casos enviados ao Sistema Interamericano de Direitos Humanos (SIDH ou Sistema Interamericano). Dessa forma, a segunda questão que rege a presente pesquisa é se essas organizações da sociedade civil atuam como *condutoras ocultas* dos casos no SIDH, uma vez que a política do caso exemplar acaba excluindo do envio à Corte as petições apresentadas por vítimas de modo isolado.

Para responder essas questões, o trabalho foi dividido em três partes, como forma de melhor apresentar as informações e análises da pesquisa.

A *Parte I – Panorama do Sistema Interamericano de Direitos Humanos por meio da ótica da Comissão Interamericana* introduz uma visão da atuação do Sistema Interamericano por meio da atuação da CIDH. Foram levantados os números relativos ao desenvolvimento das atividades do órgão tanto no âmbito da sua atuação promocional como adjudicatória, desde a sua criação até os dias de hoje. Pretendeu-se apresentar a estrutura orçamentária do órgão e a origem dos seus recursos para, posteriormente, buscar entender se essa expressiva limitação de recursos influencia no modo como a CIDH atua e se isso acaba por influenciar o modo de prestação da justiça interamericana.

A *Parte II – Os atores do Sistema Interamericano de Direitos Humanos* é voltada à análise de dois importantes atores do SIDH: a própria Comissão e as organizações não governamentais (ONGs) de direitos humanos que são as principais representantes das vítimas nos casos contenciosos. Essa parte foi dividida em dois capítulos. O primeiro

(capítulo 2) aborda a atuação da CIDH a partir da análise dos casos judicializados em um dado período de tempo, enquanto o segundo (capítulo 3), visou tratar sobre o papel exercido pelas ONGs como representantes das vítimas, exercendo importante influência no desenvolvimento jurisprudencial do SIDH.

Por fim, a *Parte III – O desafio do filtro negativo do Sistema Interamericano de Direitos Humanos* contém a análise dos dados e informações coletadas nos capítulos anteriores, buscando entender quais são os critérios levados em consideração pela CIDH quando decide pelo envio de um caso à Corte IDH e, mesmo antes disso, quais poderiam ser os motivos pelos quais os casos analisados passaram pelo *filtro negativo* do órgão. Nesse cenário, o papel exercido pelas ONGs de direitos humanos que atuam como representantes das vítimas é essencial para o estudo, tendo em vista que são elas, mesmo antes da CIDH, quem determinam os casos que serão levados ao Sistema Interamericano.

METODOLOGIA

Este estudo é voltado à análise de dados e jurisprudência referentes ao Sistema Interamericano de Direitos Humanos, especialmente, à Comissão Interamericana.

Os *dados* referem-se às informações disponibilizadas *online* pelo próprio órgão em seu site na internet (www.oas.org/es/cidh), tanto no que diz respeito à sua atuação política, quanto adjudicatória, onde é possível quantificar a atividade do órgão desde a sua criação, como, por exemplo, número de petições recebidas, número de audiências realizadas, número de decisões proferidas, atuação das Relatorias, dentre outras informações.

Por *jurisprudência* entende-se todas as decisões proferidas pela CIDH em sede de análise de casos contenciosos, envolvendo todos os tipos de decisões: admissibilidade, inadmissibilidade, mérito, arquivamento, solução amistosa e envio à Corte IDH (judicialização). A pesquisa aprofundou-se no estudo das decisões emitidas pela CIDH em casos judicializados e, em razão disso, utilizou-se de informações contidas nas decisões de mérito e, principalmente, nas *cartas de submissão* (ofício que introduz o caso ao tribunal, enviado pelo Secretário da CIDH ao Secretário da Corte IDH), quando o órgão indica as razões pelas quais submete aquela demanda à jurisdição da Corte Interamericana de Direitos Humanos.

Primeiramente, antes de apresentar o recorte da pesquisa, é necessário ressaltar que o universo de petições e casos do Sistema Interamericano é bastante grande. Dezenas de milhares de petições foram enviadas à CIDH desde 1969 até os dias atuais. São, ao todo, 291 sentenças proferidas pela Corte IDH em 189 casos julgados de junho de 1987, quando da sua primeira sentença no caso *Velásquez Rodríguez* contra Honduras, até dezembro de 2014, com o caso *J* contra Peru. De todo o universo de casos do SIDH, apenas parte dele foi selecionado para análise no presente estudo.

Apesar da previsão dos elementos necessários para judicializar no Regulamento da CIDH desde 2000, a publicação desse expediente elaborado pela Comissão à Corte IDH só passou a ser realizada em outubro de 2010, com caso *José y Luis Uzcátegui y otros* contra Venezuela, de 22 de outubro de 2010, motivo pelo qual o recorte inicial da pesquisa é o referido caso.

Dessa forma, desde o mencionado caso até o último submetido à Corte IDH pela Comissão Interamericana em 2014, *Vereda La Esperanza* contra Colômbia, de 13 de dezembro de 2014, somam-se, ao todo, 70 casos, conforme dados da Tabela 1.

Tabela 1: Casos enviados à Corte IDH pela CIDH que possuem carta de submissão publicada

Número	Caso	País	Data
12.661	José y Luis Uzcátegui y Otros	Venezuela	22/10/2010
12.703	Raúl José Díaz Peña	Venezuela	12/11/2010
12.584	Milagros Fornerón y Leonardo Aníbal Fornerón	Argentina	29/11/2010
12.649	Comunidad de Rio Negro del Pueblo Indígena Maya y sus miembros	Guatemala	30/11/2010
12.524	Jorge Fontevecchia y Héctor D'Amico	Argentina	10/12/2010
12.343	Edgar Fernando García y otros	Guatemala	09/02/2011
12.688	Nadege Dorzama y Otros, Masacre de Guayubín	República Dominicana	11/02/2011
12.590	José Miguel Gudiel Álvarez y otros, Diario Militar	Guatemala	18/02/2011
12.605	Joe Luis Castillo González y otros	Venezuela	22/02/2011
12.004	Marco Bienvenido Palma Mendoza y otros	Ecuador	24/02/2011
12.658	Luis Gonzalo "Richard" Vélez Restrepo y familia	Colômbia	02/03/2011
10.720	Masacres de El Mozote y lugares aledaños	El Salvador	08/03/2011
12.680	Rafael Arturo Pacheco Teruel y Otros; Muertes por incendio en el Centro Penal de San Pedro Sula	Honduras	11/03/2011
12.539	Sebastián Claus Furlán y familia	Argentina	15/03/2011
11.618	Oscar Alberto Mohamed	Argentina	13/04/2011
12.651	César Alberto Mendoza y otros - Prisión y reclusión perpetuas a adolescentes	Argentina	17/06/2011
12.416	Masacre de Santo Domingo	Colômbia	08/07/2011
12.573	Marino López y Otros - Operación Génesis	Colômbia	25/07/2011
12.361	Gretel Artavia Murillo y otros - "Fecundación in Vitro"	Costa Rica	29/07/2011
12.600	Hugo Quintana Coello y otros - Corte Suprema de Justicia	Ecuador	02/08/2011
12.576	Norín Catriman y otros (Lonkos, dirigentes y activistas del pueblo indígena Mapuche)	Chile	07/08/2011

continua

Número	Caso	País	Data
12.221	Jorge Omar Gutiérrez y familia	Argentina	19/08/2011
12.519	García Lucero y otros	Chile	20/09/2011
12.472	Carlos Antonio Luna López	Honduras	17/11/2011
12.597	Miguel Camba Campos y otros - Vocales del Tribunal Constitucional	Equador	28/11/2011
12.653	Carlos y Pablo Mémoli	Argentina	03/12/2011
11.157	Gladys Carol Espinoza Gonzáles	Peru	08/12/2011
12.444	Eduardo Nicolás Cruz Sánchez y otros (Operación Chavín de Huántar)	Peru	13/12/2011
11.769	J	Peru	04/01/2012
12.608	Liakat Ali Alibux	Suriname	20/01/2012
12.683	Melba del Carmen Suárez Peralta	Equador	26/01/2012
10.738	Rodríguez Vera y otros (Palacio de Justicia)	Colômbia	09/02/2012
12.474	Familia Pacheco Tineo	Bolivia	21/02/2012
12.724	Allan R. Brewer Carías	Venezuela	07/03/2012
12.578	María Isabel Véliz Franco y otros	Guatemala	03/05/2012
12.167	Hugo Oscar Arguelles y otros	Argentina	29/05/2012
11.845	Jeremías Osorio Rivera y otros	Peru	10/06/2012
12.271	Benito Tide Méndez y otros	República Dominicana	12/07/2012
12.606	Hermanos Landaeta Mejías y otros	Venezuela	10/07/2012
12.775	Florentín Gudiel Ramos, Makrina Gudiel Álvarez y otros	Guatemala	17/07/2012
12.548	Comunidad Garífuna Triunfo de la Cruz y sus miembros	Honduras	21/02/2013
12.354	Pueblos Indígenas Kuna de Madungandí y Emberá de Bayano y sus miembros	Panamá	16/02/2013
12.828	Marcel Granier y otros - RCTV	Venezuela	28/02/2013
12.288	García Cruz y Sánchez Silvestre	México	17/03/2013

continua

Número	Caso	País	Data
12.577	Rochac y otros	El Salvador	21/03/2013
11.581	Zulema Tarazona Arrieta y Otros	Peru	03/06/2013
10.932	Comunidad Campesina de Santa Bárbara	Peru	08/07/2013
12.761	Comunidad Garífuna Punta Piedra y sus miembros	Honduras	01/10/2013
12.794	Wong Ho Wing	Peru	30/10/2013
11.576	José Luis García Ibarra	Ecuador	23/11/2013
12.214	Canales Huapaya y otros	Peru	05/12/2013
11.568	Luis Antonio Galindo Cárdenas y familiares	Peru	19/01/2014
12.639	Pueblos Kaliña y Lokono	Suriname	26/01/2014
12.679	José Agapito Ruano Torres y familia	El Salvador	13/02/2014
12.723	TGGL y familia	Ecuador	18/02/2014
12.777	Claudina Isabel Velásquez Paiz	Guatemala	05/03/2014
12.816	Adán Guillermo López Lone y otros	Honduras	17/03/2014
12.500	Omar Humberto Maldonado y otros	Chile	12/04/2014
12.595			
12.596	Ana Teresa Yarce y otras	Colômbia	03/06/2014
12.621			
12.482	Valdemir Quispealaya Vilcapoma	Peru	05/08/2014
12.788	Miembros de la Aldea de Chichupac y Comunidades Vecinas del Municipio de Rabinal	Guatemala	05/08/2014
12.739	María Inés Chinchilla Sandoval y otros	Guatemala	19/08/2014
12.700	Agustín Bladimiro Zegarra Marín	Peru	22/08/2014
12.745	Rigoberto Tenorio Roca y otros	Peru	01/09/2014
12.841	Ángel Alberto Duque	Colômbia	21/10/2014
11.438	Herrera Espinoza y Otros	Ecuador	21/11/2014

continua

Número	Caso	País	Data
12.820	Manfred Amhrein y Otros	Costa Rica	28/11/2014
12.453	Olga Yolanda Maldonado Ordóñez	Guatemala	03/12/2014
12.743	Homero Flor Freire	Equador	11/12/2014
12.251	Vereda la Esperanza	Colômbia	13/12/2014

conclusão

PARTE I
PANORAMA DO SISTEMA INTERAMERICANO DE DIREITOS
HUMANOS POR MEIO DA ÓTICA DA COMISSÃO
INTERAMERICANA

É importante que se apresente o Sistema Interamericano e, mais especificamente, a Comissão Interamericana no exercício de suas diversas funções, tanto como órgão político/promocional da Organização dos Estados Americanos (OEA), como órgão adjudicatório do sistema da Convenção Americana.

Expõem-se nesta primeira parte do trabalho as diversas funções do mencionado órgão em sua finalidade híbrida – política/promocional e adjudicatória de direitos -, os principais dados e informações disponíveis sobre seu papel dentro do sistema da CADH e, por fim, seu orçamento, seus recursos e suas fontes de financiamento.

1. COMISSÃO INTERAMERICANA DE DIREITOS HUMANOS: PAPEL POLÍTICO

A partir do estudo histórico da CIDH, ressaltando quais foram os desafios e avanços ocorridos desde a sua criação, é possível apresentar a evolução do Sistema Interamericano de Direitos Humanos.

Dados referentes à atuação do órgão desde a sua criação até o momento da realização desta pesquisa, conferem a possibilidade de dimensionar a amplitude das ações realizadas no continente ao longo dos anos. É possível também verificar os problemas e desafios hoje enfrentados pelo Sistema Interamericano como um todo, bem como pelos usuários desse mecanismo regional de proteção de direitos.

O primeiro capítulo é focado no processo de criação da CIDH e em como suas atividades foram sendo desenvolvidas na região, sobretudo aquelas voltadas à promoção dos direitos humanos até a criação da CADH. Essa introdução apresenta-se particularmente necessária para a compreensão da dimensão e alcance do trabalho desenvolvido pelo órgão nos países americanos em sede promoção e proteção de direitos.

1.1. A ORGANIZAÇÃO DOS ESTADOS AMERICANOS

A proteção internacional dos direitos humanos dotada de sistemas sofisticados é criação recente na História, datada do período pós-Segunda Guerra Mundial. Em 1945, por meio da Carta de São Francisco, foi criada a Organização das Nações Unidas (ONU), como resposta ao período de violações sistemáticas de direitos humanos que a precedeu, considerada hoje uma organização internacional essencial à promoção e proteção de direitos no âmbito global.

No âmbito regional, em 1948, foi criada a Organização dos Estados Americanos, mediante a adoção da Carta de Bogotá – também chamada de Carta da OEA - durante a Nona Conferência Pan-Americana ou Internacional Americana, tratado que, como a Carta de São Francisco em relação à ONU, deu origem à organização regional.

A OEA é uma organização internacional, cujos objetivos, conforme o artigo 2º da Carta, são, dentre outros, garantir a paz e a segurança continentais, promover e consolidar a democracia representativa, assegurar a resolução pacífica de controvérsias, promover o

desenvolvimento econômico, social e cultural e erradicar a pobreza¹. Cabe ressaltar que, muito embora possua objetivos bastante ambiciosos, a Carta foi redigida sob o marco dos princípios da não intervenção nos assuntos domésticos e do respeito à soberania dos Estados, bastante influenciados pelos Estados Unidos².

Dulitzky afirma que o texto da Carta da OEA não foi elaborado para criar uma organização internacional de direitos humanos, uma vez que não prevê a proteção de direitos como um dos seus objetivos principais³.

Em razão disso, o rol de direitos foi elencado em outro documento, a Declaração Americana dos Direitos e Deveres do Homem (Declaração Americana), criada juntamente com a Carta da OEA, antecedendo a Declaração Universal de Direitos Humanos em apenas sete meses e cujo conteúdo era meramente declaratório e não vinculante aos Estados, da mesma forma que sua irmã universal⁴.

Sobre esse documento regional, Cançado Trindade assevera que

(...) ao mesmo tempo em que afirmava que a proteção internacional dos direitos humanos deve ser ‘guia principalíssima del derecho americano en evolución’, declarava que os direitos humanos essenciais reconhecidos em ocasiões reiteradas pelos Estados Americanos baseiam-se nos ‘atributos da pessoa humana’.⁵

¹ Disponível em: <http://www.oas.org/dil/port/tratados_A-41_Carta_da_Organiza%C3%A7%C3%A3o_dos_Estados_Americanos.htm> Acesso em: 01 de maio de 2014.

² CARVALHO RAMOS, André de. **Processo internacional de direitos humanos**, São Paulo: Saraiva, 2014, p. 201. GOLDMAN, Robert K. “Historia y acción: el sistema interamericano de derechos humanos y el papel de la Comisión Interamericana de Derechos Humanos en la protección internacional de los derechos humanos.” In VELASCO, Ana Covarrubias; ORTEGA NIETO, Daniel (Org.). **Un reto en el Siglo XXI**. México: Centro de Estudios Internacionales, 2007, p. 110.

³ DULITZKY, Ariel. **The Inter-American Human Rights System fifty years later: time for changes**. Quebec Journal of International Law (Special Edition), 2011, p. 146.

⁴ Lafer, ao dialogar com os pensamentos de René Cassin sobre a Declaração Universal dos Direitos Humanos, lembra que o instrumento não é uma soma de declarações nacionais de direitos, mas um instrumento completamente novo no plano internacional, afirmando a ideia dos direitos humanos universais, acima da limitada visão de que esses direitos devem apenas ser garantidos e promovidos pelos Estados, dentro das suas fronteiras. LAFER, Celso. **A declaração universal dos direitos humanos – sua relevância ara a afirmação da tolerância e do pluralismo**. In: MARCILIO, Maria Luiza (Org.). *A declaração universal dos direitos humanos – sessenta anos*. São Paulo: Edusp, 2008, p. 38. A Declaração Americana não pode ser considerada uma sistematização das declarações nacionais de direitos existentes no seio de cada Estado americano, mas um instrumento completamente novo, verdadeiramente interamericano, ou seja, sensível e aplicável a todos os Estados na região. Não diverso é o entendimento de Carvalho Ramos sobre o documento, afirmando que o instrumento reconheceu expressamente em seu preâmbulo a universalidade dos direitos contidos na Declaração Americana quando afirmou que os direitos nela contidos não derivam da nacionalidade, mas na condição ser humano. CARVALHO RAMOS, André de. **Direitos humanos em juízo: comentários aos casos contenciosos e consultivos da Corte Interamericana de Direitos Humanos**. São Paulo: Max Limonad, 2001, pp 56-57.

⁵ CANÇADO TRINDADE, Antônio Augusto. **Tratado de direito internacional dos direitos humanos**, vol. III. Porto Alegre: Sergio Antônio Fabris Editor, 2003, p. 29.

O autor elenca algumas contribuições da Declaração Americana para o desenvolvimento do SIDH como, por exemplo, a concepção universal dos direitos humanos como inerentes a todas as pessoas, a concepção integral dos direitos, sejam civis, políticos, econômicos, sociais ou culturais, o fato de continuar sendo a base normativa para os Estados que não ratificaram a CADH – como será visto adiante – e, por fim, a correlação entre direitos e deveres⁶. Sobre o último ponto, Carvalho Ramos, apesar de reconhecer a correlação, aponta que a Declaração Americana apresenta uma visão segregada entre direitos e deveres, hoje superada pelo reconhecimento da dimensão objetiva dos direitos humanos⁷.

Importante frisar que apesar de todos os ótimos propósitos, Goldman bem afirma que “(...) os Estados americanos optaram por não fazer da Declaração uma convenção formal que obrigaria seus signatários, nem criaram um mecanismo que promoveria, nem muito menos protegeria, os direitos que acabavam de promulgar.”⁸ Essa escolha claramente se apresenta como opção política para convencer os Estados a assinarem um documento repleto de obrigações quanto à proteção de direitos humanos, sem medo de estarem realmente obrigados a cumpri-los.

Apesar da escolha em elaborar um documento meramente declaratório, o conteúdo da Declaração Americana foi deixando de ter caráter meramente moral e passou a ter, com o decorrer do tempo e da prática interamericana, estatuto legal perante os Estados. Grossman afirma que essa mudança ocorreu quando os Estados passaram a utilizar a Declaração Americana para criticar condutas de outros Estados e que os acusados refutavam as acusações negando as violações, sem negar, entretanto, o caráter legal do documento. Para o autor, essa conduta demonstrou a existência de uma *opinio iuris* sobre o valor da Declaração Americana na região⁹. Foi a partir desse momento, de acordo com Carvalho Ramos, que “após a adoção da Carta da OEA e da Declaração Americana,

⁶ CANÇADO TRINDADE, Antônio Augusto. **Tratado de direito internacional dos direitos humanos**, vol. III. Porto Alegre: Sergio Antônio Fabris Editor, 2003, p. 34.

⁷ CARVALHO RAMOS, André de. **Processo internacional de direitos humanos**. São Paulo: Saraiva, 2014, p. 201.

⁸ GOLDMAN, Robert K. “Historia y acción: el sistema interamericano de derechos humanos y el papel de la Comisión Interamericana de Derechos Humanos en la protección internacional de los derechos humanos.” *In* VELASCO, Ana Covarrubias; ORTEGA NIETO, Daniel (Org.). **Un reto en el Siglo XXI**. México: Centro de Estudios Internacionales, 2007, p. 114.

⁹ GROSSMAN, Claudio. “Reflexiones sobre el Sistema Interamericano de protección y promoción de derechos humanos”. *In*: **La Corte y el Sistema Interamericanos de Derechos Humanos**. Ed. Corte IDH: Costa Rica, 1994, pp. 248-249.

iniciou-se um lento desenvolvimento da proteção internacional de direitos humanos no continente americano.”¹⁰

O perfil da OEA foi sendo adaptado ao contexto da região ao longo dos anos, lembrando que quando da sua criação o órgão não tinha a intenção de ser um órgão de direitos humanos. A Carta da OEA, ao buscar acompanhar essas mudanças, sofreu diversas alterações, tendo sido formalmente modificada em quatro oportunidades¹¹.

A primeira modificação ocorreu em 1965, com o Protocolo de Buenos Aires que transformou a CIDH em órgão autônomo e permanente da OEA. A segunda alteração ocorreu em 1985, com o Protocolo de Cartagena, preocupando-se com o tema do desenvolvimento da região e indicando que cada Estado deveria buscar meios de prover uma ordem econômica e social justa, de acordo com os parâmetros da proteção dos direitos humanos. A alteração seguinte foi realizada mediante a adoção do Protocolo de Washington, em 1992, que instituiu a *cláusula democrática* no seio da OEA, estabelecendo a sanção de suspensão de participação na Assembleia Geral e outros espaços da OEA aos Estados que romperem com o regime democrático. A partir desse momento, nenhum Estado da região era mais uma ditadura, com exceção de Cuba, e esse foi o momento em que a Organização pôde instituir expressamente a obrigação de respeitar o regime democrático e uma sanção quando da sua violação. Por fim, a quarta e última alteração se deu em 1993, por meio do Protocolo de Manágua, que criou o Conselho Interamericano de Desenvolvimento Integral, cujo objetivo é promover a cooperação interestatal em matéria de desenvolvimento e combate à pobreza.

1.2. CRIAÇÃO DA COMISSÃO INTERAMERICANA DE DIREITOS HUMANOS

Até a elaboração da Carta da ONU e das Declarações Universal e Americana, a forma como cada jurisdicionado de um Estado tinha seus direitos assegurados era matéria

¹⁰ CARVALHO RAMOS, André de. **Direitos humanos em juízo**: comentários aos casos contenciosos e consultivos da Corte Interamericana de Direitos Humanos. São Paulo: Max Limonad, 2001, p. 57.

¹¹ “Reformada pelo Protocolo de Reforma da Carta da Organização dos Estados Americanos "Protocolo de Buenos Aires", assinado em 27 de fevereiro de 1967, na Terceira Conferência Interamericana Extraordinária, pelo Protocolo de Reforma da Carta da Organização dos Estados Americanos "Protocolo de Cartagena das Índias", assinado em 5 de dezembro de 1985, no Décimo Quarto período Extraordinário de Sessões da Assembleia Geral, pelo Protocolo de Reforma da Carta da Organização dos Estados Americanos "Protocolo de Washington", assinado em 14 de dezembro de 1992, no Décimo Sexto período Extraordinário de Sessões da Assembleia Geral, e pelo Protocolo de Reforma da Carta da Organização dos Estados Americanos "Protocolo de Manágua", assinado em 10 de junho de 1993, no Décimo Nono Período Extraordinário de Sessões da Assembleia Geral.” Disponível em: <http://www.oas.org/dil/port/tratados_A-41_Carta_da_Organiza%C3%A7%C3%A3o_dos_Estados_Americanos.htm>. Acesso em: 02 de maio de 2014.

exclusivamente de direito interno, não cabendo intervenção externa no assunto. Com a edição dos mencionados documentos, ainda que as duas declarações detivessem conteúdo meramente declaratório, a internacionalização dos direitos humanos se torna um fato e não mais os direitos humanos poderiam ser considerados tema exclusivamente doméstico.

Assim, pouco mais de uma década da criação da OEA, em 1959, os Estados deram o primeiro passo na busca pela efetiva proteção dos direitos humanos na região. Foi criada, no âmbito da V Reunião de Consulta de Ministros de Relações Exteriores, em Santiago, Chile, a Comissão Interamericana de Direitos Humanos. Fruto de uma resolução e não um tratado – Resolução VIII -, como aponta Cançado Trindade¹², o órgão não tinha previsão na edição inicial da Carta da OEA e, de acordo com Carvalho Ramos, a proposta prevista pelos Estados era que a CIDH funcionaria até a adoção de uma Convenção Interamericana de Direitos Humanos¹³.

O órgão é formado por sete membros, chamados comissários ou comissionados, eleitos a título pessoal pela Assembleia Geral da OEA, a partir de indicações feitas pelos Estados membros da organização¹⁴. Cada Estado pode propor até três nomes de candidatos, não necessitando ser nacionais seus. Quando for proposta uma lista de três candidatos, pelo menos um deles deverá ser nacional de Estado diferente do proponente. Seus mandatos serão de quatro anos, admitindo uma recondução.

Ressalta-se que não há a necessidade dos candidatos terem formação jurídica, afirmando Shelton que membros de outras áreas são eleitos periodicamente para ocupar os postos¹⁵. Para a autora, essa questão tem grande influência na forma como as atividades da CIDH são desenvolvidas em suas mais diversas atribuições, uma vez que comissionados que tenham formação jurídica tendem a priorizar o papel adjudicatório do órgão, enquanto comissionados com formações diversas tendem a dar maior enfoque às outras atividades políticas de promoção dos direitos humanos¹⁶. Compõe o chamado "realismo legal" o estudo da alteração de prioridades ou decisões de um determinado órgão a partir da análise

¹² CANÇADO TRINDADE, Antônio Augusto. **Tratado de direito internacional dos direitos humanos**, vol. III. Porto Alegre: Sergio Antônio Fabris Editor, 2003, p. 34.

¹³ CARVALHO RAMOS, André de. **Processo internacional de direitos humanos**. São Paulo: Saraiva, 2014, p. 202.

¹⁴ A composição majoritária da CIDH tem sido formada por homens latino-americanos. Apenas no biênio 2012-2014 a CIDH foi composta, pela primeira vez, por um número maior de mulheres do que de homens.

¹⁵ SHELTON, Dinah. "The rules and the reality of petition procedures in the Inter-American Human Rights System". In: **The future of the Inter-American Human Rights System**. Working paper n° 2, maio de 2014, p. 9.

¹⁶ SHELTON, Dinah. "The rules and the reality of petition procedures in the Inter-American Human Rights System". In: **The future of the Inter-American Human Rights System**. Working paper n° 2, maio de 2014, p. 9.

do perfil dos seus integrantes. Na CIDH, o perfil a ser analisado para verificar a alteração da jurisprudência seria o dos comissionados. Para MacDowell,

A explicação mais simples e mais frequentemente mencionada dessa mudança tem como ponto de partida o realismo legal, sugerindo que é essencialmente a substituição dos atores – os juízes e comissários – que explica a mudança da jurisprudência¹⁷.

A CIDH é um órgão não permanente, reunindo os comissionados apenas em curtas sessões três vezes ao ano. Todos os membros possuem outros empregos em seus países de origem, motivo pelo qual é raro poderem estar presentes na sede do órgão em períodos outros que não os de sessão¹⁸.

Apesar das debilidades da CIDH que foram apontadas, é importantíssimo frisar suas boas práticas para o continente, juntamente com a Corte IDH. Como afirma Dulitzky, “a Comissão e a Corte já salvaram (e continuam a salvar) muitas vidas, permitindo a abertura de espaços democráticos no passado e contribuindo para a contínua consolidação da democracia, combatendo a impunidade e ajudando a estabelecer a verdade, e promovendo justiça e reparações às vítimas de direitos humanos.”¹⁹ Para o autor, todas essas conquistas são resultado de um sistema dinâmico, que se adapta a cada momento vivido pelo continente, bem como pela combinação estratégica de diversas ferramentas, como os vieses político e adjudicatório da CIDH²⁰. Justamente por isso, não é possível pensar no SIDH sem levar em consideração todo o contexto político, econômico e social em que opera²¹.

Tendo em vista ser um mecanismo coletivo de proteção de direitos humanos inserido em uma região que passou por regimes políticos instáveis e que vem, ao longo das últimas décadas, fortalecendo seus regimes democráticos, é preciso que o Sistema Interamericano seja permeável à realidade em que está agindo.

¹⁷ SANTOS, Cecília MacDowell. “A mobilização transnacional do direito e a reconstrução dos direitos humanos”. In: SANTOS, Cecília MacDowell dos (Org.). **A mobilização transnacional do direito: Portugal e o Tribunal Europeu dos Direitos Humanos**. Coimbra: Almedina, 2012, p. 45.

¹⁸ SHELTON, Dinah. “The rules and the reality of petition procedures in the Inter-American Human Rights System”. In: **The future of the Inter-American Human Rights System**. Working paper nº 2, maio de 2014, p. 10.

¹⁹ DULITZKY, Ariel. **The Inter-American Human Rights System fifty years later: time for changes**. Quebec Journal of International Law (Special Edition), 2011, p. 129. Tradução nossa para: “*The Commission and Court have saved (and continue to save) lives, permitted the opening of democratic spaces in the past and contributed to the ongoing consolidation of democracy, combated impunity and helped establish the truth, and provided justice and reparations to victims of human rights violations.*”

²⁰ DULITZKY, Ariel. **The Inter-American Human Rights System fifty years later: time for changes**. Quebec Journal of International Law (Special Edition), 2011, p. 129.

²¹ DULITZKY, Ariel. **The Inter-American Human Rights System fifty years later: time for changes**. Quebec Journal of International Law (Special Edition), 2011, p. 130.

1.2.1. O papel promocional da Comissão Interamericana de Direitos Humanos

O órgão iniciou suas atividades em 3 de outubro de 1960 e seu objetivo inicial era voltado apenas às atividades de promoção, como estimular a consciência dos direitos humanos na região, formular recomendações aos Estados membros, preparar estudos ou relatórios, solicitar informações aos Estados e servir à OEA como órgão assessor em matéria de direitos humanos, sempre à luz dos direitos elencados na Declaração Americana. O Estatuto da CIDH à época não estabeleceu outros poderes ou funções para assegurar o respeito aos direitos humanos senão os acima mencionados de mera promoção.

Em 1962, entretanto, durante a VIII Reunião de Consulta de Ministros de Relações Exteriores, em Punta del Este, Uruguai, por meio da Resolução IX, foi recomendado ao Conselho da OEA a adoção de uma emenda ao Estatuto da CIDH de modo a aumentar suas atribuições. A solicitação foi posteriormente atendida em 1965, na II Conferência Interamericana Extraordinária, realizada no Rio de Janeiro, Brasil, mediante a adoção da Resolução XXIII, quando os poderes do órgão foram então ampliados. A partir desse momento, a CIDH foi autorizada a receber e examinar petições individuais sobre violações de direitos humanos, bem como inquirir os Estados sobre os fatos apurados no exame dessas comunicações, recomendar condutas e realizar visitas *in loco*, conforme enuncia Cançado Trindade²².

Dois anos mais tarde, com a adoção do Protocolo de Buenos Aires, em 1967, a CIDH passou a ter caráter de órgão principal da OEA, integrando permanentemente o organograma da Organização, conferindo mais legitimidade aos seus poderes. Cançado Trindade, sobre essa mudança de *status* da CIDH dentro da OEA, afirma que

Fortaleceu-se, assim, consideravelmente, seu status jurídico, pondo fim a eventuais objeções a sua competência: a Comissão passava assim a ser dotada, finalmente, de base *convencional*, com um mandato não mais apenas de promoção, mas também de controle e supervisão da proteção de direitos humanos. Revestiu-se, desse modo, de uma base convencional definida²³.

²² CANÇADO TRINDADE, Antônio Augusto. **Tratado de direito internacional dos direitos humanos**, vol. III. Porto Alegre: Sergio Antônio Fabris Editor, 2003, p. 35. CARVALHO RAMOS, André de. **Processo internacional de direitos humanos**. São Paulo: Saraiva, 2014, p. 202.

²³ CANÇADO TRINDADE, Antônio Augusto. **Tratado de direito internacional dos direitos humanos**, vol. III. Porto Alegre: Sergio Antônio Fabris Editor, 2003, p. 37.

Carvalho Ramos aponta que essa alteração superou “(...) a debilidade inicial de ter sido criada por mera resolução adotada em reunião de Ministros”²⁴ e não por um tratado específico que conferisse ao órgão maior institucionalidade.

Anos mais tarde, em 1991, em Santiago, Chile, um ano antes da adoção do Protocolo de Washington, os Estados aprovaram uma Resolução sobre a democracia representativa na região, determinando que se qualquer Estado membro da OEA rompesse com o regime democrático, o Conselho Permanente da Assembleia Geral da OEA seria convocado para analisar a situação.

Uma década depois, em 2001, aprovou-se a Carta Democrática Interamericana, cujo objetivo era fortalecer a proteger o regime democrático no continente, requisito indispensável para a estabilidade, a paz e o desenvolvimento da região²⁵. A Carta Democrática estabeleceu um estrito vínculo entre democracia e direitos humanos, segundo afirma Carvalho Ramos²⁶.

Sem dúvida, o documento é um forte e importante instrumento regional, fazendo jus aos propósitos da OEA e, sobretudo, à proteção dos cidadãos e cidadãs interamericanos. Todavia, faltaram mecanismos de acompanhamento do cumprimento pelos Estados das regras ali contidas, uma vez que apenas a ruptura com o regime democrático possui sanções claras, enquanto todos os outros pontos do documento não²⁷.

A criação de um documento cujo objetivo principal é o controle democrático dos países membros da OEA demonstra a grande preocupação da Organização em não mais permitir que os Estados andassem pelos caminhos outrora percorridos durante o processo da sua criação, quando o continente era dominado por sanguinárias ditaduras. Esse mecanismo de controle democrático interamericano, apesar de eminentemente político e

²⁴ CARVALHO RAMOS, André de. **Processo internacional de direitos humanos**. São Paulo: Saraiva, 2014, p. 203.

²⁵ Como meio de proteger as democracias, o documento prevê que qualquer Estado que rompa com o regime democrático poderá ser suspenso da OEA. Qualquer Estado membro ou mesmo o Secretário-Geral da Organização podem solicitar a convocação do Conselho Permanente para uma avaliação coletiva acerca da situação em determinado Estado. A partir dessa avaliação, a Assembleia Geral, mediante convocação de sessão extraordinária, poderá suspender o Estado avaliado até que o regime democrático seja novamente instaurado. Além dessa observância quando à ruptura, a Carta prevê outros pontos que devem ser observados como, por exemplo, a forma da realização das eleições, transparência das atividades governamentais, observância da separação dos três poderes, promoção dos direitos econômicos, sociais e culturais, etc. Sobre todos esse diversos pontos, Carvalho Ramos conclui que “assim, salta aos olhos que a CDI contempla um rol abrangente de disposições de fortalecimento *integral* da democracia nas Américas, fugindo ao lugar comum da mera existência de eleições periódicas.” CARVALHO RAMOS, André de. **Processo internacional de direitos humanos**. São Paulo: Saraiva, 2014, p. 208.

²⁶ CARVALHO RAMOS, André de. **Processo internacional de direitos humanos**. São Paulo: Saraiva, 2014, pp. 206-207.

²⁷ CARVALHO RAMOS, André de. **Processo internacional de direitos humanos**. São Paulo: Saraiva, 2014, p. 209.

não contar com um amplo rol de sanções para controlar toda a dimensão de uma democracia, tem, ao menos, controlado a manutenção do regime democrático em si e isso, sem dúvida, tem sido essencial para o contexto regional.

Conforme aponta Rodríguez-Pinzón, a dimensão política das funções e atribuições da CIDH refere-se à sua capacidade de promover e proteger os direitos humanos recorrendo a ferramentas políticas e mecanismos de negociação e pressão internacional, principalmente entre as décadas de 1960 e 1980²⁸. Ou seja, apesar da CIDH não ter um papel ativo no que tange ao regime da Carta Democrática, o órgão também é inserido no viés político da OEA em razão das suas diversas atribuições de supervisão da proteção dos direitos humanos e, indiretamente, de supervisão da democracia.

1.2.1.1. Visitas *in loco*

A possibilidade de realizar visitas *in loco* nos Estados membros da OEA para verificar a situação dos direitos humanos no país está prevista no artigo 18(g) do Estatuto da CIDH e regulamentada pelos artigos 53 a 57 do seu Regulamento. Essa faculdade do órgão pode ser realizada apenas mediante autorização ou convite do Estado a ser visitado, respeitando os limites impostos pelo princípio da soberania. Não há limite para a duração de uma visita.

Rodríguez-Pinzón afirma que dentre todas as atribuições políticas da CIDH, as visitas ou observações *in loco* são as mais importantes²⁹, uma vez que permite ao órgão verificar *com os próprios olhos* a real situação dos direitos humanos nos Estados, indo além do recebimento formal de informações em Washington, DC – Estados Unidos.

Durante as visitas, a CIDH tem a possibilidade de entrar em contato com a sociedade civil nacional para obter a opinião pública local e saber o que ocorre de fato em cada lugar. Esse mecanismo tem um importante papel de empoderamento da agenda de direitos humanos da sociedade civil e dos movimentos sociais locais, principalmente em relação aos assuntos ocultados pelo Estado no âmbito internacional, mostrando-se vital à efetiva proteção de direitos na região. Nessas ocasiões, além de receber informações gerais,

²⁸ RODRÍGUEZ-PINZÓN, Diego. **La Comisión Interamericana de Derechos Humanos**. In: CORAO, Carlos Ayala; MARTÍN, Claudia; RODRÍGUEZ-PINZÓN, Diego. Manual sobre derecho internacional de los derechos humanos: teoría y práctica. Venezuela: Ed. Universad Católica Andrés Bello, 2011, p. 4.

²⁹ RODRÍGUEZ-PINZÓN, Diego. **La Comisión Interamericana de Derechos Humanos**. In: CORAO, Carlos Ayala; MARTÍN, Claudia; RODRÍGUEZ-PINZÓN, Diego. Manual sobre derecho internacional de los derechos humanos: teoría y práctica. Venezuela: Ed. Universad Católica Andrés Bello, 2011, p. 5.

a CIDH ainda pode receber petições individuais para serem analisadas sob a égide do sistema da CADH, bem como obter informações sobre casos que já esteja analisando à época.

Ademais, essas oportunidades são também importantes para dar maior publicidade ao Sistema Interamericano de Direitos Humanos nos mais diversos locais do continente, levando ao conhecimento da população um sistema internacional subsidiário aos nacionais que pode reparar as violações locais em que porventura os Estados não tenham atuado de forma efetiva.

Cançado Trindade afirma que a CIDH é certamente um dos órgãos internacionais de supervisão de direitos humanos que mais utiliza o procedimento das visitas *in loco*³⁰, reafirmando, uma vez mais, o importante papel dessa função.

1.2.1.2. Relatorias

Segundo o artigo 15 do seu Regulamento, a CIDH tem a faculdade de criar Relatorias cujo objetivo será analisar situações específicas sobre direitos humanos em um determinado país ou sobre um determinado tema. Cada comissionado é responsável pelo acompanhamento da situação de direitos humanos em um grupo de países determinado. Esse sistema é relativamente novo dentro do âmbito da OEA, visto que a primeira Relatoria foi criada em 1990, e foi inspirado no sistema da ONU.

Cabe ressaltar que todos os países membros da OEA passam pela análise das Relatorias por países, não sendo necessária a ratificação de qualquer documento ou autorização prévia para tanto, ressaltando o mecanismo das visitas *in loco*, em que cada relator pode solicitar para acompanhar a proteção e promoção de direitos em um determinado Estado³¹.

Além das relatorias para países, a CIDH ainda pode criar relatorias temáticas ou especiais, cujo objetivo é analisar a situação de determinado direito ou tema em todos os países membros da OEA.

³⁰ CANÇADO TRINDADE, Antônio Augusto. **Tratado de direito internacional dos direitos humanos**, vol. III. Porto Alegre: Sergio Antônio Fabris Editor, 2003, p. 38.

³¹ Os países são divididos em sete grupos, tendo em vista serem sete comissionados. A divisão atual dos grupos é: 1) Antígua e Barbuda, Colômbia, Costa Rica, Granada, Panamá e São Cristóvão e Nevis, 2) Belize, Dominica, El Salvador, República Dominicana, São Vicente e Granadinas e Santa Lucía, 3) Bahamas, Honduras, Nicarágua e Suriname, 4) Canadá, Chile, Equador, Haiti e Jamaica, 5) Brasil, Cuba, Estados Unidos e Venezuela, 6) Argentina, Bolívia, Paraguai e Uruguai e 7) Barbados, Guatemala, Guiana, México, Peru e Trinidad e Tobago.

Atualmente o órgão conta com as seguintes relatorias: Relatoria sobre os Direitos dos Povos Indígenas (criação em 1990), Relatoria sobre os Direitos das Mulheres (1994), Relatoria sobre os Direitos das Pessoas Migrantes (1996), Relatoria Especial para Liberdade de Expressão (1997), Relatoria dos Direitos das Crianças (1998), Relatoria sobre Defensores e Defensoras de Direitos Humanos (2001), Relatoria sobre os Direitos das Pessoas Privadas de Liberdade (2004), Relatoria sobre os Direitos das Pessoas Afrodescendentes e Contra a Discriminação Racial (2005), Relatoria sobre os Direitos das Pessoas Lésbicas, Gays, Bissexuais, Trans e Intersexuais (2011) e Unidade sobre os Direitos Econômicos, Sociais e Culturais (2012)³².

Diferentemente das demais Relatorias, em 1997 foi criada a Relatoria Especial para a Liberdade de Expressão, cujo relator não é um comissionado, mas um *expert* independente cujas atividades são permanentes, possibilitando um estudo aprofundado e ininterrupto sobre o tema.

Em 2012, foi criada a Unidade sobre os Direitos Econômicos, Sociais e Culturais, a fim de acompanhar a proteção e promoção de tais direitos na região. A Unidade não é considerada uma Relatoria, mas um grupo específico para o tema, não impedindo que a criação de uma Relatoria sobre o tema seja feita, substituindo a Unidade. Esse processo ocorreu com a extinta Unidade de Defensores de Direitos Humanos, criada em 2001 e que foi substituída uma década mais tarde por uma Relatoria para o tema³³.

1.2.1.3. Relatórios

Dentro do amplo rol de atribuições da CIDH, o órgão também tem a função de elaborar relatórios, também chamados de informes, que considerar convenientes. Há diferentes tipos de relatórios, podendo ser mais ou menos específicos, com objetos mais ou menos amplos.

O grande documento elaborado pela CIDH periodicamente é o seu Relatório Anual, conforme requerido pelos artigos 41(g) da CADH e 59 do seu Regulamento. Esse último estabelece as formalidades que devem ser obedecidas para a elaboração do documento, estipulando o conteúdo e seus limites.

Esse relatório contém informações referentes aos períodos de sessão, às visitas *in loco*, aos trabalhos e resultados das Relatorias por países e temáticas, *status* da ratificação

³² Disponível em: <<http://www.oas.org/es/cidh/mandato/relatorias.asp>>. Acesso em: 30 de maio de 2014.

³³ Disponível em: <<http://www.oas.org/es/cidh/defensores/default.asp>>. Acesso em: 25 de maio de 2014.

dos documentos interamericanos pelos Estados, dentre outros. A ideia desse grande documento é dar uma visão geral de tudo o que a CIDH realiza durante o ano e como está a situação da proteção e promoção dos direitos humanos em cada país, devendo ser submetido à Assembleia Geral da OEA.

Os relatórios gerais são aqueles emitidos sobre a situação geral dos direitos humanos em um determinado Estado, sendo publicado no relatórios anual.

Dependendo de como for o resultado da verificação da proteção de direitos local, a CIDH pode decidir por incluir um determinado Estado na *lista suja* de países violadores de direitos humanos, conforme permite o artigo 59.2.(e).ii do Regulamento. Farão parte da *lista suja* os Estados em que for verificado pelo menos um dos seguintes critérios: a) rompimento com o regime democrático; b) suspensão de direitos no plano interno; c) política interna de violações massivas e graves de direitos humanos; d) situações de transição democrática; e e) violações estruturais de direitos humanos que impedem o exercício de outros direitos³⁴.

Há também os relatórios gerais temáticos, que abordam questões específicas. Até hoje a CIDH já publicou 51 relatórios temáticos, sobre os mais variados temas: direitos das crianças, direitos das mulheres, abolição da pena de morte, direitos das pessoas privadas de liberdade, direitos dos povos indígenas, liberdade de expressão, direito à verdade, dentre muitos outros³⁵.

Por fim, o último tipo de relatório que pode ser emitido são os especiais, fruto das visitas *in loco* eventualmente realizadas e, em razão disso, não possuem data certa para apresentação pela CIDH, bem como não são incluídos no Relatório Anual.

1.2.1.4. Função consultiva

A CIDH pode atender aos pedidos de consulta formulados pelos Estados membros da OEA por intermédio do Secretário-Geral da OEA sobre questões relacionadas aos direitos humanos e, dentro das suas possibilidades, prestar o assessoramento que

³⁴ Os primeiros quatro critérios foram estabelecidos no relatório anual de 1996, sendo o último critério estabelecido no relatório anual de 1997. Disponível em: <<http://www.cidh.oas.org/annualrep/97span/cap.5.htm>>. Acesso em: 25 de maio de 2014.

³⁵ Disponível em: <<http://www.oas.org/es/cidh/informes/tematicos.asp>> Acesso em: 25 de maio de 2014.

eventualmente solicitarem. Rodríguez-Pinzón afirma que a CIDH não está obrigada a atender ao pedido, tendo simplesmente a possibilidade de fazê-lo³⁶.

Até hoje essa função não foi exercida, contudo

(...) este mecanismo podría orientar a los Estados sobre la forma de implementación de sus obligaciones de derechos humanos em ciertas materias, teniendo em cuenta que si bien la Comisión no es um órgano judicial propiamente dicho, si posee atribuciones muy amplias para supervisar el cumplimiento de dichas obligaciones en las Américas y para interpretar las normas interamericanas de derechos humanos³⁷.

Assim, a função consultiva da Comissão ainda é apenas virtual e sua utilidade prática ainda não é percebida pelos Estados, permitindo confirmar o papel da Comissão mais como órgão de fiscalização de situações pretéritas do que um aliado na busca pelas melhores práticas pelos países membros da OEA.

1.2.1.5. Outras funções

Além de todas as funções políticas relativas à atuação dos Estados no que concerne a promoção e proteção dos direitos humanos no âmbito interno, a CIDH ainda possui uma função jurídica perante a Corte IDH, na medida em que pode solicitar Opiniões Consultivas ao tribunal, conforme autoriza os artigos 64.1 da CADH e 19(d) do Estatuto da CIDH.

Poderá também submeter à Assembleia Geral da OEA projetos de protocolos adicionais à CADH para incluir mais direitos a serem protegidos no âmbito interamericano, conforme artigo 19(e) do seu Estatuto.

Por fim, tem a atribuição de promover seminários e eventos acadêmicos para difusão das suas atividades e debate sobre temas de direitos humanos no continente.

³⁶ RODRÍGUEZ-PINZÓN, Diego. **La Comisión Interamericana de Derechos Humanos**. In: CORAO, Carlos Ayala; MARTÍN, Claudia; RODRÍGUEZ-PINZÓN, Diego. Manual sobre derecho internacional de los derechos humanos: teoría y práctica. Venezuela: Ed. Universad Católica Andrés Bello, 2011, p. 9.

³⁷ RODRÍGUEZ-PINZÓN, Diego. **La Comisión Interamericana de Derechos Humanos**. In: CORAO, Carlos Ayala; MARTÍN, Claudia; RODRÍGUEZ-PINZÓN, Diego. Manual sobre derecho internacional de los derechos humanos: teoría y práctica. Venezuela: Ed. Universad Católica Andrés Bello, 2011, p. 9.

1.2.2. O papel quase judicial da Comissão Interamericana de Direitos Humanos

Além do aspecto político da CIDH, ela também possui uma face quase judicial, ainda dentro do sistema da OEA. Os trabalhos realizados pelo órgão nesse âmbito assemelham-se, em parte, com o procedimento que será aprofundado no presente estudo, o sistema de petições individuais amparado pela CADH.

Carvalho Ramos aponta que há uma complementaridade entre o mecanismo político e o quase judicial da CIDH, “(...) pois esse último forneceria o marco jurídico que atestaria o eventual descumprimento das normas de direitos humanos pelos Estados.”³⁸

De acordo com o artigo 18 do seu Estatuto³⁹, a CIDH possui as atribuições de realizar estudos, visitas *in loco* nos Estados e receber petições individuais de violações com base nos direitos contidos na Carta da OEA e na Declaração Americana de Direitos e Deveres do Homem. Ressalta-se, contudo, que seu papel quase judicial não abrange os direitos previstos na Convenção Americana de Direitos Humanos, sistema criado apenas alguns anos mais tarde.

O objetivo do sistema de petições individuais nesse contexto é avaliar uma suposta violação dos direitos consagrados na Declaração Americana e na Carta da OEA e, quando constatada, recomendar ao Estado que observe e garanta tais direito. Com caráter de mera recomendação, não há qualquer tipo de ação mais incisiva da CIDH para que o Estado cumpra a decisão, podendo, apenas, encaminhar tais recomendações à Assembleia Geral da OEA para que esta tome as providências que achar pertinentes.

³⁸ CARVALHO RAMOS, André de. **Processo internacional de direitos humanos**. São Paulo: Saraiva, 2014, p. 210.

³⁹ Estatuto da Comissão Interamericana de Direitos Humanos. Artigo 18. A Comissão tem as seguintes atribuições com relação aos Estados membros da Organização: a) estimular a consciência dos direitos humanos nos povos da América; b) formular recomendações aos Governos dos Estados no sentido de que adotem medidas progressivas em prol dos direitos humanos, no âmbito de sua legislação, de seus preceitos constitucionais e de seus compromissos internacionais, bem como disposições apropriadas para promover o respeito a esses direitos; c) preparar os estudos ou relatórios que considerar convenientes para o desempenho de suas funções; d) solicitar aos Governos dos Estados que lhe proporcionem informações sobre as medidas que adotarem em matéria de direitos humanos; e) atender às consultas que, por meio da Secretaria-Geral da Organização, lhe formularem os Estados membros sobre questões relacionadas com os direitos humanos e, dentro de suas possibilidades, prestar assessoramento que eles lhe solicitarem; f) apresentar um relatório anual à Assembleia Geral da Organização no qual se levará na devida conta o regime jurídico aplicável aos Estados Partes da Convenção Americana sobre Direitos Humanos e aos Estados que não o são; g) fazer observações *in loco* em um Estado, com a anuência ou a convite do Governo respectivo; e h) apresentar ao Secretário-Geral o orçamento-programa da Comissão, para que o submeta à Assembleia Geral.

Por fim, importa esclarecer que atualmente são submetidos a esse sistema apenas os Estados membros da OEA que não ratificaram a CADH⁴⁰ ou que a denunciaram⁴¹. Carvalho Ramos afirma, sobre essa diferença de atuação da CIDH, que

Há, então, uma relação de subsidiariedade: caso o Estado tenha ratificado a Convenção Americana, a Comissão atuará sob a égide de tal diploma; se pertencer ao grupo de 12 Estados que ainda não a ratificou, a Comissão atuará de acordo com a Carta da OEA e a Declaração Americana de Direitos e Deveres do Homem⁴².

Pode-se perceber que assim como sua faceta política, a faceta quase judicial da CIDH é baseada em recomendações e pressões políticas dos órgãos interamericanos em relação aos Estados para que cumpram suas obrigações internacionais sobre direitos humanos. É claro que o sistema baseado na CADH, como será visto a seguir, produz um impacto muito maior na região no que se refere à proteção dos direitos humanos, contudo é necessário ressaltar a importância da manutenção desses diferentes papéis, principalmente para a ampla promoção dos direitos humanos no continente e para aqueles poucos países que ainda não ratificaram a CADH ou que a denunciaram.

O viés político, mesmo no âmbito quase judicial de atuação do órgão, ainda que regado de articulações diplomáticas e interesses diversos, é, muitas vezes, a única possibilidade que muitas pessoas possuem de buscar a proteção regional dos seus direitos e, com certeza, deve ser mantida pelo menos até que a universalização do SIDH seja, de fato, alcançada⁴³.

Se um Estado não cumprir uma recomendação da CIDH dentro do mecanismo quase judicial de aferição de responsabilidade internacional por violação dos direitos protegidos pela Carta da OEA e pela Declaração Americana, o último recurso é o encaminhamento do caso à Assembleia Geral da OEA para que tome as medidas cabíveis.

Apesar do *peso político* carregado pela Assembleia Geral e suas deliberações, essa saída não tem se mostrado muito eficaz, uma vez que não há sanção prevista aos Estados que não cumprirem as recomendações da Comissão Interamericana. Como já visto, a única

⁴⁰ Antígua e Barbuda, Bahamas, Belize, Canadá, Estados Unidos, Guiana, São Cristóvão e Nevis, Santa Lúcia e São Vicente e Granadinas.

⁴¹ Trinidad e Tobago e Venezuela.

⁴² CARVALHO RAMOS, André de. **Processo internacional de direitos humanos**. São Paulo: Saraiva, 2014, p. 210.

⁴³ Universalização do Sistema Interamericano de Direitos Humanos refere-se à ratificação da CADH por todos os Estados membros da OEA. Cançado Trindade, em 2002, já apontava a universalização como condição para a evolução do SIDH e consolidação do seu importante papel no continente, demonstrando que não é um tema de qualquer forma novo ao assunto. CANÇADO TRINDADE, Antônio Augusto. **Tratado de direito internacional dos direitos humanos**, vol. III. Porto Alegre: Sergio Antônio Fabris Editor, 2003, p. 91.

sanção existente no âmbito da OEA referente aos direitos humanos é a suspensão do Estado na Assembleia Geral se este romper com o regime democrático. Para Carvalho Ramos, “o sistema interamericano sente a falta de um órgão com função similar ao Comitê de Ministros da Convenção Europeia de Direitos Humanos”, que tem o poder de sancionar um Estado violador por não cumprir uma decisão da Corte Europeia podendo, inclusive, expulsar o referido Estado do Conselho da Europa⁴⁴.

Embora pouco eficaz, sua importância não deve ser desconsiderada, visto ser a única forma de exposição pública internacional dos Estado que não ratificaram da Convenção Americana de Direitos Humanos.

⁴⁴ CARVALHO RAMOS, André de. **Direitos humanos em juízo**, p. 59. CARVALHO RAMOS, André de. **Processo internacional de direitos humanos**, p. 232.

2. COMISSÃO INTERAMERICANA DE DIREITOS HUMANOS: PAPEL ADJUDICATÓRIO

No final da década de 1960, a criação da Convenção Americana alterou a dinâmica regional no monitoramento e defesa de direitos humanos no âmbito dos Estados americanos. O documento introduziu o SIDH, novo mecanismo judicial coletivo de proteção de direitos de âmbito internacional e a CIDH passou a ter função adicional de acordo com o estipulado na CADH.

O segundo capítulo teve o objetivo de focar nas atividades desenvolvidas pela Comissão Interamericana no âmbito da CADH. Adicionalmente, tendo em vista a ampliação significativa das atividades, foi também abordada a problemática financeira do órgão, apresentando o custo das suas atividades e as fontes dos seus recursos, objetivando demonstrar como a proteção dos direitos humanos na região ainda é pouco apoiada pelos Estados americanos e pela própria OEA, sendo necessária a busca por financiamento externo à região.

2.1. A CONVENÇÃO AMERICANA DE DIREITOS HUMANOS

A Convenção é um instrumento que aumenta as funções da CIDH e dá origem à Corte IDH. A criação de um tratado de direitos humanos para a região das Américas marca um importante momento para a proteção dos direitos humanos no continente.

No seio das ditaduras dos Estados latino-americanos no final da década de 1960 surge, finalmente, o primeiro tratado interamericano de direitos humanos⁴⁵. Carvalho Ramos afirma que a criação desse instrumento protetivo foi o salto *natural* de desenvolvimento do sistema⁴⁶.

Alguns anos antes, em 1965, durante a II Conferência Extraordinária Interamericana, à CIDH foi delegada a tarefa de elaborar um anteprojeto da CADH, entregue pelo órgão em 1967. O texto foi finalmente adotado pelos Estados membros da OEA em 1969, entrando em vigor apenas uma década mais tarde, em 1978, depois de alcançar o número mínimo de 11 ratificações⁴⁷, conforme estipulado pelo artigo 74.2. A

⁴⁵ CARVALHO RAMOS, André de. **Processo internacional de direitos humanos**. São Paulo: Saraiva, 2014, p. 214.

⁴⁶ CARVALHO RAMOS, André de. **Curso de direitos humanos**. São Paulo: Saraiva, 2014, p. 248.

⁴⁷ A Convenção Americana de Direitos Humanos apenas entrou em vigor após atingir o número mínimo de 11 ratificações, ocorrendo quase uma década após ser adotada. CARVALHO RAMOS, André de. **Curso de**

entrada em vigor da CADH constitui a institucionalização convencional do SIDH, conforme Cançado Trindade⁴⁸.

Se a Declaração Americana caracterizou-se apenas como uma manifestação das obrigações morais dos Estados membros da OEA para com os direitos humanos sem possuir caráter obrigatório⁴⁹, a CADH veio romper a barreira meramente declaratória do documento antecessor, tendo, em sua essência, o caráter vinculante. Piovesan assegura que a CADH é o instrumento de maior importância no sistema interamericano, estabelecendo um aparato de monitoramento dos direitos que enuncia⁵⁰.

Seguindo o modelo estrutural já adotado pela Convenção Europeia dos Direitos Humanos, de 1950, a CADH é um documento também dividido em três partes: o rol de direitos, os mecanismos e, por fim, as disposições gerais e transitórias, totalizando 82 artigos.

Os direitos protegidos pela CADH são inúmeros, podendo-se citar, dentre eles, o direito à vida, direito à integridade física, liberdade de expressão, garantias e proteção judicial, proteção da família, proteção especial da criança, direito ao nome, direito à propriedade privada, igualdade perante a lei, etc. Todos esses direitos são parte do rol de direitos civis e políticos elencados no segundo capítulo da primeira parte do tratado. É perceptível que os direitos econômicos, sociais e culturais não são arrolados da mesma forma, havendo apenas a mera previsão do artigo 26 que enuncia o desenvolvimento progressivo desses direitos, comprometendo os Estados membros a adotarem as providências necessárias para a efetivação no âmbito interno⁵¹.

direitos humanos, São Paulo: Saraiva, p. 249. A ordem de ratificações foi: Costa Rica (02/03/1970), Colômbia (28/05/1973), Venezuela (23/06/1977), Honduras (05/09/1977), Haiti (14/09/1977), Equador (08/12/1977), República Dominicana (21/01/1978), Guatemala (27/04/1978), Panamá (08/05/1978), El Salvador (20/06/1978) e Peru (12/07/1978). Disponível em: <http://www.cidh.oas.org/basicos/portugues/d.Convencao_Americana_Ratif.htm>. Acesso em 24 de maio de 2014.

⁴⁸ CANÇADO TRINDADE, Antônio Augusto. **Tratado de direito internacional dos direitos humanos**, vol. III. Porto Alegre: Sergio Antônio Fabris Editor, 2003, pp. 45-46.

⁴⁹ GOLDMAN, Robert K. "Historia y acción: el sistema interamericano de derechos humanos y el papel de la Comisión Interamericana de Derechos Humanos en la protección internacional de los derechos humanos." In VELASCO, Ana Covarrubias; ORTEGA NIETO, Daniel (Org.). **Un reto en el Siglo XXI**. México: Centro de Estudios Internacionales, 2007, p. 117.

⁵⁰ PIOVESAN, Flávia. **Direitos humanos e o direito constitucional internacional**. São Paulo: Saraiva, 2009, pp. 247-250.

⁵¹ OEA. **Convenção Americana de Direitos Humanos**. Artigo 26 - Desenvolvimento progressivo: Os Estados-partes comprometem-se a adotar as providências, tanto no âmbito interno, como mediante cooperação internacional, especialmente econômica e técnica, a fim de conseguir progressivamente a plena efetividade dos direitos que decorrem das normas econômicas, sociais e sobre educação, ciência e cultura, constantes da Carta da Organização dos Estados Americanos, reformada pelo Protocolo de Buenos Aires, na medida dos recursos disponíveis, por via legislativa ou por outros meios apropriados.

Por muitos anos essa lacuna deixou os direitos econômicos, sociais e culturais sem expressa proteção no âmbito interamericano, sendo tal falta suprida pela edição de um Protocolo Adicional à CADH referente a tais direitos, o chamado Protocolo de San Salvador, de 1988. Assim como o documento principal, o Protocolo apenas entrou em vigor após a 11ª ratificação, em 1999⁵².

Cançado Trindade afirma que o Protocolo de San Salvador foi criado como meio de suprir a lacuna histórico-normativa do SIDH no que tange aos direitos econômicos, sociais e culturais e que a sua criação deu expressão real e concreta à tese da inter-relação e indivisibilidade dos direitos humanos no âmbito interamericano⁵³. Carvalho Ramos também ressalta a importância desse documento em uma região marcada por abissais desigualdades sociais e o impactante contraste “(...) entre a riqueza ostensiva de poucos e a miséria de milhões.”⁵⁴

Em linhas gerais, a CADH prevê o dever de respeito e garantia de direitos por parte dos Estados e, em razão disso, ao ratificarem o documento, assumem uma dupla obrigação. Primeiramente, de acordo com o artigo 1.1, comprometem-se a respeitar os direitos nela consagrados e, em segundo lugar, assumem o compromisso de garantir o livre e pleno exercício desses direitos a toda e qualquer pessoa que esteja sob sua jurisdição, sem qualquer discriminação, conforme já entendeu a Corte IDH em seu primeiro caso julgado, *Velásquez Rodríguez*⁵⁵. A não observância de qualquer das obrigações, tanto a negativa de respeitar quanto a positiva de garantir os direitos humanos, gera responsabilidade objetiva do Estado, devendo a reparação ser incontestada e integral⁵⁶.

Ao ratificar diversos tratados internacionais de direitos humanos, o Estado compromete-se em adequar sua legislação interna aos referidos tratados. Ledesma ressalta que “(...) *los derechos siempre están conectados con obligaciones, y en particular con aquellas que asumen quienes tienen el deber de garantizar la plena vigencia de los*

⁵² A ordem de ratificações até a entrada em vigor do Protocolo de San Salvador foi: Suriname (02/04/1990), Panamá (18/02/1993), Equador (25/03/1993), Peru (04/06/1995), El Salvador (06/06/1995), Uruguai (02/04/1996), México (16/04/1996), Brasil, (21/08/1996), Paraguai (03/06/1997), Costa Rica (16/11/1999) e Guatemala (05/10/2000).

⁵³ CANÇADO TRINDADE, Antônio Augusto. **Tratado de direito internacional dos direitos humanos**, vol. III. Porto Alegre: Sergio Antônio Fabris Editor, 2003, p. 92.

⁵⁴ CARVALHO RAMOS, André de. **Direitos humanos em juízo: comentários aos casos contenciosos e consultivos da Corte Interamericana de Direitos Humanos**. São Paulo: Max Limonad, 2001, p. 62.

⁵⁵ CORTE IDH. **Caso Velásquez Rodríguez vs. Honduras**. Sentença de 29 de julho de 1988. Serie C, nº 4, parágrafos 162 e 166.

⁵⁶ CORTE IDH. **Caso de las Hermanas Serrano Cruz vs. El Salvador**. Sentença de 01 de março de 2005. Serie C, nº 120, parágrafos 65, 133-135.

*mismos; en el caso de los Derechos Humanos, estas obligaciones recaen exclusivamente sobre el Estado.*⁵⁷

Nesse sentido, o dever geral inserido no artigo 2 da CADH implica a adoção de medidas de duas vertentes: por um lado obriga a supressão de normas e práticas de qualquer natureza que violem as garantias previstas no tratado e, por outro, obriga a expedição de novas normas e o desenvolvimento de práticas condizentes à efetiva observação das ditas garantias, conforme já entendido pela Corte IDH⁵⁸.

Em seguida, a segunda parte do documento trata sobre os mecanismos de proteção, compostos por dois órgãos: a Comissão Interamericana de Direitos Humanos do sistema da OEA e a Corte Interamericana de Direitos Humanos – único tribunal de direitos humanos para a região. Carvalho Ramos afirma que a intenção dos redatores de dotar os dois órgãos de mesma importância dentro do sistema é clara no sentido em que cada um deles conta com exatos 17 artigos cada, subdivididos com as mesmas seções temáticas⁵⁹: organização, funções, competência e tramitação processual.

Por fim, a terceira parte da CADH enuncia as disposições gerais e transitórias, regulamentando os assuntos referentes às formalidades do próprio documento, tais como assinatura, ratificação, reservas⁶⁰, emendas⁶¹, protocolos adicionais⁶² e denúncia⁶³.

A CADH, num só instrumento, constrói uma sólida estrutura necessária para a efetivação da proteção de direitos humanos, englobando os aspectos objetivos e subjetivos da institucionalização do SIDH.

⁵⁷ LEDESMA, Héctor Faúndez. **El Sistema Interamericano de Protección de los Derechos Humanos: aspectos institucionales e procesales**. IIDH: São José, 1999, p. 84.

⁵⁸ CORTE IDH. **Caso Castillo Petruzzi e outros vs. Peru**. Sentença de 30 de maio de 1999. Serie C, nº 52, parágrafo. 207.

⁵⁹ CARVALHO RAMOS, André de. **Processo internacional de direitos humanos**. São Paulo: Saraiva, 2014, p. 218.

⁶⁰ No que concerne às reservas, o documento exige que sejam respeitadas as disposições da Convenção de Viena sobre os Direitos dos Tratados (1969), vetando que os Estados façam reservas que alterem o objeto do tratado.

⁶¹ Qualquer Estado parte, de forma direta, ou a CIDH e a Corte IDH, por intermédio do Secretário-Geral da OEA, podem submeter à Assembleia Geral da OEA propostas de emendas à CADH.

⁶² Qualquer Estado parte ou a CIDH podem apresentar à Assembleia Geral da OEA propostas de Protocolos Adicionais à CADH, com a finalidade de incluir progressivamente outros direitos e liberdades.

⁶³ Por fim, a denúncia da CADH deverá respeitar dois prazos importantes. O primeiro diz respeito ao tempo mínimo de cinco anos que um Estado deve aguardar após a ratificação para poder denunciá-la. O segundo diz respeito ao aviso prévio de um ano transcorrido da comunicação oficial da denúncia até o fim dos efeitos da CADH, lembrando que o ato não isenta o Estado das violações ocorridas em seu território durante a vigência do documento. Até os dias atuais, apenas dois Estados partes da CADH denunciaram o documento: Trinidad e Tobago, em 1998, e recentemente a Venezuela, em 2012.

2.1.1. O papel adjudicatório da Comissão Interamericana de Direitos Humanos

Com a edição da CADH, a Comissão passou a ter um papel híbrido dentro do grande Sistema Interamericano de Direitos Humanos: nasce como órgão eminentemente político dentro da estrutura da OEA e, aos poucos, ganha seu espaço enquanto órgão autônomo e independente, pronto para não mais apenas promover os direitos previstos na Declaração Americana, como também para proteger os direitos contidos no novo tratado interamericano de direitos humanos.

As novas atribuições da CIDH foram desenhadas pelo artigo 41 do novo documento⁶⁴, com “(...) o respaldo de uma constante histórica em que a Comissão foi um dos principais contribuintes para a criação de instituições processuais que são maior efetividade aos processos de proteção.”⁶⁵ O artigo manteve todas as antigas funções do órgão no tocante à promoção de direitos, acrescentando o novo papel de adjudicação. A alínea *f* do mencionado artigo prevê a atuação da CIDH no processamento de petições individuais, conforme regula a CADH nos artigos 44 a 51.

Cançado Trindade bem aponta que surgiram questões no que concerne a transição entre o regime já existente e o da CADH em relação às funções da CIDH, adotando-se o entendimento de que o órgão passaria, então, a ser dotado de uma dualidade de funções⁶⁶. Também sobre esse duplo papel, aponta Carvalho Ramos que

A Comissão Interamericana de Direitos Humanos tem, então, *duplo tratamento normativo*: o primeiro deles, já analisado, perante a Carta da OEA e o segundo, perante a Convenção Americana de Direitos Humanos. Todavia, o órgão é o mesmo, variando apenas as atribuições *quando age*

⁶⁴ OEA. **Convenção Americana de Direitos Humanos**, 1969, Artigo 41 - A Comissão tem a função principal de promover a observância e a defesa dos direitos humanos e, no exercício de seu mandato, tem as seguintes funções e atribuições: a) estimular a consciência dos direitos humanos nos povos da América; b) formular recomendações aos governos dos Estados-membros, quando considerar conveniente, no sentido de que adotem medidas progressivas em prol dos direitos humanos no âmbito de suas leis internas e seus preceitos constitucionais, bem como disposições apropriadas para promover o devido respeito a esses direitos; c) preparar estudos ou relatórios que considerar convenientes para o desempenho de suas funções; d) solicitar aos governos dos Estados-membros que lhe proporcionem informações sobre as medidas que adotarem em matéria de direitos humanos; e) atender às consultas que, por meio da Secretaria Geral da Organização dos Estados Americanos, lhe formularem os Estados-membros sobre questões relacionadas com os direitos humanos e, dentro de suas possibilidades, prestar-lhes o assessoramento que lhes solicitarem; f) atuar com respeito às petições e outras comunicações, no exercício de sua autoridade, de conformidade com o disposto nos artigos 44 a 51 desta Convenção; e g) apresentar um relatório anual à Assembleia Geral da Organização dos Estados Americanos.

⁶⁵ CIDH. **Plan estratégico 2011 – 2015. Parte I. 50 años defendiendo los derechos humanos: resultados y desafíos**, Washington, DC, EUA: CIDH, 2011, p. 6.

⁶⁶ CANÇADO TRINDADE, Antônio Augusto. **Tratado de direito internacional dos direitos humanos**, vol. III. Porto Alegre: Sergio Antônio Fabris Editor, 2003, p. 47.

*como órgão da OEA ou quando age como órgão da Convenção Americana de Direitos Humanos*⁶⁷.

A CIDH faz parte, portanto, de um procedimento bifásico de proteção de direitos humanos, sistema composto por sua atuação conjunta com a Corte IDH⁶⁸ no âmbito da sua competência contenciosa⁶⁹.

No desenvolvimento de suas funções da CADH recebe diversas críticas e, por isso, é importante revisar e garantir que os mecanismos de proteção sejam modificados sempre que possam ser aprimorados, todavia é inegável que a atuação da CIDH orienta e fortalece as bases do SIDH.

2.1.1.1. Processamento de petições individuais

A CIDH tem, entres suas funções, a possibilidade de receber petições individuais, que é o início do processamento de casos no âmbito do Sistema Interamericano de Direitos Humanos.

Conforme apontado em estudo realizado pela Clínica de Direitos Humanos da Faculdade de Direito da Universidade do Texas (Clínica DH/Texas), ainda que a CIDH não possa ser considerada um órgão judicial completo, ela tem a capacidade de processar petições individuais de direitos humanos, atuando como um órgão adjudicatório⁷⁰.

Dentro desse papel, o órgão pode ser provocado, mediante petição escrita, pelas partes indicadas no artigo 44 da CADH, sendo facultade, portanto, de qualquer pessoa, grupo de pessoas ou organização não governamental. Dessa forma, abre-se o leque para que a própria vítima, seu representante ou entidade possam atuar como polo ativo em uma ação de responsabilização internacional do Estado por violação de direitos humanos, diferentemente da prática no Sistema Europeu de Direitos Humanos, em que apenas a vítima tem poder postulatório⁷¹.

⁶⁷ CARVALHO RAMOS, André de. **Processo internacional de direitos humanos**. São Paulo: Saraiva, 2014, p. 220.

⁶⁸ CIDH. **Plan estratégico 2011 – 2015. Parte I 50 años defendiendo los derechos humanos: resultados y desafíos**, Washington, DC, EUA: CIDH, 2011, p. 7.

⁶⁹ A Corte IDH possui duas competências distintas: consultiva e contenciosa. A primeira visa a emissão de Opiniões Consultivas sobre a interpretação da CADH ou de outros tratados de direitos humanos referentes à proteção de direitos pelos Estados americanos. A segunda visa a análise de casos individuais ou interestatais de violações de direitos humanos, ensejando a eventual responsabilização internacional do Estado violador.

⁷⁰ HUMAN RIGHTS CLINIC, University of Texas School of Law. **Maximizing justice, minimizing delay: streamlining procedures of the Inter-American Commission on Human Rights**, 2011, p. 17.

⁷¹ CONSELHO DA EUROPA. **Convenção Europeia de Direitos Humanos**, 1950. Artigo 34 – Petições individuais: O Tribunal pode receber petições de qualquer pessoa singular, organização não governamental

Apesar do amplo rol, as vítimas só possuem direito de petição à CIDH e não diretamente à Corte IDH. Será o primeiro órgão quem analisará os requisitos de admissibilidade da demanda e, posteriormente, o mérito das violações.

Tais requisitos estão previstos no artigo 46 da CADH, sendo eles o esgotamento dos recursos internos, a apresentação da demanda dentro do prazo de seis meses a contar da data da decisão interna definitiva, a inexistência de litispendência internacional e, ainda, que não haja coisa julgada sobre o caso⁷². No mesmo artigo há a previsão de exceções à regra do esgotamento dos recursos internos e da obediência do prazo de seis meses quando não houver o devido processo legal no âmbito interno, quando for verificado o impedimento de acesso à justiça, quando houver demora injustificada para o processamento interno do caso, quando os recursos internos existirem, mas forem inúteis ou inidôneos ou, ainda, quando faltarem defensores para que a vítima busque a reparação adequada.

O principal órgão dentro da estrutura da CIDH para o processamento de petições individuais é a Secretaria Executiva, cujas atividades estão sob o comando do Secretário Executivo da CIDH, nomeado pelo Secretário-Geral da OEA, conforme previsto pelo artigo 11 do Regulamento.

A Secretaria Executiva é órgão permanente da CIDH, diferentemente dos comissionados, possuindo um rol extenso de funções: preparação de relatórios, resoluções e estudos, recebimento e resposta de correspondências, processamento de petições e comunicações individuais e interestatais, solicitação de informações às partes, eventual envio de casos à Corte IDH, coordenação do seu próprio trabalho, preparação da organização orçamentária e plano de trabalho da CIDH, dentre outras⁷³.

Como se pode perceber, em razão do seu *status* permanente, tem um papel fundamental na atuação da CIDH, desenvolvendo suas atividades de forma discricionária no que concerne ao processamento de petições individuais, uma vez que é quem decide a admissibilidade, inadmissibilidade ou arquivamento de uma demanda⁷⁴. Shelton, ex-comissária, faz uma pontuação extremamente importante sobre esse *monopólio*: a

ou grupo de particulares que se considere vítima de violação por qualquer Alta Parte Contratante dos direitos reconhecidos na Convenção ou nos seus protocolos. As Altas Partes Contratantes comprometem-se a não criar qualquer entrave ao exercício efetivo desse direito. *Grifo nosso*.

⁷² Tal requisito está previsto no artigo 33 do Regulamento da Comissão Interamericana de Direitos Humanos.

⁷³ SHELTON, Dinah. "The rules and the reality of petition procedures in the Inter-American Human Rights System". In: **The future of the Inter-American Human Rights System**. Working paper n° 2, maio de 2014, p. 11.

⁷⁴ HUMAN RIGHTS CLINIC, University of Texas School of Law. **Maximizing justice, minimizing delay: streamlining procedures of the Inter-American Commission on Human Rights**, 2011, p. 20.

Secretaria Executiva tem quase total autoridade sobre o processamento de petições individuais, bem como sobre o envio de casos à Corte IDH e solicitação de medidas provisórias ao tribunal⁷⁵.

De acordo com o estudo realizado pela Clínica DH/Texas, cerca de 90% das petições recebidas pela CIDH todos os anos não são analisadas por não serem *recebíveis*. Ou seja, algo entre 1.150 a 1.200 petições sequer entram na contagem formal e pública dos dados do órgão⁷⁶.

Organizada em diversas unidades ou grupos, a Secretaria Executiva divide sua equipe permanente – em maior parte advogados – e equipe temporária – estagiários e profissionais bolsistas – como forma de melhor dar cumprimento a todas as suas inúmeras funções.

Criada apenas em 2007, a primeira unidade pela qual uma petição individual passa é o chamado *Registry*⁷⁷, incumbida de realizar a primeira análise da demanda – *triagem*. O *Protection group* é responsável por lidar com as medidas cautelares, enquanto o *Court group* é responsável pelo acompanhamento do litígio dos casos enviados à Corte IDH, dando suporte às vítimas.

Há, ainda, os *Regional groups*, responsáveis pelo processamento de petições e elaboração de relatórios, de acordo com a região que abarcam geograficamente. Dulitzky afirma que essa foi uma das grandes mudanças pelas quais a Secretaria passou em 2007, sendo seu objetivo a eficiência do processamento de petições⁷⁸. Shelton, contudo, critica duramente a divisão regional de atuação da Secretaria para o processamento de petições, afirmando que suas atividades são ineficientes e carregam certo grau de preconceito e juízos de valor sobre determinados países. Para ela, isso ocorre em razão de que ao muito se especializar em uma determinada região, um advogado dos grupos regionais acaba

⁷⁵ SHELTON, Dinah. “The rules and the reality of petition procedures in the Inter-American Human Rights System”. In: **The future of the Inter-American Human Rights System**. Working paper nº 2, maio de 2014, pp. 11-12.

⁷⁶ HUMAN RIGHTS CLINIC, University of Texas School of Law. **Maximizing justice, minimizing delay: streamlining procedures of the Inter-American Commission on Human Rights**, 2011, p. 25.

⁷⁷ A reforma de 2009 do Regulamento da CIDH previu a criação de um Grupo de Trabalho de Admissibilidade, formado por três ou mais comissionados para analisar a admissibilidade dos casos nos lapsos de tempo entre as sessões, para, então, fazer recomendações à plenária. Contudo, a reforma de 2013 extinguiu tal criação, aparentemente antes dele ter sido efetivamente iniciado suas atividades. SHELTON, Dinah. “The rules and the reality of petition procedures in the Inter-American Human Rights System”. In: **The future of the Inter-American Human Rights System**. Working paper nº 2, maio de 2014, p. 19.

⁷⁸ DULITZKY, Ariel E. **Too little, too late: the pace of adjudication of the Inter-American Commission on Human Rights**, Loyola of Los Angeles International and Comparative Law Review, 2013, pp. 12-13.

sendo mais ou menos tendencioso para avaliar um Estado, afetando a imparcialidade de toda a CIDH⁷⁹.

Por fim, a última unidade é o chamado *Friendly Settlement group*, criado para estimular a solução amistosa entre as partes, resolvendo os casos de forma menos custosa, mais rápida e mais justa⁸⁰.

Recebida uma demanda, a Secretaria Executiva atribui um número à petição e inicia o processamento para a verificação dos requisitos de admissibilidade. Não estando presentes os requisitos, os peticionários são comunicados para que emendem a inicial. As petições recebidas devem ser analisadas por ordem cronológica, conforme estipulado pelo artigo 29.2 do Regulamento do órgão, podendo haver antecipação da análise de determinados casos também previstos, geralmente associados à urgência do caso⁸¹.

Todos esses critérios de exceção foram introduzidos pela reforma do Regulamento da CIDH de 2013. Shelton aponta uma crítica muito perspicaz sobre eles: quase todos os casos podem ser encaixados em um ou mais critérios e, dentro de todos os casos em análise, os comissionados fazem pressão para que determinados casos que consideram mais importantes sejam primeiramente analisados. Além disso, a autora afirma que não é desconhecido o fato de que o extremo oposto também ocorre: muitas vezes a Secretaria Executiva atrasa um caso que envolve questões profundamente políticas ou até que encerre o mandato de um determinado comissionado para, então, analisar o caso em questão⁸².

A autora aponta que aqui o papel da Secretaria Executiva é, portanto, crucial e determinante. Ela chama o órgão de “judiciário oculto” da CIDH, uma vez que é quem

⁷⁹ SHELTON, Dinah. “The rules and the reality of petition procedures in the Inter-American Human Rights System”. In: **The future of the Inter-American Human Rights System**. Working paper n° 2, maio de 2014, p. 12.

⁸⁰ Apesar de todas essas mudanças, a Secretaria Executiva enfrenta ainda muitos problemas relacionados à demanda crescente de casos *versus* a falta de recursos materiais e humanos para efetivar todas as suas atribuições. As consequências desses impasses serão mais bem exploradas adiante no trabalho, mas já devem ser apontadas desde logo.

⁸¹ CIDH. **Regulamento da Comissão Interamericana de Direitos Humanos**, 2013. Artigo 29.2. A petição será estudada por sua ordem de entrada; no entanto, a Comissão poderá antecipar a avaliação de uma petição com base em pressupostos como os seguintes: a. Quando o decorrer do tempo privar a petição de sua utilidade, em particular nas seguintes circunstâncias: i. A suposta vítima é um idoso ou uma criança; ii. A suposta vítima padece de doença terminal; iii. Alega-se que a suposta vítima pode ser objeto de aplicação de pena de morte; ou iv. O objeto de petição tem conexão com uma medida cautelar ou provisória vigente; b. Quando as supostas vítimas forem pessoas privadas de liberdade; c. Quando o Estado manifestar formalmente sua intenção de entrar em um processo de solução amistosa; ou d. Quando ocorrer uma das seguintes circunstâncias: i. A decisão pode ter o efeito de remediar situações estruturais graves que tenham impacto no gozo dos direitos humanos; ou ii. A decisão pode promover mudanças legislativas ou de prática estatal e evitar o recebimento de múltiplas petições sobre o mesmo assunto.

⁸² SHELTON, Dinah. “The rules and the reality of petition procedures in the Inter-American Human Rights System”. In: **The future of the Inter-American Human Rights System**. Working paper n° 2, maio de 2014, p. 15.

prepara as decisões que serão discutidas por não mais que uma hora pelos comissionados em sessão⁸³.

Estando, então, a petição adequada, é enviada ao Estado para que se manifeste, no prazo de três meses, sobre os critérios de admissibilidade⁸⁴, não havendo qualquer prejulgamento da CIDH acerca do caso. Antes de enunciar sua decisão, a CIDH pode solicitar mais informações às partes, bem como realizar audiências se julgar necessário.

Recebidas todas as informações necessárias enviadas por ambas as partes – peticionários e Estado -, a CIDH pronuncia-se sobre a admissibilidade da demanda. Estando admitida, a petição é registrada como caso pelo *Registry* e seguirá para a análise do mérito. Todas as decisões da CIDH no que se refere à admissibilidade ou inadmissibilidade de demandas são públicas e devem constar do Relatório Anual submetido à Assembleia Geral da OEA, conforme exigido pelo artigo 36 do Regulamento.

É de suma importância frisar que em não havendo o preenchimento dos requisitos previstos no artigo 44, a petição é considerada inadmitida e contra tal decisão não há qualquer tipo de recurso cabível às vítimas. Carvalho Ramos defende que essa premissa consolida a CIDH como intérprete última da Convenção Americana de Direitos Humanos nos casos em que decide por não iniciar o trâmite de uma petição⁸⁵.

A CIDH não precisa necessariamente declarar a sua decisão sobre admissibilidade antes de analisar as questões de mérito, ainda que tenha sido a prática comum na maior parte dos casos, conforme aponta Dulitzky⁸⁶. Essa possibilidade está autorizada pelo artigo 36.3 do Regulamento⁸⁷. A possibilidade da análise em separado da admissibilidade e mérito é prática recente da CIDH. Da sua criação até 1999, o procedimento análise de

⁸³ SHELTON, Dinah. “The rules and the reality of petition procedures in the Inter-American Human Rights System”. In: **The future of the Inter-American Human Rights System**. Working paper n° 2, maio de 2014, pp. 13-14.

⁸⁴ A Corte IDH entendeu no caso *Castillo Páez vs Peru*, em 1996, que se o Estado não alegar a exceção preliminar do não esgotamento dos recursos internos na etapa de admissibilidade perante a CIDH não poderá fazer tal alegação perante a Corte IDH, subentendendo a desistência tácita de tal objeção, conforme apontado por Carvalho Ramos. CARVALHO RAMOS, André de. **Curso de direitos humanos**. São Paulo: Saraiva, 2014, p. 322. CORTE IDH. **Caso Castillo Páez vs Peru**. Sentença de 30 de janeiro de 1996, Série C, n° 24, parágrafos 41 a 44. Tal entendimento já foi consagrado pela Corte Europeia de Direitos Humanos em diversos julgamentos, conforme apontado pelo então juiz da Corte IDH Cançado Trindade em seu voto em apartado no mencionado caso. CORTE IDH. **Caso Castillo Páez vs Peru**. Sentença de 30 de janeiro de 1996, Série C, n° 24. Voto em apartado Juiz Antônio Augusto Cançado Trindade, parágrafo 13.

⁸⁵ CARVALHO RAMOS, André de. **Processo internacional de direitos humanos**. São Paulo: Saraiva, 2014, p. 221.

⁸⁶ DULITZKY, Ariel E. **Too little, too late: the pace of adjudication of the Inter-American Commission on Human Rights**, *Loyola of Los Angeles International and Comparative Law Review*, 2013, p. 5.

⁸⁷ São as hipóteses: quando a questão sobre o esgotamento dos recursos internos estiver intrinsecamente ligada do mérito do caso, quando a vida ou integridade da vítima estiver em perigo ou quando a demora no julgamento pela CIDH impedir o objetivo da demanda.

admissibilidade e mérito era realizado conjuntamente, sendo apenas separado após a alteração regulamentar de 2000.

Sobre tal mudança, o autor afirma que

A maior revisão regulamentar ocorreu no ano 2000. A mudança dividiu o procedimento em admissibilidade e mérito. Reduzir o estoque e o tempo de resolução de petições e casos não foi um objetivo explícito dessas alterações. Ao dividir a fase de admissibilidade e a fase de mérito em dois estágios diferentes, o impacto global das mudanças de 2000 para a duração dos processos e estoque foi negativo. Ao fazer isso, concentrou os recursos para os estágios preliminares do procedimento e estendeu o tempo global de duração⁸⁸.

Em razão do grande número de casos pendentes no SIDH – como será visto adiante -, Palacios afirma que o que é regra hoje na prática da CIDH deveria ser a exceção: as fases de admissibilidade e mérito devem ser analisadas conjuntamente, como forma de agilizar o processo⁸⁹.

Quando da análise do mérito, cada parte deve apresentar suas considerações sobre o mérito no prazo de quatro meses cada. Antes de pronunciar-se sobre a questão, a CIDH busca resolver o caso por meio de solução amistosa. A possibilidade das partes entrarem em um procedimento de solução amistosa é autorizada em todos os momentos durante a tramitação do caso, mediante consentimento de ambas, conforme apontado pelo artigo 40 do Regulamento. Alcançado um comum acordo, o caso é encerrado mediante a elaboração de um relatório pela CIDH. Em não sendo exitoso o acordo, o processo continua a tramitar exatamente do momento em que foi interrompido pelo procedimento incidental.

As soluções amistosas têm sido um dos grandes objetivos da CIDH nos últimos tempos. Conforme afirmam Dulitzky e Zarifis, no decorrer da década de 1990, o órgão começou a justamente decidir sobre a admissibilidade e o mérito dos casos em apartado para encorajar as partes a chegarem a uma solução amistosa, utilizando como instrumento para tal objetivo o relatório inicial de admissibilidade⁹⁰.

⁸⁸ DULITZKY, Ariel E. **Too little, too late: the pace of adjudication of the Inter-American Commission on Human Rights**, Loyola of Los Angeles International and Comparative Law Review, 2013, p. 10. Tradução nossa para: “The most extensive rule revision occurred in 2000. The change divided the procedure into admissibility and merits. Reducing the backlog and timely resolution of petitions and cases were not explicit goals of these amendments. By splitting the admissibility phase and the merits phase into two separate stages, the overall impact of the 2000 changes to the duration and backlog was negative. Doing so shifted the concentration of resources to the preliminary stages of the procedure and lengthened its overall duration.”

⁸⁹ PALACIOS, David Lovatón. “Reforma de la CIDH: la reforma eterna?”. In: **Aportes DPLF – Revista de la Fundación para el Debido Proceso**. N. 19, Ano 7, abril de 2014, p. 26.

⁹⁰ DULITZKY, Ariel. ZARIFIS, Ismene N. “Facing the challenge: the Inter-American Commission on Human Rights’ adoption of new rules of procedure.” In: 21 **Nordic Journal of Human Rights**, 2003, p.267.

Carvalho Ramos muito bem alerta para o cuidado necessário com essa postura do órgão:

Enquanto mecanismo de obtenção da superação de controvérsias internacional, a solução amistosa deve ser utilizada com cautela nos casos de responsabilidade internacional do Estado por violação de direitos humanos protegidos, para evitar, dada a assimetrias dos envolvidos (vítimas e Estados), o sacrifício dos interesses protegidos⁹¹.

Para ele, é exatamente por isso que todo o procedimento é – e deve ser – supervisionado pela CIDH, de modo a assegurar que as diferentes forças entre as partes não sejam um fator determinante no encerramento do processo⁹².

Ainda assim, o órgão entende que os acordos de solução amistosa têm alcançado medidas com efeitos amplos de reforma sistemática em todos os setores internos dos Estados (legislação, políticas públicas, etc), bem como mudanças estruturais a favor do respeito aos direitos humanos⁹³.

Segundo o artigo 42 do Regulamento da CIDH, em qualquer momento do processo o caso pode ser arquivado quando verificado que não existem ou que não mais existem os motivos que ensejaram a demanda. Além disso, a CIDH pode arquivar o caso em outras hipóteses: quando não conseguir as informações necessárias para o processamento do caso ou quando for verificada a inatividade dos peticionários.

Ressalta-se que apesar dos claros critérios, as decisões de arquivamento de casos não possuem nenhuma determinação implícita ou explícita sobre a denúncia ou sequer resulta em uma resposta aos peticionários⁹⁴, deixando de dar o devido fechamento ao caso. E, mais importante, da decisão de arquivamento não há recurso cabível aos peticionários, sendo, portanto, uma decisão definitiva.

Sobre a decisão de mérito, esta é baseada em todas as informações e conteúdo probatório apresentado por ambas as partes, podendo ser provenientes de comunicações escritas, audiências, visitas *in loco*, etc. Pode-se claramente perceber a essencial inter-

⁹¹ CARVALHO RAMOS, André de. **Processo internacional de direitos humanos**. São Paulo: Saraiva, 2014, p. 226.

⁹² Carvalho Ramos afirma a existência de diversos casos bem sucedidos de conciliação entre as partes por meio do procedimento de solução amistosa. O autor menciona em sua obra o caso dos *meninos emasculados do Maranhão*, oportunidade em que o Brasil reconheceu sua responsabilidade internacional por violações de direitos humanos. CARVALHO RAMOS, André de. **Processo internacional de direitos humanos**. São Paulo: Saraiva, 2014, p. 225.

⁹³ CIDH. **Plan estratégico 2011 – 2015. Parte I. 50 años defendiendo los derechos humanos: resultados y desafíos**, Washington, DC, EUA: CIDH, 2011, p. 10.

⁹⁴ HUMAN RIGHTS CLINIC, University of Texas School of Law. **Maximizing justice, minimizing delay: streamlining procedures of the Inter-American Commission on Human Rights**, 2011, p. 26.

relação entre todas as diferentes funções da CIDH – política e adjudicatória -, como forma de melhor instruir a tomada de decisão do órgão nos casos sob sua análise.

As Relatorias, por exemplo, fornecem informações quanto ao contexto de determinado padrão de violações em um país. No mesmo sentido, as visitas *in loco* podem fornecer elementos necessários para que a CIDH tome decisões mais fundamentadas sobre as violações, com base em informações colhidas juntamente às vítimas e/ou sociedade civil local. Os estudos e seminários auxiliam a construção crítica de temas sensíveis aos casos em análise pelo órgão, fornecendo suporte teórico-crítico sobre as questões.

Há, todavia, a crítica concernente quanto a efetivação dessas inter-relações. Shelton aponta que as audiências referentes aos assuntos de mérito, por exemplo, são raras, sendo tais questões discutidas em reuniões privadas entre as partes, o relator para o país em questão e um advogado da Secretaria Executiva. Sobre as visitas *in loco*, a ex-comissionada aponta que o mérito dos casos em análise pode ser eventualmente discutido, contudo, o foco principal é o recebimento de novas petições⁹⁵.

Ao analisar o mérito, enfim, a CIDH possui duas alternativas: decidir pela procedência ou improcedência do caso. Se decidida pela improcedência, o caso é encerrado e, da mesma forma ocorrida nas decisões de arquivamento, não há recurso cabível para as vítimas. Carvalho Ramos critica a alternativa uma vez que

Como todas as petições contra os Estados têm que ser processadas perante a Comissão, a posição jurídica da Comissão favorável aos Estados requeridos sobre determinada conduta, por consequência, tem o caráter definitivo, *colocando-a no papel de intérprete final* da Convenção Americana de Direitos Humanos nesses casos⁹⁶.

O autor, por outro lado, assevera que exigir que a CIDH processe um Estado mesmo sem entender que ele é internacionalmente responsável pelas violações alegadas seria amesquinhar seu papel e negar a natureza de órgão independente e autônomo que possui⁹⁷.

Contudo, ao considerar a demanda procedente, elabora um relatório contendo recomendações ao Estado para que repare as violações no prazo de três meses. Esse primeiro relatório, chamado de *primeiro relatório*, é confidencial e apenas remetido ao

⁹⁵ SHELTON, Dinah. “The rules and the reality of petition procedures in the Inter-American Human Rights System”. In: **The future of the Inter-American Human Rights System**. Working paper n° 2, maio de 2014, p. 35.

⁹⁶ CARVALHO RAMOS, André de. **Processo internacional de direitos humanos**. São Paulo: Saraiva, 2014, p. 227.

⁹⁷ CARVALHO RAMOS, André de. **Processo internacional de direitos humanos**. São Paulo: Saraiva, 2014, p. 227.

Estado, que está proibido de publicá-lo. Recebido o relatório com as recomendações, o Estado pode cumpri-las, encerrando o caso, ou pode não cumpri-las. A resposta da CIDH a partir de então dependerá se o Estado réu é ou não parte da CADH.

Se o Estado não tiver ratificado o tratado, a CIDH elabora o segundo relatório, ou *segundo informe*, dessa vez público, contendo novas recomendações a serem adotadas pelo Estado. Em não havendo cumprimento, a única saída é o apelo à Assembleia Geral da OEA. Se o Estado for parte da CADH, a CIDH deve remeter automaticamente o caso para a análise da Corte Interamericana de Direitos Humanos, salvo se houver decisão por maioria absoluta dos comissionados em sentido contrário, conforme regula o artigo 45 do Regulamento.

Ao ser enviado à Corte IDH, o caso é novamente analisado em sua totalidade, desde a admissibilidade até o mérito, que emitirá uma sentença condenatória ou não. Se julgar pela responsabilização internacional do Estado por violação de direitos humanos, emitirá uma sentença que contenha julgamento sobre as exceções preliminares apresentadas pelos Estados, o mérito do caso e, por fim, as reparações às vítimas e o pagamento das custas processuais internas e internacionais.

Em suma, o sistema de petições é o coração do SIDH, embora haja quem entenda ser esse mecanismo apenas mais uma de suas diversas atividades⁹⁸. Sobre a essencialidade do sistema de petições, Cançado Trindade: “Sejamos realistas: sem o direito de petição individual, e o consequente acesso à justiça no plano internacional, os direitos consagrados nos tratados de direitos humanos seriam reduzidos a pouco mais que letra morta.”⁹⁹

Não se pode deixar de compreender a importância vital do sistema de denúncia que somente é proporcionado pelas petições individuais, tendo em vista ser a ferramenta para que os indivíduos possam, de fato, alcançar medidas efetivas de reconhecimento de direitos, proteção ou reparação contra violações e não apenas o tratamento genérico abordado politicamente pelo SIDH. Sem o sistema de petições, o SIDH se resumiria à uma organização internacional que discute regras de dever ser, sem conexão clara com a realidade dos países membros.

⁹⁸ SHELTON, Dinah. **The rules and the reality of petition procedures in the Inter-American Human Rights System**, p. 7.

⁹⁹ CANÇADO TRINDADE, Antônio Augusto. **Tratado de direito internacional dos direitos humanos**, vol. III, p. 100.

2.2. COMO SOBREVIVE O SISTEMA INTERAMERICANO: BREVE APRESENTAÇÃO DOS SEUS RECURSOS FINANCEIROS

O orçamento da CIDH possui diversos países e entidades na lista de contribuintes, sendo a arrecadação repassada pela OEA apenas uma parcela de seus recursos financeiros.

Segundo as informações cedidas pela própria Comissão em seu site¹⁰⁰, em 2014 o órgão desenvolveu suas atividades com pouco mais de 9 milhões de dólares. Destes, 4.388.300 dólares foram repassados pela OEA, representando 47% do orçamento da CIDH, enquanto os outros 53%, 4.985.400 dólares, foram obtidos por doações de Estados membros da OEA, organizações internacionais, Estados não americanos ou Estados com *status* de observadores. O valor repassado pela OEA representa apenas 5% do seu orçamento global, que foi de quase 83 milhões de dólares em 2014¹⁰¹.

Das doações externas, dois dos três maiores aportes foram feitos pelos Estados Unidos (873.700 dólares) e Canadá (304.200 dólares), ressaltando que ambos fazem parte da OEA, mas não ratificaram a Convenção Americana. As doações adicionais por Estados membros da OEA foram feitas pela Argentina, México, Costa Rica e Chile.

Ressalta-se a pontuação feita pelo estudo da Clínica DH/Texas sobre o aparente conflito de interesses relacionado ao envio de recursos de Estados membros à CIDH, uma vez que o órgão deve tomar suas decisões de forma imparcial¹⁰².

Os Estados observadores que aportaram valores para as atividades do órgão em 2014 são todos europeus - Dinamarca, Espanha, Finlândia, Países Baixos e Suíça -, além da própria União Europeia. Outras entidades doadoras foram organizações internacionais como o Alto Comissariado das Nações Unidas para os Refugiados (ACNUR), ONGs, como Aldeias Infantis, Save the Children – Suécia e Visão Mundial, e universidades, como a Universidade de Notre Dame.

A própria CIDH alarma o problema crônico que sofre pela falta de recursos financeiros suficientes¹⁰³ e há críticos que indiquem que a OEA parece não estar

¹⁰⁰ Recursos financeiros 2014. Disponível em: <<http://www.oas.org/es/cidh/docs/anual/2014/docs-es/Anual2014-Cap-6.pdf>>. Acesso em: 01 de julho de 2015.

¹⁰¹ Disponível em: <<http://www.oas.org/budget/2014/Presupuesto%202014%20-%20Español%20V2%20Final.pdf>>. Acesso em: 01 de julho de 2015.

¹⁰² HUMAN RIGHTS CLINIC, University of Texas School of Law. **Maximizing justice, minimizing delay: streamlining procedures of the Inter-American Commission on Human Rights**, 2011, p. 39.

¹⁰³ CIDH. **Plan estratégico 2011 – 2015. Parte I. 50 años defendiendo los derechos humanos: resultados y desafíos**, Washington, DC, EUA: CIDH, 2011, p. 39.

interessada em assegurar o financiamento adequado ao seu principal órgão de direitos humanos¹⁰⁴.

O subfinanciamento da CIDH gera impactos graves e diretos ao desenvolvimento das suas atribuições, tanto quando assume seu papel de promoção como quando assume seu papel de proteção. A crítica de que é absolutamente necessário o aumento dos recursos humanos e materiais do órgão não é nova¹⁰⁵, muito menos pouco conhecida¹⁰⁶.

Ao longo dos anos, portanto, a CIDH tem redistribuído os recursos que possui – tanto materiais como humanos – em suas mais variadas funções. A falta de financiamento a impede de contratar o número adequado de pessoas para compor a equipe que, atualmente, soma 60 profissionais¹⁰⁷, enquanto o número ideal seria 112, na avaliação da Clínica DH/Texas¹⁰⁸. Para suprir essa clara necessidade, incentiva programas de estágio não remunerado¹⁰⁹ e dispõe de duas a três bolsas para jovens profissionais, com remuneração menor do que as pagas aos advogados efetivos¹¹⁰.

Além dessa saída, a CIDH tem aumentado sua demanda por doações externas e tal intenção faz parte do seu Plano Estratégico para os anos de 2011 a 2015¹¹¹. O problema desse plano, para Dulitzky, é o comprometimento da imparcialidade da CIDH no desempenho das suas atividades, uma vez que “(...) organizações e governos tendem a se comprometer com novos recursos para projetos especiais em detrimento das funções principais da CIDH, particularmente o processamento de petições e casos.”¹¹²

¹⁰⁴ HUMAN RIGHTS CLINIC, University of Texas School of Law. **Maximizing justice, minimizing delay: streamlining procedures of the Inter-American Commission on Human Rights**, 2011, p. 21.

¹⁰⁵ A própria CIDH já afirmava tal necessidade no começo das suas atividades. Cf. Relatório anual de 1976. Disponível em: <<http://www.cidh.oas.org/annualrep/76sp/indice.htm>>. Acesso em: 31 de maio de 2014. CIDH. **Plan estratégico 2011 – 2015. Parte I. 50 años defendiendo los derechos humanos: resultados y desafíos**, Washington, DC, EUA: CIDH, 2011, p. 37.

¹⁰⁶ CANÇADO TRINDADE, Antônio Augusto. **Tratado de direito internacional dos direitos humanos**, vol. III. Porto Alegre: Sergio Antônio Fabris Editor, 2003, p. 53. HUMAN RIGHTS CLINIC, University of Texas School of Law. **Maximizing justice, minimizing delay: streamlining procedures of the Inter-American Commission on Human Rights**, 2011, pp. 21-24. DULITZKY, Ariel E. **Too little, too late: the pace of adjudication of the Inter-American Commission on Human Rights**, Loyola of Los Angeles International and Comparative Law Review, 2013, p. 14. SHELTON, Dinah. “The rules and the reality of petition procedures in the Inter-American Human Rights System”. In: **The future of the Inter-American Human Rights System**. Working paper nº 2, maio de 2014, p. 7.

¹⁰⁷ Disponível em: <<http://www.oas.org/es/cidh/docs/anual/2014/docs-es/Anual2014-Cap-6.pdf>>. Acesso em: 02 de julho de 2015.

¹⁰⁸ HUMAN RIGHTS CLINIC, University of Texas School of Law. **Maximizing justice, minimizing delay: streamlining procedures of the Inter-American Commission on Human Rights**, 2011, p. 22.

¹⁰⁹ Disponível em: <<http://www.oas.org/es/cidh/empleos/pasantias.asp>>. Acesso em: 31 de maio de 2014.

¹¹⁰ Disponível em: <<http://www.oas.org/es/cidh/empleos/becas.asp>>. Acesso em: 31 de maio de 2014.

¹¹¹ CIDH. **Plan estratégico 2011 – 2015. Parte I. 50 años defendiendo los derechos humanos: resultados y desafíos**, Washington, DC, EUA: CIDH, 2011, p. 39.

¹¹² DULITZKY, Ariel E. **Too little, too late: the pace of adjudication of the Inter-American Commission on Human Rights**, Loyola of Los Angeles International and Comparative Law Review, 2013, p. 15. Tradução nossa para: “(...) *outside organizations and governments tend to commit new funds to special*

Apesar disso, o próprio órgão considera o fortalecimento do sistema de petições individuais um eixo central de trabalho nos últimos vinte anos, tendo havido avanços significativos na proteção dos direitos humanos na região, “(...) *que permiten encontrar soluciones a las denuncias presentadas y facilitan la implementación de medidas de no repetición con cambios estructurales que evitan nuevas violaciones a los derechos humanos.*”¹¹³ Claramente mudanças são necessárias.

Outro ponto bastante crítico acerca do comprometimento da imparcialidade do órgão é a indução à seletividade que o subfinanciamento pode causar. De acordo com Shelton, com a quantidade de funções que a CIDH possui e a limitação clara dos seus recursos, requer que o órgão designe prioridades e faça escolhas sobre países, temas e casos¹¹⁴.

Além do problema de recursos humanos, a CIDH também é privada de utilizar o potencial máximo das novas tecnologias, o que poderia ser de extrema serventia para o desenvolvimento de todas as suas atividades. No caso do processamento de petições individuais, a informatização do processo seria certamente positiva¹¹⁵.

Desta forma, vislumbra que o funcionamento do órgão já contaria com considerável melhoramento caso tivesse orçamento suficiente e se tais recursos pudessem ser direcionados com mais liberdade pela Comissão.

2.3. A COMISSÃO INTERAMERICANA DE DIREITOS HUMANOS EM NÚMEROS

A CIDH tem desenvolvido atividades no âmbito do seu papel político desde a sua criação, uma década antes de iniciar suas atividades adjudicatórias. No desempenho do seu segundo papel, o órgão passou a dividir seus recursos materiais e humanos para realizar todas as atividades, sem o aumento significativo de aportes financeiros da OEA.

A seguir foram apresentados os números dessas atividades desenvolvidas pela CIDH como forma de possibilitar uma visão global das demandas e dos resultados entregues com os recursos que a CIDH possui.

projects, rather than the core functions of the Commission, particularly the processing of petitions and cases.”

¹¹³ CIDH. **Plan estratégico 2011 – 2015. Parte I 50 años defendiendo los derechos humanos: resultados y desafíos**, Washington, DC, EUA: CIDH, 2011, p. 8.

¹¹⁴ SHELTON, Dinah. “The rules and the reality of petition procedures in the Inter-American Human Rights System”. In: **The future of the Inter-American Human Rights System**. Working paper n° 2, maio de 2014, p. 7.

¹¹⁵ Cf. HUMAN RIGHTS CLINIC, University of Texas School of Law. **Maximizing justice, minimizing delay: streamlining procedures of the Inter-American Commission on Human Rights**, 2011, pp. 98-100.

2.3.1. A atuação promocional

A atuação promocional da CIDH é feita por meio da elaboração de documentos, realização de visitas *in loco*, audiências, conferências, seminários, workshops e quaisquer outras atividades que visem a formação de profissionais (públicos ou privados) sobre direitos humanos e/ou atuação no SIDH.

A Comissão realizou sua primeira visita *in loco* em outubro de 1961, na República Dominicana, totalizando até hoje 94 visitas em 23 diferentes países¹¹⁶. Destes, o país que mais recebeu visitas foi o Haiti, com 14 visitas, seguido pela Guatemala, com 12 visitas, Estados Unidos, com 8 visitas, Nicarágua e Colômbia, com 7 visitas cada, República Dominicana, Peru e Honduras, com 6 visitas cada, México, Paraguai, Jamaica, Venezuela e Bolívia, com 2 visitas cada país e, por fim, Chile, Argentina, Guiana Francesa, Bahamas, Equador, Brasil¹¹⁷ e Canadá, com apenas uma visita cada um.

A listagem acima, segundo informações da própria CIDH, contém apenas as visitas realizadas desde 1961 por mais de um comissionado, não incluindo as visitas realizadas por apenas um deles, sob a alcunha de relator de país¹¹⁸ ou temático.

Ressalta-se que apesar da disponibilização da listagem das visitas, só estão disponíveis no site da CIDH os relatórios a partir do ano de 1965, deixando as três primeiras visitas – duas na República Dominicana e uma nos Estados Unidos –, sem informação pública.

Sobre o trabalho das Relatorias, suas atividades são divididas entre temáticas e por países, resultando na publicação de relatórios. As atividades realizadas pelas Relatorias temáticas podem ser visualizadas na tabela abaixo.

¹¹⁶ Disponível em: <http://www.oas.org/es/cidh/actividades/visitas_todas.asp>. Acesso em: 08 de junho de 2014.

¹¹⁷ O Brasil recebeu uma visita da CIDH no final de 1995, que abrangeu os estados de São Paulo, Rio de Janeiro, Bahia, Pernambuco, Pará, Roraima e o Distrito Federal. Os temas tratados durante a visita foram administração da justiça, grupos de extermínio, violência urbana e rural, falta de segurança, discriminação racial, situação dos povos indígenas, problemas relacionados com crianças em situação de rua, violência de gênero, violência policial e sua impunidade, tortura como método de investigação, sistema penitenciário, competência dos tribunais militares em julgar crimes comuns e trabalho escravo rural. Disponível em: <<http://www.cidh.org/countryrep/Brasesp97/introduccion.htm>>. Acesso em: 08 de junho de 2014.

¹¹⁸ Em 2010 o comissário relator para o Brasil, Felipe González, realizou uma visita *in loco* no país. A visita foi realizada nas cidades de Brasília, Rio de Janeiro e São Paulo, envolvendo diálogos com o governo e com a sociedade civil. Não está disponibilizado no site, entretanto, o relatório resultado dessa visita. Disponível em: <<http://www.oas.org/es/cidh/actividades/visitas.asp#br2010>>. Acesso em: 08 de junho de 2014. Importa ressaltar que nesse mesmo ano a CIDH faria uma visita *in loco* ao país, que foi cancelada dias antes pelo governo brasileiro.

Tabela 2 – Dados relativos às atividades promocionais realizadas pelas Relatorias

Relatoria	Ano de criação	Visitas <i>in loco</i>	Audiências	Atividades de promoção	Relatório por País	Relatório Temático
Direitos dos Povos Indígenas	1990	27	137	55	17	6
Direitos das Mulheres	1994	10	128	20	22	17
Direitos das Pessoas Migrantes	1996	-	-	-	6	-
Liberdade de Expressão (Especial)	1997	-	-	-	11	34
Direitos das Crianças	1998	15	80	48	28	19
Defensores e Defensoras de Direitos Humanos	2001	5	127	23	33	9
Direitos das Pessoas Privadas de Liberdade	2004	22	102	58	47	6
Direitos das Pessoas Afrodescendentes e Contra a Discriminação Racial	2005	3	58	19	6	5
Direitos das Pessoas Lésbicas, Gays, Bissexuais, Trans e Interssexuais	2011	3	27	20	8	10
Direitos Econômicos, Sociais e Culturais (Unidade)	2012	-	-	3	-	-

As informações disponíveis sobre as atividades de cada Relatoria são fornecidas por cada uma delas no site da CIDH¹¹⁹. Contudo, ressalta-se que não há um padrão de sistematização dessas informações, sendo que cada Relatoria fornece dados das atividades desenvolvidas de formas diferentes. Isso faz com que alguns dados não estejam disponíveis para consulta pública, dificultando a contabilização integral dos números.

Segundo as informações no site, a Relatoria sobre os Direitos dos Povos Indígenas e a Relatoria sobre os Direitos das Mulheres são, até hoje, as que mais realizaram audiências públicas, sendo também as duas mais antigas.

Especialmente, em razão do tema, a Relatoria sobre os Direitos dos Povos Indígenas assessora, desde o ano 2000, o Conselho Permanente da OEA na elaboração do *Projeto de Declaração sobre os Direitos dos Povos Indígenas*¹²⁰.

A Relatoria sobre os Direitos das Pessoas Migrantes possui um banco de dados disponível bastante incompleto e essa ausência de informações mais específicas faz com que não se saiba se a Relatoria não desenvolveu essas atividades ou se apenas não publicou tais dados. Sobre a elaboração de relatórios temáticos, não houve publicação específica como elaborados por outras Relatorias. Temas específicos relacionados com os direitos das pessoas migrantes foram incluídos nos relatórios de outras Relatorias ou em capítulos específicos do Relatório Anual da CIDH enviado para a Assembleia Geral da OEA¹²¹.

Sobre suas atividades de promoção, há menção de que desenvolve diversas ações nesse sentido, como capacitações, participação em conferências e fóruns intergovernamentais, elaboração de um *Programa Interamericano para a Promoção e Proteção dos Direitos das Pessoas Migrantes*, mas não há indicação quantitativa dessas ações¹²².

Apesar da Relatoria para a Liberdade de Expressão receber quase 30% dos recursos anuais da CIDH¹²³, ela não é a mais completa em termos de disponibilização de dados. As únicas informações disponíveis em sua página referem-se aos relatórios por ela publicados: anuais, temáticos e por países. Sobre suas atividades de promoção, há apenas a indicação

¹¹⁹ Disponível em: <<http://www.oas.org/es/cidh/mandato/relatorias.asp>>. Acesso em: 08 de junho de 2014.

¹²⁰ Disponível em: <[http://www.oas.org/dil/esp/indigenas/Elaboracion del Proyecto de Declaracion.htm](http://www.oas.org/dil/esp/indigenas/Elaboracion%20del%20Proyecto%20de%20Declaracion.htm)>. Acesso em: 08 de junho de 2014.

¹²¹ Disponível em: <<http://www.cidh.org/Migrantes/migrantes.estudios.htm>>. Acesso em: 08 de junho de 2014.

¹²² Disponível em: <<http://www.cidh.org/Migrantes/migrantes.actividades.htm>>. Acesso em: 08 de junho de 2014.

¹²³ Dados relativos ao ano de 2013. Disponível em: <<http://www.oas.org/es/cidh/mandato/finanzas/2013-recursos-financieros-es.pdf>>. Acesso em: 08 de junho de 2014.

de materiais de um curso de capacitação e uma apresentação em *PowerPoint* sobre os *standards* interamericanos para a liberdade de expressão¹²⁴.

Sobre os direitos das crianças, verificam-se contribuições sobre essa temática em relatórios anuais da CIDH desde 1972, muitos anos antes da criação da Relatoria para o tema. Essas contribuições, contudo, não são de produção do órgão, mas elencados como importantes referenciais da temática no âmbito da CIDH¹²⁵. Sobre os relatórios temáticos, cabe também observar que os 19 documentos informados pela Relatoria não são todos especializados nos direitos das crianças, mas contabilizados também os relatórios sobre outros temas em que os direitos das crianças foram trabalhados de forma transversal¹²⁶.

A Relatoria sobre Defensores e Defensoras de Direitos Humanos publicou 33 relatórios por país, ressaltando-se que tendo o órgão sido criado apenas em 2001, todos os relatórios publicados anteriores a essa data foram elaborados pela CIDH sem um órgão específico para tanto.

Da mesma forma, a Relatoria dos Direitos das Pessoas Privadas de Liberdade contabiliza 20 relatórios anuais, mas sua criação foi apenas em 2004¹²⁷. No que se relaciona às atividades de promoção, a Relatoria tem sido bastante ativa, realizando seminários, encontros de especialistas, etc¹²⁸. Ainda, essa Relatoria também elaborou um documento chamado *Princípios e Boas Práticas sobre a Proteção das Pessoas Privadas de Liberdade nas Américas* em março de 2008¹²⁹.

Criada em 2005, a Relatoria dos Direitos das Pessoas Afrodescendentes e Contra a Discriminação Racial é a que apresenta os menores dados dentre todas, tendo realizado apenas 3 visitas *in loco*¹³⁰. Sobre os relatórios, no que se refere aos temáticos, apenas um deles é específico, sendo que os demais são capítulos sobre a matéria de discriminação trabalhada de forma transversal em relatórios elaborados por outras Relatorias¹³¹. Referente

¹²⁴ Disponível em: <<http://www.oas.org/es/cidh/expresion/pedagogicos>>. Acesso em: 08 de junho de 2014.

¹²⁵ Disponível em: <<http://www.oas.org/es/cidh/infancia/informes/anales.asp>>. Acesso em 08 de junho de 2014.

¹²⁶ Disponível em: <<http://www.oas.org/es/cidh/infancia/informes/tematicos.asp>>. Acesso em: 08 de junho de 2014.

¹²⁷ Disponível em: <http://www.oas.org/es/cidh/ppl/informes/informes_anales.asp>. Acesso em: 09 de junho de 2014.

¹²⁸ Disponível em: <<http://www.oas.org/es/cidh/ppl/actividades/actividades.asp#>>, <http://www.oas.org/es/cidh/ppl/actividades/seminario_presentacion.asp> e <<http://www.oas.org/es/cidh/ppl/actividades/prisionpreventiva.asp>>. Acesso em 09 de junho de 2014.

¹²⁹ Disponível em: <<http://www.oas.org/es/cidh/ppl/actividades/principiosybp.asp>>. Acesso em: 09 de junho de 2014.

¹³⁰ Disponível em: <<http://www.oas.org/es/cidh/afrodescendientes/actividades/paises.asp>>. Acesso em: 09 de junho de 2014.

¹³¹ Disponível em: <<http://www.oas.org/es/cidh/afrodescendientes/informes/tematicos.asp>>. Acesso em: 09 de junho de 2014.

aos relatórios anuais está disponível no site apenas as publicações realizadas entre 2005 e 2009, não havendo informações sobre posteriores publicações dessa Relatoria no Relatório Anual da CIDH desde então¹³².

A Relatoria sobre os Direitos das Pessoas Lésbicas, Gays, Bissexuais, Trans e Intersexuais é a mais nova criada no âmbito da CIDH – em 2011 –, mas não a menos ativa. Desde a sua criação, já realizou 27 audiências e, ainda, relaciona 6 audiências gerais realizadas pela CIDH em que o tema LGBT foi abordado de alguma forma¹³³. Dos 9 relatórios anuais, apenas dois deles foram incluídos no documento periódico da CIDH após a sua criação, sendo que os outros 7 foram desenvolvidos em sentido transversal com outros temas trabalhados naquele ano por outra Relatoria¹³⁴. No mesmo sentido ocorre com os relatórios temáticos, sendo os 10 documentos elencados parte de relatórios publicados por outras Relatorias e que trabalham a questão LGBT de forma interdisciplinar¹³⁵.

Não há dados públicos sobre as atividades realizadas pela Unidade sobre Direitos Econômicos, Sociais e Culturais, senão os relacionados à promoção. Até hoje, realizou três ações promocionais¹³⁶ e seu comissionado responsável integra o *Grupo de Trabalho para a Análise dos Informes Nacionais Previstos no Protocolo de San Salvador*¹³⁷.

Verifica-se que as atividades promocionais de cada Relatoria depende dos fundos a ela direcionados e que não há uma padronização de sua organização, de maneira que não é possível coletar dados sistematizados de forma adequada e de fácil compreensão quanto ao trabalho das Relatorias.

2.3.2. A atuação adjudicatória

A atuação da CIDH como órgão quase judicial importa no recebimento, análise e processamento de demandas a ela submetidas pelo sistema de peticionamento.

¹³² Disponível em: <http://www.oas.org/es/cidh/afrodescendientes/informes/informes_anuales.asp>. Acesso em: 09 de junho de 2014.

¹³³ Disponível em: <<http://www.oas.org/es/cidh/lgtbi/actividades/audiencias.asp>>. Acesso em: 09 de junho de 2014.

¹³⁴ Disponível em: <<http://www.oas.org/es/cidh/lgtbi/informes/anuales.asp>>. Acesso em: 09 de junho de 2014.

¹³⁵ Disponível em: <<http://www.oas.org/es/cidh/lgtbi/informes/tematicos.asp>>. Acesso em: 09 de junho de 2014.

¹³⁶ Disponível em: <<http://www.oas.org/es/cidh/desc/actividades/>> e <<http://www.oas.org/es/cidh/afrodescendientes/docs/pdf/IACHR-McGill-Event-2013.pdf>>. Acesso em: 09 de junho de 2014.

¹³⁷ Disponível em: <<http://www.oas.org/es/cidh/desc/protocolodesc/>>. Acesso em: 09 de junho de 2014. Ressalta-se a presença da Professora Flávia Piovesan, pesquisadora sobre temas de direitos humanos, entre os especialistas integrantes do Grupo de Trabalho.

Em 1969, a CIDH recebeu 153 petições individuais, referentes a 77 casos de violações de direitos humanos. Em 2014 foram 1.758¹³⁸. A gritante diferença totaliza um aumento de 1.145% de casos recebidos anualmente em pouco mais de quatro décadas.

Esse aumento de demandas enviadas à CIDH anualmente ocorreu de forma gradual, a partir de diversos fatores combinados, como o aumento do orçamento anual destinado pela OEA ao órgão, o aumento dos valores das doações voluntárias de países e outras organizações internacionais, o aumento da visibilidade do SIDH nos países que o integram, o desenvolvimento do conhecimento para litigância pelos representantes das vítimas, inclusão do tema nos currículos dos cursos jurídicos, dentre outros.

Apesar do acesso possível aos dados acima mencionados, nem todas as informações sobre a atuação da CIDH ao longo dos anos está disponível para consulta pública. Ao buscar informações sobre o sistema de petições individuais, percebe-se que alguns anos apresentam informações incompletas ou não apresentam dados, dificultando o trabalho de pesquisa. Como exemplo, as informações referentes ao número exato de quantas petições individuais foram recebidas por ano foram publicados de forma integral entre 1969 e 1977, mas em 1978, e muitas vezes após isso, a CIDH passou apenas informar que *um grande número* de denúncias foi recebida, sem especificar um valor exato¹³⁹. Sobre as decisões de mérito, há informações incompletas a partir do ano de 1973¹⁴⁰, enquanto sobre as soluções amistosas, apenas a partir do ano de 1985 é possível obter informações¹⁴¹.

Até 1988, a CIDH publicava de forma conjunta seus relatórios de admissibilidade, inadmissibilidade, mérito, arquivamento e envio à Corte IDH e foi apenas a partir de 1989 que o órgão passou a dividir suas decisões por *espécie* ou *tipo*. Quase uma década depois, em 1997, os relatórios anuais passaram a trazer estatísticas sobre os números relativos ao ano do relatório, envolvendo número de petições recebidas, números de decisões de admissibilidade, inadmissibilidade, mérito, arquivamento, casos enviados à Corte IDH e medidas cautelares.

Muito embora a CIDH mencione em seus relatórios anuais anteriores à 1997 alguns desses dados, verificou-se que eles não estão disponibilizados de forma completa e totalmente confiável, motivo pelo qual a sistematização abaixo foi elaborada com base nas

¹³⁸ Disponível em: <<http://www.oas.org/es/cidh/multimedia/estadisticas/estadisticas.html>>. Acesso em 01 de julho de 2015.

¹³⁹ Disponível em: <<http://www.cidh.org/casos/79.80sp.htm>>. Acesso em 05 de julho de 2014.

¹⁴⁰ Disponível em: <<http://www.oas.org/es/cidh/decisiones/fondos.asp#inicio>>. Acesso em: 05 de julho de 2014.

¹⁴¹ Disponível em: <<http://www.oas.org/es/cidh/decisiones/amistosas.asp>>. Acesso em: 05 de julho de 2014.

estatísticas publicadas a partir de 1997. As estatísticas são feitas com base nos mesmos parâmetros e disponibilizam as mesmas informações.

Tabela 3 – Dados relativos às atividades adjudicatórias realizadas pelas Relatorias

Relatoria	Medidas Cautelares	Solicitação de Medidas Provisionais	Solicitação de Opinião Consultiva
Direitos dos Povos Indígenas	69	63	-
Direitos das Mulheres	52	4	-
Direitos das Pessoas Migrantes	-	1	1
Liberdade de Expressão (Especial)	84	-	-
Direitos das Crianças	37	88	-
Defensores e Defensoras de Direitos Humanos	180	79	-
Direitos das Pessoas Privadas de Liberdade	61	67	-
Direitos das Pessoas Afrodescendentes e Contra a Discriminação Racial	5	9	-
Direitos das Pessoas Lésbicas, Gays, Bissexuais, Trans e Interssexuais	11	0	-
Direitos Econômicos, Sociais e Culturais (Unidade)	-	-	-

Tabela 4 – Dados relativos às atividades realizadas pelas Relatorias no sistema de petições individuais

Relatoria	Inadmis- sibilidade	Admissi- bilidade	Arqui- vamento	Mérito	Soluções Amistosas	Casos enviados à Corte IDH
Direitos dos Povos Indígenas	-	66	-	16	7	13
Direitos das Mulheres	1	36	-	7	7	10
Direitos das Pessoas Migrantes	2	14	1	7	-	-
Liberdade de Expressão (Especial)		171	12	54	4	-
Direitos das Crianças	7	110	-	74	12	24
Defensores e Defensoras de Direitos Humanos	-	26	-	33	1	11
Direitos das Pessoas Privadas de Liberdade	7	76	29	44	13	21
Direitos das Pessoas Afrodescendentes e Contra a Discriminação Racial	1	8	-	4	-	1
Direitos das Pessoas Lésbicas, Gays, Bissexuais, Trans e Interssexuais	2	3	1	1	1	1
Direitos Econômicos, Sociais e Culturais (Unidade)	-	-	-	-	-	-

As Relatorias podem atuar diretamente no sistema de petições individuais, de acordo com o tema de cada caso. Podem, ainda, elaborar o conteúdo das decisões de outorga de medidas cautelares ou de solicitação de medidas provisórias ou de opiniões consultivas à Corte IDH. Ressalta-se, todavia, que elas atuam, dentro do tema do seu mandato, como *órgão* da Comissão, motivo pelo qual o órgão protagonista dessas decisões é sempre a CIDH.

Sobre os dados apresentados, a Relatoria sobre os Direitos dos Povos Indígenas não disponibiliza informações sobre o número de petições que considerou inadmitidas, nem quantos casos foram arquivados. Da mesma forma, a Relatoria sobre os Direitos das Mulheres não informa o número de casos arquivados.

A Relatoria sobre os Direitos das Pessoas Migrantes possui um banco de dados disponível para acesso público bastante incompleto. Não há informações sobre o número de casos que alcançaram soluções amistosas, sobre a determinação de medidas cautelares ou sobre os casos que foram enviados para julgamento da Corte IDH. Essa foi a única Relatoria a disponibilizar informação sobre o envolvimento direto na solicitação de Opinião Consultiva à Corte IDH. Da mesma forma que referido para as outras informações apresentadas, não é possível inferir que essa atividade foi exercido apenas por essa Relatoria ou se as outras apenas não disponibilizaram informações.

A Relatoria sobre Liberdade de Expressão não disponibiliza informações sobre o número de petições não admitidas. De todas as Relatorias, é a que mais publicou decisões de admissibilidade de petições e a segunda em número de publicação de decisões de mérito. Em relação às medidas cautelares outorgadas, das 84, 8 deles foram decisões ampliando medidas cautelares já concedidas anteriormente¹⁴².

Já a Relatoria sobre Defensores e Defensoras de Direitos Humanos apresenta uma atuação bastante incisiva no âmbito protecional: dentre todas as Relatorias, tendo em vista que é a que mais emitiu medidas cautelares até hoje.

Criada em 2005, a Relatoria dos Direitos das Pessoas Afrodescendentes e Contra a Discriminação Racial é a que apresenta os menores dados dentre todas. Emitiu apenas 5

¹⁴² Disponível em: <<http://www.oas.org/es/cidh/expresion/index.asp>>. Acesso em: 09 de junho de 2014.

medidas cautelares¹⁴³, solicitou apenas 9 medidas provisórias à Corte IDH¹⁴⁴ e realizou apenas 3 visitas *in loco*¹⁴⁵.

A Relatoria sobre os Direitos das Pessoas Lésbicas, Gays, Bissexuais, Trans e Interssexuais, por sua vez, é a mais nova criada no âmbito da CIDH – em 2011 –, mas não a menos ativa. Interessante que diferentemente das outras Relatorias, informa em seu site que não solicitou nenhuma medida provisória à Corte IDH e não apenas deixou o campo sem informação¹⁴⁶.

Assim como os dados trazidos anteriormente, em razão da grande falta de informações disponível, não é possível afirmar se os dados apontados representam a totalidade das atividades de todas as Relatorias da CIDH ou se apenas uma parcela, tendo dados não publicizados.

¹⁴³ Disponível em: <<http://www.oas.org/es/cidh/afrodescendientes/proteccion/cautelares.asp>>. Acesso em: 09 de junho de 2014.

¹⁴⁴ Disponível em: <<http://www.oas.org/es/cidh/afrodescendientes/proteccion/provisionales.asp>>. Acesso em: 09 de junho de 2014.

¹⁴⁵ Disponível em: <<http://www.oas.org/es/cidh/afrodescendientes/actividades/paises.asp>>. Acesso em: 09 de junho de 2014.

¹⁴⁶ Disponível em: <<http://www.oas.org/es/cidh/lgtbi/proteccion/provisionales.asp>>. Acesso em: 09 de junho de 2014.

Tabela 5 – Dados relativos às atividades realizadas pela CIDH no sistema de petições individuais

Ano	Petições recebidas	Relatórios de admissibilidade publicados	Relatórios de inadmissibilidade publicados	Decisões de arquivamento publicados	Relatórios de solução amistosa publicados	Relatórios de mérito publicados	Casos enviados à Corte IDH	Medidas cautelares solicitadas	Medidas cautelares outorgadas
1997	468	22	4	19	1	23	2	-	57
1998	607	34	10	26	2	25	3	-	54
1999	581	26	5	41	4	30	7	-	52
2000	681	35	21	61	13	23	3	-	52
2001	718	36	22	47	8	4	5	-	50
2002	979	18	6	41	2	11	7	-	91
2003	1050	37	10	21	11	6	15	-	56
2004	1319	45	9	19	3	4	12	-	37
2005	1330	53	16	12	8	7	10	265	33
2006	1325	56	14	27	10	8	14	314	37
2007	1456	51	14	14	5	4	14	250	40
2008	1323	49	10	0	4	7	9	301	28
2009	1431	62	15	20	4	13	11	324	34
2010	1598	73	10	55	11	4	16	375	68
2011	1658	67	11	54	8	5	23	422	57
2012	1936	42	17	42	8	1	12	448	35
2013	2061	44	9	38	6	3	11	400	26
2014	1758	47	4	29	6	3	19	504	33

As decisões de admissibilidade e inadmissibilidade são tomadas pela Comissão Interamericana após o recebimento da petição enviada pela(s) vítima(s) e/ou seus representantes e o recebimento de informações do Estado demandado. Após essa triagem, o órgão decide admitir ou não a petição e, se decidir pela admissibilidade, a petição torna-se um caso dentro do SIDH.

Primeiramente, ao analisar os dados acima, é impossível não perceber a enorme diferença entre o número de petições recebidas por ano e o número de relatórios de admissibilidade publicados no mesmo período.

Até 1997, a CIDH tinha o hábito publicar até no máximo 20 relatórios de admissibilidade anualmente. A partir dessa data, o número aumentou, atingindo uma média de 40 publicações anuais¹⁴⁷.

O número de publicações de relatórios de inadmissibilidade é ainda menor, acusando uma média de 15 publicações por ano¹⁴⁸. Sobre os dados que não estão apresentados acima, a CIDH, nos anos de 1989, 1991, 1992 e 1993, publicou apenas uma decisão desse tipo por ano. Os anos de 1990 e 1994 a 1996 não apresentam dados, motivo pelo qual não é possível saber se não houve publicação de relatório de inadmissibilidade ou se os dados apenas não foram disponibilizados.

Ademais, sobre as demandas arquivadas, apesar dos relatórios anuais informarem o número de procedimentos dessa natureza, o site da CIDH apenas disponibiliza o documento dessas decisões a partir de 2009¹⁴⁹. A grande maioria das petições entra no *buraco negro* da inadmissibilidade informal, ou seja, não são tidas como recebíveis, mas não dá decisão de inadmissibilidade formal.

De forma oposta às decisões acima mencionadas, o número de relatórios de mérito publicados por ano diminuiu com o passar do tempo. Possivelmente essa alteração é consequência direta das alterações ocorridas em 2001, quando a CIDH passou a dividir a análise das demandas em admissibilidade e mérito, fazendo com que seus recursos priorizassem a primeira fase em detrimento da segunda¹⁵⁰.

¹⁴⁷ Disponível em: <<http://www.oas.org/es/cidh/decisiones/admisibilidades.asp#inicio>>. Acesso em: 06 de julho de 2014.

¹⁴⁸ Disponível em: <<http://www.oas.org/es/cidh/decisiones/inadmisibilidades.asp>>. Acesso em: 06 de julho de 2014.

¹⁴⁹ Disponível em: <<http://www.oas.org/es/cidh/decisiones/archivos.asp>>. Acesso em: 06 de julho de 2014.

¹⁵⁰ HUMAN RIGHTS CLINIC, University of Texas School of Law. **Maximizing justice, minimizing delay: streamlining procedures of the Inter-American Commission on Human Rights**, 2011, p. 26.

No que se refere ao envio de casos ao julgamento da Corte IDH, o número aumentou timidamente com o passar dos anos, alcançando seu auge em 2011, com o envio de 23 casos.

Por fim, há uma diferença muito grande entre o número de medidas cautelares solicitadas e o número de medidas efetivamente outorgadas pela CIDH anualmente. Ressalta-se, todavia, que não há informações nos relatórios anuais sobre o número de solicitações de cautelares anteriores ao ano de 2005.

Sobre a utilização do órgão pelas vítimas e seus representantes, a CIDH divulga no documento supramencionado o número de petições recebidas por Estado, por ano. Esses dados podem ser verificados na tabela abaixo.

Tabela 6 – Número de petições recebidas pela CIDH por ano

País	1999	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	Total
Antígua e Barbuda	0	0	0	0	1	0	1	1	1	1	0	0	0	0	1	0	6
Argentina	123	129	171	151	150	155	163	138	160	151	153	189	159	177	191	124	2484
Bahamas	2	0	1	0	0	0	2	0	0	0	0	1	0	2	1	2	11
Barbados	3	0	2	0	0	3	0	1	0	1	0	3	2	2	0	3	20
Belize	0	0	0	0	1	1	2	0	1	0	0	1	0	1	0	0	7
Bolívia	3	9	6	7	8	14	10	21	12	19	24	28	13	16	16	12	218
Brasil	13	22	28	30	42	28	42	66	80	64	83	76	68	96	88	92	918
Canadá	5	7	3	7	3	9	5	4	10	9	4	10	5	9	6	4	100
Chile	27	23	7	38	43	35	62	47	82	76	107	101	123	220	102	71	1164
Colômbia	32	60	24	49	43	83	111	137	225	230	237	325	342	386	328	396	3008
Costa Rica	14	16	39	33	37	99	112	94	54	58	106	85	85	40	48	32	952
Cuba	6	5	1	3	8	7	6	1	7	3	3	8	2	8	9	3	80
Dominica	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
El Salvador	8	32	3	6	18	6	16	0	7	9	9	7	16	15	12	8	172
Equador	37	8	11	44	40	44	63	13	53	50	37	53	57	80	97	93	780
Estados Unidos	56	76	29	87	92	57	74	75	87	76	77	78	99	70	109	68	1210
Granada	1	0	0	1	0	0	0	1	0	0	0	0	0	1	0	0	4
Guatemala	8	19	13	23	12	28	31	28	35	45	30	28	86	41	49	38	514
Guiana	0	4	1	0	1	0	0	0	2	0	2	0	0	0	1	0	11
Haiti	0	6	7	10	40	8	28	4	7	2	6	4	2	3	14	6	147
Honduras	8	9	24	16	27	34	25	18	15	15	13	22	24	33	23	24	330
Jamaica	4	11	7	20	9	6	7	9	12	3	3	5	2	0	7	8	113
México	39	43	25	202	167	162	171	193	215	168	232	267	273	431	660	500	3748

Nicarágua	10	3	5	6	3	10	11	10	11	5	7	6	9	12	13	18	139
Panamá	10	17	105	19	18	111	23	22	11	16	28	30	17	23	13	29	492
Paraguai	11	16	21	14	14	11	13	19	17	13	8	14	12	12	6	13	214
Peru	119	141	163	157	206	245	278	304	290	236	201	191	180	199	201	165	3276
República Dominicana	8	0	1	2	5	12	8	5	7	13	7	5	16	16	12	14	131
Santa Lúcia	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
São Cristóvão e Nevis	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
São Vicente e Granadinas	0	0	0	0	0	0	0	0	1	0	0	0	0	0	0	0	1
Suriname	0	1	0	0	3	4	4	14	10	6	2	3	4	1	2	4	58
Trinidad e Tobago	22	7	4	6	0	0	7	0	1	0	2	0	1	0	0	3	53
Uruguai	1	3	0	3	6	2	7	6	14	10	7	17	21	18	14	14	143
Venezuela	11	14	17	88	77	55	48	32	33	44	31	41	40	24	38	14	607
Total	581	681	718	1022	1074	1229	1330	1263	1460	1323	1419	1598	1658	1936	2061	1758	21111
Total informado CIDH	581	681	718	979	1050	1319	1330	1325	1456	1323	1431	1598	1658	1936	2061	1758	
Diferença	0	0	0	-43	-24	90	0	62	-4	0	12	0	0	0	0	0	

Os dados apresentados na Tabela 5 referem-se ao número de petições recebidas pela CIDH, por país, nos últimos anos. A pesquisa foi feita abrangendo o período 1997, quando da publicação das primeiras estatísticas, a 2014, término do recorte temporal do estudo. Os anos 1997 e 1998, entretanto, não estão representados na tabela uma vez que os relatórios anuais da CIDH desses dois anos não disponibilizam informações sobre o número de casos enviados para a CIDH, tampouco quais foram os países que mais enviaram denúncias, ainda que apresentem algumas estatísticas. Essas informações ficam disponíveis apenas nos documentos anuais a partir de 1999, quando o órgão passa a incluir gráficos em seu documento.

É necessário fazer uma observação em relação aos números referentes à Argentina. O ano de 2002 contém uma sinalização na tabela em razão de que nesse Relatório Anual a CIDH apontou que recebeu 3785 petições argentinas. Contudo, desse número, 3635 referem-se à situação de direitos humanos de pessoas afetadas por medidas bancárias daquele ano (“Corralito”)¹⁵¹. Diante dessa informação, os casos referentes a essa situação específica no país foram contabilizados como um único caso, de forma a possibilitar a elaboração das estatísticas aqui apresentadas, ou seja, foram 150 casos diversos mais um, totalizando 151 casos no total.

Alguns Estados apresentam baixíssimo número de petições recebidas pela CIDH ou, ainda, nenhuma: Antígua e Barbuda, Bahamas, Belize, Canadá, Estados Unidos, Guiana, São Cristóvão e Nevis, Santa Lúcia e São Vicente e Granadinas. Estes nove Estados não ratificaram a Convenção Americana de Direitos Humanos, motivo pelo qual a CIDH só pode receber denúncias referentes à violação da Declaração Americana de Direitos e Deveres do Homem.

As últimas linhas da Tabela 5 apontam os totais dos dados informados pela CIDH. Nota-se que o resultado da soma dos números indicados nos gráficos de petições enviadas por cada país não conferem com o número total indicado em gráficos distintos apresentados pela CIDH. Ou seja, em alguns anos há diferença entre a soma das petições enviadas por cada país e o número total apresentado, ressaltando que todas essas informações constam do mesmo documento – Relatório Anual -, atualizado todos os anos.

Diante dessas informações, uma importante constatação deve ser feita: a disponibilização de dados pela Comissão Interamericana de Direitos Humanos sobre os mesmos indicadores, em mesmos períodos, são informados nos relatórios anuais de forma

¹⁵¹ Disponível em: <<http://www.cidh.oas.org/annualrep/2002sp/indice.htm>>. Acesso em: 23 de novembro de 2014.

diversa em documentos de anos diferentes. Ou seja, o número de petições recebidas em 2004, por exemplo, é informado de forma diversa nos relatórios anuais posteriores. Essas diferenças, com certeza, inferem certo grau de incerteza às informações disponibilizadas pelo órgão.

Os relatórios anuais vem sendo aperfeiçoados ano após ano, bastando verificar a evolução do seu formato, tamanho e forma de disponibilização no site da CIDH. Todavia, os dados errados apontados acima não foram até hoje corrigidos e não se pode saber se algum dia o serão.

Em maio de 2015, após a sistematização dos dados apresentados neste primeiro capítulo, a CIDH inaugurou um novo sistema de apresentação de estatísticas em seu *site*, contendo três sessões de informações – estatísticas por país, estatísticas comparativas e estatísticas por ano -, seguido de um *manual* de como utilizar as informações apresentadas (possibilitando o compartilhamento em redes sociais e salvamento dos dados pelo usuário) e um glossário, contendo o significado dos termos utilizados¹⁵².

Após a análise dos dados, as críticas ao órgão em relação às suas informações publicadas são a falta de contextualização dos dados apresentados e o maior cuidado com a contabilização desses números. Com o novo mecanismo multimídia de estatísticas, a questão da contextualização foi satisfeita com a elaboração do glossário, espaço em que termos e procedimentos foram explicados de forma objetiva.

No entanto, os erros ainda contidos nos antigos relatórios anuais colocam a credibilidade das informações prestadas sob certa dúvida. Esse cenário enfraquece a atuação da CIDH, órgão extremamente importante para a região, especialmente porque ainda precisa, ano a ano, enraizar-se no continente americano, seja no interior na estrutura de cada Estado, seja na sociedade.

¹⁵² Disponível em: <<http://www.oas.org/es/cidh/multimedia/estadisticas/estadisticas.html>>. Acesso em: 01 de julho de 2015.

PARTE II

OS ATORES DO SISTEMA INTERAMERICANO

O sistema de petições individuais do Sistema Interamericano de Direitos Humanos conta com a atuação de diferentes atores: Corte IDH, CIDH, Estados e peticionários. Cada um deles, em razão da função que desempenha na dinâmica, possui sua própria agenda, prioridades e forma de atuação.

A legitimidade dos atores perante o SIDH tem seu histórico marcado pela evolução dos regulamentos da CIDH e da Corte IDH, que determinam o impacto da representatividade das vítimas de violação de direitos humanos e a eficácia do processamento de petições perante o SIDH.

Em que pese a vítima ter a possibilidade de demandar individualmente, a demanda perante os organismos internacionais exige conhecimento, de certa forma profundo, do SIDH e de estratégia de atuação da Comissão, além de recursos necessários para arcar com os custos do processo. Em grande maioria, as petições são submetidas à Comissão por Organizações Não Governamentais e/ou outros especialistas e instituições atuantes na área.

A intenção da parte II da pesquisa é analisar a evolução da atuação da Comissão Interamericana de Direitos Humanos e das organizações não governamentais que atuam como representantes das vítimas nos casos e sua importância no processo de judicialização de demandas perante a Corte IDH.

3. PELOS OLHOS DA COMISSÃO INTERAMERICANA: O FILTRO NECESSÁRIO

A Comissão Interamericana de Direitos Humanos é órgão principal e essencial para o funcionamento do Sistema Interamericano nos moldes em que ele é desenhado. Apesar do protagonismo, sua atuação não é isenta de críticas. É ela quem decide, em única instância, pela admissibilidade ou não de uma petição que contenha denúncia de violação de direitos humanos no contexto regional.

Além disso, é também um dos atores legitimados a enviar um caso à análise da Corte IDH podendo, por decisão de maioria dos comissionados, decidir pelo não envio ao tribunal e encerramento do processo. Os Estados, nas chamadas demandas interestatais, também estão legitimados a enviar casos ao tribunal, contudo, até hoje, nunca uma demanda interestatal chegou à Corte IDH. Por tal motivo, conforme aponta Carvalho Ramos, que o órgão possui o “(...) monopólio *de fato* (...) na proposição das ações de responsabilidade internacional por violações de direitos humanos perante a Corte de San José.”¹⁵³

Ao realizar essa análise, é importante ter em mente, sobretudo, que o continente americano ainda hoje é contextualizado por sistemáticas violações de direitos humanos e um altíssimo nível de desigualdade, não se reduzindo apenas às demandas adjudicadas no âmbito interamericano¹⁵⁴.

Considerando, portanto, esse contexto de massivas violações no continente e o importante papel desempenhado pela CIDH no Sistema interamericano, o terceiro capítulo buscou verificar quais foram os casos enviados à Corte IDH por meio da análise de todas as Cartas de Submissão publicadas. O recorte temporal da pesquisa, como mencionado anteriormente, visou analisar os documentos desde o ano de 2010 – ano que tal procedimento passou a ser adotado -, até dezembro de 2014. O exame empírico das Cartas de Submissão foi realizado a partir dos diversos dados contidos nesses documentos, como

¹⁵³ CARVALHO RAMOS, André de. **Processo internacional de direitos humanos**. São Paulo: Saraiva, 2014, p. 241.

¹⁵⁴ Dulitzky aponta que, apesar dos países da América Latina não viverem mais sob regimes ditatoriais – ressaltando o fato de Cuba ainda não possuir eleições livres – e não existir guerras civis, a região ainda enfrenta gravíssimos problemas como violência policial, crime organizado, corrupção, intimidação e falta de independência do Poder Judiciário, discriminação contra indígenas e negros, restrições à liberdade de expressão e violência contra jornalistas, violência contra defensores de direitos humanos, violência e discriminação contra a mulher e impunidade às violações de direitos humanos. DULITZKY, Ariel E. **Too little, too late: the pace of adjudication of the Inter-American Commission on Human Rights**, Loyola of Los Angeles International and Comparative Law Review, 2013, p. 1.

os fatos e contexto dos casos, os artigos e documentos violados, os países demandados e a justificativa apresentada pela CIDH sobre os motivos pelos quais a Corte IDH deveria admitir cada caso para análise.

3.1. ALTERAÇÕES NOS REGULAMENTOS DA CIDH E DA CORTE IDH QUE INFLUENCIARAM A FORMA COMO OS CASOS SÃO ENVIADOS AO TRIBUNAL

O primeiro Regulamento da Corte IDH foi aprovado em seu III período ordinário de sessões, celebrado entre 30 de junho a 09 de agosto de 1980, tendo sido alterado em seis oportunidades posteriores – 1991, 1996, 2000, 2003 e duas vezes em 2009, uma em janeiro e outra em novembro (atualmente vigente).

Uma das alterações mais significativas se deu durante o XLIX período ordinário de sessões, em novembro de 2000, quando a participação das vítimas e de seus representantes passou a ser garantida em todas as fases do processo perante a Corte IDH, por meio do artigo 23¹⁵⁵. À época, tanto Piovesan quanto Gómez consideraram a mudança um passo importante para o SIDH e apontaram que essas alterações asseguraram o *locus standi* dos peticionários em todas as etapas do procedimento perante o tribunal, sendo uma reforma bastante positiva¹⁵⁶.

A última alteração regulamentar da Corte IDH, em novembro de 2009, voltou a tratar do tema e além de trazer a alteração na numeração do artigo (agora artigo 25), permitiu que, em caso de pluralidade de vítimas ou representantes e não se chegando a um acordo quanto à indicação de um representante comum para todas as vítimas, a Corte IDH ou seu Presidente podem autorizar até três pessoas para representá-los no caso, sendo prevista a adaptação dos prazos para as partes à nova situação¹⁵⁷.

¹⁵⁵ CORTE IDH. **Reglamento da Corte Interamericana de Derechos Humanos**, 2000. *Artículo 23. Participación de las presuntas víctimas. 1. Después de admitida la demanda, las presuntas víctimas, sus familiares o sus representantes debidamente acreditados podrán presentar sus solicitudes, argumentos y pruebas en forma autónoma durante todo el proceso. 2. De existir pluralidad de presuntas víctimas, familiares o representantes debidamente acreditados, deberán designar un interviniente común que será el único autorizado para la presentación de solicitudes, argumentos y pruebas en el curso del proceso, incluidas las audiencias públicas. 3. En caso de eventual desacuerdo, la Corte resolverá lo conducente. Documento disponibilizado apenas nas línguas inglesa e espanhola.*

¹⁵⁶ PIOVESAN, Flávia. **Direitos humanos e o direito constitucional internacional**. São Paulo: Saraiva, 2009, p. 263. GÓMEZ, Verónica. “Inter-American Commission on Human Rights and the Inter-American Court of Human Rights: new rules and recent cases”. In: **Human Rights Law Review**, vol. 1, n. 1, 2001, p. 115.

¹⁵⁷ CORTE IDH. **Reglamento da Corte Interamericana de Derechos Humanos**, novembro de 2009. Artigo 25. Participação das supostas vítimas ou seus representantes. 1. Depois de notificado o escrito de submissão do caso, conforme o artigo 39 deste Regulamento, as supostas vítimas ou seus representantes poderão apresentar de forma autónoma o seu escrito de petições, argumentos e provas e continuarão atuando

Carvalho Ramos acredita que, ainda que essas mudanças tenham significado uma forma de garantir maior igualdade entre as vítimas e os Estados no processo, mais reformas são necessárias para que as vítimas e seus representantes emancipem-se, de fato, no âmbito do Sistema Interamericano e possam atuar, enfim, de forma independente¹⁵⁸.

Outra grande alteração foi a inclusão de um dispositivo que tratasse exclusivamente do procedimento de submissão de um caso pela CIDH. A vigente redação do artigo 35 do Regulamento da Corte IDH prevê que alguns elementos devem estar presentes no processo para que o tribunal possa examinar o caso:

Artigo 35. Submissão do caso pela Comissão

1. O caso será submetido à Corte mediante apresentação do relatório ao qual se refere o artigo 50 da Convenção, que contenha todos os fatos supostamente violatórios, inclusive a identificação das supostas vítimas. Para que o caso possa ser examinado, a Corte deverá receber a seguinte informação:

- a. os nomes dos Delegados;
 - b. os nomes, endereço, telefone, correio eletrônico e fac-símile dos representantes das supostas vítimas devidamente credenciados, se for o caso;
 - c. **os motivos que levaram a Comissão a apresentar o caso ante a Corte** e suas observações à resposta do Estado demandado às recomendações do relatório ao qual se refere o artigo 50 da Convenção;
 - d. cópia da totalidade do expediente ante a Comissão, incluindo toda comunicação posterior ao relatório ao que se refere o artigo 50 da Convenção;
 - e. as provas que recebeu, incluindo o áudio ou a transcrição, com indicação dos fatos e argumentos sobre os quais versam. Serão indicadas as provas que se receberam em um procedimento contraditório;
 - f. quando se afetar de maneira relevante a ordem pública interamericana dos direitos humanos, a eventual designação dos peritos, indicando o objeto de suas declarações e acompanhando seu currículo;
 - g. as pretensões, incluídas as que concernem a reparações.
2. Quando se justificar que não foi possível identificar alguma ou algumas supostas vítimas dos fatos do caso, por se tratar de casos de violações massivas ou coletivas, o Tribunal decidirá em sua oportunidade se as considera vítimas.
3. A Comissão deverá indicar quais dos fatos contidos no relatório ao qual se refere o artigo 50 da Convenção submete à consideração da Corte. (grifos nossos)

dessa forma durante todo o processo. 2. Se existir pluralidade de supostas vítimas ou representantes, deverá ser designado um interveniente comum, que será o único autorizado para a apresentação de petições, argumentos e provas no curso do processo, incluindo nas audiências públicas. Se não houver acordo na designação de um interveniente comum em um caso, a Corte ou sua Presidência poderá, se o considerar pertinente, outorgar um prazo às partes para a designação de um máximo de três representantes que atuem como intervenientes comuns. Nessa última circunstância, os prazos para a contestação do Estado demandado, assim como os prazos de participação nas audiências públicas do Estado demandado, das supostas vítimas ou de seus representantes e, dependendo do caso, do Estado demandante, serão determinados pela Presidência. 3. No caso de eventual discordância entre as supostas vítimas no que tange ao inciso anterior, a Corte decidirá sobre o pertinente.

¹⁵⁸ CARVALHO RAMOS, André de. **Processo internacional de direitos humanos**. São Paulo: Saraiva, 2014, p. 240.

Até a última alteração, não havia previsão desse procedimento específico no Regulamento da Corte IDH, existindo apenas a previsão no Regulamento da CIDH.

A CIDH, por sua vez, também adotou alterações em suas regras de procedimento desde a criação do primeiro documento, em 1966. Foram feitas alterações em 1980, 2000, 2002, 2003, 2006, 2008, 2009, 2011 e 2013 (atualmente vigente).

Durante seu 109º período de sessões, em dezembro de 2000, foi aprovado um Regulamento completamente novo em relação ao documento anterior, de 1980. Essa grande mudança foi resultado de um processo de consulta com a OEA, Estados-membros, ONGs e *experts* independentes que visou adaptar seu procedimento de processamento de petições individuais à prática já desenvolvida nos anos anteriores como forma de dar mais transparência às suas ações e decisões, como aponta Gómez.¹⁵⁹

Segundo a autora, ao buscar essas adaptações, as principais alterações de 2000 podem ser resumidas em alguns pontos: a) dar igual tratamento à tramitação de petições individuais referentes aos direitos protegidos pela CADH e pela Declaração Americana, b) introduzir novos elementos e prazos para análise da admissibilidade, mérito, solução amistosa e *follow-up* das recomendações, c) estabelecer fundamentação legal para o procedimento de *follow-up* das recomendações da CIDH nos casos em que decide sobre o mérito, mas não envia o caso à Corte IDH¹⁶⁰.

Além dessas mudanças, outro requisito muito importante foi instituído no ano 2000: segundo o novo artigo 43, caso a CIDH tivesse a intenção de submeter uma demanda à jurisdição da Corte IDH, e em havendo interesse do peticionário nesse mesmo sentido, o órgão deveria remeter o caso mediante indicação do posicionamento do peticionário, dos dados e informações sobre a(s) vítima(s), as provas, as pretensões quando à reparação e, ainda, o fundamento/justificativa da submissão do caso à Corte IDH¹⁶¹.

¹⁵⁹ GÓMEZ, Verónica. “Inter-American Commission on Human Rights and the Inter-American Court of Human Rights: new rules and recent cases”. In: **Human Rights Law Review**, vol. 1, n. 1, 2001, p. 111.

¹⁶⁰ GÓMEZ, Verónica. “Inter-American Commission on Human Rights and the Inter-American Court of Human Rights: new rules and recent cases”. In: **Human Rights Law Review**, vol. 1, n. 1, 2001, p. 112.

¹⁶¹ CIDH. **Reglamento da Comissão Interamericana de Direitos Humanos**, 2000. *Artículo 43. Informe sobre el fondo (...) 3. Notificará al peticionario la adopción del informe y su transmisión al Estado. En el caso de los Estados partes en la Convención Americana que hubieran aceptado la jurisdicción contenciosa de la Corte Interamericana, al notificar al peticionario la Comisión dará a éste la oportunidad de presentar, dentro del plazo de un mes, su posición respecto del sometimiento del caso a la Corte. Si el peticionario tuviera interés en que el caso sea sometido a la Corte, deberá presentar los siguientes elementos: a. la posición de la víctima o sus familiares, si fueran distintos del peticionario; b. los datos de la víctima y sus familiares; c. los fundamentos con base en los cuales considera que el caso debe ser remitido a la Corte; c. la prueba documental, testimonial y pericial disponible; e. pretensiones en materia de reparaciones y costas.*

Ademais, o artigo 44 determinava que a Comissão fundamentaria sua decisão de envio do caso ao tribunal em cinco elementos: a) posição do peticionário; b) natureza e gravidade da violação; c) necessidade de desenvolver ou aclarar a jurisprudência do SIDH; d) eventual efeito da decisão nos ordenamentos jurídicos dos Estados membros; e e) qualidade de prova disponível¹⁶².

Outra grande alteração da reforma de 2000 foi a previsão de que, em tendo o Estado ratificado a CADH, o envio do caso à Corte IDH seria feito de forma *automática*, ou seja, o caso só não seria enviado ao tribunal se houvesse decisão fundamentada de maioria absoluta dos comissionados em sentido contrário.

Essa alteração, segundo Dulitzky e Zarifis, reafirma o atual foco do SIDH no sistema de petições individuais, eliminando a incerteza que o regia nos tempos em que a decisão de submeter um caso ao tribunal era tomada de forma discricionária pela Comissão Interamericana. Ainda, afirmam os autores que a Comissão entendeu que o envio automático dos casos à Corte IDH incentivaria os Estados a chegarem a soluções amistosas com as vítimas ou seus representantes ou, alternativamente, a cumprirem as recomendações feitas pela CIDH no Primeiro Informe ao invés de serem submetidos à possível condenação de um tribunal internacional¹⁶³.

Em 2009 houve pequenas alterações em ambos os artigos: além da mudança numérica (artigo 43 passou a ser 44 e artigo 44 passou a ser 45), foram retirados os elementos relacionados às provas. Desde então, no momento do envio do caso à Corte IDH, não há mais a necessidade da Comissão apresentar as provas produzidas na instrução do processo por ela realizada como elemento de análise de admissibilidade pelo tribunal.

A redação vigente de ambos os artigos é:

Artigo 44. Relatório quanto ao mérito

Após deliberar e votar quanto ao mérito do caso, a Comissão observará o seguinte procedimento:

(...)

3. A Comissão notificará ao Estado a adoção do relatório e sua transmissão. No caso dos Estados partes da Convenção Americana que tiverem aceitado a jurisdição contenciosa da Corte Interamericana, a Comissão, ao notificar o peticionário, dar-lhe-á oportunidade de apresentar, no prazo de um mês, sua posição a respeito do envio do caso

¹⁶² CIDH. **Reglamento da Comissão Interamericana de Derechos Humanos**, 2000. *Artículo 44. Sometimiento del caso a la Corte (...) 2. La Comisión considerará fundamentalmente la obtención de justicia en el caso particular, fundada entre otros, en los siguientes elementos: a. la posición del peticionario; b. la naturaleza y gravedad de la violación; c. la necesidad de desarrollar o aclarar la jurisprudencia del sistema; d. el eventual efecto de la decisión en los ordenamientos jurídicos de los Estados miembros; y e. la calidad de la prueba disponible.*

¹⁶³ DULITZKY, Ariel. ZARIFIS, Ismene N. "Facing the challenge: the Inter-American Commission on Human Rights' adoption of new rules of procedure." In: 21 **Nordic Journal of Human Rights**, 2003, p.271.

à Corte. O peticionário, se tiver interesse em que o caso seja levado à Corte, deverá fornecer os seguintes elementos:

- a. a posição da vítima ou de seus familiares, se forem diferentes do peticionário;
- b. as bases em que se fundamenta a consideração de que o caso deve ser submetido à Corte; e**
- c. as pretensões em matéria de reparação e custas. (grifos nossos)

Artigo 45. Submissão do caso à Corte

(...)

2. A Comissão considerará fundamentalmente a obtenção de justiça no caso em particular, baseada, entre outros, nos seguintes elementos:

- a. a posição do peticionário;
- b. a natureza e a gravidade da violação;
- c. a necessidade de desenvolver ou esclarecer a jurisprudência do sistema; e**
- d. o efeito eventual da decisão nos ordenamentos jurídicos dos Estados membros.** (grifos nossos)

Essas alterações conferiram maior transparência aos elementos que devem ser apresentados pela CIDH à Corte IDH quando da submissão de um caso.

As novas regras de ambos os órgãos promoveram maior harmonia no âmbito do processamento de petições individuais de violações de direitos humanos. Até a grande reforma do ano 2000, a Comissão instruída o processo, determinava os fatos e submetia o caso à Corte IDH que, ao receber a demanda, reavaliaria os fatos e instruiria novamente o processo, sem levar em conta o processo desenvolvido no âmbito do órgão anterior.

Segundo Dulitzky e Zarifis, esse procedimento gerava duplicidade de trabalho, prolongamento do processo e custos maiores a ambos os órgãos¹⁶⁴. Para os autores, o novo Regulamento da CIDH definiu com precisão os poderes do órgão em estabelecer os fatos de um caso, ao mesmo tempo em que o novo Regulamento da Corte IDH permitiu o tribunal a receber as evidências coletadas pelo órgão anterior e focar sua atuação na aplicação e estabelecimento do direito¹⁶⁵.

Administrativamente, a submissão de um caso é realizada pelo envio de um ofício do Secretário Executivo da Comissão ao Secretário Executivo da Corte IDH, chamado *Carta de Submissão*, contendo em anexo o resumo dos fatos, os motivos pelos quais o caso deve

¹⁶⁴ DULITZKY, Ariel. ZARIFIS, Ismene N. "Facing the challenge: the Inter-American Commission on Human Rights' adoption of new rules of procedure." In: 21 **Nordic Journal of Human Rights**, 2003, p.270.

¹⁶⁵ DULITZKY, Ariel. ZARIFIS, Ismene N. "Facing the challenge: the Inter-American Commission on Human Rights' adoption of new rules of procedure." In: 21 **Nordic Journal of Human Rights**, 2003, p.270.

ser julgado pelo tribunal, as respostas do Estado durante o procedimento perante a CIDH, a pretensão quanto às reparações, dentre outros elementos¹⁶⁶.

3.2. ANÁLISE DAS INFORMAÇÕES CONTIDAS NAS CARTAS DE SUBMISSÃO PUBLICADAS PELA CIDH ENTRE 2010 E 2014

Conforme já apontado quando da apresentação metodológica deste trabalho, a Comissão apenas passou a publicar as Cartas de Submissão de casos à Corte IDH em outubro de 2010, totalizando 70 casos enviados ao tribunal até dezembro de 2014.

Esse documento contém uma série de informações relevantes: a) resumo dos fatos; b) indicação dos artigos da CADH ou outros tratados interamericanos considerados violados pela CIDH; c) indicação de medidas de reparação a serem determinadas pela Corte IDH; d) apresentação dos motivos pelos quais a CIDH está enviando o caso, para além das reparações à(s) vítima(s).

Foram analisados os resumos dos fatos, os artigos e tratados violados, os Estados demandados e a justificativa da CIDH ao enviar um caso à Corte IDH. Essa análise foi dividida em diferentes seções neste capítulo, como forma de melhor sistematizar o estudo.

3.2.1. Artigos alegados como violados pela CIDH

Das cartas de submissão foram extraídos os artigos indicados pela CIDH como supostamente violados em cada caso. As indicações não foram feitas todas da mesma forma em todos os documentos, pois em alguns deles o órgão indicou artigos, incisos e alíneas (ex: artigo 8.2.c da CADH), enquanto em outros indicou apenas os artigos do documento violado (ex: artigo 8 da CADH).

Ao todo, foram alegadas violações de 22 artigos da CADH, 4 artigos da Convenção Interamericana para Prevenir e Punir a Tortura (CIPPT), 2 artigos da Convenção Interamericana sobre o Desaparecimento Forçado de Pessoas (CIDFP) e 1 artigo da Convenção Interamericana para Prevenir e Erradicar a Violência Contra a Mulher – “Convenção de Belém do Pará” (CBP).

¹⁶⁶ Em relação à necessidade do envio das provas, cabe salientar que essa disposição em nada colide com o previsto no Regulamento da CIDH, pois o órgão, ao enviar todo o expediente do seu procedimento ao tribunal, fará também a remissão das provas, mas não fundamentará o envio nesses elementos.

Abaixo pode ser conferido o panorama geral das violações de direitos humanos pelos Estados que a Comissão enviou à Corte IDH no período de outubro de 2010 a dezembro de 2014.

Tabela 7: Panorama das violações alegadas pela CIDH nas cartas de submissão analisadas

Artigo	Documento	Dever ou direito protegido	Número de violações
1	CADH	Obrigação de respeitar os direitos	70
8	CADH	Garantias judiciais	66
25	CADH	Proteção judicial	65
5	CADH	Direito à integridade pessoal	47
2	CADH	Dever de adotar disposições de direito interno	35
4	CADH	Direito à vida	33
7	CADH	Direito à liberdade pessoal	29
19	CADH	Direitos da criança	20
24	CADH	Igualdade perante a lei	13
3	CADH	Direito ao reconhecimento da personalidade jurídica	12
8	CIPPT	Dever de investigar denúncias de tortura	11
17	CADH	Proteção da família	11
21	CADH	Direito à propriedade privada	11
9	CADH	Princípio da legalidade e da retroatividade	11
6	CIPPT	Dever de empregar medidas para prevenir e punir a tortura	10
22	CADH	Direito de circulação e de residência	10
1	CIPPT	Dever de prevenir e punir a tortura	9
11	CADH	Proteção da honra e da dignidade	9
13	CADH	Liberdade de pensamento e de expressão	8
16	CADH	Liberdade de associação	7
23	CADH	Direitos políticos	7
7	CBP	Dever de empregar medidas para prevenir, punir e erradicar a violência contra a mulher	6
1	CIDFP	Dever de proibir e punir o desaparecimento forçado de pessoas	4
6	CADH	Proibição da escravidão e da servidão	4
3	CIDFP	Dever de empregar medidas para prevenir e punir o desaparecimento forçado de pessoas	2
10	CIPPT	Proibição da tortura como meio de prova	2
12	CADH	Liberdade de consciência e de religião	2
15	CADH	Direito de reunião	1

20	CADH	Direito à nacionalidade	1
10	CADH	Direito à indenização	0
14	CADH	Direito de retificação ou resposta	0
18	CADH	Direito ao nome	0
26	CADH	Desenvolvimento progressivo dos direitos econômicos, sociais e culturais	0

Como dito, os dados apresentados acima envolvem todas as indicações feitas pela CIDH, totalizando 64 dispositivos violados. Contudo, se forem considerados apenas os artigos sem especificações, ou seja, sem serem consideradas alíneas e incisos, os 66 casos analisados no estudo abordam 33 artigos de 4 tratados diferentes.

O artigo com o maior número de violações alegadas pela CIDH é o artigo 1º da CADH¹⁶⁷, presente em todos os 70 casos. Isso ocorre porque a Corte IDH entende, desde o primeiro caso por ela julgado – *Velásquez Rodríguez* –, que quando os Estados ratificam a CADH assumem dupla obrigação: comprometem-se a respeitar os direitos nela consagrados e assumem o compromisso de garantir o livre e pleno exercício desses direitos a toda pessoa que esteja sob sua jurisdição, sem qualquer discriminação¹⁶⁸. Essa dupla obrigação presume que ao violar qualquer dispositivo da Convenção Americana o artigo 1º é simultaneamente violado, pois o Estado descumpriu uma das facetas da dupla obrigação voluntariamente contraída quando da ratificação do tratado¹⁶⁹.

Os dois dispositivos seguintes, ocupando a segunda posição na lista, são os artigos 8 e 25. O artigo 8 determina obrigações aos Estados quanto às garantias judiciais, envolvendo razoável duração do processo, tribunais independentes e imparciais, presunção de inocência, direito de defesa, nomeação de intérprete, dentre outros. O artigo 25, por sua vez, trata sobre a proteção judicial, abordando a obrigação dos Estados de fornecerem recursos rápidos, simples e efetivos, perante juízes e tribunais competentes.

A Corte IDH tem entendido que esses dois dispositivos estão relacionados. Em voto dissidente no caso *López Alvarez* contra Honduras, o juiz Antônio Augusto Cançado Trindade afirmou a indissociabilidade entre o direito de acesso à justiça e as garantias do devido processo legal. Para ele, não há eficácia das garantias do devido processo (artigo 8)

¹⁶⁷ OEA. **Convenção Americana de Direitos Humanos**, 1969. Artigo 1º - Obrigação de respeitar os direitos. 1. Os Estados-partes nesta Convenção comprometem-se a respeitar os direitos e liberdades nela reconhecidos e a garantir seu livre e pleno exercício a toda pessoa que esteja sujeita à sua jurisdição, sem discriminação alguma, por motivo de raça, cor, sexo, idioma, religião, opiniões políticas ou de qualquer outra natureza, origem nacional ou social, posição econômica, nascimento ou qualquer outra condição social.

¹⁶⁸ CORTE IDH. Caso **Velásquez Rodríguez vs. Honduras**. Sentença de 29 de julho de 1988. Série C, nº. 4, pars. 162 e 166.

¹⁶⁹ CORTE IDH. Caso **Velásquez Rodríguez vs. Honduras**. Sentença de 29 de julho de 1988. Série C, nº. 4, pars. 162.

se o indivíduo não contar com o direito a um recurso efetivo (artigo 25), tampouco há eficácia dos recursos sem as garantias do devido processo¹⁷⁰.

Esse entendimento tem sido adotado pela Corte IDH desde então. Apesar disso, a CIDH identificou três casos em que ocorreram apenas violações do artigo 8, sem indicação de violação do artigo 25 – caso *Norín Catrیمان y otros* contra Chile, caso *Hugo Quintana Coello y otros* – Corte Suprema de Justicia contra Equador e caso *Manfred Amrhein y otros* contra Costa Rica. Identificou, ainda, dois casos em que apenas o artigo 25 foi violado sem a violação conjunta do artigo 8 – caso *Comunidad Garífuna Punta Piedra y sus miembros* contra Honduras e caso *Pueblos Kaliña y Lokono* contra Suriname.

Os três artigos com maior número de alegação de violações pela CIDH – artigos 1, 8 e 25 - apresentam números bastante próximos, podendo-se constatar que, exceto a violação automática do artigo 1º, as violações mais comuns no âmbito interamericano são relacionadas ao acesso à justiça e ao devido processo e suas garantias.

O direito à integridade pessoal, artigo 5, vem em seguida, demonstrando que a maioria dos casos levados à Corte IDH no período analisado envolvem violência contra as vítimas, seja ela física, psíquica ou moral. De acordo com o dispositivo, toda pessoa tem direito em ver respeitada sua integridade, não devendo ser submetida a torturas ou tratamentos cruéis, desumanos ou degradantes.

A quinta violação mais presente refere-se ao dever do Estado de adotar disposições de direito interno, artigo 2, que, segundo a Corte IDH, implica a adoção de medidas de duas vertentes: por um lado obriga o Estado a empregar medidas que suprimam normas e práticas que violem as garantias contidas na CADH e, por outro, obriga a expedição de normas e o desenvolvimento e implementação de práticas que garantam a efetiva observação dessas garantias em todo o território do Estado¹⁷¹.

Em seguida, o direito à vida é tido como violado em quase metade dos casos, demonstrando que em 30 casos as vítimas foram mortas.

Violações da CADH ocupam até a décima posição na lista, sendo que a violação de outros tratados interamericanos inicia-se em seguida, com a 11ª posição. A CIDH identificou que em 11 casos os Estados falharam em investigar denúncias de tortura em

¹⁷⁰ CORTE IDH. **Caso López Alvarez vs. Honduras**. Sentença de 01 de fevereiro de 2006. Série C, nº 141. Voto dissidente do juiz Antônio Augusto Cançado Trindade, par. 16.

¹⁷¹ CORTE IDH. **Responsabilidade Internacional por Expedição e Aplicação de Leis Violatorias da Convenção (artigos 1 e 2 Convenção Americana de Derechos Humanos)**. Opinião Consultiva nº 14/1994 de 9 de dezembro de 1994. Série A, nº 14, par. 36. A primeira vez que a Corte IDH condenou um Estado por violação do artigo 2 da CADH foi no caso *Suárez Rosero* contra Equador, em 1997. Cf. CORTE IDH. **Caso Suárez Rosero vs. Ecuador**. Sentença de 12 de novembro de 1997. Série C, nº. 35.

seus territórios e em 10 não empregaram medidas para prevenir e punir a tortura, havendo violação da CIPPT¹⁷².

O artigo 7º da Convenção de Belém do Pará foi identificado como violado em seis casos. Esse dispositivo obriga os Estados signatários a adotarem, por todos os meios apropriados e sem demora, políticas destinadas a prevenir, punir e erradicar a violência contra a mulher em seus territórios¹⁷³.

Os Estados também falharam em quatro oportunidades em proibir e punir o desaparecimento forçado de pessoas e, por duas vezes, descumpriram a obrigação de empregar medidas para prevenir e punir o desaparecimento forçado de pessoas, conforme determinado pela CIDFP¹⁷⁴.

Por fim, cabe mencionar os artigos da CADH que não foram indicados como violados em nenhum dos casos enviados à Corte IDH no período de 2010 a 2014: direito à indenização (artigo 10), direito à retificação ou resposta (artigo 14), direito ao nome (artigo 18) e, ainda, o dever de desenvolvimento progressivo dos direitos econômicos, sociais e culturais (artigo 26)¹⁷⁵.

3.2.2. Estados demandados

É essencial ter em mente que os casos enviados à Corte IDH não são as únicas violações de direitos humanos existentes no âmbito interno de um Estado, mas representam a escolha da CIDH sobre um determinado tema, direito ou contexto que o órgão decidiu admitir para análise e posterior envio ao tribunal.

Os casos enviados à Corte IDH no período da pesquisa compreendem situações de violações de direitos humanos nos seguintes países:

¹⁷² É possível adjudicar o tratado perante a CIDH em razão do disposto em seu artigo 8.

¹⁷³ A possibilidade de adjudicação do artigo 7 no âmbito da CIDH é autorizada pelo artigo 12 do mesmo tratado.

¹⁷⁴ Esse tratado pode ser adjudicado perante a CIDH em razão da autorização do disposto em seu artigo 13.

¹⁷⁵ Alguns autores, principalmente os que tem ou tiveram algum envolvimento com litigância no Sistema Interamericano, defendem a tese de que a judicialização dos direitos econômicos, sociais e culturais (DESC) por meio do artigo 26 da CADH é ineficaz em razão da rara frequência com que a Corte IDH condena os Estados por violação desses direitos. Cavallaro e Brewer, sobre esse ponto, afirmam que é estrategicamente viável abordar os DESC sob a ótica dos direitos civis e políticos, especialmente o direito à vida. Para os autores, o direito à vida precisa ser entendido no espectro da vida digna e, em razão disso, os DESC são indissociáveis. Cf. CAVALLARO, James L; BREWER, Stephanie Erin. “O papel da litigância para a justiça social no Sistema Interamericano”. In *Sur – Revista Internacional de Direitos Humanos*, vol. 8, 2008.

Tabela 8: Estados demandados perante a Corte IDH no período da pesquisa

País	Nº casos enviados
Peru	12
Guatemala	9
Argentina	8
Equador	8
Colômbia	7
Venezuela	6
Honduras	5
Chile	3
El Salvador	3
Costa Rica	2
República Dominicana	2
Suriname	2
Bolívia	1
México	1
Panamá	1
Total	70

Dessa lista, algumas observações devem ser feitas: o Peru é o Estado com maior número de casos julgados pela Corte IDH até hoje – 32 ao todo¹⁷⁶ - sendo, também, o Estado com o maior número de casos enviados ao tribunal pela CIDH no período do estudo - 12. Em seguida está a Guatemala, segundo país em número de condenações pela Corte IDH – 19 no total -, e também segundo na presente lista, com 9 casos enviados ao tribunal no período.

Argentina e Equador ocupam o terceiro lugar na lista de casos enviados, com 8 casos cada, possuindo 16 e 15 casos já julgados pela Corte IDH até hoje, respectivamente. A CIDH enviou apenas um caso envolvendo Bolívia, Panamá e México¹⁷⁷.

Não foram submetidos à Corte IDH, entre 2010 e 2014, casos contra Barbados, Brasil, Dominica, Granada, Haiti, Jamaica, Nicarágua, Paraguai, Trinidad e Tobago e Uruguai. Ressalta-se, como já dito, que o fato de um país não ter sido demandado perante a

¹⁷⁶ Informação disponível em: <http://www.corteidh.or.cr/cf/Jurisprudencia2/busqueda_casos_contenciosos.cfm?lang=es>.

¹⁷⁷ De acordo com os últimos três relatórios anuais da CIDH publicados, referente aos anos de 2013, 2012 e 2011, o órgão recebeu 660, 431 e 273 petições individuais contra o México, respectivamente. Até o momento da realização deste estudo, o relatório anual referente ao ano de 2014 ainda não foi publicado, mas, pelo padrão, é possível que um número considerável de petições contra o Estado mexicano tenha sido recebido pela CIDH. Ainda assim, o órgão enviou apenas um caso contra o México à Corte IDH em 2014. Disponível em: <<http://www.oas.org/es/cidh/informes/anuales.asp>>. Acesso em 05 de abril de 2015.

Corte IDH no período da pesquisa não significa que não houve violações de direitos humanos no âmbito interno nesses Estados.

Essa informação se comprova a partir dos dados apresentados pela própria Comissão quando da indicação do número de petições recebidas por ano, por Estado¹⁷⁸. De 2010 a 2014, esses Estados foram levado ao Sistema Interamericano diversas vezes: Barbados (10 petições), Brasil (420 petições), Granada (1 petição), Haiti (29 petições), Jamaica (22 petições), Nicarágua (58 petições), Paraguai (69 petições), Trinidad e Tobago (4 petições) e Uruguai (84 petições)¹⁷⁹.

3.2.3. Principais temas e contextos dos casos analisados

Cada caso demandado no SIDH possui características próprias e mesmo quando envolvem os mesmos direitos violados, as peculiaridades e contextos de cada Estado e época tornam as demandas únicas.

A carta de submissão apresenta um breve resumo do caso, fatos, temas e o cenário das violações na ótica do que a CIDH considera mais importante em cada um. Dessa maneira, não necessariamente a indicação de um artigo é ressaltado como tema principal do caso. Foi a partir dessas informações, ressaltadas pela CIDH, que os casos foram resumidos abaixo, com indicação dos principais temas que abordam. Os indicadores foram criados com base nas violações descritas e artigos apontados pelo órgão nos documentos à Corte IDH.

Caso 12.661 - *José y Luis Uzcátegui y otros contra Venezuela*

Temas: Execução extrajudicial.

Resumo: Vítima e familiares sendo ameaçados por buscarem justiça em relação à execução de seu irmão. Caso representa contexto geral de execuções extrajudiciais na Venezuela. Situação inserida em relatório anual da CIDH e em relatórios especiais para a Venezuela.

Caso 12.703 - *Raúl José Díaz Peña contra Venezuela*

Temas: Devido processo legal; Imparcialidade do Poder Judiciário.

Resumo: Problemas com o sistema judicial venezuelano, envolvendo violações ao devido

¹⁷⁸ Disponível em: <<http://www.oas.org/es/cidh/multimedia/estadisticas/estadisticas.html>>. Acesso em: 03 de julho de 2015.

¹⁷⁹ Disponível em: <<http://www.oas.org/es/cidh/multimedia/estadisticas/estadisticas.html>>. Acesso em: 03 de julho de 2015.

processo, independência e imparcialidade do Poder Judiciário e do Ministério Público. Situação inserida em relatórios anuais da CIDH e em Relatórios Especiais para a Venezuela (2003 e 2009).

Caso 12.584 - *Milagros Fornerón y Leonardo Aníbal Fornerón contra Argentina*

Temas: Criança e adolescente; Família.

Resumo: Necessidade do Estado alterar seu ordenamento jurídico em matéria de venda de crianças. Proteção da família e superior interesse da criança.

Caso 12.649 – *Comunidad de Rio Negro del Pueblo Indígena Maya y sus miembros contra Guatemala*

Temas: Povos indígenas; Genocídio; Discriminação; Detenção ilegal e/ou arbitrária; Violência sexual; Tortura; Deslocamento forçado; Execução extrajudicial; Criança e adolescente; Trabalho escravo.

Resumo: Massacre cometido por agentes do Estado. Identificação de genocídio do povo maia. Contexto de discriminação e racismo. Detenção arbitrária, estupros, tortura, deslocamentos forçados, execução extrajudicial e ocultação de cadáveres. Crianças sobreviventes escravizadas. Situação inserida em Relatórios Especiais para a Guatemala (1983, 1985, 1993 e 2001).

Caso 12.524 - *Jorge Fontevecchia y Héctor D'Amico contra Argentina*

Temas: Liberdade de expressão; Intimidade/vida privada.

Resumo: Violação ao direito de liberdade de expressão de jornalista (diretor e editor de revista). Condenação civil como responsabilização ulterior por publicações feitas em 2005 em sua revista sobre a vida pessoal do presidente. Direito à intimidade e à vida privada. Restrição desproporcionada ao direito de liberdade de expressão.

Caso 12.343 - *Edgar Fernando García y otros contra Guatemala*

Temas: Desaparecimento forçado; Impunidade; Falta de diligência interna; Falta de reparação; Ditadura.

Resumo: Desaparecimento forçado de sindicalista/dirigente estudantil. Duas pessoas condenadas a 40 anos de prisão. Não foram punidos todos os autores materiais e intelectuais da violação. Falta de diligência do Estado para encontrar o corpo. Família da vítima não reparada. Existência de documento chamado “Diário Militar” contendo todas as

informações de violações cometidas no período.

Caso 12.688 - *Nadege Dorzama y Otros, Masacre de Guayubín contra República Dominicana*

Temas: Imigrante; Impunidade.

Resumo: Uso excessivo da força contra imigrantes haitianos, resultando na morte de sete pessoas e ferimento de muitas outras. Militares responsáveis pelas violações absolvidos pela Justiça Militar. Contexto de discriminação e deportação de imigrantes haitianos. Situação inserida em Relatório Especial para a República Dominicana (1999).

Caso 12.590 - *José Miguel Gudiel Álvarez y otros - Diario Militar contra Guatemala*

Temas: Desaparecimento forçado; Detenção ilegal e/ou arbitrária; Tortura; Criança e adolescente; Falta de diligência interna; Impunidade; Ditadura.

Resumo: Desaparecimento forçado de 26 pessoas, execução extrajudicial de uma pessoa e detenção e tortura de uma criança. Falta de investigação e punição dos responsáveis. Existência de documento chamado “Diário Militar” contendo todas as informações de violações cometidas no período.

Caso 12.605 - *Joe Luis Castillo González y otros contra Venezuela*

Temas: Defensor(a) de direitos humanos; Execução extrajudicial; Falta de diligência interna; Impunidade; Irregularidade processual

Resumo: Defensor de direitos humanos executado e família ferida por pessoas não identificadas. Falta de investigação efetiva do Estado. Processo com diversas irregularidades e arquivado. Indícios de participação e/ou conivência de agentes estatais. Efeito amedrontador aos defensores de direitos humanos.

Caso 12.004 - *Marco Bienvenido Palma Mendoza y otros contra Equador*

Temas: Acesso à justiça; Falta de diligência interna.

Resumo: Impossibilidade real de interposição de recursos rápidos e efetivos para alcançar a pretensão judicial requerida. Recurso de *habeas corpus* impetrado por familiares da vítima foram ineficazes para encontrar a vítima. Falta de investigação.

Caso 12.658 - *Luis Gonzalo "Richard" Vélez Restrepo y familia contra Colômbia*

Temas: Liberdade de expressão; Exílio.

Resumo: Jornalista agredido por agentes do Exército por estar filmando violência estatal durante manifestações. Existência de ameaças de morte contra a vítima e sua família que aumentaram após o início de um processo judicial contra seus agressores. Tentativa de sequestro. Vítima exilada da Colômbia sem poder exercer sua profissão. Violação da liberdade de expressão.

Caso 10.720 - *Masacres de El Mozote y lugares aledaños contra El Salvador*

Temas: Massacre; Crime contra a humanidade.

Resumo: Massacres realizados no marco de uma operação militar. Ataques indiscriminados contra população da aldeia El Mozote. Aproximadamente mil pessoas foram mortas. Responsáveis não foram punidos. Crime contra a humanidade.

Caso 12.680 - *Rafael Arturo Pacheco Teruel y otros; Muertes por incendio en el Centro Penal de San Pedro Sula contra Honduras*

Temas: Sistema prisional.

Resumo: Morte de 107 presos do Centro Penitenciário de San Pedro Sula. Resultado de uma série de deficiências estruturais do presídio, que eram de pleno conhecimento do Estado. Vítimas pertencentes a um grupo identificado como “maras”, que eram mantidos isolados do resto dos presos e confinados em um espaço inseguro e insalubre. Deficiências estruturais no sistema penitenciário hondurenho. Existência de recomendações da ONU sobre o tema.

Caso 12.539 - *Sebastián Claus Furlán y familia contra Argentina*

Temas: Demora injustificada; Pessoa com deficiência; Criança e adolescente; Saúde

Resumo: Demora no julgamento de ação civil contra o Estado cuja resposta dependia o tratamento médico de criança com deficiência.

Caso 11.618 - *Oscar Alberto Mohamed contra Argentina*

Temas: Devido processo legal; Acesso à justiça.

Resumo: Vítima acusada e condenada de homicídio culposo em decorrência de acidente automobilístico. Processo correu sem as devidas garantias, incluindo o respeito ao princípio da legalidade e da retroatividade e ao direito de defesa. Vítima não teve a possibilidade de recorrer da sentença penal condenatória.

Caso 12.651 - César Alberto Mendoza y otros - Prisión y reclusión perpetuas a adolescentes contra Argentina

Temas: Detenção ilegal e/ou arbitrária; Criança e adolescente; Tortura; Execução extrajudicial; Impunidade.

Resumo: Vítimas condenadas arbitrariamente à prisão perpétua por fatos que ocorreram enquanto ainda eram crianças. Sistema de justiça juvenil que permite que sejam tratados como adultos infratores, sem observância dos parâmetros internacionais para o tema. Adolescentes submetidos à condições desumanas de detenção. Alguns adolescentes sofreram violações mais graves: um perdeu a visão, dois foram torturados e um foi morto. Responsáveis não punidos. Referência à Opinião Consultiva nº 17.

Caso 12.416 - Masacre de Santo Domingo contra Colômbia

Temas: Conflito armado interno; Execução extrajudicial; Impunidade; Direito Internacional Humanitário; Massacre.

Resumo: Bombardeio realizado pela Força Aérea Colombiana. Lançado dispositivo cluster que resultou na morte de 17 civis, entre eles crianças, ferimento de 27 pessoas, também envolvendo crianças. Bombardeio continuou contra pessoas que tentavam auxiliar os feridos e que tentavam fugir do local. Responsáveis não punidos. Aplicação do Direito Internacional Humanitário.

Caso 12.573 - Marino López y Otros - Operación Génesis contra Colômbia

Temas: Conflito armado interno; Execução extrajudicial; Deslocamento forçado; Direito Internacional Humanitário; Crime contra a humanidade; Discriminação; Massacre.

Resumo: Bombardeio realizado contra comunidade afrodescendente. Incursões paramilitares contra pessoas da comunidade envolvendo tortura e execução extrajudicial de uma das vítimas, bem como ameaças de morte, saques, furtos e destruição de bens. Deslocamento forçado de centenas de pessoas, principalmente mulheres e crianças. Demais vítimas mantiveram-se deslocadas por mais de 4 anos em lugares de refúgio, em situação precária. CIDH emitiu medidas cautelares. Crimes contra a humanidade. Contexto de conflito armado interno.

Caso 12.361 - Gretel Artavia Murillo y otros - "Fecundación in Vitro" contra Costa Rica

Temas: Família; Intimidade/vida privada; Discriminação; Saúde, Gênero.

Resumo: Proibição geral de praticar a técnica de reprodução assistida da fecundação *in vitro* desde decisão da Corte Suprema da Costa Rica proferida em 2000. Violação do direito à vida privada e familiar e do direito de formar família. Ainda, violação ao direito à igualdade das vítimas, uma vez que o Estado impediu o acesso a um tratamento que as teria permitido superar a impossibilidade de ter filhos. Impacto desproporcional em mulheres.

Caso 12.600 - *Hugo Quintana Coello y otros* - Corte Suprema de Justicia contra Equador

Temas: Devido processo legal; Acesso à Justiça; Fragilidade institucional.

Resumo: Remoção arbitrária de 27 magistrados da Corte Suprema do Equador, sem que houvesse um marco legal claro que regulasse as causas e procedimentos. Ação inconstitucional. Vítimas não contaram com garantias mínimas do devido processo e não tiveram acesso a um recurso judicial efetivo. Contexto político instável e fragilidade do Poder Judiciário.

Caso 12.576 - *Norín Catrیمان y otros (Lonkos, dirigentes y activistas del pueblo indígena Mapuche)* contra Chile

Temas: Devido processo legal; Irregularidade processual; Discriminação; Povos indígenas.

Resumo: Vítimas processadas e condenadas por supostos delitos de terrorismo. Violação do princípio da legalidade e processo com diversas irregularidades que afetaram o devido processo. Vítimas tratadas de forma discriminatória e injustificada em razão de sua origem étnica. Contexto de aplicação seletiva da legislação antiterrorista em prejuízo do povo indígena.

Caso 12.221 - *Jorge Omar Gutiérrez y familia* contra Argentina

Temas: Execução extrajudicial; Corrupção; Tortura.

Resumo: Assassinato de subcomissário que estava investigando esquema de corrupção envolvendo importantes empresários e funcionários governamentais de alta hierarquia. Agendas da Política Federal como potenciais responsáveis. Dois jovens detidos e torturados para assumirem a culpa pelo assassinato da vítima.

Caso 12.519 - *García Lucero y otros* contra Chile

Temas: Tortura; Detenção ilegal e/ou arbitrária; Exílio; Impunidade; Falta de reparação.

Resumo: Vítima presa e torturada. Após soltura, foi expulsa do país por determinação do Ministério do Interior. Vítima exilada no Reino Unido. Em razão da tortura sofrida, sofre de deficiência. Responsáveis pelas violações não punidos ou sequer identificados. Vítima não reparada.

Caso 12.472 - *Carlos Antonio Luna López contra Honduras*

Temas: Execução extrajudicial; Defensor(a) de direitos humanos; Corrupção; Falta de diligência interna.

Resumo: Execução de defensor de direitos humanos que expôs esquema de corrupção de órgão governamental envolvido com diversos empresários do setor madeireiro. Vítima sofreu diversas ameaças, inclusive de funcionários do governo. Falta de diligências para apurar os fatos. Identificados alguns autores materiais e intelectuais. Um dos autores materiais foi executado, enquanto detido, após ter informado que sofria ameaças dentro do presídio. Diversos juízes não aceitaram julgar o caso em razão das diversas ameaças que sofreram.

Caso 12.597 - *Miguel Camba Campos y otros - Vocales del Tribunal Constitucional contra Equador*

Temas: Fragilidade institucional; Independência do Poder Judiciário; Irregularidade processual; Acesso à justiça.

Resumo: Remoção arbitrária de 8 juízes da Corte Suprema do Equador mediante resolução do Congresso Nacional. Mecanismo *ad hoc* de destituição de magistrados não previsto na Constituição ou em qualquer outra lei. Violação do princípio da independência do Poder Judiciário. Após irregularidades procedimentais, Congresso Nacional aprovou moção de censura contra os magistrados. Vítimas impedidas de apresentar recursos. Contexto político instável e fragilidade do Poder Judiciário.

Caso 12.653 - *Carlos y Pablo Mémoli contra Argentina*

Temas: Corrupção; Detenção ilegal e/ou arbitrária; Liberdade de expressão.

Resumo: Vítimas condenadas penalmente por exposição de esquema de corrupção de venda de covas por órgão governamental. Violação do direito à liberdade de expressão. Condenação penal pelo crime de injúria, artigo 110 do Código Penal argentino que já foi considerado pela Corte IDH como contrário ao princípio da estrita legalidade que deve reger esses casos.

Caso 11.157 - Gladys Carol Espinoza Gonzáles contra Peru

Temas: Detenção ilegal e/ou arbitrária; Tortura; Sistema Prisional; Impunidade.

Resumo: Vítima detida de forma ilegal e arbitrária, tendo sofrido tortura enquanto permaneceu em custódia pela Polícia Nacional do Peru. Vítima acusada de pertencer a grupo insurgente (MRTA) e de participar de sequestro de empresários cuja finalidade era levantar fundo para o grupo. Condições desumanas da detenção, sem acesso à tratamento médico e alimentação adequadas ou possibilidade de receber visitas. Responsáveis não identificados ou punidos.

Caso 12.444 - Eduardo Nicolás Cruz Sánchez y otros (Operación Chavín de Huántar) contra Peru

Temas: Execução extrajudicial; Falta de diligência interna; Impunidade.

Resumo: Execução extrajudicial de três membros do grupo insurgente MRTA durante uma operação policial, que visou retomar o controle da Embaixada do Japão no Peru que havia sido tomada pelo grupo. As vítimas, no momento em que estavam sob a custódia do Estado, não apresentavam ameaça. Os corpos de 14 membros do grupo foram levado a um hospital, não sendo realizada autópsia para verificar a causa das mortes. Corpos foram enterrados em diversos cemitérios diferentes, tendo sido 11 deles como indigentes.

Caso 11.769 – J contra Peru

Temas: Detenção ilegal e/ou arbitrária; Violência sexual; Tortura; Devido processo legal; Impunidade.

Resumo: Vítima presa de forma ilegal e arbitrária em condições desumanas por 17 dias, além de ter sido submetida à tortura e violência sexual. Acusada de terrorismo sob o Decreto Lei 25.475. Violações do devido processo e dos princípios da legalidade e irretroatividade. Vítima foi absolvida e essa decisão foi anulada pelo Corte Suprema do Peru (juízes sem rosto), sem que a decisão tivesse sido motivada. Processo continua aberto, com ordem de captura internacional.

Caso 12.608 - Liakat Ali Alibux contra Suriname

Temas: Devido processo legal; Livre circulação; Acesso à justiça.

Resumo: Vítima, ex-Ministro de Finanças e ex-Ministro de Recursos Naturais, foi investigado, processo e condenado pelo crime de falsificação, conforme estabelecido na Lei sobre Acusação de Funcionários com Responsabilidade Política. Não foram

obedecidas as garantias e proteção judicial, tampouco os princípios da legalidade e irretroatividade. Violados os direitos à livre circulação e residência. Inexistência de recursos internos para impugnar a constitucionalidade da lei. Lei foi aplicada de forma retroativa e a restrição de sair do país foi desproporcional.

Caso 12.683 - *Melba del Carmen Suárez Peralta* contra Equador

Temas: Saúde; Falta de diligência interna; Impunidade.

Resumo: Vítima foi submetida a procedimento cirúrgico em clínica privada e, em decorrência do procedimento realizado mediante erro dos médicos, adquiriu sequelas severas e permanentes. Vítima iniciou ação penal contra os responsáveis e, sem que os fatos fossem de fato investigados, o crime prescreveu. Falta de garantias e proteção judicial.

Caso 10.738 - *Rodríguez Vera y otros (Palacio de Justicia)* contra Colômbia

Temas: Desaparecimento forçado; Detenção ilegal e/ou arbitrária; Execução extrajudicial.

Resumo: Desaparecimento forçado e detenção arbitrária de diversas pessoas durante a tomada e retomada do Palácio de Justiça. Execução extrajudicial de um magistrado.

Caso 12.474 - *Familia Pacheco Tineo* contra Bolívia

Temas: Refúgio; Devido processo legal; Acesso à justiça; Criança e adolescente; Família; Imigrante.

Resumo: negação de refúgio à família peruana que chegou à Bolívia em 2001 e devolução ao Peru. Decisão de negação foi tomada horas após a solicitação das vítimas. Violação do devido processo legal, do direito à integridade psíquica e moral, do direito de solicitar e receber asilo, do princípio do *non refoulement* e do direito às garantias e proteção judicial. Falta de proteção especial às crianças.

Caso 12.724 - *Allan R. Brewer Carías* contra Venezuela

Temas: Devido processo legal; Irregularidade processual; Acesso à justiça; Independência do Poder Judiciário; Imparcialidade do Poder Judiciário.

Resumo: Falta de garantias e proteção judicial no processo contra a vítima, advogado constitucionalista, acusado do delito de conspiração para alterar drasticamente a Constituição e a estrutura dos Poderes. Processo com diversas irregularidades. Vítima impedida de acessar os autos, ocasionando seu direito de contar com meios adequados para

preparar sua defesa. Violação dos princípios de independência e imparcialidade do juiz.

Caso 12.578 - *María Isabel Véliz Franco y otros contra Guatemala*

Temas: Violência de gênero; Falta de diligência interna; Criança e adolescente; Impunidade; Irregularidade processual.

Resumo: Vítima sem resposta do Estado após denúncia ao Ministério Público sobre desaparecimento de sua filha, de 15 anos, e posterior falência em investigar os fatos. Dois dias depois seu corpo foi encontrado. Não foram realizadas diligências para encontrar a criança e depois diversas irregularidades tomaram conta do processo (preservação da cena do crime, manejo das provas, autópsia). Estado reconheceu sua responsabilidade perante a CIDH, mas não tem cumprido as recomendações.

Caso 12.167 - *Hugo Oscar Arguelles y otros contra Argentina*

Temas: Detenção ilegal e/ou arbitrária; Devido processo legal.

Resumo: Vítimas, todas militares, foram submetidos a processos internos por fraude militar. Foram presos aproximadamente 50 militares. Prisão incomunicada por 7 a 8 anos, período que excede o permitido pelo Código de Justiça Militar, sem justificativa do Estado para manutenção da medida. Violação do direito à liberdade pessoas e do direito a um julgamento justo.

Caso 11.845 - *Jeremías Osorio Rivera y otros contra Peru*

Temas: Desaparecimento forçado; Tortura; Impunidade; Conflito armado interno; Justiça Militar; Lei de anistia; Acesso à justiça; Direito à verdade.

Resumo: Tortura e desaparecimento forçado da vítima detida pelo Exército sem que tenha sido descoberto o seu paradeiro ou punidos os responsáveis. Contexto de conflito armado interno e utilização sistemática do desaparecimento forçado de pessoas pelo Exército peruano. Processo penal interno declinado para a jurisdição militar e arquivado. Leis de anistia impedem a punição dos violadores de atos cometidos durante a *guerra contra o terrorismo*. Novas investigações, com processo sob a análise da Corte Suprema. Violações ocorreram há mais de 20 anos e não há recursos internos efetivos para esclarecer os fatos. Violações do direito de acesso à justiça e do direito à verdade.

Caso 12.271 - *Benito Tide Méndez y otros contra República Dominicana*

Temas: Detenção ilegal e/ou arbitrária; Discriminação; Expulsão.

Resumo: Detenção arbitrária e expulsão sumária do território de diversas pessoas, nacionais e estrangeiras, pessoas com e sem documentos, residentes permanentes, pessoas com vínculo trabalhista e familiares. Identificação de padrão de expulsão com base em características fenóticas e na cor da pele. Inexistência de mandado de prisão ou processo interno, administrativo ou judicial. Vítimas não informadas sobre os motivos da detenção ou qualquer informação.

Caso 12.606 - *Hermanos Landaeta Mejías y otros contra Venezuela*

Temas: Detenção ilegal e/ou arbitrária; Execução extrajudicial; Criança e adolescente; Impunidade; Demora injustificada.

Resumo: Detenção e execução extrajudicial de dois irmãos (17 e 18 anos) por agentes da polícia. Contexto de execuções extrajudiciais na Venezuela. Responsáveis não punidos. Processo penal em curso há mais de 16 anos. Situação inseria no relatórios anuais da CIDH (2004, 2005, 2006, 2007 e 2008) e em Relatório Especial sobre a situação dos Direitos Humanos na Venezuela (2003).

Caso 12.775 - *Florentín Gudiel Ramos, Makrina Gudiel Álvarez y otros* contra Guatemala

Temas: Execução extrajudicial; Defensor(a) de direitos humanos; Irregularidade processual; Direitos políticos.

Resumo: Execução de funcionário público defensor de direitos humanos. Investigação e processo penal com diversas irregularidades. Falta de proteção para a família da vítima que, em razão de ameaças, teve que mudar de residência. Descumprimento do dever de garantia de direitos políticos em virtude do cargo público que ocupava e de sua filha, por ser impossibilitada de dar continuidade a seus direitos políticos.

Caso 12.548 - *Comunidad Garífuna Triunfo de la Cruz y sus miembros contra Honduras*

Temas: Povos indígenas; Propriedade; Participação social.

Resumo: Comunidade indígena que não conta com título de propriedade sobre seu território ancestral que seja idôneo e culturalmente adequado. O reconhecimento de parte do território ancestral foi tardio e até hoje é negado um título único de todo o território. Violação do direito de propriedade de povos indígenas e de participarem das decisões que lhes dizem respeito. Falta de garantia e proteção judicial.

Caso 12.354 - *Pueblos Indígenas Kuna de Madungandí y Emberá de Bayano y sus miembros contra Panamá*

Temas: Povos indígenas; Propriedade; Falta de reparação.

Resumo: Descumprimento por parte do Estado de pagar indenizações às vítimas em razão do despejo e inundação de suas terras ancestrais. Falta de reconhecimento, titulação e demarcação durante grande período de tempo. Descumprimento do dever de prevenção frente à invasão de pessoas não indígenas nas terras e utilização dos recursos naturais. Violação do direito de propriedade coletiva dos povos indígenas.

Caso 12.828 - *Marcel Granier y otros – RCTV contra Venezuela*

Temas: Liberdade de expressão; Tortura; Acesso à justiça.

Resumo: Não renovação de concessão de rádio ao canal RCTV. Violação da liberdade de expressão. Utilização de confissão mediante tortura. Contexto de insegurança jurídica. Falta de critérios claros e objetivos para a decisão. Impossibilidade de apresentar defesa contra a decisão.

Caso 12.288 - *García Cruz y Sánchez Silvestre contra México*

Temas: Detenção ilegal e/ou arbitrária; Tortura; Devido processo legal; Acesso à justiça.

Resumo: Vítimas detidas ilegalmente, torturadas e condenadas à pena de prisão (3 e 40 anos) sem a observância do devido processo e das garantias judiciais. Violação do direito de defesa.

Caso 12.577 - *Rochac y otros contra El Salvador*

Temas: Desaparecimento forçado; Criança e adolescente; Conflito armado interno; Execução extrajudicial; Impunidade; Falta de diligência interna.

Resumo: Desaparecimento forçado de cinco crianças em circunstâncias similares. Contexto de conflito armado interno e execuções extrajudiciais por meio de operação militar. Mais de 30 anos sem saber o paradeiro das crianças. Responsáveis não punidos.

Caso 11.581 - *Zulema Tarazona Arrieta y otros contra Peru*

Temas: Execução extrajudicial; Impunidade; Falta de diligência interna; Justiça Militar; Demora injustificada; Lei de anistia.

Resumo: Duas vítimas mortas e uma ferida em razão de disparados feitos contra o veículo de transporte público em que se encontravam por um membro do Exército. Após os

disparos, os agentes deixaram o local sem prestar auxílio às vítimas e não comunicaram seus superiores do ocorrido. Antes da publicação da decisão de mérito da CIDH, o Estado proferiu uma sentença penal condenatória contra os responsáveis e determinou uma indenização às vítimas e seus familiares. Falta de garantias e proteção judicial. Fatos permaneceram impunes por tempo não razoável. Falta de devida diligência. Intervenção da Justiça Militar. Vigência da lei de anistia (Lei 26.479). Demora na reabertura das investigações.

Caso 10.932 - *Comunidad Campesina de Santa Bárbara contra Peru*

Temas: Desaparecimento forçado; Criança e adolescente; Impunidade; Lei de anistia.

Resumo: Desaparecimento forçado de 15 pessoas, dentre elas, 7 crianças (entre 8 meses e 7 anos de idade) por agentes do exército. Apesar da identificação dos responsáveis pelas autoridades judiciais, a Corte Suprema aplicou a lei de anistia, resultado na não punição dos responsáveis.

Caso 12.761 - *Comunidad Garífuna Punta Piedra y sus miembros contra Honduras*

Temas: Povos indígenas; Propriedade; Acesso à justiça.

Resumo: Violação do direito de propriedade da Comunidade Garífuna Punta Piedra em razão da invasão de suas terras por pessoas não indígenas e posterior concessão de títulos de propriedade das terras aos invasores. Concessão de terras realizada sem um processo regular. Situação tem gerado conflitos na região, incluindo ameaças e morte de um membro da Comunidade. Estado não deu resposta efetiva. Falta de recursos efetivos.

Caso 12.794 - *Wong Ho Wing contra Peru*

Temas: Imigrante; Extradicação; Devido processo legal; Irregularidade processual; Detenção ilegal e/ou arbitrária.

Resumo: Vítima nacional da China, detida e submetida a processo de extradicação sem as devidas garantias e com diversas omissões e irregularidades. Privação arbitrária e excessiva de liberdade. Violação do direito à integridade.

Caso 11.576 - *José Luis García Ibarra contra Equador*

Temas: Execução extrajudicial; Criança e adolescente; Irregularidade processual.

Resumo: Vítima de 16 anos que estava com grupo de amigos foi executada por agentes da polícia no contexto de uma briga com o grupo de adolescentes. Responsável condenado a

18 meses de prisão apesar da gravidade dos fatos. Processo com irregularidades.

Caso 12.214 - *Canales Huapaya y otros contra Peru*

Temas: Devido processo legal; Acesso à justiça; Demissão injustificada.

Resumo: Funcionários do Congresso Nacional demitidos sem respeito às devidas garantias processuais. Em ações internas, Tribunal Constitucional declarou as ações iniciadas pelas vítimas improcedentes. Esses fatos são similares a outro caso já sentenciado pela Corte IDH (caso *Trabajadores Cesados del Congreso contra Peru*), que ocorreram dentro de um contexto de marco normativo que impedia as vítimas a terem clareza sobre quais seriam os meios para impugnar as demissões.

Caso 11.568 - *Luis Antonio Galindo Cárdenas y familiares contra Peru*

Temas: Detenção ilegal e/ou arbitrária; Acesso à justiça; Terrorismo.

Resumo: Detenção ilegal e arbitrária da vítima, magistrado, durante 31 dias. Falta de acesso à justiça. Criminalização do exercício da advocacia sob perspectiva de terrorismo.

Caso 12.639 - *Pueblos Kaliña y Lokono contra Suriname*

Temas: Povos indígenas; Não reconhecimento perante a lei; Propriedade; Acesso à justiça.

Resumo: Violação de direitos de oito comunidades indígenas em razão da continuidade de vigência do marco normativo que impede o reconhecimento da personalidade jurídica dos povos indígenas. Estado se absteve de estabelecer as bases normativas que permitem o reconhecimento do direito à propriedade coletiva. Emissão de títulos de propriedade à pessoas não indígenas. Contexto de desproteção e falta de defesa judicial.

Caso 12.679 - *José Agapito Ruano Torres y familia contra El Salvador*

Temas: Detenção ilegal e/ou arbitrária; Tortura; Devido processo legal; Acesso à justiça.

Resumo: Vítima detida arbitrariamente dentro de casa, em frente à sua família, e torturada. Violação das garantias judiciais e devido processo. Condenado apesar das dúvidas sobre a autoria do crime. Violação da presunção de inocência. Deficiente atuação da defensoria pública. Falta de recursos efetivos.

Caso 12.723 - *TGGL y familia contra Equador*

Temas: Saúde; Dever de fiscalização.

Resumo: Violação da vida digna e integridade pessoal em razão da aquisição do vírus HIV

em razão de transfusão de sangue em instituição privada de saúde. Descumprimento do dever de garantia, especificamente o dever de supervisão e fiscalização. Falta de resposta adequada do Estado. Omissão de atenção médica especializada. Processo interno culminou em uma declaração de prescrição.

Caso 12.777 - *Claudina Isabel Velásquez Paiz contra Guatemala*

Temas: Falta de diligência interna; Violência sexual; Violência de gênero; Impunidade.

Resumo: Omissão e negligência do Estado frente ao comunicado dos pais da vítima sobre seu desaparecimento. Estado não adotou medidas de busca imediatas. Corpo da vítima encontrado com sinais de extrema violência, incluindo sexual. Contexto de violência de gênero. Responsáveis não identificados e punidos.

Caso 12.816 - *Adán Guillermo López Lone y otros contra Honduras*

Temas: Liberdade de expressão; Devido processo legal; Imparcialidade do Poder Judiciário.

Resumo: Vítimas, todas magistrados, submetidos a processos disciplinares no contexto de golpe de Estado. A *Asociación Jueces por la Democracia* emitiu vários comunicados classificando os atos relacionados com a destituição do ex-Presidente Zelaya como golpe de Estado em contradição com a decisão proferida pela Corte Suprema que afirmava sucessão constitucional. Processo repleto de irregularidades. Violação do devido processo. Falta de imparcialidade do Judiciário para julgar (Corte Suprema). Violação da liberdade de expressão.

Caso 12.500 - *Omar Humberto Maldonado y otros contra Chile*

Temas: Acesso à justiça; Tortura; Ditadura.

Resumo: Denegação de justiça em prejuízo das vítimas por falta de investigação de ofício e diligente da tortura sofrida pelas vítimas durante o regime militar. Descumprimento da obrigação de oferecer recurso penal efetivo. Consideração de provas obtidas mediante tortura. Falta de acesso à justiça.

Caso 12.595, 12.596, 12.621 - *Ana Teresa Yarce y otras contra Colômbia*

Temas: Defensor(a) de direitos humanos; Conflito armado interno; Deslocamento forçado; Detenção ilegal e/ou arbitrária.

Resumo: Cinco defensoras de direitos humanos e suas famílias vítimas de diversas

violações em contexto de conflito armado. Vítimas sofreram ameaças, foram deslocadas forçadamente, privadas arbitrariamente de liberdade e executadas. Caso relacionado com Medida Provisória vigente na Corte IDH.

Caso 12.482 - *Valdemir Quispealaya Vilcapoma contra Peru*

Temas: Tortura; Justiça Militar; Demora injustificada; Disciplina militar.

Resumo: Militar teve sua integridade física violada em razão de golpe recebido de seu superior por erro cometido em treinamento de tiro. Perda da visão do olho direito. Padrão de tortura e tratamentos cruéis, desumanos e degradantes dentro de estabelecimentos militares. Interpretação errônea da disciplina militar. Caso levado à jurisdição militar. Demora não justificada (7 anos). Existência de ameaças contra testemunhas.

Caso 12.788 - *Miembros de la Aldea de Chichupac y Comunidades Vecinas del Municipio de Rabinal contra Guatemala*

Temas: Comunidade campesina; Massacre; Execução extrajudicial; Tortura; Desaparecimento forçado; Violência sexual; Conflito armado interno; Direitos políticos; Propriedade.

Resumo: Série de massacres, execuções extrajudiciais, torturas, desaparecimentos forçados e violações sexuais contra a comunidade vítima cometidos pelo Exército durante período de conflito armado. Violações dos direitos à honra e dignidade, liberdade de consciência e religião, liberdade de associação, direito à propriedade e direitos políticos. Política estatal de destruição de grupos étnicos por meio de operações militares. Destruição dos meios de subsistência e, em razão disso, comunidade passou a depender da estrutura militar para se sustentar.

Caso 12.739 - *María Inés Chinchilla Sandoval y otros contra Guatemala*

Temas: Saúde; Sistema prisional.

Resumo: Vítima diabética detida em estabelecimento prisional não contou com acompanhamento médico necessário que garantissem o controle periódico da doença, nem medicamentos adequados. A vítima dependia do auxílio de familiares para consumir alimentação adequada. Em razão da doença, teve uma perna amputada e passou a utilizar cadeira de rodas. Pela falta de acessibilidade do estabelecimento, caiu de uma escada e não contou com socorro médico de emergência, vindo a falecer.

Caso 12.700 - Agustín Bladimiro Zegarra Marín contra Peru

Temas: Devido processo legal; Acesso à justiça.

Resumo: Vítima condenada por crime contra a administração da justiça, contra a fé pública e corrupção de funcionários com violação ao princípio da inocência e ao dever de motivação. Falta de provas. Inversão do ônus da prova. Falta de acesso à justiça. Impossibilidade de recorrer.

Caso 12.745 - Rigoberto Tenorio Roca y otros contra Peru

Temas: Detenção ilegal e/ou arbitrária; Tortura; Desaparecimento forçado; Crime contra a humanidade; Conflito armado interno; Impunidade.

Resumo: Detenção, transferência, tortura e desaparecimento forçado vítima por agentes da Marinha. Violações sistemáticas de direitos humanos em contexto de conflito armado. Vítima continua desaparecida e responsáveis não foram punidos.

Caso 12.841 - Ángel Alberto Duque contra Colômbia

Temas: LGBT; Discriminação; Acesso à justiça.

Resumo: Impossibilidade da vítima de receber pensão por morte de seu companheiro por serem um casal homossexual. Conceito de família limitado e estereotipado. Discriminação por orientação sexual. Vítima portadora do vírus HIV e pobre. Falta de acesso à justiça.

Caso 11.438 - Herrera Espinoza y otros contra Equador

Temas: Detenção ilegal e/ou arbitrária; Tortura; Devido processo legal; Acesso à justiça.

Resumo: Privação arbitrária da liberdade e tortura das vítimas durante uma investigação de tráfico internacional de drogas. Violações do devido processo e inexistência de recursos judiciais efetivos. Vítimas apresentaram *habeas corpus*, não considerado adequado para o caso. Violação do princípio da presunção de inocência.

Caso 12.820 - Manfred Amhrein y otros contra Costa Rica

Temas: Acesso à justiça; Devido processo legal; Sistema prisional.

Resumo: Inexistência de um recurso que permitisse obter uma revisão ampla das condenações penais impostas a 17 pessoas. Violação do direito de recurso. Violação do direito às garantias judiciais, direito de liberdade pessoal pela duração razoável da detenção preventiva e direito à integridade pessoal em razão das más condições da detenção.

Caso 12.453 - *Olga Yolanda Maldonado Ordóñez contra Guatemala*

Temas: Demissão injustificada; Devido processo legal; Acesso à justiça.

Resumo: Vítima despedida do Gabinete do Procurador de Direitos Humanos da Guatemala por meio de processo administrativo de caráter sancionatório. Violação do direito às garantias judiciais, do princípio da legalidade, da presunção de inocência e das garantias necessárias para o direito de defesa. Falta de informações para que a vítima pudesse apresentar defesa adequada.

Caso 12.743 - *Homero Flor Freire contra Equador*

Temas: Disciplina militar; LGBT; Discriminação.

Resumo: Vítima destituída de base terrestre equatoriana com base no então vigente Regulamento de Disciplina Militar. Decisão tomada em razão da vítima manter relações sexuais com pessoas do mesmo sexo. Decisões pautadas em discriminação.

Caso 12.251 - *Vereda la Esperanza contra Colômbia*

Temas: Desaparecimento forçado; Criança e adolescente; Execução extrajudicial; Conflito armado interno; Lei de anistia; Impunidade.

Resumo: Desaparecimento forçado de 16 pessoas, incluindo três crianças, e execução de uma pessoa. Ações coordenadas entre o Exército colombiano e grupos paramilitares contra vítimas consideradas guerrilheiras. Responsáveis não identificados e punidos em razão da Lei de Justiça e Paz.

Após a identificação dos indicadores temáticos, foram encontrados as violações mais frequentes no universo dos 70 casos analisados na presente pesquisa, conforme pode ser visualizado abaixo.

Tabela 9: Principais temas identificados pela CIDH nos casos analisados

Temas	Quantidade de casos
Acesso à justiça	21
Impunidade	20
Detenção ilegal e/ou arbitrária	18
Devido processo legal	17
Execução extrajudicial	17
Tortura	16
Criança e adolescente	12
Falta de diligência interna	11
Desaparecimento forçado	9
Conflito armado interno	8
Irregularidade processual	8
Discriminação	7
Povos indígenas	6
Liberdade de expressão	5
Propriedade	5
Saúde	5
Defensor(a) de direitos humanos	4
Demora injustificada	4
Lei de anistia	4
Massacre	4
Sistema prisional	4
Violência sexual	4
Corrupção	3
Crime contra a humanidade	3
Deslocamento forçado	3
Ditadura	3
Falta de reparação	3
Família	3
Imigrante	3
Imparcialidade do Poder Judiciário	3
Justiça Militar	3
Demissão injustificada	2
Direito Internacional Humanitário	2
Direitos políticos	2
Disciplina militar	2
Exílio	2
Fragilidade institucional	2
Independência do Poder Judiciário	2
Intimidade/vida privada	2
LGBT	2
Violência de gênero	2

Comunidade campesina	1
Dever de fiscalização	1
Expulsão	1
Extradição	1
Gênero	1
Genocídio	1
Não reconhecimento perante a lei	1
Participação social	1
Pessoa com deficiência	1
Refúgio	1
Terrorismo	1
Trabalho escravo	1

A partir dessas informações, buscou-se identificar os padrões de violações conjuntas, ou seja, saber a frequência de violação de um determinado tema com a violação de outro tema. Para isso, foram feitas duas filtragens de dados: a primeira foi sistematizar quais temas estiveram presentes em cada caso e, após, foi identificar o número de vezes em que um tema aparece conectado a outro. Nessa segunda análise, os temas foram numerados (de 1 a 55) e as informações foram cruzadas (Apêndice II).

Contatou-se que o número máximo de violações de dois temas conjuntamente foi 11, enquanto a maior parte dos temas conectaram-se entre si apenas duas, uma ou nenhuma vez. Nos casos em que houve relação apenas uma ou duas vezes não necessariamente caracteriza-se enquanto padrão. Nesses casos, e também nos temas que não se relacionaram, não é possível saber se as violações conjuntas apenas não ocorreram dentro do universo dos casos analisados ou se não são, de fato, violações conjuntas possíveis. Quanto a isso, não se pode inferir afirmações, tendo em vista a falta de dados para tal análise no presente estudo.

Quanto aos padrões encontrados, os temas mais frequentemente relacionados foram, em ordem decrescente: acesso à justiça e devido processo legal (11), detenção ilegal e/ou arbitrária (10), falta de diligência interna e impunidade (9), execução extrajudicial e impunidade (8), detenção ilegal e impunidade (7), tortura e impunidade (7), criança e adolescente e impunidade (7), desaparecimento forçado e impunidade (7), devido processo legal e detenção ilegal e/ou arbitrária (6), acesso à justiça e tortura (6), execução extrajudicial e criança e adolescente (6), falta de diligência interna e execução extrajudicial (5), conflito armado interno e impunidade (5), conflito armado interno e execução extrajudicial (5), conflito armado interno e desaparecimento forçado (5), criança e adolescente e tortura (3), criança e adolescente e falta de diligência interna (3), conflito

armado interno e tortura (3), desaparecimento forçado e detenção ilegal (3), desaparecimento forçado e falta de diligência interna (3), execução extrajudicial e irregularidade processual (3), devido processo legal e irregularidade processual (3), execução extrajudicial e defensor(es) de direitos humanos (3), execução extrajudicial e massacre (3), conflito armado interno e massacre (3), violência sexual e tortura (3), desaparecimento forçado e lei de anistia (3), devido processo legal e imparcialidade do Poder Judiciário (3), massacre de Direito Internacional Humanitário (3).

A violação do direito ao acesso à justiça é o tema mais recorrente no universo dos casos estudados, sendo causada pela impossibilidade das vítimas de interporem os recursos judiciais adequados e eficazes ou por não ser assegurado seu direito de defesa, seja por alguma ação do Estado que impeça a efetivação do acesso à justiça, seja pela sua omissão, verificada na falta de recursos disponíveis para serem esgotados pelas vítimas (artigo 25, CADH). Com alto número de violação, o devido processo legal é relacionado às garantias judiciais (artigo 8, CADH), devendo o acusado ter direito a ser ouvido com as devidas garantias, dentro de um prazo razoável, por um juiz ou tribunal independente, direito de ter um defensor público, dentre muitas outras garantias judiciais que tornam o processo acusatório justo, imparcial e transparente. Da mesma forma que o número de vezes em que os artigos 8 e 25 foram indicados como os mais violados dentro dos casos analisados, os temas de acesso à justiça e devido processo legal foram também protagonistas na maior parte dos casos.

As conexões seguintes referem-se a casos de detenção ilegal, tortura, execução extrajudicial, desaparecimento forçado, falta de diligência interna, conflito armado interno e impunidade. A conexão, ainda que alternada, entre esses temas apresenta um padrão de violação regional ligada ao Estado arbitrário. A impunidade, enquanto falta de punição dos violadores, foi o segundo tema mais presente em todos os casos, ficando claro o envolvimento ou omissão do Estado nas violações citadas. A falta de diligência interna oitavo tema mais presente, é também justificadamente claro se levado em conta o contexto do Estado envolvido/omisso, que não tem interesse em identificar, processar e punir os responsáveis.

Nesse cenário, houve sete casos de combinação entre impunidade e crianças e adolescentes. Para que um caso tenha tido criança e adolescente como tema principal, basta que pessoas menores de 18 anos estivessem envolvidas enquanto vítimas. Desses casos, em seis deles as violações foram perpetradas pelo Estado e em apenas um deles o Estado foi apontado como responsável pela CIDH em razão de não ter diligenciado para encontrar o

agressor. Embora os fatos de cada caso tenham ocorridos em períodos e países diferentes (Guatemala, Argentina, Venezuela, El Salvador, Peru e Colômbia), o padrão das violações conjuntas apresentam um continente que ainda sofre muito com a força repressora das forças armadas ou de segurança pública, especialmente em se tratando de opositores ao governo e juventude pobre.

O conjunto de violações seguinte, não envolvendo os temas mencionados, é direito à propriedade e povos indígenas. Dos seis casos envolvendo povos indígenas e dos cinco casos envolvendo direito à propriedade, quatro deles foram violações conjuntas. Os Estados envolvidos foram Honduras, Panamá e Suriname. Em todos eles foi identificada violação quanto ao reconhecimento de terras tradicionais e titulação aos povos indígenas. Da mesma forma que as violações anteriores, este é um tema bastante recorrente no Sistema Interamericano e que, apesar do desenvolvimento da jurisprudência nesse sentido, são violações ainda muito presentes na realidade regional.

Sendo estes os temas mais frequentes em termos de violações conjuntas, os demais como, por exemplo, direito à saúde, migrante, proteção da família, direitos LGBT, exílio, intimidade e vida privada, participação social, pessoa com deficiência, dentre outros, não apresentaram frequência suficiente para serem identificados como padrão.

3.2.4. Justificativa da CIDH

Apesar da previsão regulamentar, foi apenas a partir do caso 12.680, *Rafael Arturo Pacheco Teruel y otros (Muertes por Incendio en el Centro Penal de San Pedro Sula)* contra Honduras, de março de 2011, que a CIDH passou a expressamente justificar o motivo pelo qual envia determinado caso à Corte IDH, conforme previsto no artigo 35.1.c do seu Regulamento e no artigo 45.2.c e d do Regulamento da Corte IDH.

As justificativas encontradas foram as mais diversas, desde a necessidade de desenvolvimento da jurisprudência da Corte IDH sobre um determinado tema até a importância de determinado caso para a mudança do contexto regional. Esses motivos foram sistematizados em onze categorias, conforme tabela abaixo:

Tabela 10: Justificativas da CIDH para enviar casos à Corte IDH

Justificativa CIDH	Nº de casos
Desenvolvimento da jurisprudência da Corte IDH	31
Aprofundamento da jurisprudência da Corte IDH	21
Estabelecimento ou desenvolvimento de princípios/entendimento sobre um tema/direito	13
Consolidação da jurisprudência da Corte IDH	10
Impacto no âmbito interno do Estado	8
Desenvolvimento de nova perspectiva sobre um tema/direito	8
Abordagem de tema novo na jurisprudência da Corte IDH	7
Impacto regional	6
Retomada da jurisprudência sobre um tema/direito	3
Avanço de padrões/normas sobre um tema/direito	1
Aplicação de jurisprudência da Corte IDH já existente	1

O desenvolvimento da jurisprudência da Corte IDH sobre determinado tema ou direito é a justificativa mais presente no universo dos casos estudados e também a mais genérica, tendo em vista que não visa introduzir tema ou abordagens novas ao debate. No mesmo sentido, o aprofundamento e a consolidação da jurisprudência, em segundo e quarto lugares na lista respectivamente, mostram-se também como justificativas genéricas e não apontam trazer discussões inovadoras ao debate do tribunal.

Em outros casos, mais peculiares no que se refere ao tema ou contexto, a CIDH apresenta argumentos mais pontuais como o impacto do caso no âmbito interno do Estado ou na região como um todo, a introdução de um novo tema à jurisprudência da Corte IDH ou, ainda, a indicação de que o caso trará uma nova perspectiva a um tema ou direito peculiar ao caso em questão.

Ao relacionar a justificativa do envio pela CIDH com os principais temas identificados nos 70 casos analisados, alguns resultados são interessantes de serem ressaltados. Em sete oportunidades, a CIDH apresentou o caso à Corte IDH sob a justificativa de que aquela demanda trazia tema ainda não deliberado pelo tribunal: direito ao planejamento familiar e direitos à intimidade e à vida privada, em um caso que versava sobre a proibição da fecundação *in vitro* pela Costa Rica (caso *Gretel Artavia Murillo y otros – “Fecundación in Vitro”*); a remoção de membros do Poder Judiciário pelo Poder Legislativo e a fragilidade institucional no Equador (caso *Hugo Quintana Coello y otros*); o direito ao refúgio, proteção da família, acesso à justiça e devido processo legal na Bolívia (caso *Família Pacheco Tineo*); expulsão de pessoas (nacionais e estrangeiras) do território

e discriminação na República Dominicana (caso *Benito Tide Méndez y otros*); extradição de estrangeiro sem a observância do devido processo legal (caso *Wong Ho Wing*) e detenção ilegal e/ou arbitrária de magistrado sob acusação de terrorismo (caso *Luis Antonio Galindo Cárdenas*), ambos no Peru; e, por fim, orientação sexual e discriminação dentro das Forças Armadas do Equador (caso *Homero Flor Freire*).

De fato, a proteção da família e direito à vida privada sob a perspectiva do direito ao planejamento familiar, a fragilidade institucional por meio de conflito entre Poderes da República, o direito ao refúgio, a discriminação racial e expulsão, a extradição e devido processo legal, a detenção arbitrária de magistrado sob acusação de terrorismo e a discriminação dentro das Forças Armadas em razão da orientação sexual são temas novos na jurisprudência do Sistema Interamericano. Esses temas apareceram uma ou duas vezes apenas dentre todos os 70 casos analisados na pesquisa.

Alguns casos foram submetidos à Corte IDH em razão do potencial impacto que o seu julgamento teria no âmbito interno do Estado demandado, transcendendo a vítima e a sua violação individual concreta. Esses casos foram indicados com o objetivo de favorecer o acesso à justiça no Suriname, especialmente em matéria de controle de constitucionalidade (caso *Liakat Ali Alibux*); trabalhar o contexto geral de execuções extrajudiciais na Venezuela e potencializar o trabalho que a CIDH vinha desenvolvendo em relação ao país (caso *Hermanos Landaeta Mejías y otros*); discutir o contexto de conflito armado interno no Equador (caso *Rochac y outros*); trabalhar o contexto de insegurança jurídica e falta de defesa frente a atos arbitrários do Poder Público que causaram demissões coletivas em El Salvador (caso *Canales Huapaya y otros*); trabalhar o problema estrutural de falta de reconhecimento, na legislação interna, da personalidade jurídica e do direito à propriedade dos povos indígenas no Suriname (caso *Pueblos Kaliña y Lokono*); analisar o caráter provisório do Poder Judiciário na Venezuela a partir da perspectiva do direito a garantia e proteção judicial (caso *Allan R. Brewer Carías*); assegurar que o marco normativo da Costa Rica outorgue às pessoas condenadas antes de determinada modificação legislativa revisão ampla de suas sentenças (caso *Manfred Amhrein y otros*); e, por fim, discutir o contexto de conflito armado interno na Colômbia, sendo a oportunidade da Corte IDH se manifestar sobre a Ley de Justicia y Paz 975, de 2005, tema que tem sido acompanhado pela CIDH há tempos (caso *Vereda La Esperanza*).

O potencial impacto do caso no âmbito regional também foi utilizado pela CIDH como justificativa para submissão à Corte IDH. Nesse sentido, a CIDH apontou a necessidade de análise da deficiência do sistema prisional como padrão da região

interamericana (caso *Rafael Artur Pacheco Turuel y otros: Muertes por Incêndio en el Centro Penal de San Pedro Sula*); oportunidade de adequação das leis regionais de justiça transicional às normas internacionais de direitos humanos (caso *Marino López y Otros – Operación Génesis*); estabelecimento de parâmetros que devem ser utilizados para o desenvolvimento de marcos regulatórios relativos aos territórios dos povos indígenas (caso *Comunidad Garífuna Triunfo de la Cruz y sus miembros*); análise do contexto regional de necessidade de reconhecimento da relação intrínseca entre o cumprimento efetivo e oportuno das obrigações de reconhecimento, titulação, demarcação e delimitação de terras de povos indígenas (caso *Pueblos Indígenas Kuna de Madungandí y Emberá de Bayano y sus miembros*); análise do contexto regional de estigma e execução extrajudicial de adolescentes pobres (caso *José Luis García Ibarra*); e incentivo ao desenvolvimento legislativo dos Estados sobre direitos LGBT e não discriminação (caso *Ángel Alberto Duque*).

Outro grupo de justificativas mais específicas foi a apresentação de nova perspectiva em relação a um direito. Nesses casos, a CIDH apontou ser a oportunidade para analisar a proteção do direito a formar uma família no sentido de incluir a decisão de tornar-se mãe ou pai biológicos, bem como a opção e acesso aos meios pertinentes para materializá-la e ser essa decisão parte da esfera mais íntima de vida privada de uma pessoa (caso *Gretel Artavía Murillo y otros – “Fecundación in Vitro”*); definir novos padrões em matéria de igualdade e não discriminação por meio da aplicação seletiva de um marco legal a um grupo incluído na cláusula de não discriminação (caso *Norín Catriman y otros – Lonkos, dirigentes y activistas del pueblo indígena Mapuche*); determinar o alcance do princípio da irretroatividade estabelecido pelo artigo 9 da CADH em se tratando de normas de natureza processual, mas que podem ter efeitos substantivos (caso *Liakat Ali Alibux*); conferir especial conotação na determinação do alcance das obrigação de respeito e garantia dos Estados frente aos diversos tipos de ameaças aos direitos dos povos indígenas, envolvendo direitos individuais à vida e à integridade pessoal, direito de participação política e liberdade de associação (caso *Comunidad Garífuna Triunfo de la Cru y sus miembros*); verificar os impactos à liberdade de expressão, em sua dupla dimensão, dos atos estatais relacionados com a autorização de licenças de rádio e televisão (caso *Marcel Granier y otros – RCTV*); e, finalmente, analisar o princípio da inocência e as diligências mínimas que devem ser realizadas pelo Estado para verificar a identidade de uma pessoa antes de continuar com um processo penal e emitir sentença (caso *José Agapito Ruano Torres y familia*).

Apesar da mudança da previsão regulamentar dos órgãos e da incorporação da regra à prática da Comissão, em três casos o órgão não indicou expressamente os motivos pelos quais a Corte IDH deveria admitir o caso para análise (casos *Carlos Antonio Luna López*, *Gladys Carol Espinoza Gonzáles* e *María Isabel Véliz Franco y otros*).

Com as justificativas apresentadas, restam mais transparente os motivos pelos quais cada caso passou pelo filtro da CIDH. Contudo, apesar do órgão ter passado a apresentar sua justificativa de forma pública, por meio da publicação das cartas de submissão em 2010, não é possível inferir, apenas pela análise desse documento, todos os motivos que levaram o caso ser enviado ao tribunal. Nessa dinâmica, ainda precisam ser considerados os eventuais motivos que levaram, antes mesmo da CIDH, o caso analisado ao Sistema Interamericano, tendo em vista que o órgão recebe as demandas levadas espontaneamente pelos peticionários.

4. PELOS OLHOS DOS LITIGANTES: MOBILIZAÇÃO JURÍDICA TRANSNACIONAL NO SISTEMA INTERAMERICANO

Ao analisar o perfil dos usuários do SIDH, é clara a significativa atuação das ONGs desempenhando o papel de representantes das vítimas. Essa atuação se dá por diversos motivos: a disponibilidade de recursos para financiar o litígio, o conhecimento das regras de procedimento da CIDH e da Corte IDH, o conhecimento de estratégias de litígio e cooperação com organizações locais, apenas para citar alguns.

Como forma de melhor entender essa atuação, buscou-se investigar como foi o desenvolvimento da atuação das ONGs de direitos humanos no âmbito internacional – global e regional – e também traçar o perfil dessas organizações.

Para além das ONGs, as agências de financiamento e/ou fundações que doam recursos às organizações litigantes possuem um papel indissociável na atuação desses atores: são quem determinam para quais temas ou regiões/países os recursos serão disponibilizados, fazendo com que as organizações destinatárias de seus recursos adequem-se à demanda dos sistemas internacionais por meio da seleção de casos que irão aceitar para representação das vítimas.

A ideia desse capítulo é, portanto, apresentar como se dá a atuação desses atores no Sistema Interamericano e como suas ações acabam tematizando esse mecanismo regional de proteção de direitos humanos.

4.1. CONCEITO E BREVE HISTÓRICO DA ATUAÇÃO DAS ORGANIZAÇÕES NÃO GOVERNAMENTAIS NA PROMOÇÃO E PROTEÇÃO DOS DIREITOS HUMANOS

Embora seja um termo muito utilizado no campo dos direitos humanos, não há consenso em relação à definição exata sobre o que é uma organização não governamental e quais são todas as funções que desempenha ou deveria desempenhar para ser considerada como tal. Essa definição apresenta-se difícil em razão da variedade de ações que essas organizações desenvolvem e das formas que assumem dependendo da sociedade e contexto em que estão inseridas.

Lewis afirma que muitos termos são utilizados ao redor do mundo para definir essas organizações, tais como organizações sem fins lucrativos, organizações voluntárias ou organizações da sociedade civil¹⁸⁰.

Nos Estados Unidos a expressão *organização sem fins lucrativos (non-profit organizations)* é frequentemente utilizada por ser um país onde o mercado é dominante e por essas instituições receberem isenções/benefícios fiscais em razão de terem interesse público. Já no Reino Unido, o termo utilizado com maior frequência é *organização voluntária* ou *de caridade (voluntary organization ou charity)*, seguindo a tradição de trabalhos voluntários desenvolvidos pela Igreja, sendo necessário que não tenham viés político¹⁸¹. No âmbito internacional, por sua vez, cenário de atuação de Estados e organizações intergovernamentais, a expressão mais frequentemente utilizada é *organização não governamental (nongovernmental organization)*, termo mencionado pela própria ONU no artigo 71 da Carta de São Francisco¹⁸².

Alguns autores, conforme apontado por Edwards, afirmam que essas organizações tiveram início na Era Renascentista, século XVIII, sendo formadas por grupos de indivíduos que tinham como objetivo combater a política governamental da escravidão. No século seguinte, passaram a fazer *lobby* junto aos governos e influenciar a opinião pública em prol de suas causas¹⁸³.

Para Charnovitz, entretanto, o termo ONG como é entendido hoje apenas passou a ser utilizado no início do século XX. O autor menciona a citação feita por Dwight J. Morrow, em 1919, quando utilizou a expressão como forma de contrapor organizações compostas por Estados. Charnovitz também menciona o emprego do termo por Sophy Sanger, quando a autora escreveu sobre os problemas práticos da legislação internacional

¹⁸⁰ LEWIS, David. **Nongovernmental organizations, definition and history**. Heidelberg: Springer-Verlag, 2009, p. 1.

¹⁸¹ Como exemplo, a Oxfam, organização internacional que combate a pobreza no mundo, é considerada de caridade nos moldes britânicos, ao passo que a Anistia Internacional, organização internacional de direitos humanos também britânica, não se encaixa nesse perfil por ser considerada política.

¹⁸² ONU. **Carta de São Francisco**, 1945. Artigo 71. O Conselho Econômico e Social poderá entrar nos entendimentos convenientes para a consulta com **organizações não governamentais**, encarregadas de questões que estiverem dentro da sua própria competência. Tais entendimentos poderão ser feitos com organizações internacionais e, quando for o caso, com organizações nacionais, depois de efetuadas consultas com o Membro das Nações Unidas no caso. *Grifo nosso*.

¹⁸³ EDWARDS, George E. "Assenting the effectiveness of human rights non-governmental organizations (NGOs) from the birth of the United Nations to the 21st Century: ten attributes of highly successful human rights NGOs". In: **Michigan State Journal of International Law**. Vol. 18, 2010, p. 170.

do trabalho, em 1920, e mencionou que organizações não governamentais não puderam fazer parte do fórum de negociação das leis trabalhistas¹⁸⁴.

Apesar dessas referências, o termo não foi utilizado pela extinta Liga das Nações, passando a figurar nas falas e escritas dos internacionalistas somente a partir de 1943¹⁸⁵. Esse é o momento em que a maior parte dos estudiosos do tema citam como marco de criação do termo. Para eles, as organizações não governamentais surgem com a criação das Nações Unidas, após menção, como já apontado acima, do termo no artigo 71 da Carta de São Francisco.

De toda forma, apesar dos marcos históricos, importa ter em mente que uma organização não governamental, como o próprio nome diz, precisa ser vista em um contexto envolvendo o governo do qual ela pretende se distinguir. É dentro desse contexto que Lewis afirma que as ONGs têm as premissas de opor, complementar ou reformar governos¹⁸⁶. Importante ressaltar que direitos humanos não são o foco de todas as ONGs. Assim, ainda que tenham este foco, podem desempenhar diversos papéis e possuir diversos objetivos no desenvolvimento de suas atividades. E diverso é também o entendimento entre os autores sobre quais seriam exatamente esses objetivos ou papéis a serem desempenhados.

Sherer-Warren, no início da década de 1990, apontou quatro questões-chave que devem ser observadas no processo de delineamento do que é – ou não – uma organização não governamental: a) forma de organização; b) funções que desempenha; c) público-alvo; e d) objetivos visados¹⁸⁷.

¹⁸⁴ CHARNOVITZ, Steve. **Nongovernmental organizations and International Law**. In: *The American Journal of International Law*. Vol. 100, No. 2, Abril 2006, p. 351.

¹⁸⁵ CHARNOVITZ, Steve. **Nongovernmental organizations and International Law**. In: *The American Journal of International Law*. Vol. 100, No. 2, Abril 2006, p. 351.

¹⁸⁶ LEWIS, David. **Nongovernmental organizations, definition and history**. Heidelberg: Springer-Verlag, 2009, p. 4.

¹⁸⁷ A primeira questão, sobre a forma como se organiza, envolve critérios formais ou premissas que uma organização deve preencher para ser formalmente considerada uma ONG: devem ser organizações formais, de caráter privado, sem fins lucrativos, autogovernadas e com participação voluntária dos seus membros (pelo menos seu quadro diretivo). Em relação às funções que desempenha, a autora sugere que suas atividades devem envolver mediações e assessorias (educacional, política, técnica, legal, informacional e similares), articulações entre a sociedade civil e o Estado, apoio material, de serviços ou, ainda, de construção de conhecimento (pesquisa) e de solidariedade a causas humanitárias e de respeito ao meio ambiente. Sobre o público-alvo dessas organizações, afirma que devem ser segmentos ou grupos específicos da sociedade civil, tais como movimentos populares, comunidades de base, populações marginalizadas/discriminadas ou quaisquer situações que envolvam violações de direitos humanos. Por fim, acerca dos objetivos visados, deve-se observar se a organização visa o fortalecimento da sociedade civil, atuando na construção de pontes para a realização da cidadania, da democracia, da justiça social, do equilíbrio ecológico e de outros avanços sociais, seja por meio de ações de âmbito local, regional ou internacional. SHERER-WARREN, Ilse. **Organizações não-governamentais na América Latina: seu**

Wouters e Rossi optaram por fazer essa identificação baseados muito mais nas funções e objetivos das organizações não governamentais do que na forma como elas são constituídas. Nessa linha, sintetizam os papéis e objetivos das organizações não governamentais em quatro grupos: a) definição de agendas (*agenda setting*); b) definição de padrões (*standard setting*); c) cumprimento/implementação (*enforcement*); e d) auxílio e educação (*aid and education*)¹⁸⁸.

Lewis, por sua vez, apresenta ambas as esferas para identificação de uma ONG, utilizando tanto critérios relacionados à forma, como ao exercício das atividades e funções. Para o autor, três principais papéis precisam ser exercidos: a) implementação; b) catalização; e c) parceria¹⁸⁹. Acerca dos critérios formais, afirma que uma ONG se constitui como tal a partir do preenchimento de cinco critérios: a) devem ser organizações formais, possuindo reuniões regulares e uma sede; b) devem possuir caráter privado, não tendo relação com o governo; c) sua finalidade não deve ser lucrativa; d) devem possuir auto-governança, tendo autonomia na tomada de decisões e execução de suas atividades; e e) seu quadro diretivo deve ter caráter voluntário, ainda que a equipe técnica, que executa as atividades, seja remunerada¹⁹⁰.

Edwards apresenta proposta semelhante: uma ONG deve ser privada, independente, sem fins lucrativos, orientada para um determinado objetivo e não fundada ou controlada pelo governo¹⁹¹. Mayer, contudo, identifica apenas três desses critérios como essenciais:

papel na construção civil. Trabalho apresentado na Conferência Inaugural da International Society for Third-Sector Research, Hungria, jul 1994, p. 8.

¹⁸⁸ Para os autores, a) definição de agendas (*agenda setting*) tem como objetivo influenciar as agendas e pautas dos governos e organizações intergovernamentais em prol dos direitos humanos; b) definição de padrões (*standard setting*), objetiva o desenvolvimento de ações de *lobby e advocacy*, auxiliando na elaboração de tratados, documentos e políticas relativas a direitos humanos em âmbito local, regional e internacional; c) cumprimento/implementação (*enforcement*), que visa auxiliar na proteção e promoção dos direitos humanos local, regional e internacionalmente, pressionando governos e organizações intergovernamentais por meio de iniciativas diplomáticas, elaboração de relatórios, realização de campanhas, mobilizações da opinião pública e declarações públicas; e d) auxílio e educação (*aid and education*), que foca suas ações nas vítimas de violações de direitos humanos, promovendo a educação em direitos humanos como forma de prevenção de violações. WOUTERS, Jan; ROSSI, Ingrid. **Human rights NGOs: role, structure and legal status**. Institute for International Law, Working paper n° 14, novembro de 2001, pp. 4-5.

¹⁸⁹ Para ele, a) *implementação*, sendo a mobilização de recursos com o objetivo de prover bens e serviços para pessoas carentes como, por exemplo, atendimento à saúde, empoderamento financeiro, desenvolvimento agrícola, defesa de direitos, dentre outros; b) *catalização*, sendo a habilidade de inspirar, facilitar ou contribuir com ideias e ações que promovam a transformação social por meio de ações de *lobby e advocacy*; e c) *parceria*, em razão do trabalho conjunto que essas organizações desenvolvem com governos, doadores e empresas para a promoção e proteção dos direitos humanos. LEWIS, David. **Nongovernmental organizations, definition and history**. Heidelberg: Springer-Verlag, 2009, pp. 1-2.

¹⁹⁰ LEWIS, David. **Nongovernmental organizations, definition and history**. Heidelberg: Springer-Verlag, 2009, p. 3.

¹⁹¹ EDWARDS, George E. "Assenting the effectiveness of human rights non-governmental organizations (NGOs) from the birth of the United Nations to the 21st Century: ten attributes of highly successful human rights NGOs". In: **Michigan State Journal of International Law**. Vol. 18, 2010, p. 170.

devem ser formalmente constituídas, serem separadas do governo e não terem fins lucrativos¹⁹².

Com o passar dos anos, diversas organizações foram sendo criadas ao redor do mundo, mas foi a partir da promulgação da Declaração Universal dos Direitos Humanos pela ONU, em 1948, que o número de ONGs aumentou de forma considerável¹⁹³. Em 1946 foi fundada a *Aid to Europe*, mais tarde chamada de *Norwegian Refugee Council*, em Oslo/Noruega; em 1961, a Anistia Internacional, em Londres/Reino Unido; em 1978, a *Human Rights Watch*, em Nova York/Estados Unidos, e a *Global Rights*, em Abuja/Nigéria; e em 1979, a *Refugees International*, em Washington, DC/Estados Unidos. Além dessas, milhares de outras ONGs nacionais, regionais e internacionais foram sendo instituídas com o objetivo de promover e proteger direitos humanos ao redor do mundo.

A partir do final da década de 1980, as ONGs passaram a exercer papel importante no desenvolvimento local, regional e mundial, trazendo novas soluções para antigos problemas sociais não resolvidos por governos ineficientes, mostrando-se uma alternativa de alto custo-benefício para o Estado na entrega de serviços públicos¹⁹⁴. Surge, nesse momento, a expressão *terceiro setor* que, atuando juntamente com o primeiro e o segundo setores (governo e mercado, respectivamente), passa a buscar e pressionar governos por uma política de boa governança em prol dos direitos humanos¹⁹⁵.

O processo de criação de organizações não governamentais de direitos humanos após a elaboração da Declaração Universal de Direitos Humanos ocorreu mundialmente, inclusive na América Latina. Contudo, peculiaridades regionais precisam ser analisadas quando pensado esse processo no âmbito regional, pois, como afirma Cáceres, a origem e desenvolvimento dessas organizações na região latino americana só podem ser entendidos no marco das características da sociabilidade regional¹⁹⁶.

O autor afirma que o processo latino-americano de surgimento de ONGs também se deu na metade do século XX, mas é importante ter em mente as diferentes características

¹⁹² MAYER, Lloyd Hitoshi. **NGO Standing and influence in regional Human Rights Courts and Commissions**. Brooklyn Journal of International Law, Vol. 36, pp 911-946, 201, p. 911.

¹⁹³ EDWARDS, George E. "Assenting the effectiveness of human rights non-governmental organizations (NGOs) from the birth of the United Nations to the 21st Century: ten attributes of highly successful human rights NGOs". In: **Michigan State Journal of International Law**. Vol. 18, 2010, p. 167.

¹⁹⁴ LEWIS, David. **Nongovernmental organizations, definition and history**. Heidelberg: Springer-Verlag, 2009, p. 3.

¹⁹⁵ LEWIS, David. **Nongovernmental organizations, definition and history**. Heidelberg: Springer-Verlag, 2009, p. 3.

¹⁹⁶ CÁCERES, Eduardo. **El rol de las ONG en América Latina: los desafíos de un presente cambiante**. Mesa de Articulación de Plataformas Nacionales y Redes Regionales de América Latina y el Caribe. Novembro, 2014, p. 8.

políticas, econômicas, sociais e culturais de cada Estado, sendo impossível determinar um contexto homogêneo na década de 1950-1960¹⁹⁷. Comum, contudo, era o contexto de muitos países da região na época: processo de diversificação econômica e industrialização, sobretudo sobre produtos importados (mas mantendo as estruturas agrárias tradicionais), crescimento das mobilizações sociais que demandavam maiores direitos trabalhistas, aumento do processo de urbanização, com muitas pessoas deixando o campo e, apesar de perceber-se o fortalecimento do Estado na época, regimes políticos instáveis¹⁹⁸.

Nesse contexto de instabilidade, inicia-se um processo de criação de diversas ONGs, resultado de decisões e iniciativas mais institucionais que pessoais de indivíduos altruístas. Sikkink e Keck ressaltam que muitos ativistas latino-americanos estavam exilados em países da América do Norte e da Europa nesse período e, em contato com organizações e ativistas do norte do globo, impulsionaram a criação de ONGs nacionais na América Latina¹⁹⁹.

A partir da década de 1970, outros importantes atores juntaram-se ao processo de formação das ONGs: outras igrejas, universidades, instituições de pesquisa, organizações sociais e partidos políticos. Muitas dessas organizações, segundo o autor, preocuparam-se em fornecer à população carente os serviços mais básicos²⁰⁰. Foi também um período de ampliação dos projetos de comunicação alternativa e popular, dando espaço à existências de rádios comunitárias e rurais²⁰¹.

Cardoso aponta que também nessa época, iniciou na América Latina, a difusão do chamado *dereito de interesse público*, cujo objetivo do desenvolvimento de atividades são os grupos marginalizados, ou seja, todos aqueles que não possuem como acessar a justiça. Cardoso afirma que essa perspectiva do direito tardou a chegar na região se comparada com outros lugares do mundo. Para ela, uma possível explicação está relacionada aos

¹⁹⁷ CÁCERES, Eduardo. **El rol de las ONG en América Latina: los desafíos de un presente cambiante**. Mesa de Articulación de Plataformas Nacionales y Redes Regionales de América Latina y el Caribe. Noviembre, 2014, p. 9.

¹⁹⁸ CÁCERES, Eduardo. **El rol de las ONG en América Latina: los desafíos de un presente cambiante**. Mesa de Articulación de Plataformas Nacionales y Redes Regionales de América Latina y el Caribe. Noviembre, 2014, p. 9.

¹⁹⁹ SIKKINK, Kathryn; KECK, Margareth. **Activists beyond borders: advocacy networks international politics**. Cornell University Press, edição 1, 1998, pp. 90-91.

²⁰⁰ CÁCERES, Eduardo. **El rol de las ONG en América Latina: los desafíos de un presente cambiante**. Mesa de Articulación de Plataformas Nacionales y Redes Regionales de América Latina y el Caribe. Noviembre, 2014, p. 10.

²⁰¹ CÁCERES, Eduardo. **El rol de las ONG en América Latina: los desafíos de un presente cambiante**. Mesa de Articulación de Plataformas Nacionales y Redes Regionales de América Latina y el Caribe. Noviembre, 2014, p. 11.

regimes autoritários da região, que dificultaram a atuação desses atores, geralmente escritórios com atuação *pro bono*²⁰².

Há autores que afirmam que apesar do período de criação de ONGs ter iniciado no final da década de 1940, na América Latina o termo tornou-se popular apenas anos mais tarde, sobretudo após a realização da ECO-92²⁰³, no Rio de Janeiro, em 1992²⁰⁴.

Sobre as ações desenvolvidas na região latino-americana, Sherer-Wharren preconiza três tipos de campos de atuação das ONGs: a) *filantropia*, voltada à ideia de solidariedade como meio de construção de uma cidadania mais abrangente como base ética para a sociedade civil; b) *desenvolvimento*, condicionado à implementação de atividades que visem a sustentabilidade ecológica e a justiça social; e c) *cidadania*, voltada à consolidação da democracia na região, após muitos países terem passado por ditaduras, por meio do incentivo e consolidação da participação social no processo de tomadas de decisão do poder público. Para a autora, esses três campos de atuação visam a busca pelo bem comum por meio da resolução de problemas de exclusão social, sob uma ótica voltada ao desenvolvimento e à realização da cidadania plena²⁰⁵.

Parece claro que o papel que as ONGs de direitos humanos vêm desenvolvendo no mundo é realmente importante para o desenvolvimento social, principalmente em locais onde a população é carente de recursos, onde o Estado não chega, onde os olhos da comunidade internacional não alcança ou onde o Estado é o maior violador. Nessa perspectiva, as ONGs são hoje consideradas atores chave do terceiro setor em temas como

²⁰² CARDOSO, Evorah Lusci Costa. **Litígio estratégico e sistema interamericano de direitos humanos**. Belo Horizonte: Fórum, 2012, p. 43.

²⁰³ A II Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento foi realizada no Rio de Janeiro em junho de 1992 e teve como objetivo de fazer o balanço dos problemas existentes sobre o tema, bem como dos progressos alcançados até a época. A ECO-92 contou com a presença de delegações de 178 países e 114 chefes de Estado ou Governo que faziam parte da Cúpula da Terra, enquanto diversas ONGs, movimentos sociais e outros interessados deram vida ao Fórum Global, que ocorreu de forma simultânea.

²⁰⁴ SHERER-WARREN, Ilse. **Organizações não-governamentais na América Latina: seu papel na construção civil**. Trabalho apresentado na Conferência Inaugural da International Society for Third-Sector Reserach, Hungria, jul 1994, p. 8.

²⁰⁵ SHERER-WARREN, Ilse. **Organizações não-governamentais na América Latina: seu papel na construção civil**. Trabalho apresentado na Conferência Inaugural da International Society for Third-Sector Reserach, Hungria, jul 1994, pp. 8-10. Alguns autores, entretanto, criticam essa transferência de serviços públicos para organizações não governamentais. Para Petras, sociólogo norte-americano bastante crítico sobre o tema, essas organizações, criadas para resolver os problemas do neoliberalismo, apresentam-se com uma falsa perspectiva de esquerda em prol da sociedade, mas que, em verdade, suprem os interesses dos seus financiadores: governo e mercado. Para ele, as empresas multinacionais financiadoras encorajam organizações a enfraquecerem o Estado de bem estar social ao oferecerem serviços públicos como forma de compensação às vítimas das atividades delas próprias: as empresas financiadoras das ONGs *de esquerda*. PETRAS, James. Imperialism and NGOs in Latin America. *In: Monthly Review*, Vol. 49, nº 7, 1997, p. 11.

desenvolvimento, direitos humanos, ação humanitária, meio ambiente, dentre outros temas de interesse público²⁰⁶.

Mais especificamente, Shelton afirma que ONGs nacionais e internacionais que trabalham com direitos humanos contribuem para o desenvolvimento do Direito Internacional por meio do litígio, instituindo casos ou atuando como partes nos processos²⁰⁷. No mesmo sentido, para Charnovitz, as ONGs fomentam a criação de tratados, promovem a criação de organizações internacionais e advogam o fortalecimento do Direito Internacional junto ao governo de seus Estados, quebrando a ideia do Direito Internacional como produto único do positivismo estatal²⁰⁸. São, sem dúvida, grandes promotores dos direitos humanos em todos os cantos do mundo, como bem apontado por Edwards²⁰⁹.

Em contraponto ao argumento de Petras, Lewis afirma que as ONGs não mais são vistas como organizações *mágicas* que têm por objetivo solucionar problemas antigos dentro dos Estados, mas visam construir e apresentar novas alternativas ao *status quo*²¹⁰, melhorando a vida ou, pelo menos, diminuindo as violações sofridas por diversas pessoas ao redor do globo.

Tendo em vista a capilarização de organizações não governamentais em todos os cantos do mundo, não há um número exato de ONGs de direitos humanos existentes a ser apontado, pois não há um registro mundial que as liste. Um número que pode ser apresentado é o contido na lista de ONGs com *status* consultivo perante o Conselho Econômico e Social da ONU: 4.045²¹¹.

Estima-se que há, atualmente, aproximadamente 40.000 ONGs internacionais de direitos humanos atuando ao redor do mundo e mais de um milhão de ONGs de direitos humanos nacionais, atuando em âmbito local²¹². Apesar do grande número estimado, há pouca informação disponível relacionada à performance e efetividade do trabalho realizado

²⁰⁶ LEWIS, David. **Nongovernmental organizations, definition and history**. Heidelberg: Springer-Verlag, 2009, p. 1.

²⁰⁷ SHELTON, Dinah. "The rules and the reality of petition procedures in the Inter-American Human Rights System". In: **The future of the Inter-American Human Rights System**. Working paper nº 2, maio de 2014, p. 611.

²⁰⁸ CHARNOVITZ, Steve. **Nongovernmental organizations and International Law**. In: *The American Journal of International Law*. Vol. 100, No. 2, Abril 2006, p. 348.

²⁰⁹ EDWARDS, George E. "Assessing the effectiveness of human rights non-governmental organizations (NGOs) from the birth of the United Nations to the 21st Century: ten attributes of highly successful human rights NGOs". In: **Michigan State Journal of International Law**. Vol. 18, 2010, p. 167.

²¹⁰ LEWIS, David. **Nongovernmental organizations, definition and history**. Heidelberg: Springer-Verlag, 2009, p. 5.

²¹¹ Lista de setembro de 2014. Disponível em: <<http://csonet.org/content/documents/E-2014-INF-5%20Issued.pdf>>. Acesso em: 31 de maio de 2015.

²¹² Disponível em: <<http://www.ngo.in>> Acesso em: 03 de junho de 2015.

por essas organizações²¹³. Sobre a falta de dados, Mayer, em sua pesquisa sobre a influência das ONGs em cortes e comissões internacionais de direitos humanos, afirma que embora não haja uma análise aprofundada dessas informações, essa lacuna não significa que as ONGs de direitos humanos que atuam mundo afora sejam menos responsáveis no que diz respeito aos seus objetivos e funções²¹⁴.

Por fim e em síntese, a partir dos critérios apresentados acima, a definição adotada na presente pesquisa para definir uma ONG de direitos humanos é: organização formalmente constituída, sem fins lucrativos, de caráter privado, independente do governo, que tem por objetivo central a promoção e proteção dos direitos humanos.

4.2. SUSTENTABILIDADE DAS ONGS

Organizações não governamentais sobrevivem, via de regra, por meio de duas formas de recebimento de recursos: doações ou financiamento de programas e projetos.

As doações podem ser diretas - doador-organização -, podendo ser o doador pessoa física ou jurídica, ou podem ser realizadas por meio da destinação de um percentual dos impostos que seriam pagos ao governo e, por escolha do doador, o valor é enviado para uma ONG (mediante o cumprimento de requisitos da legislação nacional).

Os projetos são propostas de desenvolvimento de ações específicas ou plano de estrutura institucional da organização apresentados para potenciais financiadores. Um projeto específico visa o desenvolvimento de uma ação ou conjunto de ações, geralmente por tempo determinado, cujo resultado é previsto quando da apresentação da proposta ao financiador. As ONGs são, geralmente, formadas por programas ou linhas temáticas, que abarcam os projetos e ações desenvolvidas pela organização.

Há, ainda, a possibilidade de haver o financiamento de um projeto institucional que, por sua vez, visa buscar recursos para a sustentabilidade global da organização, com a finalidade de remunerar seus funcionários, custear despesas administrativas e, eventualmente, auxiliar a execução de um projeto específico em andamento.

Um financiador pode ser uma fundação nacional ou internacional, uma organização intergovernamental, uma ONG, uma empresa ou até mesmo o Governo, que destina recursos à projetos sociais por meio de editais públicos. De acordo com Hailey, há casos

²¹³ LEWIS, David. **Nongovernmental organizations, definition and history**. Heidelberg: Springer-Verlag, 2009, p. 4.

²¹⁴ MAYER, Lloyd Hitoshi. **NGO Standing and influence in regional Human Rights Courts and Commissions**. Brooklyn Journal of International Law, Vol. 36, pp 911-946, 2011, p. 939.

em que uma empresa é criada para que o seu lucro financie as atividades da ONG cujos dirigentes são, em geral, os mesmos²¹⁵.

Dentre o universo de potenciais doadores de recursos, as fundações internacionais são a grande fonte de recursos das ONGs ao redor do mundo. Muitos governos, inclusive, aportam dinheiro às fundações para que elas decidam a quais organizações destinar²¹⁶.

Dentre as maiores fundações do mundo, podem ser citadas, por exemplo: *Bill and Melinda Gates Foundation*, *Ford Foundation*, *Friedrich-Ebert-Stiftung*, *Friedrich-Naumann Stiftung*, *John D and Catherine T MacArthur Foundation*, *Konrad Adenauer Stiftung*, *Oak Foundation*, *Open Society Foundations*; *Rockefeller Foundation*, *Rosa Luxemburg Stiftung*, *Sigrid Rausing Trust*, *United Nations Foundation*, *Welfare Association* e *William and Flora Hewlett Foundation*²¹⁷.

Cada fundação possui linhas temáticas e critérios próprios para a concessão de recursos às organizações da sociedade civil. A Fundação Ford, por exemplo, é geralmente citada como uma das maiores fontes de recursos para organizações não governamentais que litigam no SIDH²¹⁸.

De acordo com o *International Human Rights Funders Group*, as fundações que financiam litígio na América Latina são: *Brazil Fund for Human Rights*, *CS Fund*, *Disability Rights Fund*, *Ford Foundation*, *Front Line – International Foundation for the Protection of Human Rights Defenders*, *Fund for Global Human Rights*, *General Services Foundation*, *Global Fund to Fight AIDS, Tuberculosis and Malaria*, *Global Greengrants Fund*, *Hivos*, *John D. and Catherine T. MacArthur Foundation*, *MARE*, *NoVo Foundation*, *Oak Foundation*, *Open Society Institute*, *Sigrid Rausing Trust*, *The Libra Foundation*, *The Norwegian Human Rights Fund*, *The William and Flora Hewlett Foundation* e *Tiet Foundation*²¹⁹.

²¹⁵ HAILEY, John. **Models of INGO sustainability: balancing restricted and unrestricted funding**. International NGO Training and Research Centre – INTRAC. Briefing Paper 41, 2004, pp. 4-11.

²¹⁶ Para citar um exemplo, da Friedrich Ebert Stiftung (FES), fundada em 1925, leva o nome do primeiro presidente democraticamente eleito da Alemanha, Friedrich Ebert. Os recursos da FES, assegurados legalmente, provêm do orçamento anual da Alemanha. Disponível em: <http://www.ngo-monitor.org/article/friedrich_ebert_stiftung_fes>. Acesso em 08 de novembro de 2015.

²¹⁷ Informações disponíveis em: <<https://www.fundsformgos.org/foundation-funds-for-ngos/worlds-top-ten-wealthiest-charitable-foundations/>> e <http://www.ngo-monitor.org/articles.php?cat_id=22> Acesso em: 08 de novembro de 2015.

²¹⁸ CARDOSO, Evorah Lusci Costa. **Litígio estratégico e sistema interamericano de direitos humanos**. Belo Horizonte: Fórum, 2012, p. 22.

²¹⁹ Disponível em: <<https://ihrf.org/funder-directory>>. Acesso em: 08 de novembro de 2015.

Estima-se que em 2012, cerca de 1.2 bilhões de dólares foram doados por fundações internacionais à ONGs de direitos humanos ao redor do mundo e, destes, 132 milhões de dólares foram destinados à América Latina²²⁰.

4.3. A MOBILIZAÇÃO INTERNACIONAL DO DIREITO E O LITÍGIO ESTRATÉGICO NO SISTEMA INTERAMERICANO DE DIREITOS HUMANOS

Organizações não governamentais, sejam elas internacionais, regionais ou nacionais possuem dinâmicas diferentes de atuação, sustentabilidade, ações e relações com outros atores. Apesar dessas variações, muitas organizações da sociedade civil e outros atores (inclusive governamentais) trabalham em redes de cooperação em prol de um objetivo comum.

Sikkink e Keck desenvolveram a ideia de *transnational advocacy networks*, ou redes de *advocacy* transnacional em tradução livre, formadas por diferentes atores que trabalham internacionalmente em um determinado problema/tema e que estão conectados por valores e discursos comuns, interação horizontal, além de um denso compartilhamento de informações²²¹. Para as autoras, o grande objetivo dessas redes é causar a transformação do comportamento dos Estados e de organizações internacionais e, para isso, utilizam seus recursos de forma estratégica²²².

As redes de *advocacy* transnacional são compostas por diferentes atores: ONGs nacionais e internacionais, movimentos sociais, fundações, mídia, igrejas, sindicatos, partes de organizações intergovernamentais e setores específicos do Executivo e do Legislativo. Ao grupo, poderiam, ainda, ser incluídos escritórios de advocacia, universidades e instituições acadêmicas de pesquisa, tendo em vista que no cenário do Direito Internacional dos Direitos Humanos esses atores desenvolvem um importante papel nas redes de direitos humanos.

²²⁰ Disponível em: <<http://humanrights.foundationcenter.org/regions/latin-america/>> Acesso em: 05 de outubro de 2015.

²²¹ De acordo com Sikkink e Keck, as redes não são novas e podem ser identificadas há dois séculos, como, por exemplo, a campanha pela abolição da escravidão no século XIX. Atualmente, entretanto, seu número, tamanho, profissionalismo, velocidade, densidade e complexidade de atuação, somados às relações estabelecidas entre si, cresceram significativamente nas últimas cinco décadas. Por esse motivo, é impossível hoje tentar estabelecer um número de quantas redes de *advocacy* transnacional existem. Uma visão desse aumento pode ser detectada a partir do número de ONGs nacionais, regionais e internacionais existentes hoje no mundo. SIKKINK, Kathryn; KECK, Margareth. **Activists beyond borders: advocacy networks international politics**. Cornell University Press, edição 1, 1998, p. 10.

²²² SIKKINK, Kathryn; KECK, Margareth. **Activists beyond borders: advocacy networks international politics**. Cornell University Press, edição 1, 1998, pp. 2-8.

Desse grande grupo de atores, Sikkink e Keck consideram as ONGs, sejam elas nacionais, regionais ou internacionais, as grandes protagonistas do processo de *advocacy*, tendo em vista que são, geralmente, quem tomam a iniciativa e pressionam atores mais influentes a tomarem uma posição na criação, alteração ou eliminação de políticas públicas²²³.

Uma ONG de direitos humanos, independentemente do seu âmbito de atuação, pode desenvolver diversas atividades para a promoção e/ou proteção de direitos, visando um ou mais setores da sociedade e grupos vulneráveis ou a proteção/promoção de um direito específico. Dentro desse universo, há aquelas organizações cuja missão, ou um dos objetivos para alcançar sua missão, é litigar em sistemas internacionais de direitos humanos, como o SIDH, o Sistema Europeu de Direitos Humanos ou a Organização das Nações Unidas.

Para as autoras, essa busca por um fórum internacional de diálogo sobre direitos humanos é claro: quando os canais entre o Estado e os atores internos é, de alguma forma, bloqueado, busca-se pelo efeito bumerangue (*boomerang pattern*): rompem-se as barreiras do Estado para buscar por ações conectadas com atores internacionais que terá como consequência a pressão externa para ação do Estado no âmbito interno. Na esfera do Direito Internacional dos Direitos Humanos, essas conexões são, geralmente, estabelecidas entre grandes ONGs e organizações locais. Para elas,

Conexões são importantes para ambos os lados: para os atores menos poderosos do terceiro mundo, as redes proveem acesso, influência e informação (e muitas vezes dinheiro) que eles não poderiam esperar em ter por conta própria; para grupos do norte, eles produzem a confiável asserção de que estão lutando junto, e não apenas para, seus parceiros do sul.²²⁴

Para além das relações inter-organizacionais internacionais de auxílio mútuo, o cenário internacional é também buscado por aquelas organizações e atores que visam uma decisão de um mecanismo internacional de proteção de direitos humanos que sirva como instrumento de pressão interna para alterar um contexto de violações. Essa atuação se dá por meio do litígio estratégico.

²²³ SIKKINK, Kathryn; KECK, Margareth. **Activists beyond borders: advocacy networks international politics**. Cornell University Press, edição 1, 1998, p. 9.

²²⁴ Tradução livre para: “*Linkages are important for both sides: for the less powerful third world actors, networks provide access, leverage, and information (and often money) they could not expect to have their own; for northern groups, they make credible the assertion that they are struggling with, and not only for, their southern partners.*” SIKKINK, Kathryn; KECK, Margareth. **Activists beyond borders: advocacy networks international politics**. Cornell University Press, edição 1, 1998, pp. 12-13.

O litígio internacional possui características diferentes do litígio desenvolvido no âmbito interno do Estado, principalmente no que se refere aos custos com o processo, tendo em vista o fato de que tribunal e partes não estão necessariamente no mesmo local, aos instrumentos jurídicos analisados e ao procedimento em si, que possui critérios diversos ao direito processual interno.

Em razão dos critérios de admissibilidade de demandas, somados ao alto custo do litígio, é preciso que as organizações que irão representar as vítimas de violações de direitos humanos escolham o caso *adequado*. A escolha quanto à adequação pode variar em razão de uma série de fatores: tema, direitos ou tratados violados, perfil das vítimas, impacto pretendido, dentre outros aspectos. Essa escolha por meio de critérios, que analisam o custo-benefício de uma demanda, é chamada de litígio estratégico.

Para Cardoso, o litígio estratégico visa a utilização do mecanismo judicial e de casos paradigmáticos para alcançar objetivos maiores do que apenas a reparação das vítimas: transformação da jurisprudência, alteração de legislação ou qualquer mudança de políticas públicas almejadas²²⁵. O caso é, logo, uma ferramenta de transformação e por esse motivo quem litiga em sistemas internacionais como o SIDH não visa apenas a solução da situação concreta, mas também uma mudança que transcende as vítimas.

De acordo com a autora, as ONGs litigantes nos sistemas internacionais trabalham na lógica *issue* ou *policy oriented* e não *client oriented*, ou seja, desenvolvem suas ações focadas no impacto que um determinado caso pode causar em um Estado ou região²²⁶. Em resumo, essa forma de litígio busca, além de avançar na proteção das vítimas envolvidas no caso, satisfazer as aspirações de transformação legal e o impacto social²²⁷.

Aumentando o espectro de visão, todavia, o litígio estratégico é apenas uma parte do que Santos chama de *mobilização do direito internacional*, cujo significado é a utilização do direito dentro e fora dos tribunais. Para ela, a mobilização do direito ou mobilização jurídica envolve a utilização individual ou coletiva dos tribunais, mobilizações na esfera legislativa, lutas em torno da aplicação de leis e ações de educação em direitos humanos²²⁸. Afirma que

²²⁵ CARDOSO, Evorah Lusci Costa. **Litígio estratégico e sistema interamericano de direitos humanos**. Belo Horizonte: Fórum, 2012, p. 41.

²²⁶ CARDOSO, Evorah Lusci Costa. **Litígio estratégico e sistema interamericano de direitos humanos**. Belo Horizonte: Fórum, 2012, p. 41.

²²⁷ CONTRERAS, Juan Carlos Gutiérrez (Coord.). **Litígio estratégico em direitos humanos: modelo para armar**. México: Comisión Mexicana de Defensa y Promoción de los Derechos Humanos A.C., 2011, p. 15.

²²⁸ SANTOS, Cecília MacDowell. "A mobilização transnacional do direito e a reconstrução dos direitos humanos". In: SANTOS, Cecília MacDowell dos (Org.). **A mobilização transnacional do direito: Portugal e o Tribunal Europeu dos Direitos Humanos**. Coimbra: Almedina, 2012, p. 14.

Os objetivos da mobilização jurídica e da litigância não se restringem, necessariamente, à obtenção de uma reparação por danos individuais. Os mobilizadores do direito, dentro ou fora dos tribunais, podem ter como objetivo a ressignificação dos direitos humanos, a constituição de “novos” sujeitos de direitos humanos e/ou a promoção mais ampla de transformações sociais, culturais, políticas, jurídicas e/ou económicas.²²⁹

A mobilização jurídica transnacional ou internacional refere-se à utilização desse leque de ações estratégicas para além das fronteiras do Estado como, por exemplo, o uso de sistemas internacionais de proteção de direitos humanos, também chamado de litigância. Em determinados contextos, conforme apontam Santos e Lima, a judicialização de um caso deve acompanhar uma mobilização política e social mais ampla, conectando lutas locais e transnacionais em prol dos direitos humanos²³⁰.

Para Vivanco, as ONGs que denunciam violações de direitos humanos contam, em geral, com dois âmbitos de trabalho: mobilização da opinião pública local e internacional, por meio do uso dos meios de comunicação e publicações de relatórios, documentos, etc, e litígio em sistemas internacionais de proteção de direitos humanos, como o Sistema Interamericano²³¹, o Sistema Europeu de Direitos Humanos ou a Organização das Nações Unidas, por exemplo.

Tendo em vista os múltiplos espaços internacionais que trabalham violações de direitos humanos e, também, que um dos critérios de admissibilidade de análise de casos por órgãos internacionais é a inexistência de litispendência internacional, é preciso escolher estrategicamente qual espaço utilizar. A depender do tema em questão, a receptividade do caso será maior em um ou outro espaço e, por isso, a escolha do espaço é fundamental²³².

²²⁹ SANTOS, Cecília MacDowell. “A mobilização transnacional do direito e a reconstrução dos direitos humanos”. In: SANTOS, Cecília MacDowell dos (Org.). **A mobilização transnacional do direito: Portugal e o Tribunal Europeu dos Direitos Humanos**. Coimbra: Almedina, 2012, p. 14.

²³⁰ SANTOS, Cecília MacDowell; LIMA, Teresa Maneca. “Portugal e o TEDH: um retrato da litigação transnacional”. In: SANTOS, Cecília MacDowell (Org.). **A mobilização transnacional do direito: Portugal e o Tribunal Europeu dos Direitos Humanos**. Coimbra: Almedina, 2012, p. 115.

²³¹ VIVANCO, José M. **Las organizaciones no gubernamentales de derechos humanos**. São José: IIDH, pp. 281-282.

²³² Como ilustração, pode-se citar dois casos brasileiros sobre violência contra a mulher, cada um enviado para um espaço internacional de direitos humanos diferente. O caso Aylene da Silva Teixeira Pimentel, representativo dos altos índices de mortalidade materna e discriminação de mulheres pertencentes a grupos socialmente excluídos (jovens, negras, pobres, indígenas, rurais, etc) no Brasil, especialmente no sistema público de saúde, foi estrategicamente enviado ao Comitê sobre Eliminação da Discriminação contra Mulheres, da ONU, tendo em vista o padrão de decisões mais abrangentes do Comitê sobre o tema. Por outro lado, o caso Maria da Penha, sobre violência doméstica, foi enviado ao Sistema Interamericano como representação de um problema de caráter regional.

Escolhido o âmbito regional, a litigância no âmbito do Sistema Interamericano de Direitos Humanos pode ser tanto objetivo final quanto uma ação dentro de um planejamento maior de atividades com o objetivo de promover mudanças estruturais local, regional ou internacionalmente. Em razão disso, muitas vezes, ainda que o caso não tenha uma sentença precedente, o processo de judicializar um determinado problema já pode gerar os resultados pretendidos pelos litigantes. No caso do litígio estratégico no âmbito do SIDH, a busca pelo *caso paradigmático* ou *exemplar* é um momento essencial no planejamento da estratégia. Tendo em vista o acesso limitado ao mecanismo²³³, o caso deve conter elementos materiais e processuais suficientes para passar pelo filtro da Comissão.

Contreras, Covelli e Martínez afirmam que um plano de litígio estratégico é dividido em cinco etapas: a) conhecer a situação e o contexto específico da(s) vítima(s); b) elaborar um plano mais amplo, para além do litígio no tribunal, levando em consideração as peculiaridades de cada caso; c) conhecer o direito, como forma de fundamentar a denúncia, levando em consideração as estruturas internas do Estado e as mudanças necessárias; d) escolher o caso paradigmático ou emblemático, lembrando que não existe um critério único que determine qual caso será escolhido; e) pensar em termos de justiça, por meio da utilização da jurisprudência do tribunal em prol das vítimas²³⁴. Rocha, ex-advogada do CEJIL, segue os autores ao definir as etapas do litígio estratégico no SIDH, alterando apenas a última: é preciso pensar, como quinta etapa, sobre a possibilidade de reparações para as vítimas e para a sociedade como um todo, tendo em vista que a judicialização de casos emblemáticos visam impactos para além das vítimas no caso²³⁵.

De forma similar, Cardoso também apresenta o processo de litígio estratégico em fases, chamando-as de ciclo: a) escolha do caso pelas ONGs; b) sensibilização da CIDH; c) estratégia de diferentes atores; e d) implementação interna²³⁶. Rocha chama esse processo de *estratégias de incidência*.

A escolha do caso pela ONG será feita com base em diferentes critérios e de acordo com questões práticas como, por exemplo, recursos disponíveis para a apresentação e

²³³ Observar os dados já apresentados na pesquisa em relação à quantidade de petições recebidas por ano e a quantidade efetivamente processada.

²³⁴ CONTRERAS, Juan Carlos Gutiérrez (Coord.). **Litígio estratégico em direitos humanos: modelo para armar**. México: Comisión Mexicana de Defensa y Promoción de los Derechos Humanos A.C., 2011, pp. 26-33.

²³⁵ ROCHA, Helena de Souza. **Litígio estratégico no Sistema Interamericano de Direitos Humanos: IX CADH – Curso Anual de Direitos Humanos**, 18-23 de setembro de 2015. Notas de aula. Mimeografado.

²³⁶ CARDOSO, Evorah Lusci Costa. **Litígio estratégico e sistema interamericano de direitos humanos**. Belo Horizonte: Fórum, 2012, pp. 63-66.

manutenção do caso no SIDH. Vivanco, diretor da *Human Rights Watch Americas*²³⁷, esclarece que é praticamente impossível para uma mesma ONG, por maior que seja a sua estrutura, velar pela proteção de todos os direitos humanos (direitos civis, políticos, econômicos, sociais e culturais) e, em razão disso, escolhas temáticas são feitas por razões de eficácia e especialização²³⁸.

Após a escolha do caso, é preciso sensibilizar a Comissão Interamericana sobre a sua importância e o seu potencial impacto no Estado ou na região. Cardoso afirma que apesar de todas as alterações regulamentares, os critérios utilizados pelo órgão para admitir uma demanda ainda são obscuros²³⁹. Se admitida para análise, a CIDH tentará fazer com que as partes encontrem uma solução amistosa. A aceitação ou não por parte das vítimas dependerá, muitas vezes, dos motivos que levaram a ONG litigante a escolher o caso em questão. Se for para constranger o Estado internacionalmente como forma de pressão, há a possibilidade de acordo. Contudo, apesar de não ser possível uma aferição, é lícito concluir que a ONG, pela sua *expertise*, pode orientar a vítima a não aceitar o acordo, caso pretenda criar ou alterar um precedente na Corte IDH.

A terceira fase visa a interação com outros atores com o objetivo de incidir na opinião da Corte IDH. Nessa fase, a mobilização do direito é latente, pois a estratégia vai para além da representação da vítima pela ONG individualmente no tribunal. Uma série de ações de *advocacy* podem ser colocadas em prática neste momento.

Por fim, a implementação da sentença da Corte IDH aparenta ser, de acordo com a autora, a fase mais difícil de aferir eficácia. Apesar disso, a implementação também pode ser um fator determinante: quanto mais o Estado é demandado nos sistemas internacionais, maior é a pressão interna para que desenvolva mecanismos de internalização das sentenças condenatórias internacionais²⁴⁰.

Na lógica do litígio estratégico em sistemas internacionais de proteção de direitos humanos,

²³⁷ Tanto a Human Rights Watch e o CEJIL, sediadas nos Estados Unidos, como a Anistia Internacional, sediada no Reino Unido, são ONGs internacionais de direitos humanos que possuem escritórios em outros países ou regiões, dependendo da sua atuação. O Brasil possui escritórios da Anistia Internacional e do CEJIL, ambos no Rio de Janeiro.

²³⁸ Explica, ainda, que é por esse motivo que grandes organizações como a Anistia Internacional e a *Human Rights Watch* dedicam-se à proteção dos direitos civis e políticos ao redor do mundo. VIVANCO, José M. **Las organizaciones no gubernamentales de derechos humanos**, p. 281.

²³⁹ CARDOSO, Evorah Lusci Costa. **Litígio estratégico no Sistema Interamericano de Derechos Humanos**, p. 64. (entre 63 e 66)

²⁴⁰ CARDOSO, Evorah Lusci Costa. **Litígio estratégico no Sistema Interamericano de Derechos Humanos**, p. 65.

Mesmo em casos em que o judiciário é refratário, restritivo e conservador, o litígio estratégico tem um papel a cumprir. Ele pode servir para sensibilizar a corte ao tema, educando os juízes para a linguagem de determinado direito, ou para adaptar as respostas judiciais aos problemas apresentados, como em casos que envolvem implementação de políticas públicas. Ou, ainda, um caso “perdido” judicialmente pode ser um caso “ganho” em termos de tematização social. Por vezes, uma resposta judicial negativa pode gerar debate suficiente a ponto de provocar ações futuras do próprio judiciário, mudando a sua interpretação em outros casos, ou de outras instituições, como criação de uma lei e mudança de uma política pública. (...) Os impactos promovidos pelo litígio estratégico são, portanto, variados.²⁴¹

A partir das considerações dos autores mencionados, o litígio estratégico no Sistema Interamericano de Direitos Humanos exige mais de um caso a ser judicializado do que apenas a violação da Convenção Americana de Direitos Humanos. É preciso que diversos outros elementos estejam presentes para que o caso escolhido passe pelo filtro da CIDH.

4.4. AS ORGANIZAÇÕES NÃO GOVERNAMENTAIS E O SISTEMA INTERAMERICANO

ONGs são atores essenciais para o funcionamento do SIDH, tanto quando representam as vítimas de violações perante a Comissão e a Corte Interamericana de Direitos Humanos, como quando atuam como *amicus curiae* nas demandas perante a Corte IDH.

Buergenthal e Cassell ressaltaram, no final da década de 1990, que os casos mais importantes levados à CIDH foram apresentados por um pequeno grupo de ONGs baseadas em Washington, DC e que detinham grande *know how* sobre como litigar no Sistema Interamericano de Direitos Humanos²⁴². Mais de duas décadas mais tarde, outros autores apontaram dados similares.

De acordo com o levantamento feito por Cardoso, dos 46 casos julgados pela Corte IDH desde o primeiro caso *Velásquez Rodríguez*, em 1989, até 2005, atuaram 302 diferentes atores como representantes das vítimas e/ou como *amicus curiae*, sendo, destes, 111 ONGs (nacionais, regionais ou internacionais), representando mais de um terço das

²⁴¹ CARDOSO, Evorah Lusci Costa. **Litígio estratégico e sistema interamericano de direitos humanos**. Belo Horizonte: Fórum, 2012, pp. 59-60.

²⁴² BUERGENTHAL, Thomas. CASSELL, Douglass. **The future of the Inter-American Human Rights System**. In: MÉNDEZ, Juan; COX, Francisco (eds). **El futuro del Sistema Interamericano de Derechos Humanos**. Instituto Interamericano de Derechos Humanos: Costa Rica, 1998, pp. 550-551.

demandas²⁴³. Mayer aponta um percentual ainda maior: em 90% das decisões de mérito proferidas pela CIDH e pela Corte IDH as vítimas foram representadas por organizações não governamentais²⁴⁴.

Dentro desse universo, há algumas organizações que se destacam na sua atuação constante no SIDH, como a ONG regional norte-americana Centro pela Justiça e Direito Internacional (CEJIL) que, de acordo com Mayer, está envolvida em um quarto das decisões de mérito da CIDH e metade das decisões de mérito da Corte IDH²⁴⁵. A ONG nacional peruana *Asociación Pro Derechos Humanos* (APROEDH) é outro exemplo: atua em mais da metade dos casos contra o Peru, lembrando ser este o Estado com o maior número de condenações pela Corte IDH até hoje, totalizando 32 casos²⁴⁶. Ambas as organizações citadas atuaram como representante das vítimas nos casos analisados na presente pesquisa, ao lado de outras ONGs internacionais, regionais e nacionais e, além dessas, outros atores.

4.4.1. Perfil dos representantes das vítimas nos casos analisados

Ao final de cada carta de submissão, a CIDH indica quem é ou quem são o(s) peticionário(s) no caso, disponibilizando seus contatos (telefone, endereço, email, etc) à Corte IDH. Via de regra, todas essas informações são cobertas por tarjas pretas nos documentos disponibilizados no *site* da CIDH, ficando visível apenas o nome da organização e/ou indivíduo. Apesar da regra, em alguns casos a CIDH deixou toda a informação visível (nome e contato) e, em outras, bloqueou o acesso a qualquer informação, inclusive o nome da organização ou indivíduo peticionário.

Percebeu-se também, ao analisar as decisões de mérito da CIDH em cada caso, que nem todos os peticionários e co-peticionários foram arrolados ao final das cartas de submissão. Assim, a partir das decisões de mérito, foi realizado um levantamento de todos os representantes das vítimas uma vez que aponta quais foram todos os atores envolvidos no litígio perante a CIDH, informação não disponibilizada nas cartas de submissão.

²⁴³ CARDOSO, Evorah Lusci Costa. *Litígio estratégico e sistema interamericano de direitos humanos*. Belo Horizonte: Fórum, 2012, pp. 179-210.

²⁴⁴ MAYER, Lloyd Hitoshi. *NGO Standing and influence in regional Human Rights Courts and Commissions*. Brooklyn Journal of International Law, Vol. 36, pp 911-946, 2011, p. 931.

²⁴⁵ MAYER, Lloyd Hitoshi. *NGO Standing and influence in regional Human Rights Courts and Commissions*. Brooklyn Journal of International Law, Vol. 36, pp 911-946, 2011, p. 932.

²⁴⁶ MAYER, Lloyd Hitoshi. *NGO Standing and influence in regional Human Rights Courts and Commissions*. Brooklyn Journal of International Law, Vol. 36, pp 911-946, 2011, p. 932. Para ilustrar, o Peru possui 32 condenações na Corte IDH, seguido por Guatemala, com 19, e Venezuela, com 18.

Como forma de sistematizar essas informações, foram elaboradas as tabelas abaixo contendo o número e nome do caso, Estado demandado, nome da organização ou indivíduo representante, país onde está sediada(o) e ano de criação, se aplicável. A Tabela 10 refere-se aos representantes das vítimas indicadas na carta de submissão, enquanto a Tabela 11 refere-se aos representantes das vítimas indicados no relatório de mérito da Comissão Interamericana.

Os dados foram coletados a partir buscas na *internet*, especialmente nas páginas das próprias organizações. Ressalta-se, contudo, que a sistematização foi feita apenas com os dados disponibilizados pela CIDH, não sendo possível saber se os representantes indicados foram os únicos a atuarem nos processos.

Tabela 11 – Representantes das vítimas nos casos analisados

CASO			CARTA DE SUBMISSÃO			RELATÓRIO DE MÉRITO		
Nº	Caso	País	Representante	Sede	Natureza	Representante	Sede	Natureza
12.661	José y Luis Uzcátegui y Otros	Venezuela				Carlos Ayala Corao	Venezuela	Advogado
						COFAVIC - Comité de Familiares de Víctimas de los Sucesos de Febrero	Venezuela	ONG Nacional
			CEJIL - Centro pela Justiça e Direito Internacional	Estados Unidos	ONG Regional	CEJIL - Centro pela Justiça e Direito Internacional	Estados Unidos	ONG Regional
12.703	Raúl José Díaz Peña	Venezuela	Venezuela Awareness Foundation	Estados Unidos	ONG Nacional	Venezuela Awareness Foundation	Estados Unidos	ONG Nacional
12.584	Milagros Fornerón y Leonardo Aníbal Fornerón	Argentina	CEDPPEDH - Centro de Estudios Sociales y Políticos para el Desarrollo Humano	Argentina	ONG Nacional	CEDPPEDH - Centro de Estudios Sociales y Políticos para el Desarrollo Humano	Argentina	ONG Nacional
12.649	Comunidad de Río Negro del Pueblo Indígena Maya y sus miembros	Guatemala	ADIVIMA - Asociación para el Desarrollo Integral de las Víctimas de la Violencia en las Verapaces	Guatemala	ONG Nacional	ADIVIMA - Asociación para el Desarrollo Integral de las Víctimas de la Violencia en las Verapaces	Guatemala	ONG Nacional
12.524	Jorge Fontevecchia y Héctor D'Amico	Argentina				Autorrepresentação da(s) vítima(s)		
			CELS - Centro de Estudios Legales y Sociales	Argentina	ONG Nacional	CELS - Centro de Estudios Legales y Sociales	Argentina	ONG Nacional
12.343	Edgar Fernando García y otros	Guatemala	GAM - Grupo de Apoyo Mutuo	Guatemala	ONG Nacional	GAM - Grupo de Apoyo Mutuo	Guatemala	ONG Nacional
12.688	Nadege Dorzama y Otros, Masacre de Guayubín	República Dominicana				Centro Cultural Dominicano Haitiano	República Dominicana	ONG Nacional
			GARR - Grupo de Apoyo a los Repatriados y Refugiados	Haití	Rede de ONGs	GARR - Grupo de Apoyo a los Repatriados y Refugiados	Haití	Rede de ONGs
			Clinique Internationale de Défense des Droits Humains de l'Université du Québec à Montréal	Canadá	Universidade			

12.590	José Miguel Gudiel Álvarez y otros, Diario Militar	Guatemala				Autorrepresentação da(s) vítima(s)		
			Fundación Myrna Mack	Guatemala	ONG Nacional			
12.605	Joe Luis Castillo González y otros	Venezuela				Vicaría Episcopal de Derechos Humanos de Caracas	Venezuela	ONG Nacional
			CEJIL - Centro pela Justiça e Direito Internacional	Estados Unidos	ONG Regional	CEJIL - Centro pela Justiça e Direito Internacional	Estados Unidos	ONG Regional
12.004	Marco Bienvenido Palma Mendoza y otros	Equador	CEDHU - Comisión Ecuménica de Derechos Humanos	Equador	ONG Nacional	CEDHU - Comisión Ecuménica de Derechos Humanos	Equador	ONG Nacional
12.658	Luis Gonzalo "Richard" Vélez Restrepo y familia	Colômbia				Autorrepresentação da(s) vítima(s)		
			International Human Rights Clinic of the George Washington University Law School - Arturo J. Carrillo (Diretor)	Estados Unidos	Universida de			
10.720	Masacres de El Mozote y lugares aledaños	El Salvador				CEJIL - Centro pela Justiça e Direito Internacional	Estados Unidos	ONG Regional
			Oficina de Tutela Legal del Arzobispado de San Salvador	El Salvador	Igreja	Oficina de Tutela Legal del Arzobispado de San Salvador	El Salvador	Igreja
12.680	Rafael Arturo Pacheco Teruel y Otros; Muertes por incendio en el Centro Penal de San Pedro Sula	Honduras	Pastoral Penitenciaria	Honduras	Igreja	Pastoral Penitenciaria	Honduras	Igreja
			CARITAS Sampedrana	Honduras	Igreja	CARITAS Sampedrana	Honduras	Igreja
			Equipo de Reflexión, Investigación y Comunicación - ERIC	Honduras	Igreja	Equipo de Reflexión, Investigación y Comunicación - ERIC	Honduras	Igreja
12.539	Sebastián Claus Furlán y familia	Argentina	Familiar(es) da(s) vítima(s)			Familiar(es) da(s) vítima(s)		
11.618	Oscar Alberto Mohamed	Argentina				Autorrepresentação da(s) vítima(s)		
			Roque J. Mantione	Argentina	Advogado	Roque J. Mantione	Argentina	Advogado
12.651	César Alberto Mendoza y otros - Prisión y reclusión perpetuas a adolescentes	Argentina						
			Stella Maris Martínez (Defensora Pública)	Argentina	Defensoria Publica	Stella Maris Martínez (Defensora Pública)	Argentina	Defensoria Pública

12.416	Masacre de Santo Domingo	Colômbia				Center for International Human Rights of Northwestern University School of Law	Estados Unidos	Universidade
						Humanidad Vigente Corporación Jurídica	Colômbia	ONG Nacional
						Comité Regional de Derechos Humanos “Joel Sierra”	Colômbia	ONG Nacional
						Comisión Interfranciscana de Justicia, Paz y Reverencia con la Creación	Colômbia	ONG Nacional
			CCAJAR - Corporación Colectivo de Abogados "José Alvear Restrepo"	Colômbia	ONG Nacional			
			Eimer Stahl Klevorn & Solber	Estados Unidos	Escritório de Advocacia			
12.573	Marino López y Otros - Operación Génesis	Colômbia	Comisión Intereclesial de Justicia y Paz	Colômbia	ONG Nacional	Comisión Intereclesial de Justicia y Paz	Colômbia	ONG Nacional
12.361	Gretel Artavia Murillo y otros - "Fecundación in Vitro"	Costa Rica	Gerardo Trejos Salas	Costa Rica	Advogado	Gerardo Trejos Salas	Costa Rica	Advogado
12.600	Hugo Quintana Coello y otros - Corte Suprema de Justicia	Equador	Autorepresentação da(s) vítima(s)			Autorepresentação da(s) vítima(s)		
12.576	Norín Catriman y otros (Lonkos, dirigentes y activistas del pueblo indígena Mapuche)	Chile				Autorepresentação da(s) vítima(s)		
						Rodrigo Lillo Vera	Chile	Advogado
			Jaime Mandariaga de la Barra	Chile	Advogado	Jaime Madariaga de la Barra	Chile	Advogado
			Ylenia Hartog	Chile	Advogada			
			José Aylwin Oyarzún	Chile	Advogado			
			CEJIL - Centro pela Justiça e Direito Internacional	Estados Unidos	ONG Regional			

			FIDH - Federação Internacional de Direitos Humanos	França	ONG Internacional			
			Alberto Espinoza Pino	Chile	Advogado			
12.221	Jorge Omar Gutiérrez y familia	Argentina	CELS - Centro de Estudios Legales y Sociales	Argentina	ONG Nacional	CELS - Centro de Estudios Legales y Sociales	Argentina	ONG Nacional
			CEJIL - Centro pela Justiça e Direito Internacional	Estados Unidos	ONG Regional	CEJIL - Centro pela Justiça e Direito Internacional	Estados Unidos	ONG Regional
12.519	García Lucero y otros	Chile	REDRESS - Seeking Reparation for Torture Survivors	Reino Unido	ONG Internacional	REDRESS - Seeking Reparation for Torture Survivors	Reino Unido	ONG Internacional
12.472	Carlos Antonio Luna López	Honduras	ERIC - Equipo de Reflexión, Investigación y Comunicación de la Compañía de Jesús	Honduras	Igreja	ERIC - Equipo de Reflexión, Investigación y Comunicación de la Compañía de Jesús	Honduras	Igreja
			CEJIL - Centro pela Justiça e Direito Internacional	Estados Unidos	ONG Regional	CEJIL - Centro pela Justiça e Direito Internacional	Estados Unidos	ONG Regional
12.597	Miguel Camba Campos y otros - Vocales del Tribunal Constitucional	Equador	Centro de Derechos Humanos - PUC Equador	Equador	Universidade			
			Oswaldo Cevallos Buenos	Equador	Advogado			
12.653	Carlos y Pablo Mémoli	Argentina	Autorrepresentação da(s) vítima(s)			Autorrepresentação da(s) vítima(s)		
11.157	Gladys Carol Espinoza Gonzáles	Peru	APRODEH - Asociación Pro Derechos Humanos	Peru	ONG Nacional	APRODEH - Asociación Pro Derechos Humanos	Peru	ONG Nacional
			CEJIL - Centro pela Justiça e Direito Internacional	Estados Unidos	ONG Regional	CEJIL - Centro pela Justiça e Direito Internacional	Estados Unidos	ONG Regional
12.444	Eduardo Nicolás Cruz Sánchez y otros (Operación Chavín de Huántar)	Peru	APRODEH - Asociación Pro Derechos Humanos	Peru	ONG Nacional	APRODEH - Asociación Pro Derechos Humanos	Peru	ONG Nacional
			CEJIL - Centro pela Justiça e Direito Internacional	Estados Unidos	ONG Regional	CEJIL - Centro pela Justiça e Direito Internacional	Estados Unidos	ONG Regional
11.769	J	Peru	Autorrepresentação da(s) vítima(s)			Autorrepresentação da(s) vítima(s)		
12.608	Liakat Ali Alibux	Suriname	Autorrepresentação da(s) vítima(s)			Autorrepresentação da(s) vítima(s)		
12.683	Melba del Carmen Suárez Peralta	Equador	Jorge Sosa Meza	Equador	Advogado	Jorge Sosa Meza	Equador	Advogado
			Familiar(es) da(s) vítima(s)					

10.738	Rodríguez Vera y otros (Palacio de Justicia)	Colômbia				Enrique Rodríguez Hernández	Colômbia	Advogado
			CCAJAR - Corporación Colectivo de Abogados "José Alvear Restrepo"	Colômbia	ONG Nacional	CCAJAR - Corporación Colectivo de Abogados "José Alvear Restrepo"	Colômbia	ONG Nacional
			CEJIL - Centro pela Justiça e Direito Internacional	Estados Unidos	ONG Regional	CEJIL - Centro pela Justiça e Direito Internacional	Estados Unidos	ONG Regional
12.474	Familia Pacheco Tineo	Bolívia	Autorepresentação da(s) vítima(s)			Autorepresentação da(s) vítima(s)		
12.724	Allan R. Brewer Carías	Venezuela				Héctor Faúndez Ledesma	Venezuela	Advogado
						Douglass Cassel	Estados Unidos	Advogado
						Juan E. Méndez	Argentina	Advogado
						Claudio Grossman	Estados Unidos	Advogado
						Hélio Bicudo	Brasil	Advogado
			Pedro Nikken	Venezuela	Advogado	Pedro Nikken	Venezuela	Advogado
12.578	María Isabel Véliz Franco y otros	Guatemala				Familiar(es) da(s) vítima(s)		
			REDNOVI - Red de No Violencia contra las Mujeres de Guatemala	Guatemala	Rede de ONGs	REDNOVI - Red de No Violencia contra las Mujeres de Guatemala	Guatemala	Rede de ONGs
			CEJIL - Centro pela Justiça e Direito Internacional	Estados Unidos	ONG Regional	CEJIL - Centro pela Justiça e Direito Internacional	Estados Unidos	ONG Regional
12.167	Hugo Oscar Arguelles y otros	Argentina	Alberto Antônio de Vita	Argentina	Advogado	Alberto Antônio de Vita	Argentina	Advogado
			Ángel Mauricio Cueto	Argentina	Advogado	Ángel Mauricio Cueto	Argentina	Advogado
			Eduardo Barcesat	Argentina	Advogado	Eduardo Barcesat	Argentina	Advogado
			Juan Carlos Vega	Argentina	Advogado	Juan Carlos Vega	Argentina	Advogado
			Autorepresentação da(s) vítima(s)			Autorepresentação da(s) vítima(s)		
11.845	Jeremías Osorio Rivera y otros	Peru				APRODEH - Asociación Pro Derechos Humanos	Peru	ONG Nacional
						Familiar(es) da(s) vítima(s)		
			Miguel Jugo Viera	Argentina	Advogado			
12.271	Benito Tide Méndez y otros	República Dominicana				International Human Rights Clinic Berkeley Law University of California	Estados Unidos	Universidade

						MUDHA - Movimiento de Mujeres Dominico-Haitianas	República Dominicana	ONG Nacional
			CEJIL - Centro pela Justiça e Direito Internacional	Estados Unidos	ONG Regional	CEJIL - Centro pela Justiça e Direito Internacional	Estados Unidos	ONG Regional
			GARR - Grupo de Apoyo a los Repatriados y Refugiados	Haití	Rede de ONGs	GARR - Grupo de Apoyo a los Repatriados y Refugiados	Haití	Rede de ONGs
12.606	Hermanos Landaeta Mejías y otros	Venezuela				Familiar(es) da(s) vítima(s)		
			CEJIL - Centro pela Justiça e Direito Internacional	Estados Unidos	ONG Regional	CEJIL - Centro pela Justiça e Direito Internacional	Estados Unidos	ONG Regional
			Comisión de Derechos Humanos, de Justicia y Paz del Estado Aragua	Venezuela	ONG Nacional	Comisión de Derechos Humanos, de Justicia y Paz del Estado Aragua	Venezuela	ONG Nacional
12.775	Florentín Gudiel Ramos, Makrina Gudiel Álvarez y otros	Guatemala				Autorepresentação da(s) vítima(s)		
			UDEFEGUA - Unidad de Defensa de Derechos Humanos de Guatemala - Claudia Samayoa (Directora)	Guatemala	ONG Nacional	Claudia Samayoa (Directora UDEFEGUA)	Guatemala	ONG Nacional
12.548	Comunidad Garífuna Triunfo de la Cruz y sus miembros	Honduras	OFRANEH - Organización Fraternal Negra Hondureña	Honduras	ONG Nacional	OFRANEH - Organización Fraternal Negra Hondureña	Honduras	ONG Nacional
12.354	Pueblos Indígenas Kuna de Madungandí y Emberá de Bayano y sus miembros	Panamá				Emily Yozell	Estados Unidos	Advogada
						CEALP - Centro de Asistencia Legal Popular	Panamá	ONG Nacional
						Asociación Napguana	Panamá	ONG Nacional
			International Human Rights Law Clinic of the Washington College of Law	Estados Unidos	Universidade	International Human Rights Law Clinic of the Washington College of Law	Estados Unidos	Universidade
			Congreso General Emberá de Alto Bayano	Panamá	Entidade tradicional			
			Congreso General Kuna de Madungandí	Panamá	Entidade tradicional			
12.828	Marcel Granier y	Venezuela	Carlos Ayala Corao	Venezuela	Advogado	Carlos Ayala Corao	Venezuela	Advogado

	otros - RCTV		Pedro Nikken	Venezuela	Advogado	Pedro Nikken	Venezuela	Advogado
12.288	García Cruz y Sánchez Silvestre	México				SLIEJ - Servicios Legales e Investigación y Estudios Jurídicos	México	ONG Nacional
			CEJIL - Centro pela Justiça e Direito Internacional	Estados Unidos	ONG Regional	CEJIL - Centro pela Justiça e Direito Internacional	Estados Unidos	ONG Regional
12.577	Rochac y otros	El Salvador	Asociación Pro-Búsqueda de Niñas y Niños Desaparecidos	El Salvador	ONG Nacional	Asociación Pro-Búsqueda de Niñas y Niños Desaparecidos	El Salvador	ONG Nacional
11.581	Zulema Tarazona Arrieta y Otros	Peru				Familiar(es) da(s) vítima(s)		
			APRODEH - Asociación Pro Derechos Humanos	Peru	ONG Nacional	APRODEH - Asociación Pro Derechos Humanos	Peru	ONG Nacional
10.932	Comunidad Campesina de Santa Bárbara	Peru				CEAPAZ - Centro de Estudios y Acción para la Paz	Peru	ONG Nacional
			CEJIL - Centro pela Justiça e Direito Internacional	Estados Unidos	ONG Regional	CEJIL - Centro pela Justiça e Direito Internacional	Estados Unidos	ONG Regional
12.761	Comunidad Garífuna Punta Piedra y sus miembros	Honduras	OFRANEH - Organización Fraternal Negra Hondureña	Honduras	ONG Nacional	OFRANEH - Organización Fraternal Negra Hondureña	Honduras	ONG Nacional
12.794	Wong Ho Wing	Peru	Luis Lamas Puccio	Peru	Advogado	Luis Lamas Puccio	Peru	Advogado
11.576	José Luis García Ibarra	Equador	CEDHU - Comisión Ecuménica de Derechos Humanos	Equador	ONG Nacional	CEDHU - Comisión Ecuménica de Derechos Humanos	Equador	ONG Nacional
12.214	Canales Huapaya y otros	Peru	Autorrepresentação da(s) vítima(s)			Autorrepresentação da(s) vítima(s)		
11.568	Luis Antonio Galindo Cárdenas y familiares	Peru	Familiar(es) da(s) vítima(s)					
			Autorrepresentação da(s) vítima(s)					
			Richard M. Rocha	Estados Unidos	Advogado	Richard M. Rocha	Estados Unidos	Advogado
12.639	Pueblos Kaliña y Lokono	Suriname				Autorrepresentação da(s) vítima(s)		
						Asociación de Líderes de Comunidades Indígenas de Suriname	Suriname	Entidade tradicional

						Comisión de Derechos de Tierras de los Indígenas del Bajo Marowijne	Suriname	ONG Nacional
			Forest Peoples Programme	Inglaterra	ONG Internacional	Forest Peoples Programme	Inglaterra	ONG Internacional
			David J. Padilla	Estados Unidos	Advogado	David J. Padilla	Estados Unidos	Advogado
			Jacqueline Jubithana	Suriname	Advogada	Jacqueline Jubithana	Suriname	Advogada
12.679	José Agapito Ruano Torres y familia	El Salvador	Familiar(es) da(s) vítima(s)			Familiar(es) da(s) vítima(s)		
			Comisión de Derechos Humanos de El Salvador	El Salvador	ONG Nacional			
12.723	TGGL y familia	Equador				Susana Larriva	Equador	Advogada
			Gustavo Quito Mendieta	Equador	Advogado	Gustavo Quito Mendieta	Equador	Advogado
			Iván Patricio Durazno Campoverde	Equador	Advogado	Iván Patricio Durazno Campoverde	Equador	Advogado
			Autorepresentação da(s) vítima(s)					
12.777	Claudina Isabel Velásquez Paiz	Guatemala				ICCPG - Instituto de Estudios Comparados en Ciencias Penales de Guatemala	Guatemala	Instituição Acadêmica
			Autorrepresentação da(s) vítima(s)			Autorrepresentação da(s) vítima(s)		
12.816	Adán Guillermo López Lone y otros	Honduras	CEJIL - Centro pela Justiça e Direito Internacional	Estados Unidos	ONG Regional	CEJIL - Centro pela Justiça e Direito Internacional	Estados Unidos	ONG Regional
			Asociación Jueces por la Democracia	Honduras	Associação	Asociación Jueces por la Democracia	Honduras	Associação
12.500	Omar Humberto Maldonado y otros	Chile	Boris Paredes	Chile	Advogado	<i>Relatório de Mérito não publicado</i>		
			FIDH - Federação Internacional de Direitos Humanos	França	ONG Internacional			
			MRDG Abogados	Chile	Escritório de Advocacia			
			Ernesto Galaz Cañas	Chile	Advogado			
			Soledad Rojas Zepeda	Chile	Advogada			

12.595 12.596 12.621	Ana Teresa Yarce y otras	Colômbia	GIDH - Grupo Interdisciplinario de Derechos Humanos	Colômbia	ONG Nacional	GIDH - Grupo Interdisciplinario de Derechos Humanos	Colômbia	ONG Nacional
12.482	Valdemir Quispealaya Vilcapoma	Peru	COMISEDH - Comisión de Derechos Humanos	Peru	Associação	COMISEDH - Comisión de Derechos Humanos	Peru	Associação
12.788	Miembros de la Aldea de Chichupac y Comunidades Vecinas del Municipio de Rabinal	Guatemala	Autorrepresentação da(s) vítima(s)			Asociación Bufete Jurídico Popular	Guatemala	ONG Nacional
12.739	María Inés Chinchilla Sandoval y otros	Guatemala	ICCPG - Instituto de Estudios Comparados en Ciencias Penales de Guatemala	Guatemala	Instituição Acadêmica	ICCPG - Instituto de Estudios Comparados en Ciencias Penales de Guatemala	Guatemala	Instituição Acadêmica
12.700	Agustín Bladimiro Zegarra Marín	Peru	Autorepresentação da(s) vítima(s)			Autorrepresentação da(s) vítima(s)		
12.745	Rigoberto Tenorio Roca y otros	Peru				Comité Nacional de Familiares de Detenidos, Desaparecidos y Refugiados en Lima	Peru	ONG Nacional
			Familiar(es) da(s) vítima(s)			Familiar(es) da(s) vítima(s)		
			APRODEH - Asociación Pro Derechos Humanos	Peru	ONG Nacional	APRODEH - Asociación Pro Derechos Humanos	Peru	ONG Nacional
12.841	Ángel Alberto Duque	Colômbia	Germán Humberto Rincón Perfetti			Colômbia Advogado		
			Comisión Colombiana de Juristas	Colômbia	ONG Nacional	Comisión Colombiana de Juristas	Colômbia	ONG Nacional
11.438	Herrera Espinoza y Otros	Equador	CEDHU - Comisión Ecueménica de Derechos Humanos	Equador	ONG Nacional	CEDHU - Comisión Ecueménica de Derechos Humanos	Equador	ONG Nacional
12.820	Manfred Amhrein y Otros	Costa Rica	Informação não divulgada			Informação não divulgada		
12.453	Olga Yolanda Maldonado Ordóñez	Guatemala	Informação não divulgada			Autorrepresentação da(s) vítima(s)		
			Jorge Raúl Rodríguez Ovalle			Guatemala	Advogado	

					Alejandro Sánchez	Guatemala	Advogado
12.743	Homero Flor Freire	Equador			Juan Manuel Marchán	Equador	Advogado
			Autorepresentação da(s) vítima(s)				
			Alejandro Ponce Villacís	Equador	Advogado	Alejandro Ponce Villacís	Equador Advogado
12.251	Vereda la Esperanza	Colômbia	<i>Informação não divulgada</i>			CJL - Corporación Jurídica Libertad	Colômbia ONG Nacional

Os peticionários foram identificados como ONG nacional, ONG regional, ONG internacional, rede de ONGs, advogado, igreja, defensoria pública, universidade, entidade tradicional, instituição de pesquisa e associação, além da autorrepresentação da vítima e representação dos familiares das vítimas.

Dividiu-se as organizações considerando o lugar onde desenvolvem suas atividades. A partir desse critério, ONG internacional é aquela que atua em, no mínimo, dois continentes, ONG regional é aquela que atua em, ao menos, dois países de um mesmo continente e ONG nacional é aquela que desenvolve suas atividades dentro dos limites do país onde está sediada. Rede de ONGs é a articulação de ONGs que atuam em prol de objetivos comuns, seja um determinado contexto, a proteção de um determinado direito ou de público alvo.

De forma similar, associação é a reunião de indivíduos que, juntos, visam objetivos comuns. Instituição acadêmica refere-se tanto à centros de pesquisas como Universidades (envolvendo suas clínicas de direitos humanos). Entidade tradicional é, no caso, o conselho deliberativo de cada comunidade indígena que atuou no envio do caso ao SIDH. Considera-se as demais categorias autoexplicativas, motivo pelo qual não se julgou necessário descrever o seu significado (advogado, escritório de advocacia, igreja, professor universitário e defensoria pública).

Tabela 12 – Número de representantes por tipo e número de casos por tipo de representante

Tipo de representante	Número de representantes por tipo	Número de casos que tiveram atuação do tipo de representante
Advogado	37	22
Associação	2	2
Defensoria Pública	1	1
Entidade tradicional	3	2
Escritório de advocacia	2	2
Igreja	3	4
Instituição acadêmica	1	2
ONG internacional	3	4
ONG nacional	34	39
ONG regional	1	15
Rede de ONGs	2	3
Universidade	5	6

O artigo 44 da Convenção Americana de Direitos Humanos prevê que

Qualquer pessoa ou grupo de pessoas, ou entidade não-governamental legalmente reconhecida em um ou mais Estados-membros da Organização, pode apresentar à Comissão petições que contenham denúncias ou queixas de violação desta Convenção por um Estado-parte.

Apesar da não necessidade de formação jurídica para o envio de petições, grande parte dos casos foi enviado à CIDH por meio de um advogado ou advogada. Foram 37 advogados que atuaram em 22 casos diferentes.

Atuaram 35 ONGs nacionais, 1 ONG regional, 3 ONGs e 2 redes de ONGs internacionais em 43 casos. Nestes, não necessariamente as ONGs foram as principais peticionárias, podendo ter atuado como co-peticionárias²⁴⁷. Houve casos em que mais de uma organização nacional atuou como representante da vítima ou, ainda, em conjunto com uma organização regional ou internacional.

Apenas uma ONG regional atuou nos casos selecionados, o CEJIL – Centro pela Justiça e Direito Internacional (15 casos), e três ONGs internacionais: FIDH - Federação Internacional de Direitos Humanos (2 casos) e *Forest Peoples Programme* e *REDRESS - Ending Torture Seeking Justice for Survivors* (1 caso)²⁴⁸. ONGs regionais e internacionais atuam, via de regra, em parceria com outros atores como ONGs nacionais, advogados, universidades e igrejas.

A organização *Venezuela Awareness Foundation*, apesar de estar sediada nos Estados Unidos, atua apenas na Venezuela com o tema de presos e perseguidos políticos, motivo pelo qual foi considerada uma ONG nacional.

Apenas com a análise dos dados apresentados não há como saber quais os reais motivos que levam a essa grande diferença entre ONGs nacionais e ONGs internacionais e regionais no papel de representação das vítimas. Pode-se cogitar, contudo, que o fato decorre do maior conhecimento que a ONG local possui do contexto da violação, bem como da maior proximidade com as vítimas, estabelecendo uma relação de confiança. Ou, pode-se ainda apontar, a falta de interesse que ONGs internacionais possuem em atuar no Sistema Interamericano.

Por vezes, entretanto, as ONGs nacionais não possuem o *know-how* necessário para litigarem nos sistemas internacionais de proteção de direitos humanos e, nesses casos, o

²⁴⁷ Em todos os casos que foram peticionados por mais de uma pessoa ou organização considerou-se esses atores – indivíduos ou organizações – como co-peticionários.

²⁴⁸ Na tabela, foi indicado o local onde a matriz da organização está situada, apesar da possuírem escritórios regionais. O mesmo vale para o CEJIL, que tem sede nos Estados Unidos, mas escritórios em diversos países da região, incluindo o Brasil.

auxílio de uma organização maior e mais experiente faz muita diferença na estruturação da estratégia de litígio. Além da *expertise*, é também necessário que existam recursos financeiros suficientes para custear o processo, que pode alcançar a marca dos 80 mil dólares²⁴⁹. Esse valor envolve, em geral, os custos relacionados aos honorários dos advogados de defesa, deslocamento dos advogados, vítimas, testemunhas e peritos para os Estados Unidos e para a Costa Rica, além de diligências internas necessárias ao caso.

Conforme afirma Hodson,

Visto à luz crua das realidades económicas, fica claro por que razão as ONG dotadas de recursos adequados têm um papel na instauração de processos judiciais que apontam violações sistemáticas da Convenção. A litigação (...) pode ser um processo financeiramente dispendioso. Escusado será dizer que os romanis e os curdos são grupos economicamente desfavorecidos, e seria manifestamente irrealista imaginar que os requerentes individuais teriam condições de financiar o tipo de litigação (...). O conhecimento e experiência da litigação internacional dos direitos humanos garantem que as ONG estão em melhor posição para enfrentar graves violações dos direitos humanos do que estaria um indivíduo com ou sem um advogado²⁵⁰.

O CEJIL é um bom exemplo dessa dinâmica: atuou como representante das vítimas em 15 dos casos analisados. Mayer aponta que é a ONG mais presente no Sistema Interamericano, fazendo parte de um quarto das decisões da CIDH e quase metade das decisões proferidas pela Corte IDH²⁵¹.

No final da década de 1990, Buergethal e Cassell afirmaram que as ONGs internacionais e regionais eram as maiores representantes das vítimas perante a Corte IDH. Em que pese este dado, as cartas de submissão e os relatórios de mérito da CIDH analisados indicam que os casos submetidos à Corte IDH entre 2010 e 2014 foram

²⁴⁹ CARDOSO, Evorah Lusci Costa. **Ciclo de vida do litígio estratégico no Sistema Interamericano de Direitos Humanos: dificuldades e oportunidades para atores não estatais**. In: Revista Eletrónica del Instituto de Investigaciones “Ambrosio L. Gioja”. Ano V, Número especial, 2011, p. 371.

²⁵⁰ HODSON, Loveday. “Estados de impunidade: o papel das ONG na denúncia das violações graves e sistemáticas de direitos humanos da Convenção Europeia de Direitos Humanos”. In: SANTOS, Cecília MacDowell dos (Org.). **A mobilização transnacional do direito: Portugal e o Tribunal Europeu dos Direitos Humanos**. Coimbra: Almedina, 2012, pp. 222-224.

²⁵¹ MAYER, Lloyd Hitoshi. **NGO Standing and influence in regional Human Rights Courts and Commissions**. Brooklyn Journal of International Law, Vol. 36, 2011, p. 912. Segundo Cardoso, “em 1991, é criado o CEJIL, ONG voltada especialmente para o litígio no sistema interamericano e que atualmente representa as vítimas na maior parte dos casos da Corte IDH. É a primeira ONG que atua no sistema interamericano que já surge com caráter regional. O CEJIL teve um papel fundamental de capacitação de quadros de outras ONGs ou de assessoria a ONGs nacionais nos procedimentos do sistema interamericano.” CARDOSO, Evorah Lusci Costa. **Ciclo de vida do litígio estratégico no Sistema Interamericano de Direitos Humanos: dificuldades e oportunidades para atores não estatais**. In: Revista Eletrónica del Instituto de Investigaciones “Ambrosio L. Gioja”. Ano V, Número especial, 2011, p. 32.

liderados por ONGs nacionais, contando, por vezes, com o apoio de organizações regionais e internacionais pelos motivos já descritos acima.

Esse dado também pode supor que o Sistema Interamericano está mais enraizado na cultura jurídica nacional dos Estados-membros, possibilitando a criação e formação de organizações da sociedade civil nacionais empenhadas em acessar o SIDH.

Outra hipótese é a criação do Fundo de Assistência Jurídica às Vítimas, criado em junho de 2008, por meio por meio da Resolução 2426 da Assembleia Geral da OEA²⁵² e administrado pela Secretaria Geral. A regulamentação sobre funcionamento e financiamento foi realizado em 2009, pelo Conselho Permanente da OEA²⁵³ e tanto a CIDH quanto a Corte IDH podem, mediante solicitação das vítimas, acessar os recursos disponíveis, observando-se que cada um dos órgãos possui um regulamento próprio para acesso das vítimas nos casos sob sua análise²⁵⁴.

Segundo o CEJIL,

No es de sorprender que la demanda por tal clase de asistencia experta supere por mucho a la oferta, lo cual contribuye, entre otras razones, a que solo de 10 a 15 casos lleguen cada año a la Corte Interamericana mientras unas 1.500 denuncias son presentadas anualmente a la Comisión Interamericana. Al proponer e impulsar la creación de un Fondo de Asistencia Legal, CEJIL procuró remediar esta situación, otorgando mayores posibilidades de acceso al SIDH.²⁵⁵

Por fim, informação também interessante de ser analisada é o número de representante por cada caso analisado.

Tabela 13: Número de representantes por caso

Representantes	Número de casos
Apenas autorrepresentação da(s) vítima(s)	7
Apenas familiar(es) das vítimas	1
Apenas 1 representante	18
De 2 a 3 representantes	34
Mais de 3 representantes	10

²⁵² Disponível em: <http://www.oas.org/dil/esp/AGRES_2426.doc>. Acesso em: 31 de outubro de 2015.

²⁵³ Disponível em: <<http://www.oas.org/consejo/pr/resoluciones/res963.asp>>. Acesso em: 31 de outubro de 2015.

²⁵⁴ Disponível em: <<https://www.oas.org/pt/cidh/mandato/Basicos/asistenciaCorte.pdf>> e <<https://www.oas.org/pt/cidh/mandato/Basicos/asistenciaCIDH.pdf>>. Acesso em: 31 de outubro de 2015.

²⁵⁵ Disponível em: <<https://cejil.org/documentos/fondo-de-asistencia-legal>>. Acesso em: 31 de outubro de 2015.

A maior parte da defesa das vítimas perante a Comissão Interamericana – 34 casos – foi feita por 2 ou 3 representantes conjuntamente. Nesses casos, a defesa foi realizada por duas ou três ONGs, pelas combinações entre ONGs, instituições acadêmicas, advogados, escritórios de advocacia e associações, ou, ainda, pela combinação de qualquer desses representantes e os familiares das vítimas e/ou autorrepresentação das vítimas. Em 18 casos as vítimas contaram com apenas um representante no processo perante a CIDH, podendo ter sido uma ONG, uma instituição acadêmica, advogado, escritório de advocacia ou associação. Em 10 casos as vítimas foram representadas por 4 ou mais representantes. Em 7 casos, segundo os documentos, a defesa foi feita apenas pela(s) própria(s) vítima(s) e em apenas um caso quem o fez foram os familiares.

De acordo com os documentos disponibilizados pela CIDH, os casos que contaram apenas com autorrepresentação foram: *Hugo Quintana Coello y otros - Corte Suprema de Justicia* contra Equador, *Carlos y Pablo Mémoli* contra Argentina, *J* contra Peru, *Liakat Ali Alibux* contra Suriname, *Familia Pacheco Tineo* contra Bolívia, *Canales Huapaya y outros* contra Peru e *Agustín Bladimiro Zegarra Marín* contra Peru. O único caso em que as vítimas foram representadas por seus familiares foi *Sebastián Claus Furlán y familia* contra Argentina.

Ao analisar estes casos, verificou-se que três casos de autorrepresentação exclusiva²⁵⁶ e o caso com representação pelos familiares²⁵⁷ contaram com a designação de um defensor público interamericano. Essa modalidade de defesa é recente no SIDH.

Em 2009, a Corte IDH e a Associação Interamericana de Defensorias Públicas firmaram acordo para criar a figura do *defensor público interamericano*, com o objetivo de realizar a defesa legal das vítimas que não tenham representação ou recursos econômicos suficientes para seguir com o caso²⁵⁸. Com a alteração do Regulamento da Corte IDH em 2009, estabeleceu-se em seu artigo 37 que “em casos de supostas vítimas sem representação legal devidamente credenciada, o Tribunal poderá designar um Defensor Interamericano de ofício que as represente durante a tramitação do caso”.

Apesar disso, três casos contaram exclusivamente com autorrepresentação e, tendo em vista a necessidade de *expertise* e recursos para o litígio no SIDH, foram buscadas informações sobre o perfil das vítimas nesses casos.

²⁵⁶ Caso *Familia Pacheco Tineo* contra Bolívia, caso *Canales Huapaya y otros* contra Peru e caso *Agustín Bladimiro Zegarra Marín* contra Peru.

²⁵⁷ Caso *Sebastián Claus Furlán y familia* contra Argentina.

²⁵⁸ Disponível em: <<http://www.corteidh.or.cr/convenios/aidef2009.pdf>>. Acesso em: 31 de outubro de 2015.

Tabela 14: Perfil da(s) vítima(s) nos casos de autorrepresentação

Caso	Temas	Perfil da(s) vítima(s)
<i>Hugo Quintana Coello y otros - Corte Suprema de Justicia</i> contra Equador	Devido processo legal, acesso à justiça e fragilidade institucional	Magistrados da Corte Suprema de Justiça do Equador
<i>Carlos y Pablo Mémoli</i> contra Argentina	Corrupção, detenção ilegal e/ou arbitrária e liberdade de expressão	Advogados
<i>J</i> contra Peru	Detenção ilegal e/ou arbitrária, violência sexual, tortura, devido processo legal e impunidade	Advogada internacionalista

Nos três casos de autorrepresentação exclusiva, as vítimas são magistrados e advogados, o que possibilita a realização da própria defesa.

PARTE III

O DESAFIO DO FILTRO NEGATIVO DO SISTEMA INTERAMERICANO DE DIREITOS HUMANOS

A partir dos dados e informações apresentadas nos capítulos anteriores, a parte III tem como objetivo buscar respostas aos questionamentos levantados no início da pesquisa sobre a necessidade da busca pelo *caso exemplar* adequado para o litígio das ONGs e, ainda, se essa atuação estratégica de seleção de casos pelas organizações da sociedade civil é incentivada no âmbito do SIDH, selecionando também os atores que atuam nesse universo jurídico regional.

Por fim, buscou-se verificar o grau de transparência da CIDH no processo de judicialização de casos e se o papel de filtro que o órgão desempenha no SIDH é transparente, seguindo apenas os critérios previstos na Convenção Americana de Direitos Humanos e nos Regulamentos dos órgãos interamericanos ou se faz escolhas politizadas nessa seleção.

5. O QUE REQUER UM CASO: CRITÉRIOS PARA A SELEÇÃO DOS CASOS ENVIADOS À CORTE INTERAMERICANA DE DIREITOS HUMANOS

A Comissão Interamericana recebe, em média, duas mil petições anualmente e envia à Corte IDH menos de 20 casos no mesmo período. A presença de organizações não governamentais no papel de representantes das vítimas é alta: 43 dos 70 casos analisados contaram com a defesa de, ao menos, uma ONG nacional, regional ou internacional que, resguardadas suas dimensões e particularidades, definem os casos em que irão litigar²⁵⁹.

O afinilamento é claro e diante dos dados levantados ao longo da pesquisa, o quinto capítulo visa verificar os possíveis critérios extraconvencionais utilizados para que um caso chegue à Corte IDH. A pergunta que permeia este capítulo é: quem, afinal, determina o caso selecionado: a CIDH ou mesmo antes dela, as ONGs litigantes?

Tabela 15 – Números relativos ao sistema de petições individuais por Estado que ratificou a CADH e reconheceu a competência contenciosa da Corte IDH

Estado	Nº de petições recebidas pela CIDH (1999-2014)	Nº de casos enviados à Corte IDH (2010-2014)	Nº de sentenças da Corte IDH (1987-2014)
Argentina	2484	8	16
Barbados	20	0	2
Bolívia	218	1	4
Brasil	918	0	5
Chile	1164	3	7
Colômbia	3008	7	15
Costa Rica	952	2	2
El Salvador	172	3	5
Equador	780	8	15
Guatemala	514	9	19
Haiti	147	0	2
Honduras	330	5	9
México	3748	1	8
Nicarágua	138	0	3
Panamá	492	1	5
Paraguai	214	0	7

²⁵⁹ Para fazer esse cálculo, foram verificadas as cartas de submissão e os relatórios de mérito de todos os casos, tendo em vista que no primeiro documento nem sempre foram listados todos os representantes das vítimas.

Peru	3276	12	32
República Dominicana	131	2	4
Trinidad e Tobago	53	0	4
Uruguai	143	0	2
Venezuela	607	6	18
Total	19509	70	189

A tabela acima apresenta uma visão geral do sistema de petições individuais do Sistema Interamericano de Direitos Humanos. Nela, foram considerados apenas os Estados que ratificaram a CADH e reconheceram a competência contenciosa da Corte IDH²⁶⁰.

Os recortes temporais das colunas não foram os mesmos: a segunda coluna aponta o número de petições recebidas pela CIDH entre os anos de 1999 e 2014²⁶¹; a terceira coluna apresenta o número de casos enviados à Corte IDH entre os anos de 2010 e 2014 (recorte temporal da pesquisa); e a quarta coluna aponta o número total de casos julgados pela Corte IDH desde o caso *Velásquez Rodríguez*, em 1987, até o caso *J* contra Peru, sentenciado em novembro de 2014, último daquele ano. Apesar da diferença, é possível conceber uma visão holística do desenvolvimento do mecanismo ao longo dos anos.

Interessante notar que Argentina, Colômbia e Peru lideram as estatísticas: possuem os maiores índices relativos ao número de petições recebidas até hoje pela Comissão Interamericana, de casos enviados ao julgamento da Corte IDH e de sentenças emitidas pelo tribunal. Barbados, Brasil, Haiti, Nicarágua, Paraguai, Trinidad e Tobago e Uruguai, em contrapartida, não foram demandados perante a Corte IDH no período 2010-2014. Se verificadas o número de condenações total até o final de 2014, com exceção do Paraguai com 7 sentenças, esses países foram responsabilizados internacionalmente por violações de direitos humanos em 5 ou menos oportunidades.

5.1. O DESAFIO DO FILTRO NEGATIVO E A NECESSIDADE DO LITÍGIO ESTRATÉGICO

Conforme demonstrado pela análise dos dados do sistema de petições individuais do SIDH, o número de casos enviados à Corte IDH para julgamento é muito inferior ao número de petições recebidas e casos analisados pela CIDH. O afinilamento é claro e em

²⁶⁰ Dominica, Granada e Jamaica, apesar de terem ratificado a CADH, não reconheceram a competência contenciosa da Corte IDH.

²⁶¹ Conforme justificado no primeiro capítulo, o recorte dessa informação foi determinado pelo início da publicação das estatísticas da CIDH em seu relatório anual. Apenas a partir de 1999, essa sessão do Relatório passou a informar o número de petições recebidas por ano pelo órgão.

razão disso, os representantes das vítimas precisam atuar de forma estratégica de modo a conseguir que seus casos transponham o filtro. A escolha do caso nesse cenário configura etapa crucial para as ONGs que atuam no SIDH, sendo o desenho da estratégia do litígio essencial, inclusive para possibilitar o alinhamento das ações aos interesses e agendas da organização²⁶².

Sobre o processo de busca pelo *caso exemplar*, Rocha, ex-advogada brasileira do CEJIL, aponta algumas perguntas que devem ser respondidas para determinar se um caso cumpre os requisitos para *servir* em uma estratégia de litígio: a) o caso ilustra um padrão de violação de direitos humanos no país ou na região? e b) Qual o possível impacto no âmbito nacional e internacional?. A segunda pergunta deve também esclarecer os seguintes pontos: a) o possível avanço em reparações para as vítimas; b) o potencial impacto regional; c) possibilidade de impulsionar mudanças legais, políticas ou culturais; d) possibilidade de fortalecer ONGs locais; e e) análise dos impactos caso a decisão seja negativa²⁶³. Além disso, a advogada ressalta as possíveis restrições relacionadas aos financiadores e áreas de atuação na escolha dos casos.

Respondidas as perguntas relacionadas aos potenciais impactos e mudanças que o caso pode ensejar no âmbito interno do Estado ou na região, outras questões mais práticas também precisam ser respondidas durante o processo de seleção do caso de litígio.

Segundo Rocha, são necessárias outras avaliações: a) Quanto à avaliação do conteúdo probatório: há provas dos fatos? Quais?; b) Os fatos demonstram uma violação de direitos reconhecidos em tratados ratificados pelo Estado?; c) Em relação às vítimas e/ou seus familiares: é possível manter uma relação de mais de 5 anos de litígio?; d) A vítima e/ou seus familiares têm estrutura?; e) Foi conversada a dinâmica da relação, incluindo custas?; f) Existe procuração ou possibilidade de consegui-la?; g) Em casos de vítimas múltiplas, há identificação e consenso sobre as expectativas de todos os envolvidos?; h) Qual é o impacto da exposição das vítimas no âmbito local?; i) A vítima possui acompanhamento psicológico (se necessário)?²⁶⁴

Muito embora sejam critérios claros, não foi possível encaixar cada um dos casos analisados por duas razões: a) não é possível o acesso aos documentos dos peticionários como, por exemplo, a petição e outras peças de defesa, apenas as decisões da CIDH e b)

²⁶² CARDOSO, Evorah Lusci Costa. **Litígio estratégico e sistema interamericano de direitos humanos**. Belo Horizonte: Fórum, 2012, p. 56.

²⁶³ ROCHA, Helena de Souza. **IX CADH - Curso Anual de Direitos Humanos**: litígio estratégico no Sistema Interamericano de Direitos Humanos. 18-23 de outubro de 2015. Notas de aulas. Mimeografado.

²⁶⁴ ROCHA, Helena de Souza. **IX CADH - Curso Anual de Direitos Humanos**: litígio estratégico no Sistema Interamericano de Direitos Humanos. 18-23 de outubro de 2015. Notas de aulas. Mimeografado.

nem todas as organizações utilizam, necessariamente, a mesma lógica. Tendo em vista o papel desempenhado pelo CEJIL no SIDH, a estratégia apresentada pode ser diferente da adotada por organizações nacionais menores ou com atuações temáticas específicas, por exemplo.

Feitas tais considerações, algumas hipóteses foram levantadas sobre o processo de escolha dos casos com base nos dados coletados durante a pesquisa e sistematizados no Apêndice II: a) ONGs internacionais e regionais, com maiores recursos e *expertise*, escolhem casos que encaixam-se nos temas que já trabalham e possuem financiamento (ex: REDRESS e *Forest Peoples Programme*); b) ONGs internacionais e regionais cuja missão é proteger os direitos humanos por meio do litígio de forma geral não têm a necessidade de se alinharem a um determinado tema, podendo atuar em qualquer demanda perante o SIDH, desde que tenham recursos (ex: CEJIL e FIDH); c) ONGs nacionais mais bem estruturadas podem adotar a mesma lógica das ONGs internacionais e regionais (ex: CELS e APRODEH); e d) ONGs nacionais menores e focadas em um determinado tema ou grupo vulnerável litigam no SIDH com auxílio de ONGs maiores e com maior *expertise* (ex: COFAVIC e ADIVIMA). Nesses casos, há convergência entre o tema demandado pela ONG menor e o interesse da ONG maior ou da própria CIDH em desenvolver o(s) tema(s) no âmbito interamericano.

Sikkink e Keck sobre essa parceria entre grandes e pequenas ONGs afirmam que

Estabelecer conexões com ONGs locais permite que os atores internacionais, especialmente ONGs, recebam e monitorem informações em muitos países a um baixo custo. ONGs locais, em contrapartida, dependem dos contatos internacionais para fazerem que suas demandas saiam do âmbito local e, ainda, para auxiliarem na sua proteção²⁶⁵.

Nesse cenário, a associação de ONGs nacionais com ONG regionais e/ou internacionais se apresenta como estratégia comum e até imprescindível para viabilizar a ação em prol da proteção dos direitos humanos em determinada região.

Há, todavia, algumas críticas sobre a legitimidade dessas organizações, como apontado por Bukovská ao afirmar que as grandes ONGs internacionais

(...) não possuem uma base de representação (*constituency*) ou grupo específico de beneficiários, mas operam em nível internacional e apenas

²⁶⁵ Tradução livre para “*Forging links with local organizations allow groups to receive and monitor information from many countries at a low cost. Local groups, in turn, depend on international contacts to get their information out and to help protect them in their work.*” SIKKINK, Kathryn; KECK, Margareth. **Activists beyond borders: advocacy networks international politics**. Cornell University Press, edição 1, 1998, p. 22.

possuem experiência indireta com abusos de direitos humanos, por meio de projetos.”²⁶⁶

A autora apresenta uma dura crítica sobre o papel das ações dos defensores de direitos humanos *internacionais* na manutenção do *status quo* de não empoderamento das vítimas. Para ela, dentre as estratégias utilizadas pelas organizações – elaboração de relatórios, *advocacy* e litígio estratégico –, o litígio estratégico é o único que requer minimamente a participação das vítimas, deixando de ser, mesmo que de forma pequena, sujeitos passivos no processo:

Em muitos casos, há evidentemente o conflito entre o interesse dos clientes e o objetivo que se quer alcançar com o caso. Eu tenho visto que no litígio internacional ou de alto impacto, o interesse e a opinião de demandantes particulares são raramente levados em consideração; ao contrário, eles são “sacrificados” em nome do interesse público. Normalmente, quando o caso é apresentado, ou muitas vezes mesmo antes, a pessoa representada é considerada como secundária, e “o cliente individual desaparece no pano de fundo”, abandonado para lidar com as consequências do litígio por conta própria.²⁶⁷

É necessário ir ainda mais além das próprias organizações litigantes. Todas essas críticas e hipóteses não podem ignorar uma questão que permeia toda a dinâmica do litígio estratégico realizado por ONGs: a sua relação com as suas fontes de recursos²⁶⁸.

Conforme apontado por Cardoso, é preciso ressaltar o relevante papel que as agências de financiamento desempenham no momento da escolha dos casos a serem levados ao SIDH. Essas instituições, muitas vezes, lançam programas de financiamento temático (direitos das crianças, das mulheres, dos povos indígenas, direito à memória e à verdade e acesso à justiça, para citar alguns exemplos), fazendo com que as ONGs

²⁶⁶ BUKOVSKÁ, Barbora. “Perpetrando o bem: as consequências não desejadas da defesa dos direitos humanos”. In **SUR - Revista Internacional de Direitos Humanos**, vol. 9, 2008. Disponível em: <<http://conectas.org/pt/acoes/sur/edicao/9/1000076-perpetrando-o-bem-as-consequencias-nao-desejadas-da-defesa-dos-direitos-humanos>>. Acesso em: 11 de novembro de 2015.

²⁶⁷ BUKOVSKÁ, Barbora. “Perpetrando o bem: as consequências não desejadas da defesa dos direitos humanos”. In **SUR - Revista Internacional de Direitos Humanos**, vol. 9, 2008. Disponível em: <<http://conectas.org/pt/acoes/sur/edicao/9/1000076-perpetrando-o-bem-as-consequencias-nao-desejadas-da-defesa-dos-direitos-humanos>>. Acesso em: 11 de novembro de 2015.

²⁶⁸ As três maiores ONGs que representaram as vítimas nos casos estudados contam com recursos advindos, além de diversas outras fontes, das seguintes fundações: CEJIL (Hivos, Oak Foundation, Ford Foundation, Sigrid Rausing Trust e John D. and Catherine T. MacArthur Foundation), FIDH (Ford Foundation, Sigrid Rausing Trust, Open Society Foundations, Oak Foundation), REDRESS (John D. and Catherine T. MacArthur Foundation, Oak Foundation, Sigrid Rausing Trust e Open Society Foundation) e Forest Peoples Programme (Ford Foundation e Sigrid Rausing Trust).

apresentem projetos para potenciais repasses de recursos com base nos temas pré-definidos²⁶⁹.

Nessa linha Sikkink e Keck afirmam que

Muitas fundações públicas e privadas têm concedido financiamento para organizações de direitos humanos. Fundações provavelmente são os atores mais autônomos de toda a rede. Atores intergovernamentais dependem do consenso dos seus membros governamentais e a maior parte das ONGs são financeiramente dependentes das fundações. Apesar disso, fundações não podem implementar suas próprias ideias e, por isso, devem buscar e apoiar organizações que consigam²⁷⁰.

Essa dinâmica deixa pouco – ou quase nenhum – espaço para escolhas independentes sobre os litígios, fazendo com que as organizações, sejam elas nacionais, regionais ou internacionais, procurem por um caso que preencha os critérios pré-determinados pela agência financiadora. Por esse motivo, organizações como o CEJIL, APRODEH e FIDH, que têm como uma das atividades centrais da organização o litígio estratégico nos sistemas internacionais, buscam financiadores diversificados como forma de aumentar a mobilidade das suas atividades. Esse fato representa um problema menor para organizações que trabalham temas específicos como, por exemplo, a *Forest Peoples Programme* e a REDRESS.

É necessário ressaltar, contudo, que muitas ONGs não possuem financiamentos institucionais que visam garantir a sustentabilidade da organização (ex: manutenção da sede, pagamento de funcionários e despesas administrativas). Por esse motivo, sobrevivem de projetos específicos e, nesses casos, seu poder decisório sobre os temas que irão pautar suas ações diminui ainda mais, pois dependem dos recursos do projeto para manter o funcionamento da organização.

A falta de recursos, somada ao alto custo do litígio no SIDH, torna essencial que os casos sejam escolhidos pelas ONGs com base no custo-benefício, ou seja, na chance de passar pelo filtro de admissibilidade da CIDH. Por isso, é necessário que os casos objetivem não apenas a reparação das violações sofridas pela(s) vítima(s), mas que impactem toda uma sociedade ou região.

²⁶⁹ CARDOSO, Evorah Lusci Costa. **Litígio estratégico e sistema interamericano de direitos humanos**. Belo Horizonte: Fórum, 2012, p. 78.

²⁷⁰ Tradução livre para: “A handful of private and public foundations have provided funding for human rights organizations. Foundations may be the most autonomous of all the actors in the network. Intergovernmental actors depend on the consensus of their governmental members, and most NGOs are financially dependent upon membership and foundations. Nonetheless foundations cannot implement their own ideas, but must seek and support other organizations that can.” SIKKINK, Kathryn; KECK, Margareth. **Activists beyond borders: advocacy networks international politics**. Cornell University Press, edição 1, 1998, pp. 97-98.

Apesar das críticas, Cavallaro e Brewer apresentam uma visão bastante pragmática em relação ao litígio estratégico no Sistema Interamericano de Direitos Humanos:

À luz da limitada capacidade sistêmica de se enfrentar diretamente a vasta maioria das violações de direitos humanos do continente americano, afirmamos que qualquer estratégia de litigância que não vise a produzir ou, ao menos, que não encoraje a produção de efeitos para além da esfera individual dos litigantes está fadada, no melhor cenário possível, à ineficácia e, no pior, ao erro²⁷¹.

Na visão dos autores, devido aos notáveis limites de acesso ao Sistema Interamericano, o mecanismo não pode razoavelmente ser considerado capaz de responder a cada injustiça no continente americano. Para eles,

Ao invés disso, esse Sistema deveria ser visto como uma ferramenta que necessariamente deve ser usada para alargar um universo muito, muito limitado de casos (...) Se utilizada de maneira inteligente, a litigância perante o Sistema Interamericano, aos olhos de ativistas perspicazes, pode representar uma oportunidade para promover de forma mais abrangente a justiça social.²⁷²

A partir dos dados e das falas, resta claro que o litígio estratégico é imprescindível para que se possa acessar o SIDH. O critério do *caso exemplar* certamente influencia na forma como os peticionários atuam no SIDH e essa forma de atuação das ONGs é certamente incentivada, ainda que de forma não expressa, tendo em vista os diversos fatores endógenos (foco das atividades e temas) e exógenos (repasse de recursos) às organizações litigantes.

5.2. A INFLUÊNCIA DA POLITIZAÇÃO DA COMISSÃO INTERAMERICANA ENQUANTO FILTRO DO SISTEMA INTERAMERICANO DE DIREITOS HUMANOS

A politização da CIDH é inegável e não apenas em razão do seu caráter político enquanto órgão da Carta da OEA, mas também em relação às funções desempenhadas sob a égide da Convenção Americana de Direitos Humanos²⁷³.

Nos últimos três anos (2012-2014), a CIDH recebeu 5.445 petições sob o sistema da CADH e, nesse mesmo período, apenas 506 foram admitidas para análise, representando

²⁷¹ CAVALLARO, James L; BREWER, Stephanie Erin. “O papel da litigância para a justiça social no Sistema Interamericano”. In **Sur – Revista Internacional de Direitos Humanos**, vol. 8, 2008, p. 87.

²⁷² CAVALLARO, James L; BREWER, Stephanie Erin. “O papel da litigância para a justiça social no Sistema Interamericano”. In **Sur – Revista Internacional de Direitos Humanos**, vol. 8, 2008, p. 88.

²⁷³ Todos os dados referentes à CIDH apresentados ao longo do trabalho foram disponibilizados pelo próprio órgão e o que se buscou com essas informações foi sistematizá-las para que um panorama geral do sistema pudesse ser visualizado.

9,3% do total. A diferença representa 2.194 (40,3%) de petições rejeitadas e 2.745 (50,4%) de petições não analisadas e que foram somadas ao *estoque* de petições pendentes de análise²⁷⁴.

Em um período de quatro anos (2010-2014), foram enviados à Corte IDH 70 casos de violações de direitos humanos. Em pouco menos de três décadas (1987-2014), a Corte IDH julgou 189 casos, proferindo 291 sentenças. Comparados esses números ao tamanho da demanda interamericana, ilustrada pelo número de petições recebidas pela CIDH anualmente, não há dúvidas sobre a existência do filtro que ela necessita fazer.

Sem dúvida, com o passar dos anos, diversas mudanças ocorreram como forma de melhor adequar as atividades de ambos os órgãos às necessidades do SIDH, fazendo com que esse mecanismo se desenvolvesse e amadurecesse em diversos aspectos. O número de petições recebidas e de casos abertos para análise aumentaram, assim como os temas abordados e o perfil das vítimas diversificaram. Para García-Sayán, chegam ao Sistema Interamericano hoje temas que há poucos anos ninguém teria pensado em submeter a um sistema internacional: discriminação por orientação sexual, conflitos envolvendo a intervenção em terras indígenas e a necessidade de realizar a consulta prévia, o direito de acesso à informação, métodos de fertilização assistida, dentre outros²⁷⁵. No entanto, apesar dessas mudanças e ampliações, muitos temas ainda estão ausentes na jurisprudência do SIDH, ao passo que outros, recorrentes nos casos analisados, continuam presentes²⁷⁶.

Para Santos, uma vez que as vítimas e seus representantes só podem acessar diretamente a CIDH, o ativismo jurídico transnacional está diretamente ligado a este órgão²⁷⁷. Por isso, mudar o rumo da jurisprudência, tanto na CIDH quanto na Corte IDH, requer casos estratégicos, somados ao desenvolvimento de um conhecimento jurídico específico e partilhado, bem como uma dinâmica política que possibilite essa mudança²⁷⁸.

²⁷⁴ Essas informações podem ser conferidas no Apêndice III. Importa ressaltar que as petições admitidas para análise não necessariamente foram todas recebidas no período indicado. Tendo em vista o acúmulo de petições na CIDH, as 506 petições admitidas para análise entre 2012 e 2014 podem ser remanescentes dos anos anteriores, o que torna o afunilamento do sistema ainda maior.

²⁷⁵ GARCÍA-SAYÁN, Diego. “Logros y retos interamericanos”. In: **Aportes DPLF – Revista de la Fundación para el Debido Proceso**. Nº 19, Ano 7, abril de 2014, p. 52.

²⁷⁶ CARDOSO, Evorah Lusci Costa. **Litígio estratégico e sistema interamericano de direitos humanos**. Belo Horizonte: Fórum, 2012, p. 78.

²⁷⁷ SANTOS, Cecília MacDowell. “Ativismo jurídico transnacional e o Estado: reflexões sobre os casos apresentados contra o Brasil na Comissão Interamericana de Direitos Humanos” in **SUR Revista Internacional de Direitos Humanos**, vol. 7, 2007, p. 36.

²⁷⁸ SANTOS, Cecília MacDowell. “A mobilização transnacional do direito e a reconstrução dos direitos humanos”. In: SANTOS, Cecília MacDowell dos (Org.). **A mobilização transnacional do direito: Portugal e o Tribunal Europeu dos Direitos Humanos**. Coimbra: Almedina, 2012, p. 31.

Diversos fatores influenciam essa postura politizada e seletiva da CIDH, inevitavelmente chegando-se ao problema da falta de recursos repassados ao órgão, que impossibilita o adequado desenvolvimento das atividades da Comissão (políticas e adjudicatória). A falta de recursos da CIDH acaba por refletir também na atuação da Corte IDH, pois é a CIDH quem seleciona os casos que serão judicializados. Cardoso, nessa linha, afirma que a escassez de casos contenciosos julgados pela Corte IDH pode ser explicada, em parte, “(...) pela atuação política da CIDH e pela falta de transparência quanto aos critérios de envio, bem como falta de transparência do próprio trâmite do caso na CIDH”²⁷⁹.

Outro fator que aponta o alto grau de politização da CIDH refere-se à força dos Estados da OEA na estrutura do órgão: são eles quem indicam e decidem quem serão os comissionados, bem como quem decidem o quanto do orçamento anual da OEA será repassado à CIDH e à Corte IDH.

Para Abramovich, o caráter político do Sistema Interamericano é muito relevante enquanto mecanismo estratégico para o fortalecimento das instituições democráticas na América Latina, especialmente no que se refere à Justiça, contribuindo para a superação das desigualdades sociais internas nos Estados. Segundo ele,

(...) além da consolidação de sua jurisprudência e do desenvolvimento de seu sistema de petições individuais, o SIDH deve considerar seu papel político, colocando em foco os padrões estruturais que afetam o exercício efetivo dos direitos pelos grupos subordinados da população.²⁸⁰

É certo o alto grau de politização da CIDH na escolha das petições que serão admitidas para análise, bem como na escolha dos casos que serão enviados à Corte IDH. Apesar de ambos serem justificados pela escassez de recursos, a grande preocupação, todavia, é o quanto a politização do órgão influencia negativamente na prestação jurisdicional interamericana, uma vez que o *filtro negativo* pode ser considerado uma barreira para boa parte das vítimas de violações de direitos humanos na região.

Ressalta-se, por fim, que a expressão *filtro negativo* é utilizada no trabalho como forma de representar a atuação seletiva da CIDH no processo de triagem das petições que serão admitidas para análise pelo órgão e transformadas em casos, bem como a atuação

²⁷⁹ CARDOSO, Evorah Lusci Costa. **Litígio estratégico e sistema interamericano de direitos humanos**. Belo Horizonte: Fórum, 2012, p. 28.

²⁸⁰ ABRAMOVICH, Victor. “Das violações em massa aos padrões estruturais: novos enfoques e clássicas tensões no Sistema Interamericano de Direitos Humanos”. in **SUR Revista Internacional de Direitos Humanos**, vol. 6, nº 11, dez 2009, p. 29.

frente à Corte IDH, em caráter de judicialização de demandas, decidindo quais casos enviar ou não enviar para julgamento do tribunal.

Configura-se *negativo*, pois serve como uma espécie de *funil* do Sistema Interamericano, diminuindo consideravelmente a demanda inicial e, posteriormente, as possibilidade de judicialização dos casos, tendo em vista que em casos individuais – indivíduos contra Estados –, apenas a CIDH tem a competência de enviar casos à Corte IDH. A partir desses pontos, poucas dúvidas restam sobre a essencialidade do papel exercido pela Comissão Interamericana na prestação jurisdicional e consequente proteção dos direitos humanos na região.

5.3. OS CASOS ESCOLHIDOS: OS FATORES QUE POTENCIALMENTE ENSEJARAM AS ESCOLHAS

Buscou-se cruzar as informações levantadas nos capítulos anteriores com o objetivo de encontrar possíveis respostas aos questionamentos que permearam este trabalho. Dos 43 casos em que as vítimas foram representadas por ONGs, optou-se por aqui analisar 16, selecionando os casos em que atuaram FIDH, REDRESS, *Forest Peoples Programme*, CEJIL e APRODEH, tendo em vista as características das organizações e os Estados mais demandados no SIDH²⁸¹.

Tanto o CEJIL quanto a FIDH são organizações voltadas à proteção dos direitos humanos em diversos países, resguardadas as abrangências geográficas de atuação de cada uma. O CEJIL é voltado ao litígio no Sistema Interamericano²⁸² e a FIDH tem, dentre uma de suas linhas de atuação, o litígio em sistemas internacionais de proteção de direitos humanos²⁸³. Ambas as organizações buscam a proteção dos direitos humanos de forma geral, sem maiores especificações temáticas, diferente de organizações como a REDRESS ou a *Forest Peoples Programme*, que trabalham com vítimas de tortura e povos indígenas ao redor do mundo, respectivamente.

²⁸¹ A lista dos 43 casos com representação de ONGs e suas informações encontram-se no Apêndice IV.

²⁸² Mais informações sobre as atividades de litígio do CEJIL disponíveis em: <<https://cejil.org/defensa-juridica-ante-el-sistema-interamericano-de-derechos-humanos>>. Acesso em: 02 de novembro de 2015.

²⁸³ Mais informações sobre as ações de litígio da FIDH disponíveis em: <<https://www.fidh.org/en/issues/litigation/>>. Acesso em: 02 de novembro de 2015.

CEJIL e FIDH adotam estratégias similares para a construção da base do litígio: estabelecimento de parceria e redes de cooperação com ONGs nacionais, que conhecem o contexto e as peculiaridades que envolvem cada caso e suas vítimas²⁸⁴.

O CEJIL atuou como representante das vítimas em 15 dos 70 casos: *José y Luis Uzcátegui y otros* contra Venezuela, *Joe Luis Castillo González y otros* contra Venezuela, *Masacres de El Mozote y lugares aledaños* contra El Salvador, *Norín Catriman y otros (Lonkos, dirigentes y activistas del pueblo indígena Mapuche)* contra Chile, *Jorge Omar Gutiérrez y familia* contra Argentina, *Carlos Antonio Luna López* contra Honduras, *Gladys Carol Espinoza Gonzáles* contra Peru, *Eduardo Nicolás Cruz Sánchez y otros (Operación Chavín de Huántar)* contra Peru, *Rodríguez Vera y otros (Palacio de Justicia)* contra Colômbia, *María Isabel Véliz Franco y otros* contra Guatemala, *Benito Tide Méndez y otros* contra República Dominicana, *Hermanos Landaeta Mejías y outros* contra Venezuela, *García Cruz y Sánchez Silvestre* contra México, *Comunidad Campesina de Santa Bárbara* contra Peru e *Adán Guillermo López Lone y otros* contra Honduras. Aparentemente, não há foco em algum Estado específico, tendo em vista a organização ter atuado como representante das vítimas contra nove Estados diferentes.

Interessante verificar a diversificação da atuação das ONGs no Sistema Interamericano comparada e no Sistema Europeu de Direitos Humanos. Cardoso aponta que apesar das semelhanças na forma de atuação, há considerável diferença no perfil de Estados demandados nos dois sistemas: enquanto no Sistema Europeu as organizações focam, principalmente, em dois Estados (Rússia e Maldova), no SIDH não há foco em um ou outro Estado especificamente. Segundo a autora, “no âmbito interamericano, poucas organizações que atuam em quase todos os casos, sem foco específico em um determinado

²⁸⁴ “CEJIL se caracteriza por contar con un modelo de litigio cooperativo, es decir, todos los casos que tiene a su cargo son tratados en forma conjunta y paralelamente con cientos de defensores y defensoras de derechos humanos y organizaciones de la sociedad civil. De esta manera, la organización se asegura un contacto con la realidad de aquellas personas cuyos derechos defiende, al mismo tiempo que facilita que sus voces sean escuchadas en el ámbito internacional. CEJIL y las contrapartes reconocen el papel central de las víctimas y trabajan activamente con ellas para definir los objetivos de cada uno de los casos, identificar las reparaciones que se consideran adecuadas y facilitar su participación en las audiencias y durante el proceso de negociación”. Disponível em: <<https://cejil.org/defensa-juridica-ante-el-sistema-interamericano-de-derechos-humanos>>. Acesso em: 02 de novembro de 2015. “As a federal movement, FIDH operates on the basis of interaction with its member organisations. It ensures that FIDH merges on-the-ground experience and knowledge with expertise in international law, mechanisms of protection and intergovernmental bodies. This unique combination translates into joint actions between FIDH and its member organisations at national, regional and international levels to remedy human rights violations and consolidate processes of democratisation. It makes FIDH highly representational and legitimate”. Disponível em: <<https://www.fidh.org/en/about-us/What-is-FIDH>>. Acesso em: 02 de novembro de 2015.

país, como é o exemplo do CEJIL²⁸⁵. Frente a essa informação, é possível inferir que o foco em determinados Estados no SIDH fica à cargo das ONGs nacionais, como é o caso dos CELS na Argentina, APRODEH no Peru, Fundação Myrna Mack na Guatemala e *Asociación Pro-Búsqueda* em El Salvador, que trabalham dentro das fronteiras dos países em que estão sediadas.

Ressalta-se, ainda, que nos 15 casos em que as vítimas foram representadas pelo CEJIL, todos tratam sobre direitos civis e políticos, não havendo foco em direitos econômicos, sociais e culturais. Os casos trabalham, especialmente, violações referentes à execução extrajudicial, falta de diligência interna e impunidade, temas mais comuns na jurisprudência do SIDH durante o período analisado.

Destes 15 casos, foram selecionados 8 como forma de identificar um *modus operandi* de seleção de casos para envio à Corte IDH, buscando perceber quais poderiam ter sido as motivações do caso para além do expresso pela CIDH na carta de submissão.

Os fatos narrados no caso *José y Luis Uzcátegui y otros* contra Venezuela representam um contexto generalizado de execuções extrajudiciais no país, tendo a CIDH buscado incidir no problema de diversas formas, tais como a publicação do Relatório sobre a situação de direitos humanos na Venezuela em 2003, a problematização do contexto de violação de direitos humanos no país como pontos importantes em cinco relatórios anuais seguidos (2004, 2005, 2006, 2007 e 2008) e, ainda, a publicação, em 2009, do Relatório “Democracia e Direitos Humanos na Venezuela”.

Sobre o caso, Krsticevic, diretora executiva do CEJIL, afirmou que reflete um padrão uso desproporcional e extrema violência policial que vem ocorrendo na Venezuela por décadas. Para ela, a busca por justiça nesse caso específico não seria benéfica apenas para a família das vítimas, mas para todas as famílias que foram vitimizadas por essa prática no Estado²⁸⁶.

Já em *Joe Luis Castillo González y otros*, também contra a Venezuela, a vítima foi executada em razão da sua atuação enquanto defensor de direitos humanos. Segundo a CIDH, esse caso ilustra o efeito amedrontador que o assassinato de um defensor pode causar na vida e atuação de outros defensores de direitos humanos na Venezuela, principalmente no contexto de impunidade sobre esse tipo de crime. Fora essas afirmações, não é apresentada nenhuma justificativa específica sobre os motivos pelos quais o caso foi

²⁸⁵ MAYER, Lloyd Hitoshi. **NGO Standing and influence in regional Human Rights Courts and Commissions**. Brooklyn Journal of International Law, Vol. 36, pp 911-946, 2011, p. 938.

²⁸⁶ Disponível em: <<https://cejil.org/en/comunicados/inter-american-court-human-rights-condemns-venezuela-execution-two-brothers-1996>> Acesso em: 20 de novembro de 2015.

enviado à Corte IDH.

Deve-se observar, todavia, que o caso foi submetido à Corte IDH em fevereiro de 2011 e no primeiro período de sessões realizado naquele ano, a CIDH decidiu transformar a então Unidade de Defensores e Defensoras de Direitos Humanos em Relatoria²⁸⁷. Apesar de não ser possível afirmar, o envio do caso à Corte IDH poderia ser uma estratégia do órgão para reforçar a necessidade de criação de uma Relatoria para defensores e defensoras de direitos humanos.

Ainda, o CEJIL representou as vítimas em um terceiro caso contra a Venezuela, *Hermanos Landaeta Mejías y otros*, também referente ao padrão de execuções extrajudiciais e, da mesma forma, a CIDH ressaltou todos os relatórios já emitidos sobre o Estado quando submeteu o caso à Corte IDH. Neste caso, os irmãos Igmair Alexandre e Eduardo José, de 18 e 17 anos, respectivamente, foram assassinados, em razão do uso excessivo, por agentes de segurança pública do Estado de Aragua. Segundo Krsticevic, diretora executiva do CEJIL,

*Esta nueva sentencia pone en relieve la necesidad de avanzar en el fortalecimiento de políticas públicas encaminadas a exigir la rendición de cuentas por parte de agentes policiales y el imperativo de la lucha contra la impunidad en casos como estos. Obtener justicia para los hermanos Landaeta también significa obtener justicia para todas las familias que han sido víctimas de estas prácticas.*²⁸⁸

A CIDH, ao justificar o envio, afirma que o caso dará à Corte IDH a oportunidade de desenvolver ainda mais sua jurisprudência sobre execuções extrajudiciais, aprofundar o tema da proteção de adolescentes colocados sob a custódia do Estado e, ainda, analisar de maneira qualificada as implicações das garantias previstas no artigo 7 da CADH, sobre liberdade pessoal.

Os três casos venezuelanos litigados pelo CEJIL representam, sem dúvida, a intenção de mudar um cenário consolidado de violação de direitos humanos na Venezuela, convergindo com a atuação da CIDH em relação ao país, tendo em vista a menção de todas as ações desenvolvidas pelo órgão nos últimos tempos nos três casos submetidos.

Ressalta-se que além desses, existem outros seis casos litigados pelo CEJIL e organizações parceiras sobre execuções extrajudiciais e uso excessivo da força no país: *El Amparo* (1995), *El Caracazo* (1999), *Blanco Romero y otros (desaparecidos de Vargas)*

²⁸⁷ Disponível em: <<http://www.oas.org/es/cidh/defensores/default.asp>>. Acesso em: 10 de novembro de 2015.

²⁸⁸ Disponível em: <<https://cejil.org/comunicados/corte-interamericana-condena-a-venezuela-por-ejecucion-de-hermanos-en-1996>>. Acesso em: 10 de novembro de 2015.

(2005), *Retén de Catia* (Montero Aranguren) (2006), *Familia Barrios* (2011).²⁸⁹

Três também foram os casos contra o Peru: *Gladys Carol Espinoza Gonzáles*, *Eduardo Nicolás Cruz Sánchez y otros* (*Operación Chavín de Huántar*) e *Comunidad Campesina de Santa Bárbara*, tendo como ponto comum o contexto de conflito armado interno e a impunidade dos violadores, todos agentes estatais. Ressalta-se que nos dois primeiros, a representação foi realizada de forma conjunta pelo CEJIL e pela APRODEH.

No caso *Gladys Carol Espinoza Gonzáles*, a vítima foi detida de forma ilegal e arbitrária, tendo sofrido tortura enquanto permaneceu em custódia pela Polícia Nacional do Peru e mantida em condições desumanas da detenção, sem acesso à tratamento médico e alimentação adequadas ou possibilidade de receber visitas.

Em entrevista concedida pelo CEJIL sobre o caso, Julissa Mantilla, consultora internacional sobre gênero e direitos humanos, afirma que o caso é uma oportunidade para que o Peru desenvolva políticas públicas concretas de investigação, por exemplo criando critérios específicos para investigação de violência sexual em conflitos armados e que permitam a identificação de estereótipos de violência de gênero²⁹⁰. A CIDH, apesar de não ter apresentado justificativa específica no envio do caso, destacou o padrão de violência sexual contra mulheres detidas pelo Estado, fato reconhecido como verdadeiro pela Comissão da Verdade e Reconciliação.

O caso *Eduardo Nicolás Cruz Sánchez y otros* (*Operación Chavín de Huántar*) trata sobre a execução extrajudicial de três membros do Movimento Revolucionário Tupac Amaru (MRTA) durante operação judicial que visou retomar o controle da Embaixada do Japão no Peru, que havia sido tomada pelo grupo. Da mesma forma que Gladys Gonzáles, as três vítimas deste caso estavam sob a custódia do Estado. Após suas mortes, não foram realizadas autópsias e seus corpos, junto com outras pessoas executadas, foram espalhados em diversos cemitérios, muitas delas sem identificação.

Para Krsticevic, diretora do CEJIL,

*La presentación de este caso ante la Corte no pretende cuestionar el derecho y la obligación del Estado de adoptar medidas para el rescate de los rehenes, las cuales pueden incluir el uso de la fuerza, siempre que se respeten los derechos humanos de los involucrados.*²⁹¹

²⁸⁹ Disponível em: <<https://cejil.org/comunicados/corte-interamericana-condena-a-venezuela-por-ejecucion-de-hermanos-en-1996>>. Acesso em: 10 de novembro de 2015.

²⁹⁰ Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=nVDJ7tmkWhA>>. Acesso em: 15 de novembro de 2015.

²⁹¹ Disponível em: <<http://derechoshumanos.pe/2014/02/cejil-corte-idh-debe-garantizar-el-derecho-a-la-vida-de-personas-fuera-de-combate-tambien-en-caso-chavin-de-huantar/>>. Acesso em: 15 de novembro de 2015.

Da mesma forma, a diretora da APRODEH, Gloria Cano, afirma:

*No cuestionamos de manera alguna, es más, lamentamos el sufrimiento al que fueron expuestos los rehenes, en esta audiencia representados por el Magistrado Hugo Sivina Hurtado, quienes permanecieron secuestrados en manos de personas armadas que actuaban al margen de la Ley.*²⁹²

Ademais, os representantes das vítimas defendem que o caso como uma oportunidade da Corte IDH desenvolver sua jurisprudência relativa à proteção das pessoas em estado de emergência o conflito armado, quando há a necessidade do Estado utilizar força letal²⁹³. A justificativa da CIDH ao enviar o caso ao tribunal foi a mesma: necessidade da Corte IDH continuar desenvolvendo estandartes sobre o uso excessivo da força estatal em um contexto de conflito armado, precisando, ainda, sua jurisprudência sobre a incompetência do foro militar.

O terceiro caso, *Comunidad Campesina de Santa Bárbara*, envolve desaparecimento forçado de 15 pessoas, envolvendo sete crianças entre 8 meses e 7 anos de idade por agentes do exército. Apesar da identificação dos responsáveis pelas autoridades judiciais, a Corte Suprema aplicou a lei de anistia, resultando na não punição dos responsáveis.

Francisco Quintana, diretor do Programa da Região Andina e Norte-americana do CEJIL, frisou ser inaceitável que o Peru continue não cumprimento as sentenças de casos de graves violações de direitos humanos ocorridas durante o período de conflito armado no país²⁹⁴. Além disso, também foi solicitada a identificação dos restos mortais, ponto defendido pela CIDH quando do envio do caso à Corte IDH, afirmando a necessidade de aprofundar a jurisprudência sobre os padrões internacionais em relação à metodologia forense para identificação de restos mortais.

Como já dito, o Peru é o Estado líder nas estatísticas do Sistema Interamericano em número de petições recebidas pela CIDH, de casos enviados à Corte IDH e de sentenças do tribunal. A Venezuela, por sua vez, segue em terceiro lugar no número de condenações pela Corte IDH. A presença constante desses dois Estados na posição de réus interamericanos demonstra uma preocupação geral para com as violações de direitos humanos, tendo a atenção de ONGs e dos próprios órgãos do SIDH²⁹⁵.

²⁹² Disponível em: <<http://derechoshumanos.pe/2014/02/cejil-corte-idh-debe-garantizar-el-derecho-a-la-vida-de-personas-fuera-de-combate-tambien-en-caso-chavin-de-huantar/>>. Acesso em: 15 de novembro de 2015.

²⁹³ Disponível em: <<http://derechoshumanos.pe/2014/02/cejil-corte-idh-debe-garantizar-el-derecho-a-la-vida-de-personas-fuera-de-combate-tambien-en-caso-chavin-de-huantar/>>. Acesso em: 15 de novembro de 2015.

²⁹⁴ Disponível em: <<https://cejil.org/comunicados/campesinos-peruanos-piden-justicia-ante-la-corte-idh>>. Acesso em: 15 de novembro de 2015.

²⁹⁵ Sikkink e Keck defendem que a estratégia de foco em um determinado Estado depende muito do seu grau

Os fatos narrados no caso *Masacres de El Mozote y lugares aldeanos* contra El Salvador compõem um episódio da sangrenta guerra civil que assolou o país na década de 1980, causando a morte de aproximadamente 75 mil pessoas. Nesse caso, o CEJIL representou as vítimas juntamente com a Oficina de Tutela Legal del Arzobispado de El Salvador, um órgão da Igreja Católica²⁹⁶.

A CIDH não expressou motivos específicos ao enviar o caso à Corte IDH, contudo frisou a necessidade de revisão da lei de anistia que impedia o processamento e condenação dos culpados pelos crimes contra a humanidade cometidos durante a guerra civil. Ademais, frisa que o tipo de ação empregada pelo Estado no episódio do massacre de El Mozote foi utilizado forma sistemática e generalizada.

No caso *Norín Catriman y otros (Lonkos, dirigentes y activistas del pueblo indígena Mapuche)* contra Chile, com representação de CEJIL e FIDH, as vítimas, por serem indígenas, sofreram violações de direitos humanos em razão da aplicação discriminatória da legislação penal antiterrorista.

Krsticevic afirma que o caso transcende as vítimas, impactando todo o continente no que diz respeito à medida que estabelece limites claros ao uso de leis antiterroristas para abordar protestos sociais e manifestações de povos indígenas²⁹⁷.

de vulnerabilidade no cenário internacional: “A existência de uma rede e a sua decisão de focar nos abusos de um país em particular é uma condição necessária, mas não suficiente para mudar práticas de direitos humanos. Muitos defendem que pressões advindas dos direitos humanos podem não ser efetivas contra Estados fortes (...). A vulnerabilidade do Estado-alvo é o fato chave na efetividade da estratégia.” Tradução livre para: “A network’s existence and its decision to focus on abuses in a particular country is a necessary but not sufficient condition for changing human rights practices. Many argue that human rights pressures would not be effective against strong states (...) The vulnerability of the target state is thus a key factor in network effectiveness.” SIKKINK, Kathryn; KECK, Margareth. **Activists beyond borders: advocacy networks international politics**. Cornell University Press, edição 1, 1998, p. 117. Na visão das autores, poderiam Peru, Guatemala e Venezuela serem considerados Estados *fracos* no cenário interamericano em razão do alto número de condenações? A presente pesquisa, contudo, não fornece dados suficientes para aferir essa informação.

²⁹⁶ Em 30 de setembro de 2012, menos de um mês antes da Corte IDH prolatar sua sentença responsabilizando El Salvador pelas violações de direitos humanos cometidas no episódio do massacre de El Mozote, o Arcebispo de El Salvador à época, Monsenhor José Luis Escobar Alas, comunicou o fechamento da Oficina de Tutela Legal, demitindo todos os seus funcionários. Em outubro de 2013, o CEJIL escreveu ao Arcebispo apresentando sua preocupação com o fechamento da Oficina, tendo em vista seu ativo papel de proteção dos direitos humanos em El Salvador, inclusive em parceria com o CEJIL. Disponível em: <<https://cejil.org/comunicados/cejil-llama-al-arzobispo-de-san-salvador-a-reconsiderar-la-decision-de-cierre-de-tutela->>. Acesso em: 10 de outubro de 2015. Elaine Freedman, educadora popular e correspondente da Revista Envío nicaraguense no país, afirma que a decisão de fechamento da Oficina é prova de que a impunidade ainda é muito presente em El Salvador, apesar dos casos de litígio internacional e ações desenvolvidas no âmbito interno. A Corte IDH, no caso El Mozote, afirmou que a lei de anistia não poderia impedir a responsabilização dos culpados e isso foi, para Freedman, um dos grandes motivos pelo fechamento da Oficina. Disponível em: <<http://www.envio.org.ni/articulo/4772>>. Acesso em: 10 de outubro de 2015.

²⁹⁷ Disponível em: <<https://cejil.org/comunicados/chile-condenado-por-la-corte-interamericana-de-ddhh-por-aplicacion-de-ley-antiterrorista>>. Acesso em: 15 de novembro de 2015.

A justificativa da CIDH foi nesse sentido: a necessidade da Corte IDH desenvolver estandartes sobre igualdade e não discriminação sob um aspecto novo para o SIDH: a aplicação discriminatória de um marco legal a um determinado grupo social. Ademais, seria a oportunidade da Corte IDH desenvolver sua jurisprudência em matéria de reparações, especialmente medidas de não repetição que transcendem as vítimas do caso e que são necessárias para enfrentar os preconceitos e estereótipos sociais. Para a CIDH, esse caso também levaria à Corte IDH a oportunidade de definir critérios para a possibilidade de utilização de testemunhas com identidade reservada.

Além do caso acima, litigado em parceria com o CEJIL, a FIDH também representou as vítimas no caso *Omar Humberto Maldonado y otros* contra o Chile. Neste caso, a justificativa da CIDH foi a necessidade da Corte IDH desenvolver sua jurisprudência sobre matéria de proteção judicial para assegurar que as vítimas de torturas sofridas no passado contem com recurso efetivo, mesmo aquelas que se encontrem fora da competência da Corte IDH²⁹⁸.

O caso *Garcia Lucero y otros* contra Chile tem como cenário principal o desaparecimento forçado, prisão arbitrária e tortura de Leopoldo Garcia Lucero durante a ditadura de Pinochet, no Chile. Após 2 anos da detenção, a vítima e sua família foram enviadas arbitrariamente ao Reino Unido, onde solicitaram refúgio. A organização que representou a família Lucero foi a ONG britânica REDRESS, especializada em casos de tortura e busca por justiça aos sobreviventes. Nesse caso, muito embora a ONG seja sediada em país não americano, o litígio foi realizado apenas por ela²⁹⁹. Pode-se inferir, a partir dos dados e do fato das vítimas (Sr. Lucero e sua família) residirem no mesmo país que a organização, o litígio do REDRESS pôde ser feito sem a necessidade de firmar parceria com uma ONG nacional ou regional³⁰⁰.

A justificativa da CIDH ao enviar o caso à Corte IDH foi baseada em dois pontos: a) a possibilidade do tribunal analisar quais são os elementos que constituem o dever de reparação integral sob uma perspectiva individualizada e b) a possibilidade da Corte IDH reiterar a incompatibilidade do Decreto-Lei nº 2191 com a CADH e determinar medidas específicas que afetem o ordenamento jurídico chileno, tendo em vista a falha do Estado em cumprir a sentença do caso *Almonacid Arellano e outros*.

²⁹⁸ Não foram encontradas informações a respeito do litígio feito pela FIDH nesse caso.

²⁹⁹ Disponível em: <<http://www.redress.org/case-docket/leopoldo-garcia-lucero-v-chile>>. Acesso em: 02 de novembro de 2015.

³⁰⁰ Petição disponível em: <http://www.redress.org/downloads/casework/PETITION%20TO%20THE%20ICHR_May15_%20Conf%201.pdf>. Acesso em: 02 de novembro de 2015.

Nesse caso, apesar de não ser possível afirmar, é possível inferir que, em razão do impacto interno de uma eventual condenação da Corte IDH sobre um tema ignorado anteriormente pelo Estado, a passagem do caso pelo filtro negativo pode ter sido influenciado mais pela CIDH do que pela organização peticionária, tendo em vista as circunstâncias do caso.

As vítimas do caso *Pueblos Kaliña y Lokono* contra Suriname foram representadas pela ONG internacional *Forest Peoples Programme*³⁰¹, que tem o litígio estratégico em mecanismos coletivos internacionais de proteção de direitos humanos como um de seus focos de trabalho. Assim como a REDRESS, a *Forest Peoples Programme* tem *expertise* em litigar no Sistema Interamericano, tendo representado vítimas em múltiplos casos envolvendo violações de direitos de povos indígenas.

O caso envolve questões problemáticas estruturais no Suriname relacionadas ao reconhecimento da personalidade jurídica e do direito à propriedade coletiva dos povos indígenas e à ausência de recursos judiciais para a proteção dos seus direitos. A CIDH justifica o envio do caso na necessidade de desenvolver a jurisprudência do SIDH sobre situações de tensão entre propriedades indígenas e não indígenas, abrangendo a ligação dos povos tradicionais com a terra. Ademais, é também uma possibilidade de trabalhar tema ainda não abordado em detalhes na jurisprudência: como o Estado deve alinhar suas políticas sobre meio ambiente com os interesses dos povos indígenas.

Sendo possível o acesso às petições destes casos enviadas à CIDH por ambas as organizações, pôde-se comparar o que foi requerido pelas vítimas e o que a CIDH apontou como justificativa para envio à Corte IDH. Ressalta-se que ambas as organizações não fizeram solicitações específicas quanto às reparações ou recomendações ao Estado, deixando à CIDH a tarefa de decidir sobre esse ponto. Diante disso, apesar de não ser possível afirmar, pode-se presumir que, tendo em vista que ambos os casos tratam de temas já bastante presentes na jurisprudência do Sistema Interamericano – desaparecimento forçado, tortura, controle de convencionalidade de leis internas editadas nas ditaduras e direitos dos povos indígenas -, a CIDH pode ter selecionado esses casos especificamente em razão da possibilidade de determinar as recomendações solicitadas à Corte IDH e/ou, ainda, o potencial impacto que um caso defendido por grandes organizações internacionais pode ter na região.

³⁰¹ Petição disponível em: <<http://www.forestpeoples.org/sites/fpp/files/publication/2010/11/2009-petition-maho-vids-suriname-final.pdf>>. Acesso em: 02 de novembro de 2015.

A APRODEH, organização peruana mais atuante no Sistema Interamericano, foi responsável por representar os peticionários em 4 casos: *Gladys Carol Espinoza González*, *Jeremías Osorio Rivera y otros*, *Zulema Tarazona Arrieta y otros* e *Rigoberto Tenorio Roca y otros*. A organização, assim como o CEJIL e a FIDH, não possui um tema específico para canalizar suas ações de litígio. Os casos analisados, contudo, envolveram temas similares entre si: detenção ilegal e/ou arbitrária, tortura, desaparecimento forçado, execução extrajudicial, sistema prisional, acesso à justiça, justiça militar, lei de anistia, conflito armado interno e impunidade.

No caso *Gladys Carol Espinoza González*, como já mencionado, a CIDH não apresentou justificativa específica além da necessidade de punição dos violadores. O envio do caso *Jeremías Osorio Rivera y otros* é justificado pela necessidade de estabelecimento de padrões sobre o dever do Estado de investigar o crime de desaparecimento forçado, sobretudo após o passar do tempo. O terceiro caso, *Zulema Tarazona Arrieta y otros*, visa a aplicação de precedentes da Corte IDH sobre o uso legal da força por agentes de segurança pública e a consequente resposta do Estado sobre o ocorrido. Por fim, o caso *Rigoberto Tenorio Roca y otros* apresenta, segundo a CIDH, a possibilidade da Corte IDH se pronunciar sobre o uso sistemático e generalizado do desaparecimento forçado no conflito interno peruano, trabalhando questões sobre a interpretação desse tipo penal.

O ponto comum entre os casos, além de serem contra o Estado peruano, é exatamente um dos temas mais frequentes na jurisprudência interamericana: impunidade dos violadores. Não restam claros, contudo, os motivos pelos quais esses casos foram especificamente escolhidos. Tendo em vista ser o Peru o líder das estatísticas do SIDH enquanto Estado com maior número de casos enviados e sentenciados pela Corte IDH, pode-se cogitar a hipótese de que o grande número de casos serve para pressionar o Estado peruano na proteção dos direitos humanos no âmbito interno, tendo em vista o baixo grau de cumprimento das decisões interamericanas³⁰².

Apesar de não terem sido analisados os 70 casos nesta última parte do trabalho, os elementos aqui apontados podem revelar elementos relevantes sobre o *modus operandi* para a seleção de casos que são judicializados perante a Corte IDH.

³⁰² De acordo com o acompanhamento feito pelo Instituto de Democracia e Direitos Humanos da PUC-Peru, o Estado peruano tem razoavelmente cumprido as sentenças da Corte IDH. Em especial, as medidas não cumpridas são aquelas que envolvem processar e punir os culpados, encontrar as vítimas ou seus restos mortais, dentre outras medidas que tragam a verdade aos fatos. As indenizações, por outro lado, são geralmente pagas às vítimas. Disponível em: <<http://idehpucp.pucp.edu.pe/seguimiento-al-sistema-interamericano-2/seguimiento/>>. Acesso em: 15 de novembro de 2015.

Em suma, um caso necessita possuir um *fator de interesse* ao SIDH, que pode ser um tema ainda não presente na jurisprudência dos órgãos, uma nova abordagem ou perspectiva sobre um determinado direito ou tipo de violação, o impacto que o caso potencialmente causará ao Estado demandado ou à região como um todo. Outro fator também deve ser considerado na avaliação: a vulnerabilidade do Estado demandado.

No início da década de 1990, Sikkink afirmou que

Na América Latina, os países que tem resistido às pressões internacionais de direitos humanos, como o Haiti e a Guatemala, são consideravelmente mais fracos que países como a Argentina e o México, que têm respondido às pressões internacionais. No campo dos direitos humanos, é a combinação de pressão moral e pressão material que provocam a mudança³⁰³.

Mais de duas décadas depois, essa dinâmica ainda pode ser verificada: a Argentina continua implementando de forma positiva a jurisprudência do Sistema Interamericano de Direitos Humanos, enquanto outros Estados, como o Peru, continuam sendo os mais condenados pela Corte IDH.

Sobretudo, a presença de ONGs ativas e entusiastas do litígio também são elementos chave na determinação dos temas e direitos levados à Corte IDH.

Atuando na lógica do litígio estratégico, essas organizações acabam influenciando no desenvolvimento da jurisprudência dos órgãos do SIDH, tendo em vista serem os atores que apresentam as demandas inicialmente. No âmbito dessa atuação, é possível identificar formas distintas de ação, tendo em vista as diferentes características das organizações envolvidas. Grandes e estruturadas organizações escolhem os casos em que irão atuar representando as vítimas e/ou os familiares com base em suas linhas de financiamento e agendas. Por outro lado, organizações menores, sem tantos recursos e estrutura, acabam por litigar o caso que chega até elas em razão do contexto, local ou tema que trabalham. De toda forma, o papel desempenhado por organizações da sociedade civil no Sistema Interamericano é relevante no que tange ao delineamento jurisprudencial.

Na maior parte dos casos, pode-se identificar os elementos que justificam a escolha das demandas pelas ONGs e, posteriormente, a decisão da CIDH em judicializar determinados casos perante a Corte IDH. Ressalta-se, no entanto, que essa regra não

³⁰³ Tradução livre para: “In Latin America, the countries that have resisted international human rights pressures, such as Haiti and Guatemala, are considerably weaker than such countries as Argentina and Mexico, which have responded to outside pressures. In the realm of human rights, it is the combination of moral pressure and material pressure that leads to change.” SIKKINK, Kathryn; KECK, Margaret. **Activists beyond borders: advocacy networks international politics**. Cornell University Press, edição 1, 1998, p. 437.

necessariamente é aplicada a todos os casos, pois, por vezes, o caso é admitido e judicializado em razão da estratégia de litígio muito bem estruturada da organização. Em outras, todavia, a organização poderia não ter como grande foco a judicialização da demanda, mas o interesse da CIDH em desenvolver o tema, direito ou vítimas envolvidas pôde impulsionar o caso dentro do SIDH.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A criação e desenvolvimento dos sistemas internacionais de proteção de direitos humanos, universal e regionais, certamente vem contribuindo muito para a promoção e, especialmente, para a proteção dos direitos humanos nos mais diversos lugares do mundo.

Nesse cenário, a Comissão Interamericana tem um papel importante a cumprir na região, tanto enquanto órgão político da OEA, como enquanto órgão político-adjudicatório do sistema da Convenção Americana de Direitos Humanos. Em relação ao primeiro, é quem tem a competência de acompanhar a observância dos direitos humanos pelos Estados que não ratificaram a CADH, mas que fazem parte da OEA, como Estados Unidos, Cuba e Canadá, por exemplo. Quanto ao segundo, exerce um papel especialmente importante de *filtragem* das demandas no sistema de petições individuais, bem como é quem seleciona os casos que serão enviados posteriormente à Corte IDH.

Dentro desse espectro, a CIDH desenvolve uma série de atividades voltadas tanto à promoção quanto à proteção de direitos humanos por meio do trabalho realizado por suas Relatorias, elaboração de relatórios (temáticos, especiais e anuais), realização de visitas *in loco*, solicitação de Opiniões Consultivas à Corte IDH sobre temas diversos, análise das petições recebidas, acompanhamento de procedimentos de soluções amistosas, elaboração de recomendações aos Estados.

Apesar do grande número de atividades exercidas pelo órgão, todo esse trabalho é negativamente impactado pela falta de recursos suficientes, tanto humanos quanto materiais, para que suas atividades sejam desenvolvidas de forma plena e eficiente.

Infelizmente, esse contexto é endossado pela própria OEA, tendo em vista que apenas uma parcela muito pequena do seu orçamento anual é destinada ao órgão. O subfinanciamento é também motivado pelos próprios Estados membros, uma vez que não contribuem voluntariamente com a CIDH, deixando essa tarefa para países membros que não ratificaram a CADH, como Estados Unidos e Canadá, ou países observadores não americanos, como a Suécia, Suíça, Reino Unido e Irlanda, por exemplo.

Na prestação de contas públicas da CIDH, não há indicação do montante gasto com as atividades de promoção ou com o sistema de petições individuais. No entanto, tendo em vista o grande número de petições recebidas, o consequente acúmulo de petições não analisadas e alto número de casos sob processamento, pode-se inferir que considerável

porcentagem do orçamento do órgão é focado nessa atividade específica. Nesse cenário, portanto, a CIDH precisa atuar de forma otimizada para adequar seus recursos e suas atividades.

Atores essenciais nesse universo são, sem dúvida, as ONGs no papel de representantes das vítimas, afirmação verificada numericamente: dos 70 casos analisados, em 43 deles ONGs atuaram como peticionárias ou co-peticionárias. Essas organizações, via de regra, possuem recursos limitados, dependendo de doações ou financiamento de projetos específicos que possibilitem o litígio em sistemas internacionais de proteção de direitos humanos. Nesse sentido, as ONGs precisam apurar seu olhar de modo a selecionarem os casos em que irão litigar como forma de, assim como a CIDH, otimizarem o uso dos seus escassos recursos.

A partir dessas informações, pode-se concluir-se que o litígio estratégico é certamente incentivado dentro do SIDH, especialmente por dois fatores: o alto custo de manutenção de um caso e o filtro exercido pela CIDH quando da análise da admissibilidade das petições individuais recebidas. Essa dinâmica impacta necessariamente a forma como os representantes das vítimas organizam suas estratégias e atuam perante o SIDH, tendo em vista que os recursos precisam ser utilizados de forma otimizada para que o litígio estratégico cumpra o objetivo esperado pelas organizações (mudança de um contexto nacional ou regional, por exemplo).

A forma como as ONGs atuam, contudo, depende da sua estrutura e meios de sustentabilidade. Quanto maior, mais estruturada e mais bem financiada, maior será a sua autonomia na escolha do tema, do caso e na elaboração da estratégia de litígio, incluindo a litigância em sistemas internacionais de proteção de direitos humanos. De forma oposta, quanto menor e menos estruturada for a organização, mais vinculada ela estará à sua fonte de recurso ou apoiador, que pode ser, inclusive, uma ONG maior (nacional, regional ou internacional), com agenda e estratégias próprias.

Pelas informações obtidas, grandes organizações como CEJIL, FIDH e APRODEH não trabalham com apenas um tema ou grupo vulnerável específico, fator viabilizado em razão da diversidade de financiadores que aportam recursos aos seus projetos e ações, fazendo com que possuam *certa* autonomia em relação à escolha dos casos que irão assumir e levar ao SIDH. Outras grandes organizações como REDRESS e *Forest Peoples Programme*, que atuam dentro de um determinado tema, não têm a necessidade de fazer essa escolha temática estratégica, mas certamente buscam o caso dentro do seu escopo de trabalho que mais se encaixa aos requisitos que permitem a passagem pelo filtro da CIDH.

Por fim, as ONGs menores, com poucos recursos e/ou *expertise*, são as menos autônomas de todo o cenário, fazendo com que suas agendas sejam influenciadas pelos financiadores e/ou pela ONGs apoiadoras no processo de litígio.

Nesse contexto, há casos de *simbiose* ONG maior/ONG menor em que a pequena organização levou o caso ao SIDH porque a situação descrita estava dentro do seu escopo de trabalho e, talvez, a litigância internacional nem fosse o foco ou objetivo da organização naquele caso. Nessas oportunidades, as ONGs apoiadoras – maiores e mais bem estruturadas – encontraram nos casos uma oportunidade de litígio estratégico bem sucedido.

A Comissão Interamericana, por sua vez, também atua de acordo com interesses próprios ligados à sua estrutura (material e humana), buscando otimizar os recursos disponíveis. Desde que o órgão passou a justificar expressamente os motivos pelos quais envia cada caso à Corte IDH, em 2010, o processo de judicialização tornou-se mais transparente. Contudo, a partir de todos os dados analisados na pesquisa e que comprovam o alto grau de seletividade do órgão em relação às demandas aceitas para análise e, posteriormente, enviadas ao tribunal, resta claro que não basta que um caso preencha os requisitos de admissibilidade previstos na CADH. Ele deve também se enquadrar nos critérios de *impacto*, de *interesse*, *exemplares* dentro do sistema, que podem ser o desenvolvimento da jurisprudência interamericana sobre determinado tema, direito, tipo de violação ou perfil das vítimas, bem como o impacto que o caso irá gerar no âmbito interno do Estado ou na região, considerando uma situação de violação de direitos humanos bastante presente e generalizada ou a introdução de um tema ou perspectiva novas na jurisprudência.

Tendo em vista a capacidade limitada do SIDH, pode-se inferir que quando da análise simultânea de dois casos que preencham os requisitos convencionais de admissibilidade da CADH, se um deles traz tema já recorrente na jurisprudência e o outro introduz novo tema ou abordagem, certamente o segundo será escolhido. Pode-se concluir, que a CIDH ainda carece de total transparência na análise e judicialização dos casos, atuação justificada pela falta de capacidade estrutural da organização em lidar com o sistema de petições individuais de forma distinta na atual conjuntura.

Para atuar com maior efetividade no desempenho do seu papel de promotora e protetora de direitos humanos na região, algumas mudanças são necessárias para que a CIDH consiga alcançar esse objetivo. Nesse sentido, a partir da pesquisa, algumas propostas poderiam ser consideradas pelo órgão para melhorar o cenário:

- a) Adoção de critérios mais transparentes na indicação e escolha dos comissionados pelos Estados, buscando garantir que todos tenham efetivo conhecimento, comprometimento e imparcialidade no desempenho das suas funções. É imprescindível que esse processo de indicações seja público e possibilite a participação da sociedade civil, de forma a garantir que o controle democrático seja também exercido para fora das fronteiras do Estado;
- b) Assegurar a garantia de financiamento adequado aos órgãos do Sistema Interamericano, especialmente no que consiste à porcentagem do orçamento da OEA repassado à CIDH, como forma de fortalecer o órgão internamente;
- c) Aumentar o número de Estados membros que aportam recursos voluntários à CIDH, afastando a demagogia do discurso *pró-fortalecimento* do Sistema Interamericano pelos Estados e buscando sua efetivação na prática;
- d) Elaborar um plano estratégico para o órgão com participação social garantida, buscando focar sua atuação nas principais demandas da sociedade civil como um todo e não apenas nas agendas das principais ONGs de direitos humanos e fundações internacionais;
- e) Incentivar a adesão universal de todos os Estados membros da OEA aos tratados interamericanos de direitos humanos, especialmente a CADH e o Protocolo de San Salvador.

Uma proposta interessante aos Estados seria que atribuíssem às suas Defensorias Públicas o papel de representante oficial das vítimas de violações de direitos humanos no Sistema Interamericano. Tendo em vista ser uma instituição *perene*, estável, com recursos e potencial *expertise* de litigância internacional, parece ser uma boa saída para que esse papel não seja desempenhado majoritariamente pelas ONGs.

A atuação da Defensoria Pública enquanto representante oficial das vítimas seria diversa da atuação das ONGs justamente no que se refere ao objetivo da litigância: não necessariamente a instituição teria a litigância internacional como parte de um conjunto maior de ações inseridas em um contexto de litígio estratégico. O objetivo seria a garantia do acesso à justiça no âmbito internacional, quando o Estado falhar internamente em promover e proteger direitos.

Essa alteração, todavia, exigiria uma mudança na forma de atuação da própria CIDH, que deveria buscar dar respostas a um maior número de casos e isso requereria, sem dúvida, do aumento dos seus recursos e estrutura.

Há, ainda, outra hipótese defendida por especialistas no tema: a extinção da CIDH nos moldes do que ocorreu no Sistema Europeu de Direitos Humanos. Na forma que o SIDH é estruturado e que vem desenvolvendo sua jurisprudência, especialmente em termos de reparações às vítimas, não parece viável que a Comissão Interamericana seja extinta como sua igual europeia. Esses dois sistemas regionais atuam em contextos e sob perspectivas bastante distintas: enquanto o Sistema Europeu permite o acesso direto dos indivíduos à Corte Europeia e esta, via de regra, determina a própria sentença como forma de reparação somada a uma quantia indenizatória a ser paga pelo Estado responsabilizado, o Sistema Interamericano tem desenvolvido formas de reparações muito mais sofisticadas, buscando impactar toda a região a partir de um único caso, transcendendo a vítima do caso concreto.

Nesse cenário de atuação de ONGs e da própria CIDH com limitações de recursos, a atual conjuntura não permite que a atuação seja outra: o litígio estratégico das ONGs e a politização da CIDH são imprescindíveis para o funcionamento do sistema de petições individuais no Sistema Interamericano. Isso não significa, entretanto, que o cenário não deva ser outro para que essas formas de atuação sejam abandonadas e o acesso à justiça seja, de fato, assegurado a todas as vítimas de violações de direitos humanos na região. Contudo, para que isso aconteça, profundas reformas, especialmente estruturais, são necessárias.

REFERÊNCIAS

ABRAMOVICH, Victor. “Das violações em massa aos padrões estruturais: novos enfoques e clássicas tensões no Sistema Interamericano de Direitos Humanos”. in **SUR Revista Internacional de Direitos Humanos**, vol. 6, nº 11, dez 2009.

BUERGENTHAL, Thomas. CASSELL, Douglass. **The future of the Inter-American Human Rights System**. In: MÉNDEZ, Juan; COX, Francisco (eds). **El futuro del Sistema Interamericano de Derechos Humanos**. Instituto Interamericano de Derechos Humanos: Costa Rica, pp. 539-571, 1998.

BUKOVSKÁ, Barbora. “Perpetrando o bem: as consequências não desejadas da defesa dos direitos humanos”. In **SUR - Revista Internacional de Direitos Humanos**, vol. 9, 2008.

CÁCERES, Eduardo. **El rol de las ONG en América Latina: los desafíos de un presente cambiante**. Mesa de Articulación de Plataformas Nacionales y Redes Regionales de América Latina y el Caribe. Novembro, 2014. Disponível em: <<http://accionag.cl/wp-content/uploads/2015/02/Estudio-Rol-de-las-ONG-America-Latina-y-el-Caribe.pdf>>

CANÇADO TRINDADE, Antônio Augusto. **Tratado de direito internacional dos direitos humanos**, vol. III. Porto Alegre: Sergio Antônio Fabris Editor, 2003.

CARDOSO, Evorah Lusci Costa. **Ciclo de vida do litígio estratégico no Sistema Interamericano de Direitos Humanos: dificuldades e oportunidades para atores não estatais**. In: Revista Eletrónica del Instituto de Investigaciones “Ambrosio L. Gioja”. Ano V, Número especial, 2011.

_____. **Litígio estratégico e sistema interamericano de direitos humanos**. Belo Horizonte: Fórum, 2012.

CARVALHO RAMOS, André de. **Curso de direitos humanos**. São Paulo: Saraiva, 2014.

_____. **Direitos humanos em juízo: comentários aos casos contenciosos e consultivos da Corte Interamericana de Direitos Humanos**. São Paulo: Max Limonad, 2001.

_____. **Processo internacional de direitos humanos**. São Paulo: Saraiva, 2014.

CAVALLARO, James L; BREWER, Stephanie Erin. “O papel da litigância para a justiça social no Sistema Interamericano”. In **Sur – Revista Internacional de Direitos Humanos**, vol. 8, 2008.

CHARNOVITZ, Steve. **Nongovernmental organizations and International Law**. In: The American Journal of International Law. Vol. 100, No. 2, Abril 2006, pp. 348-372.

CIDH. **Plan estratégico 2011 – 2015. Parte I. 50 años defendiendo los derechos humanos: resultados y desafíos**, Washington, DC, EUA: CIDH, 2011.

_____. **Regulamento da Comissão Interamericana de Direitos Humanos**, 2000.

_____. **Regulamento da Comissão Interamericana de Direitos Humanos**, 2013..

CONSELHO DA EUROPA. **Convenção Europeia de Direitos Humanos**, 1950.

CONTRERAS, Juan Carlos Gutiérrez (Coord.). **Litígio estratégico em direitos humanos: modelo para armar**. México: Comisión Mexicana de Defensa y Promoción de los Derechos Humanos A.C., 2011. Disponível em: <<http://cmdpdh.org/wp-content/uploads/2013/01/LITIGIO16x21.pdf>>

CORTE IDH. **Caso Castillo Páez vs Peru**. Sentença de 30 de janeiro de 1996, Série C, nº 24.

_____. **Caso Castillo Páez vs Peru**. Sentença de 30 de janeiro de 1996, Série C, nº 24. Voto em apartado Juiz Antônio Augusto Cançado Trindade.

_____. **Caso Castillo Petrucci e outros vs. Peru**. Sentença de 30 de maio de 1999. Serie C, nº 52.

_____. **Caso de las Hermanas Serrano Cruz vs. El Salvador**. Sentença de 01 de março de 2005. Serie C, nº 120.

_____. **Caso López Alvarez vs. Honduras**. Sentença de 01 de fevereiro de 2006. Série C, nº 141. Voto dissidente do juiz Antônio Augusto Cançado Trindade.

_____. **Caso Suárez Rosero vs. Ecuador**. Sentença de 12 de novembro de 1997. Série C, nº. 35.

_____. **Caso Velásquez Rodríguez vs. Honduras**. Sentença de 29 de julho de 1988. Serie C, n. 4, parágrafos 162 e 166.

_____. **Regulamento da Corte Interamericana de Direitos Humanos**, 2000.

_____. **Regulamento da Corte Interamericana de Direitos Humanos**, novembro de 2009.

_____. **Responsabilidade Internacional por Expedição e Aplicação de Leis Violatorias da Convenção (artigos 1 e 2 Convenção Americana de Direitos Humanos)**. Opinião Consultiva nº 14/1994 de 9 de dezembro de 1994. Série A, nº 14.

DULITZKY, Ariel. **The Inter-American Human Rights System fifty years later: time for changes**. Quebec Journal of International Law (Special Edition), 2011. Disponível em: <<http://www.utexas.edu/law/faculty/adulitzky/55-inter-american-human-rights-system-fifty-years-later.pdf>>.

_____. **Too little, too late: the pace of adjudication of the Inter-American Commission on Human Rights**, Loyola of Los Angeles International and Comparative Law Review, 2013. Disponível em: <<http://www.utexas.edu/law/faculty/adulitzky/63-pace-of-adjudication.pdf>>

DULITZKY, Ariel. ZARIFIS, Ismene N. "Facing the challenge: the Inter-American Commission on Human Rights' adoption of new rules of procedure." *In: 21 Nordic Journal of Human Rights*, 2003.

EDWARDS, George E. "Assenting the effectiveness of human rights non-governmental organizations (NGOs) from the birth of the United Nations to the 21st Century: ten attributes of highly successful human rights NGOs". *In: Michigan State Journal of International Law*. Vol. 18, 2010, pp. 167-228.

GARCÍA-SAYÁN, Diego. "Logros y retos interamericanos". *In: Aportes DPLF – Revista de la Fundación para el Debido Proceso*. N° 19, Ano 7, abril de 2014.

GOLDMAN, Robert K. "Historia y acción: el sistema interamericano de derechos humanos y el papel de la Comisión Interamericana de Derechos Humanos en la protección internacional de los derechos humanos." *In: VELASCO, Ana Covarrubias; ORTEGA NIETO, Daniel (Org.). Un reto en el Siglo XXI*. México: Centro de Estudios Internacionales, 2007.

GÓMEZ, Verónica. "Inter-American Commission on Human Rights and the Inter-American Court of Human Rights: new rules and recent cases". *In: Human Rights Law Review*, vol. 1, n. 1, 2001.

GROSSMAN, Claudio. "Reflexiones sobre el Sistema Interamericano de protección y promoción de derechos humanos". *In: La Corte y el Sistema Interamericanos de Derechos Humanos*. Ed. Corte IDH: Costa Rica, 1994.

HAILEY, John. **Models of INGO sustainability: balancing restricted and unrestricted funding**. International NGO Training and Research Centre – INTRAC. Briefing Paper 41, 2004. Disponível em: <<http://www.intrac.org/data/files/resources/827/NGO-SUSTAINABILITY-Hailey-INTRAC-Briefing-Paper-41-2014.pdf>>

HODSON, Loveday. "Estados de impunidade: o papel das ONG na denúncia das violações graves e sistemáticas de direitos humanos da Convenção Europeia de Direitos Humanos". *In: SANTOS, Cecília MacDowell dos (Org.). A mobilização transnacional do direito: Portugal e o Tribunal Europeu dos Direitos Humanos*. Coimbra: Almedina, 2012.

HUMAN RIGHTS CLINIC, University of Texas School of Law. **Maximizing justice, minimizing delay: streamlining procedures of the Inter-American Commission on Human Rights**, 2011. Disponível em: <<http://www.utexas.edu/law/clinics/humanrights/work/Maximizing Justice Minimizing Delay at the IACHR.pdf>>.

LAFER, Celso. **A declaração universal dos direitos humanos – sua relevância ara a afirmação da tolerância e do pluralismo**. *In: MARCILIO, Maria Luiza (Org.). A declaração universal dos direitos humanos – sessenta anos*. São Paulo: Edusp, 2008.

LEDESMA, Héctor Faúndez. **El Sistema Interamericano de Protección de los Derechos Humanos: aspectos institucionales e procesales**. IIDH: São José, 1999.

LEWIS, David. **Nongovernmental organizations, definition and history**. Heidelberg: Springer-Verlag, 2009. Disponível em: <http://citeseerx.ist.psu.edu/viewdoc/download?doi=10.1.1.546.7849&rep=rep1&type=pdf>
>

MAYER, Lloyd Hitoshi. **NGO Standing and influence in regional Human Rights Courts and Commissions**. Brooklyn Journal of International Law, Vol. 36, pp 911-946, 2011.

OEA. **Convenção Americana de Direitos Humanos**, 1969.

ONU. **Carta de São Francisco**, 1945

PALACIOS, David Lovatón. “Reforma de la CIDH: la reforma eterna?”. In: **Aportes DPLF – Revista de la Fundación para el Debido Proceso**. N. 19, Ano 7, abril de 2014.

PETRAS, James. Imperialism and NGOs in Latin America. In: **Monthly Review**, Vol. 49, nº 7, 1997.

PIOVESAN, Flávia. **Direitos humanos e o direito constitucional internacional**. São Paulo: Saraiva, 2009.

ROCHA, Helena de Souza. **Litígio estratégico no Sistema Interamericano de Direitos Humanos: IX CADH – Curso Anual de Direitos Humanos**, 18-23 de setembro de 2015. Notas de aula. Mimeografado.

RODRÍGUEZ-PINZÓN, Diego. **La Comisión Interamericana de Derechos Humanos**. In: CORAO, Carlos Ayala; MARTÍN, Claudia; RODRÍGUEZ-PINZÓN, Diego. Manual sobre derecho internacional de los derechos humanos: teoría y práctica. Venezuela: Ed. Universad Católica Andrés Bello, 2011.

SANTOS, Cecília MacDowell. “A mobilização transnacional do direito e a reconstrução dos direitos humanos”. In: SANTOS, Cecília MacDowell dos (Org.). **A mobilização transnacional do direito: Portugal e o Tribunal Europeu dos Direitos Humanos**. Coimbra: Almedina, 2012.

_____. (Org.). **A mobilização transnacional do direito: Portugal e o Tribunal Europeu dos Direitos Humanos**. Coimbra: Almedina, 2012.

_____. “Ativismo jurídico transnacional e o Estado: reflexões sobre os casos apresentados contra o Brasil na Comissão Interamericana de Direitos Humanos” in **SUR Revista Internacional de Direitos Humanos**, vol. 7, 2007.

SANTOS, Cecília MacDowell; LIMA, Teresa Maneca. “Portugal e o TEDH: um retrato da litigação transnacional”. In: SANTOS, Cecília MacDowell (Org.). **A mobilização transnacional do direito: Portugal e o Tribunal Europeu dos Direitos Humanos**. Coimbra: Almedina, 2012.

SHELTON, Dinah. “The rules and the reality of petition procedures in the Inter-American Human Rights System”. In: **The future of the Inter-American Human Rights System**.

Working paper nº 2, maio de 2014. Disponível em: <<http://humanrights.nd.edu/assets/134027/sheltonia.pdf>>

SHERER-WARREN, Ilse. **Organizações não-governamentais na América Latina: seu papel na construção civil**. Trabalho apresentado na Conferência Inaugural da International Society for Third-Sector Reserach, Hungria, jul 1994.

SIKKINK, Kathryn; KECK, Margareth. **Activists beyond borders: advocacy networks international politics**. Cornell University Press, edição 1, 1998.

VIVANCO, José M. **Las organizaciones no gubernamentales de derechos humanos**. São José: IIDH. Disponível em: <<http://www.corteidh.or.cr/tablas/a12054.pdf>>

WOUTERS, Jan; ROSSI, Ingrid. **Human rights NGOs: role, structure and legal status**. Institute for International Law, Working paper nº 14, novembro de 2001.

APÊNDICE I – Lista de casos utilizados e onde encontrar as cartas de submissão e relatórios de mérito

Caso 12.661 - *José y Luis Uzcátegui y otros* contra Venezuela

Carta de submissão e relatório de mérito:

<http://www.cidh.org/demandas/12.661esp.pdf>

Caso 12.703 - *Raúl José Díaz Peña* contra Venezuela

Carta de submissão e relatório de mérito:

<http://www.cidh.org/demandas/12.703esp.pdf>

Caso 12.584 - *Milagros Fornerón y Leonardo Aníbal Fornerón* contra Argentina

Carta de submissão e relatório de mérito:

<http://www.cidh.org/demandas/12.584Esp.pdf>

Caso 12.649 – *Comunidad de Rio Negro del Pueblo Indígena Maya y sus miembros* contra Guatemala

Carta de submissão e relatório de mérito:

<http://www.cidh.org/demandas/12.649Esp.pdf>

Caso 12.524 - *Jorge Fontevecchia y Héctor D'Amico* contra Argentina

Carta de submissão e relatório de mérito:

<http://www.cidh.org/demandas/12.524Esp.pdf>

Caso 12.343 - *Edgar Fernando García y otros* contra Guatemala

Carta de submissão e relatório de mérito:

<http://www.cidh.oas.org/demandas/12.343esp.pdf>

Caso 12.688 - *Nadege Dorzama y Otros, Masacre de Guayubín* contra República Dominicana

Carta de submissão e relatório de mérito:

<http://www.cidh.oas.org/demandas/12.688Esp.pdf>

Caso 12.590 - *José Miguel Gudiel Álvarez y otros - Diario Militar* contra Guatemala

Carta de submissão e relatório de mérito:

<http://www.cidh.oas.org/demandas/12.590Esp.pdf>

Caso 12.605 - *Joe Luis Castillo González y otros* contra Venezuela

Carta de submissão e relatório de mérito:

<http://www.cidh.oas.org/demandas/12.605Esp.pdf>

Caso 12.004 - *Marco Bienvenido Palma Mendoza y otros* contra Equador

Carta de submissão e relatório de mérito:

<http://www.cidh.oas.org/demandas/12.004Esp.pdf>

Caso 12.658 - *Luis Gonzalo "Richard" Vélez Restrepo y familia* contra Colômbia

Carta de submissão e relatório de mérito:

<http://www.cidh.oas.org/demandas/12.658Esp.pdf>

Caso 10.720 - Masacres de El Mozote y lugares aledaños contra El Salvador

Carta de submissão e relatório de mérito:

<http://www.cidh.oas.org/demandas/12.658Esp.pdf>**Caso 12.680 - Rafael Arturo Pacheco Teruel y otros; Muertes por incendio en el Centro Penal de San Pedro Sula contra Honduras**

Carta de submissão e relatório de mérito:

<http://www.cidh.oas.org/demandas/12.680Esp.pdf>**Caso 12.539 - Sebastián Claus Furlán y familia contra Argentina**

Carta de submissão e relatório de mérito:

<http://www.cidh.oas.org/demandas/12.539Esp.pdf>**Caso 11.618 - Oscar Alberto Mohamed contra Argentina**

Carta de submissão e relatório de mérito:

<http://www.cidh.oas.org/demandas/11.618Esp.pdf>**Caso 12.651 - César Alberto Mendoza y otros - Prisión y reclusión perpetuas a adolescentes contra Argentina**

Carta de submissão e relatório de mérito:

<https://www.oas.org/es/cidh/decisiones/corte/12.651NdeResp.pdf>**Caso 12.416 - Masacre de Santo Domingo contra Colômbia**

Carta de submissão e relatório de mérito:

<http://www.cidh.oas.org/demandas/12.416ESP.pdf>**Caso 12.573 - Marino López y Otros - Operación Génesis contra Colômbia**

Carta de submissão e relatório de mérito:

<https://www.oas.org/es/cidh/decisiones/corte/12.573NdeREsp.pdf>**Caso 12.361 - Gretel Artavia Murillo y otros - "Fecundación in Vitro" contra Costa Rica**

Carta de submissão e relatório de mérito:

<http://www.cidh.oas.org/demandas/12.361Esp.pdf>**Caso 12.600 - Hugo Quintana Coello y otros - Corte Suprema de Justicia contra Ecuador**

Carta de submissão e relatório de mérito:

<http://www.cidh.oas.org/demandas/12.600Esp.pdf>**Caso 12.576 - Norín Catriman y otros (Lonkos, dirigentes y activistas del pueblo indígena Mapuche) contra Chile**

Carta de submissão:

<https://www.oas.org/es/cidh/decisiones/corte/12.576NdeResp.pdf>

Relatório de mérito:

<https://www.oas.org/es/cidh/decisiones/corte/12.576FondoEsp.pdf>**Caso 12.221 - Jorge Omar Gutiérrez y familia contra Argentina**

Carta de submissão:

<https://www.oas.org/es/cidh/decisiones/corte/12.221NdeRESP.pdf>

Relatório de mérito:

<https://www.oas.org/es/cidh/decisiones/corte/12.221FondoESP.pdf>

Caso 12.519 - *García Lucero y otros contra Chile*

Carta de submissão:

<http://www.cidh.oas.org/demandas/12.519Esp.pdf>

Relatório de mérito:

<http://www.cidh.oas.org/demandas/12.519Esp.pdf>

Caso 12.472 - *Carlos Antonio Luna López contra Honduras*

Carta de submissão:

<https://www.oas.org/es/cidh/decisiones/corte/NdeR12.472esp.pdf>

Relatório de mérito:

<https://www.oas.org/es/cidh/decisiones/corte/HOfo12472esp.pdf>

Caso 12.597 - *Miguel Camba Campos y otros - Vocales del Tribunal Constitucional contra Ecuador*

Carta de submissão:

<http://www.cidh.oas.org/demandas/12.597Esp.pdf>

Relatório de mérito:

<http://www.cidh.oas.org/demandas/12.597Esp.pdf>

Caso 12.653 - *Carlos y Pablo Mémoli contra Argentina*

Carta de submissão:

<https://www.oas.org/es/cidh/decisiones/corte/12.653NdeResp.pdf>

Relatório de mérito:

<https://www.oas.org/es/cidh/decisiones/corte/12.653Fondoesp.pdf>

Caso 11.157 - *Gladys Carol Espinoza Gonzáles contra Peru*

Carta de submissão:

<https://www.oas.org/es/cidh/decisiones/corte/11.157NdeResp.pdf>

Relatório de mérito:

<https://www.oas.org/es/cidh/decisiones/corte/11.157Fondoesp.pdf>

Caso 12.444 - *Eduardo Nicolás Cruz Sánchez y otros (Operación Chavín de Huántar) contra Peru*

Carta de submissão:

<https://www.oas.org/es/cidh/decisiones/corte/NdeR12.444ESP.pdf>

Relatório de mérito:

<https://www.oas.org/es/cidh/decisiones/corte/PEFO12.444ESP.pdf>

Caso 11.769 – *J contra Peru*

Carta de submissão:

<https://www.oas.org/es/cidh/decisiones/corte/11769NdeREs.pdf>

Relatório de mérito:

<https://www.oas.org/es/cidh/decisiones/corte/11769FondoEs.pdf>

Caso 12.608 - *Liakat Ali Alibux contra Suriname*

Carta de submissão:

<https://www.oas.org/es/cidh/decisiones/corte/12.608NdeREsp.pdf>

Relatório de mérito:

<https://www.oas.org/es/cidh/decisiones/corte/12.608VotoPDEsp.pdf>

Caso 12.683 - *Melba del Carmen Suárez Peralta* contra Ecuador

Carta de submissão:

<https://www.oas.org/es/cidh/decisiones/corte/12.683NResp.pdf>

Relatório de mérito:

<https://www.oas.org/es/cidh/decisiones/corte/12.683Fondoesp.pdf.pdf>

Caso 10.738 - *Rodríguez Vera y otros (Palacio de Justicia)* contra Colômbia

Carta de submissão:

<https://www.oas.org/es/cidh/decisiones/corte/10.738NdeRESP.pdf>

Relatório de mérito:

<https://www.oas.org/es/cidh/decisiones/corte/10.738FondoESP.pdf>

Caso 12.474 - *Familia Pacheco Tineo* contra Bolívia

Carta de submissão:

<https://www.oas.org/es/cidh/decisiones/corte/12.474NeResp.pdf>

Relatório de mérito:

<https://www.oas.org/es/cidh/decisiones/corte/12.474Fondoesp.pdf>

Caso 12.724 - *Allan R. Brewer Carías* contra Venezuela

Carta de submissão:

<https://www.oas.org/es/cidh/decisiones/corte/12.724NdeREsp.pdf>

Relatório de mérito:

<https://www.oas.org/es/cidh/decisiones/corte/12.724FondoEsp.pdf>

Caso 12.578 - *María Isabel Véliz Franco y otros* contra Guatemala

Carta de submissão:

<https://www.oas.org/es/cidh/decisiones/corte/12.578NdeRESP.pdf>

Relatório de mérito:

<https://www.oas.org/es/cidh/decisiones/corte/12.578FondoESP.pdf>

Caso 12.167 - *Hugo Oscar Arguelles y otros* contra Argentina

Carta de submissão:

<https://www.oas.org/es/cidh/decisiones/corte/12167NdeRes.pdf>

Relatório de mérito:

<https://www.oas.org/es/cidh/decisiones/corte/12167FondoEs.pdf>

Caso 11.845 - *Jeremías Osorio Rivera y otros* contra Peru

Carta de submissão:

<https://www.oas.org/es/cidh/decisiones/corte/11.845NdeREsp.pdf>

Relatório de mérito:

<https://www.oas.org/es/cidh/decisiones/corte/11.845FondoEsp.pdf>

Caso 12.271 - *Benito Tide Méndez y otros* contra República Dominicana

Carta de submissão:

<https://www.oas.org/es/cidh/decisiones/corte/12.271NdeREsp.pdf>

Relatório de mérito:

<https://www.oas.org/es/cidh/decisiones/corte/12.271Fondo.pdf>

Caso 12.606 - *Hermanos Landaeta Mejías y otros* contra Venezuela

Carta de submissão:

<https://www.oas.org/es/cidh/decisiones/corte/12.606NdeResp.pdf>

Relatório de mérito:

<https://www.oas.org/es/cidh/decisiones/corte/12.606Fondoesp.pdf>

Caso 12.775 - *Florentín Gudiel Ramos, Makrina Gudiel Álvarez y otros* contra Guatemala

Carta de submissão:

<https://www.oas.org/es/cidh/decisiones/corte/12775NdeREs.pdf>

Relatório de mérito:

<https://www.oas.org/es/cidh/decisiones/corte/12775FondoEs.pdf>

Caso 12.548 - *Comunidad Garífuna Triunfo de la Cruz y sus miembros* contra Honduras

Carta de submissão:

<https://www.oas.org/es/cidh/decisiones/corte/12775FondoEs.pdf>

Relatório de mérito:

<https://www.oas.org/es/cidh/decisiones/corte/12.548FondoEsp.pdf>

Caso 12.354 - *Pueblos Indígenas Kuna de Madungandí y Emberá de Bayano y sus miembros* contra Panamá

Carta de submissão:

<https://www.oas.org/es/cidh/decisiones/corte/12.354NdeResp.pdf>

Relatório de mérito:

<https://www.oas.org/es/cidh/decisiones/corte/12.354FondoEsp.pdf>

Caso 12.828 - *Marcel Granier y otros* – RCTV contra Venezuela

Carta de submissão:

<https://www.oas.org/es/cidh/decisiones/corte/12.828NdeResp.pdf>

Relatório de mérito:

<https://www.oas.org/es/cidh/decisiones/corte/12.828Fondoesp.pdf>

Caso 12.288 - *García Cruz y Sánchez Silvestre* contra México

Carta de submissão:

<https://www.oas.org/es/cidh/decisiones/corte/12.288NdeResp.pdf>

Relatório de mérito:

<https://www.oas.org/es/cidh/decisiones/corte/12.288FondoEsp.pdf>

Caso 12.577 - *Rochac y otros* contra El Salvador

Carta de submissão:

<https://www.oas.org/es/cidh/decisiones/corte/12.577NdeResp.pdf>

Relatório de mérito:

<https://www.oas.org/es/cidh/decisiones/corte/12.577FondoEsp.pdf>

Caso 11.581 - *Zulema Tarazona Arrieta y otros* contra Peru

Carta de submissão:

<https://www.oas.org/es/cidh/decisiones/corte/11581NdeREs.pdf>

Relatório de mérito:

<https://www.oas.org/es/cidh/decisiones/corte/11581FondoEs.pdf>

Caso 10.932 - Comunidad Campesina de Santa Bárbara contra Peru

Carta de submissão:

<https://www.oas.org/es/cidh/decisiones/corte/10932-nota-remision-ES.pdf>

Relatório de mérito:

<https://www.oas.org/es/cidh/decisiones/corte/10932Admisibilidad-Fondo-ES.pdf>

Caso 12.761 - Comunidad Garífuna Punta Piedra y sus miembros contra Honduras;

Carta de submissão:

<https://www.oas.org/es/cidh/decisiones/corte/12761NdeREs.pdf>

Relatório de mérito:

<https://www.oas.org/es/cidh/decisiones/corte/12761FondoEs.pdf>

Caso 12.794 - Wong Ho Wing contra Peru

Carta de submissão:

<https://www.oas.org/es/cidh/decisiones/corte/12794NdeREs.pdf>

Relatório de mérito:

<https://www.oas.org/es/cidh/decisiones/corte/12794FondoEs.pdf>

Caso 11.576 - José Luis García Ibarra contra Ecuador

Carta de submissão:

<https://www.oas.org/es/cidh/decisiones/corte/11576-NdeREs.pdf>

Relatório de mérito:

<https://www.oas.org/es/cidh/decisiones/corte/11576-FondoEs.pdf>

Caso 12.214 - Canales Huapaya y otros contra Peru

Carta de submissão:

<https://www.oas.org/es/cidh/decisiones/corte/12214NdeREs.pdf>

Relatório de mérito:

<https://www.oas.org/es/cidh/decisiones/corte/12214FondoEs.pdf>

Caso 11.568 - Luis Antonio Galindo Cárdenas y familiares contra Peru

Carta de submissão:

<https://www.oas.org/es/cidh/decisiones/corte/11568NdeRes.pdf>

Relatório de mérito:

<https://www.oas.org/es/cidh/decisiones/corte/11568FondoEs.pdf>

Caso 12.639 - Pueblos Kaliña y Lokono contra Suriname

Carta de submissão:

<https://www.oas.org/es/cidh/decisiones/corte/12639NdeRes.pdf>

Relatório de mérito:

<https://www.oas.org/es/cidh/decisiones/corte/12639FondoEs.pdf>

Caso 12.679 - José Agapito Ruano Torres y familia contra El Salvador

Carta de submissão:

<https://www.oas.org/es/cidh/decisiones/corte/12679NdeRes.pdf>

Relatório de mérito:

<https://www.oas.org/es/cidh/decisiones/corte/12679FondoEs.pdf>

Caso 12.723 - TGGL y familia contra Ecuador

Carta de submissão:

<https://www.oas.org/es/cidh/decisiones/corte/12723NdeRes.pdf>

Relatório de mérito:

<https://www.oas.org/es/cidh/decisiones/corte/12723NdeRes.pdf>

Caso 12.777 - Claudina Isabel Velásquez Paiz contra Guatemala

Carta de submissão:

<https://www.oas.org/es/cidh/decisiones/corte/12777NdeREs.pdf>

Relatório de mérito:

<https://www.oas.org/es/cidh/decisiones/corte/12777FondoEs.pdf>

Caso 12.816 - Adán Guillermo López Lone y otros contra Honduras

Carta de submissão:

<https://www.oas.org/es/cidh/decisiones/corte/12816NdeRes.pdf>

Relatório de mérito:

<https://www.oas.org/es/cidh/decisiones/corte/12816FondoEs.pdf>

Caso 12.500 - Omar Humberto Maldonado y otros contra Chile

Carta de submissão:

<https://www.oas.org/es/cidh/decisiones/corte/12500NdeREs.pdf>

Relatório de mérito: *não disponibilizado*

Caso 12.595, 12.596, 12.621 - Ana Teresa Yarce y otras contra Colômbia

Carta de submissão:

<https://www.oas.org/es/cidh/decisiones/corte/12500NdeREs.pdf>

Relatório de mérito:

<https://www.oas.org/es/cidh/decisiones/corte/12595FondoEs.pdf>

Caso 12.482 - Valdemir Quispealaya Vilcapoma contra Peru

Carta de submissão:

<https://www.oas.org/es/cidh/decisiones/corte/12482NdeREs.pdf>

Relatório de mérito:

<https://www.oas.org/es/cidh/decisiones/corte/12482FondoEs.pdf>

Caso 12.788 - Miembros de la Aldea de Chichupac y Comunidades Vecinas del Municipio de Rabinal contra Guatemala

Carta de submissão:

<https://www.oas.org/es/cidh/decisiones/corte/12788NdeREs.pdf>

Relatório de mérito:

<https://www.oas.org/es/cidh/decisiones/corte/12788FondoEs.pdf>

Caso 12.739 - María Inés Chinchilla Sandoval y otros contra Guatemala

Carta de submissão:

<https://www.oas.org/es/cidh/decisiones/corte/12739NdeREs.pdf>

Relatório de mérito:

<https://www.oas.org/es/cidh/decisiones/corte/12739FondoEs.pdf>

Caso 12.700 - Agustín Bladimiro Zegarra Marín contra Peru

Carta de submissão:

<https://www.oas.org/es/cidh/decisiones/corte/12700NdeREs.pdf>

Relatório de mérito:

<https://www.oas.org/es/cidh/decisiones/corte/12700FondoEs.pdf>

Caso 12.745 - *Rigoberto Tenorio Roca y otros* contra Peru

Carta de submissão:

<https://www.oas.org/es/cidh/decisiones/corte/12745NdeREs.pdf>

Relatório de mérito:

<https://www.oas.org/es/cidh/decisiones/corte/12745FondoEs.pdf>

Caso 12.841 - *Ángel Alberto Duque* contra Colômbia

Carta de submissão:

<https://www.oas.org/es/cidh/decisiones/corte/12841NdeREs.pdf>

Relatório de mérito:

<https://www.oas.org/es/cidh/decisiones/corte/12841NdeREs.pdf>

Caso 11.438 - *Herrera Espinoza y otros* contra Equador

Carta de submissão:

<https://www.oas.org/es/cidh/decisiones/corte/11438NdeREs.pdf>

Relatório de mérito:

<https://www.oas.org/es/cidh/decisiones/corte/11438FondoEs.pdf>

Caso 12.820 - *Manfred Amhrein y otros* contra Costa Rica

Carta de submissão:

<https://www.oas.org/es/cidh/decisiones/corte/11438FondoEs.pdf>

Relatório de mérito:

<https://www.oas.org/es/cidh/decisiones/corte/12820FondoEs.pdf>

Caso 12.453 - *Olga Yolanda Maldonado Ordóñez* contra Guatemala

Carta de submissão:

<https://www.oas.org/es/cidh/decisiones/corte/12453NdeREs.pdf>

Relatório de mérito:

<https://www.oas.org/es/cidh/decisiones/corte/12453FondoEs.pdf>

Caso 12.743 - *Homero Flor Freire* contra Equador

Carta de submissão:

<https://www.oas.org/es/cidh/decisiones/corte/12743NdeREs.pdf>

Relatório de mérito:

<https://www.oas.org/es/cidh/decisiones/corte/12743FondoEs.pdf>

Caso 12.251 - *Vereda la Esperanza* contra Colômbia

Carta de submissão:

<https://www.oas.org/es/cidh/decisiones/corte/12251NdeREs.pdf>

Relatório de mérito:

<https://www.oas.org/es/cidh/decisiones/corte/12251FondoEs.pdf>

APÊNDICE III – Petições recebidas, abertas e não abertas pela CIDH (2012-2014)

Ano	Petições	Argentina	Barbados	Bolívia	Brasil	Chile	Colômbia	Costa Rica	Equador	El Salvador	Guatemala	Haiti	Honduras	México	Nicarágua	Panamá	Paraguai	Peru	Rep. Dominicana	Suriname	Trinidad e Tobago	Uruguai	Venezuela	TOTAL
2012	Petições recebidas	177	2	16	96	220	386	40	80	15	41	3	33	431	12	23	12	199	16	1	0	18	24	1845
	Petições abertas	22	0	2	6	10	23	13	6	3	0	0	2	14	0	1	0	22	1	0	0	1	1	127
	Petições não abertas	89	1	2	24	40	99	23	23	4	8	0	12	135	3	3	6	132	7	0	0	1	1	613
	Não analisadas	66	1	12	66	170	264	4	51	8	33	3	19	282	9	19	6	45	8	1	0	16	22	1105
2013	Petições recebidas	191	0	16	88	102	328	48	97	12	49	14	23	660	13	13	6	201	12	2	0	14	38	1927
	Petições abertas	9	0	4	6	15	25	4	4	3	6	1	5	10	1	0	0	16	1	0	0	0	2	112
	Petições não abertas	59	0	3	29	43	122	18	15	5	17	1	7	128	2	5	7	90	9	0	0	6	16	582
	Não analisadas	123	0	9	53	44	181	26	78	4	26	12	11	522	10	8	-1	95	2	2	0	8	20	1233
2014	Petições recebidas	124	3	12	92	71	396	32	93	8	38	6	24	500	18	29	13	165	14	4	3	14	14	1673
	Petições abertas	34	0	2	11	32	90	4	9	2	8	2	3	13	1	1	3	32	4	0	2	2	12	267
	Petições não abertas	123	2	9	48	95	196	45	44	7	13	1	18	151	6	18	6	186	2	1	1	5	22	999
	Não analisadas	-33	1	1	33	-56	110	-17	40	-1	17	3	3	336	11	10	4	-53	8	3	0	7	-20	407
TOTAL	Petições recebidas	492	5	44	276	393	1110	120	270	35	128	23	80	1591	43	65	31	565	42	7	3	46	76	5445
	Petições abertas	65	0	8	23	57	138	21	19	8	14	3	10	37	2	2	3	70	6	0	2	3	15	506
	Petições não abertas	271	3	14	101	178	417	86	82	16	38	2	37	414	11	26	19	408	18	1	1	12	39	2194
	Não analisadas	156	2	22	152	158	555	13	169	11	76	18	33	1140	30	37	9	87	18	6	0	31	22	2745
	Petições recebidas	100%	100%	100%	100%	100%	100%	100%	100%	100%	100%	100%	100%	100%	100%	100%	100%	100%	100%	100%	100%	100%	100%	100%
	Petições abertas	13,2%	0,0%	18,2%	8,3%	14,5%	12,4%	17,5%	7,0%	22,9%	10,9%	13,0%	12,5%	2,3%	4,7%	3,1%	9,7%	12,4%	14,3%	0,0%	66,7%	6,5%	19,7%	9,3%
	Petições não abertas	55,1%	60,0%	31,8%	36,6%	45,3%	37,6%	71,7%	30,4%	45,7%	29,7%	8,7%	46,3%	26,0%	25,6%	40,0%	61,3%	72,2%	42,9%	14,3%	33,3%	26,1%	51,3%	40,3%
	Não analisadas	31,7%	40,0%	50,0%	55,1%	40,2%	50,0%	10,8%	62,6%	31,4%	59,4%	78,3%	41,3%	71,7%	69,8%	56,9%	29,0%	15,4%	42,9%	85,7%	0,0%	67,4%	28,9%	50,4%

Fonte: <http://www.oas.org/es/cidh/multimedia/estadisticas/estadisticas.html>

APÊNDICE IV – Lista de casos, temas, resumos e ONGs representantes

Caso 12.661 - *José y Luis Uzcátegui y otros contra Venezuela*

- Temas: Execução extrajudicial.
- Resumo: Vítima e familiares sendo ameaçados por buscarem justiça em relação à execução de seu irmão. Caso representa contexto geral de execuções extrajudiciais na Venezuela. Situação inserida em Relatório Anual da CIDH e em relatórios especiais para a Venezuela.
- ONG(s) representante(s):
 - CEJIL – Centro pela Justiça e Direito Internacional: proteção de direitos humanos nas Américas por meio do litígio no SIDH (www.cejil.org).
 - COFAVIC – Comité de Familiares de Víctimas de los Sucesos de Febrero y Marzo de 1989: proteção de direitos humanos na Venezuela por meio de litígio no SIDH (www.cofavic.org).

Caso 12.703 - *Raúl José Díaz Peña contra Venezuela*

- Temas: Devido processo legal; Imparcialidade do Poder Judiciário.
- Resumo: Problemas com o sistema judicial venezuelano, envolvendo violações ao devido processo, independência e imparcialidade do Poder Judiciário e do Ministério Público. Situação inserida em relatórios anuais da CIDH e em Relatórios Especiais para a Venezuela (2003 e 2009).
- ONGs representantes:
 - Venezuela Awareness Foundation: promoção e proteção de direitos humanos e fortalecimento da democracia na Venezuela (www.venezuelaawareness.com).

Caso 12.584 - *Milagros Fornerón y Leonardo Aníbal Fornerón contra Argentina*

- Temas: Criança e adolescente; Família.
- Resumo: Necessidade do Estado alterar seu ordenamento jurídico em matéria de venda de crianças. Proteção da família e superior interesse da criança.
- ONG(s) representante(s):
 - CESPPEDH – Centro de Estudios Sociales y Políticos para el Desarrollo Humano: promoção e proteção de direitos humanos de forma estratégica, tendo como um de seus públicos alvo crianças e adolescentes (www.cesppedh.blogspot.com.br).

Caso 12.649 – *Comunidad de Rio Negro del Pueblo Indígena Maya y sus miembros contra Guatemala*

- Temas: Povos indígenas; Genocídio; Discriminação; Detenção ilegal e/ou arbitrária; Violência sexual; Tortura; Deslocamento forçado; Execução extrajudicial; Criança e adolescente; Trabalho escravo.
- Resumo: Massacre cometido por agentes do Estado. Identificação de genocídio do povo maia. Contexto de discriminação e racismo. Detenção arbitrária, estupro, tortura, deslocamentos forçados, execução extrajudicial e ocultação de cadáveres. Crianças sobreviventes escravizadas. Situação inserida em Relatórios Especiais para a Guatemala (1983, 1985, 1993 e 2001).
- ONG(s) representante(s):
 - ADIVIMA – Asociación para el Desarrollo Integral de las Víctimas de la

Violência en las Verapaces: garantia de acesso à justiça à familiares e sobreviventes do genocídio maia na Guatemala, incluindo litígio no SIDH (www.sitio.ativima.org.gt).

Caso 12.524 - Jorge Fontevecchia y Héctor D'Amico contra Argentina

- Temas: Liberdade de expressão; Intimidade/vida privada.
- Resumo: Violação ao direito de liberdade de expressão de jornalista (diretor e editor de revista). Condenação civil como responsabilização ulterior por publicações feitas em 2005 em sua revista sobre a vida pessoal do presidente. Direito à intimidade e à vida privada. Restrição desproporcionada ao direito de liberdade de expressão.
- ONG(s) representante(s):
 - CELS – Centro de Estudios Legales y Sociales: litígio estratégico para combate à violações estruturais de direitos humanos nos âmbitos nacionais e internacionais (www.cels.org.ar).

Caso 12.343 - Edgar Fernando García y otros contra Guatemala

- Temas: Desaparecimento forçado; Impunidade; Falta de diligência interna; Falta de reparação; Ditadura.
- Resumo: Desaparecimento forçado de sindicalista/dirigente estudantil. Duas pessoas condenadas a 40 anos de prisão. Não foram punidos todos os autores materiais e intelectuais da violação. Falta de diligência do Estado para encontrar o corpo. Família da vítima não reparada. Existência de documento chamado “Diário Militar” contendo todas as informações de violações cometidas no período.
- ONG(s) representante(s):
 - GAM – Grupo de Apoyo Mutuo: litígio estratégico nos âmbitos interno e internacional para temas ligados ao desaparecimento e execução forçadas de pessoas na Guatemala (www.worldcoalition.org/es/Grupo-de-Apoyo-Mutuo).

Caso 12.688 - Nadege Dorzama y Otros, Masacre de Guayubín contra República Dominicana

- Temas: Imigrante; Impunidade.
- Resumo: Uso excessivo da força contra imigrantes haitianos, resultando na morte de sete pessoas e ferimento de muitas outras. Militares responsáveis pelas violações absolvidos pela Justiça Militar. Contexto de discriminação e deportação de imigrantes haitianos. Situação inserida em Relatório Especial para a República Dominicana (1999).
- ONG(s) representante(s):
 - Centro Cultural Dominicano Haitiano: promoção e proteção de direitos humanos de haitianos na República Dominicana.
 - GARR – Grupo de Apoyo a los Repatriados y Refugiados: rede de organizações que trabalham com temas relacionados à migrantes e refugiados (www.garr-haiti.org).

Caso 12.590 - José Miguel Gudiel Álvarez y otros - Diario Militar contra Guatemala

- Temas: Desaparecimento forçado; Detenção ilegal e/ou arbitrária; Tortura; Criança e adolescente; Falta de diligência interna; Impunidade; Ditadura.
- Resumo: Desaparecimento forçado de 26 pessoas, execução extrajudicial de uma pessoa e detenção e tortura de uma criança. Falta de investigação e punição dos

responsáveis. Existência de documento chamado “Diário Militar” contendo todas as informações de violações cometidas no período.

- ONG(s) representante(s):
 - Fundação Myrna Mack: promoção da justiça, democracia e paz na Guatemala por meio da utilização dos sistemas de jurisdição interna e internacional (www.myrnamack.org.gt).

Caso 12.605 - *Joe Luis Castillo González y otros contra Venezuela*

- Temas: Defensor(a) de direitos humanos; Execução extrajudicial; Falta de diligência interna; Impunidade; Irregularidade processual
- Resumo: Defensor de direitos humanos executado e família ferida por pessoas não identificadas. Falta de investigação efetiva do Estado. Processo com diversas irregularidades e arquivado. Indícios de participação e/ou conivência de agentes estatais. Efeito amedrontador aos defensores de direitos humanos.
- ONG(s) representante(s):
 - Vicaría Episcopal de Derechos Humanos de Caracas: promoção e proteção de direitos humanos por meio da aplicação de instrumentos nacionais e internacionais (www.venescopio.org.ve/sin-categoria/vicaria-de-derechos-humanos-de-la-arquidiocesis-de-caracas).
 - CEJIL – Centro pela Justiça e Direito Internacional: proteção de direitos humanos nas Américas por meio do litígio no SIDH (www.cejil.org).

Caso 12.004 - *Marco Bienvenido Palma Mendoza y otros contra Equador*

- Temas: Acesso à justiça; Falta de diligência interna.
- Resumo: Impossibilidade real de interposição de recursos rápidos e efetivos para alcançar a pretensão judicial requerida. Recurso de *habeas corpus* impetrado por familiares da vítima foram ineficazes para encontrar a vítima. Falta de investigação.
- ONG(s) representante(s):
 - CEDHU – Comisión Ecuemenica de Derechos Humanos: promoção da justiça social com base no respeito aos direitos humanos e combate à impunidade (www.cedhu.org).

Caso 12.658 - *Luis Gonzalo "Richard" Vélez Restrepo y familia contra Colômbia*

- Temas: Liberdade de expressão; Exílio.
- Resumo: Jornalista agredido por agentes do Exército por estar filmando violência estatal durante manifestações. Existência de ameaças de morte contra a vítima e sua família que aumentaram após o início de um processo judicial contra seus agressores. Tentativa de sequestro. Vítima exilada da Colômbia sem poder exercer sua profissão. Violação da liberdade de expressão.
- *Não representando por ONG.*

Caso 10.720 - *Masacres de El Mozote y lugares aledaños contra El Salvador*

- Temas: Massacre; Crime contra a humanidade.
- Resumo: Massacres realizados no marco de uma operação militar. Ataques indiscriminados contra população da aldeia El Mozote. Aproximadamente mil pessoas foram mortas. Responsáveis não foram punidos. Crime contra a humanidade.
- ONG(s) representante(s):
 - CEJIL – Centro pela Justiça e Direito Internacional: proteção de direitos

humanos nas Américas por meio do litígio no SIDH (www.cejil.org).

Caso 12.680 - Rafael Arturo Pacheco Teruel y otros; Muertes por incendio en el Centro Penal de San Pedro Sula contra Honduras

- Temas: Sistema prisional.
- Resumo: Morte de 107 presos do Centro Penitenciário de San Pedro Sula. Resultado de uma série de deficiências estruturais do presídio, que eram de pleno conhecimento do Estado. Vítimas pertencentes a um grupo identificado como “maras”, que eram mantidos isolados do resto dos presos e confinados em um espaço inseguro e insalubre. Deficiências estruturais no sistema penitenciário hondurenho. Existência de recomendações da ONU sobre o tema.
- *Não representado por ONG.*

Caso 12.539 - Sebastián Claus Furlán y familia contra Argentina

- Temas: Demora injustificada; Pessoa com deficiência; Criança e adolescente; Saúde
- Resumo: Demora no julgamento de ação civil contra o Estado cuja resposta dependia o tratamento médico de criança com deficiência.
- *Não representado por ONG.*

Caso 11.618 - Oscar Alberto Mohamed contra Argentina

- Temas: Devido processo legal; Acesso à justiça.
- Resumo: Vítima acusada e condenada de homicídio culposo em decorrência de acidente automobilístico. Processo correu sem as devidas garantias, incluindo o respeito ao princípio da legalidade e da retroatividade e ao direito de defesa. Vítima não teve a possibilidade de recorrer da sentença penal condenatória.
- *Não representado por ONG.*

Caso 12.651 - César Alberto Mendoza y otros - Prisión y reclusión perpetuas a adolescentes contra Argentina

- Temas: Detenção ilegal e/ou arbitrária; Criança e adolescente; Tortura; Execução extrajudicial; Impunidade.
- Resumo: Vítimas condenadas arbitrariamente à prisão perpétua por fatos que ocorreram enquanto ainda eram crianças. Sistema de justiça juvenil que permite que sejam tratados como adultos infratores, sem observância dos parâmetros internacionais para o tema. Adolescentes submetidos à condições desumanas de detenção. Alguns adolescentes sofreram violações mais graves: um perdeu a visão, dois foram torturados e um foi morto. Responsáveis não punidos. Referência à Opinião Consultiva nº 17.
- *Não representado por ONG.*

Caso 12.416 - Masacre de Santo Domingo contra Colômbia

- Temas: Conflito armado interno; Execução extrajudicial; Impunidade; Direito Internacional Humanitário; Massacre.
- Resumo: Bombardeio realizado pela Força Aérea Colombiana. Lançado dispositivo cluster que resultou na morte de 17 civis, entre eles crianças, ferimento de 27 pessoas, também envolvendo crianças. Bombardeio continuou contra pessoas que tentavam auxiliar os feridos e que tentavam fugir do local. Responsáveis não punidos. Aplicação do Direito Internacional Humanitário.

- ONG(s) representante(s):
 - Humanidad Vigente Corporación Jurídica: defesa e promoção dos direitos humanos e defesa do território na Colômbia ante instâncias judiciais internas e internacionais (www.humanidadvigente.net)
 - Comité Regional de Derechos Humanos “Joel Sierra”: denúncia nacional e internacional de violação de direitos humanos na região oriental da Colômbia, principalmente em casos envolvendo Direito Internacional Humanitário (sem página oficial - www.lwfcolumbia.org.co/node/7).
 - Comisión Interfranciscana de Justicia, Paz y Reverencia con la Creación: esclarecimento, justiça e reparação em casos de crimes contra a humanidade cometidos na Colômbia (sem página oficial - www.gloobal.net/iepala/gloobal/fichas/ficha.php?entidad=Agentes&id=33834&opcion=descripcion)
 - CCAJAR – Corporación Colectivo de Abogados “José Alvear Restrepo”: promoção e proteção dos direitos humanos e dos direitos dos povos (www.colectivodeabogados.org)

Caso 12.573 - *Marino López y Otros - Operación Génesis contra Colômbia*

- Temas: Conflito armado interno; Execução extrajudicial; Deslocamento forçado; Direito Internacional Humanitário; Crime contra a humanidade; Discriminação; Massacre.
- Resumo: Bombardeio realizado contra comunidade afrodescendente. Incursões paramilitares contra pessoas da comunidade envolvendo tortura e execução extrajudicial de uma das vítimas, bem como ameaças de morte, saques, furtos e destruição de bens. Deslocamento forçado de centenas de pessoas, principalmente mulheres e crianças. Demais vítimas mantiveram-se deslocadas por mais de 4 anos em lugares de refúgio, em situação precária. CIDH emitiu medidas cautelares. Crimes contra a humanidade. Contexto de conflito armado interno.
- ONG(s) representante(s):
 - Comisión Intereclesial de Justicia y Paz: proteção de direitos de comunidade afrosescentes, mestiças e indígenas na Colômbia (www.justiciaypazcolombia.com)

Caso 12.361 - *Gretel Artavia Murillo y otros - "Fecundación in Vitro" contra Costa Rica*

- Temas: Família; Intimidade/vida privada; Discriminação; Saúde, Gênero.
- Resumo: Proibição geral de praticar a técnica de reprodução assistida da fecundação *in vitro* desde decisão da Corte Suprema da Costa Rica proferida em 2000. Violação do direito à vida privada e familiar e do direito de formar família. Ainda, violação ao direito à igualdade das vítimas, uma vez que o Estado impediu o acesso a um tratamento que as teria permitido superar a impossibilidade de ter filhos. Impacto desproporcional em mulheres.
- Não representado por ONG.

Caso 12.600 - *Hugo Quintana Coello y otros - Corte Suprema de Justicia contra Equador*

- Temas: Devido processo legal; Acesso à Justiça; Fragilidade institucional.
- Resumo: Remoção arbitrária de 27 magistrados da Corte Suprema do Equador, sem que houvesse um marco legal claro que regulasse as causas e procedimentos. Ação inconstitucional. Vítimas não contaram com garantias mínimas do devido processo

e não tiveram acesso a um recurso judicial efetivo. Contexto político instável e fragilidade do Poder Judiciário.

- *Não representado por ONG.*

Caso 12.576 - *Norín Catrیمان y otros (Lonkos, dirigentes y activistas del pueblo indígena Mapuche) contra Chile*

- Temas: Devido processo legal; Irregularidade processual; Discriminação; Povos indígenas.
- Resumo: Vítimas processadas e condenadas por supostos delitos de terrorismo. Violação do princípio da legalidade e processo com diversas irregularidades que afetaram o devido processo. Vítimas tratadas de forma discriminatória e injustificada em razão de sua origem étnica. Contexto de aplicação seletiva da legislação antiterrorista em prejuízo do povo indígena.
- ONG(s) representante(s):
 - CEJIL – Centro pela Justiça e Direito Internacional: proteção de direitos humanos nas Américas por meio do litígio no SIDH (www.cejil.org).
 - FIDH – Federação Internacional de Direitos Humanos: litígio e acompanhamento legal ao redor do mundo às vítimas de crimes internacionais (genocídio, crimes contra a humanidade, crimes de guerra, tortura e desaparecimento forçado) (www.fidh.org).

Caso 12.221 - *Jorge Omar Gutiérrez y familia contra Argentina*

- Temas: Execução extrajudicial; Corrupção; Tortura.
- Resumo: Assassinato de subcomissário que estava investigando esquema de corrupção envolvendo importantes empresários e funcionários governamentais de alta hierarquia. Agendas da Política Federal como potenciais responsáveis. Dois jovens detidos e torturados para assumirem a culpa pelo assassinato da vítima.
- ONG(s) representante(s):
 - CEJIL – Centro pela Justiça e Direito Internacional: proteção de direitos humanos nas Américas por meio do litígio no SIDH (www.cejil.org).
 - CELS: litígio estratégico para combate à violações estruturais de direitos humanos nos âmbitos nacionais e internacionais (www.cels.org.ar).

Caso 12.519 - *García Lucero y otros contra Chile*

- Temas: Tortura; Detenção ilegal e/ou arbitrária; Exílio; Impunidade; Falta de reparação.
- Resumo: Vítima presa e torturada. Após soltura, foi expulsa do país por determinação do Ministério do Interior. Vítima exilada no Reino Unido. Em razão da tortura sofrida, sofre de deficiência. Responsáveis pelas violações não punidos ou sequer identificados. Vítima não reparada.
- ONG(s) representante(s):
 - REDRESS – Seeking Reparation for Torture Survivors: promoção da justiça para sobreviventes de tortura por meio de litígio estratégico (www.redress.org).

Caso 12.472 - *Carlos Antonio Luna López contra Honduras*

- Temas: Execução extrajudicial; Defensor(a) de direitos humanos; Corrupção; Falta de diligência interna.
- Resumo: Execução de defensor de direitos humanos que expôs esquema de

corrupção de órgão governamental envolvido com diversos empresários do setor madeireiro. Vítima sofreu diversas ameaças, inclusive de funcionários do governo. Falta de diligências para apurar os fatos. Identificados alguns autores materiais e intelectuais. Um dos autores materiais foi executado, enquanto detido, após ter informado que sofria ameaças dentro do presídio. Diversos juízes não aceitaram julgar o caso em razão das diversas ameaças que sofreram.

- ONG(s) representante(s):
 - CEJIL – Centro pela Justiça e Direito Internacional: proteção de direitos humanos nas Américas por meio do litígio no SIDH (www.cejil.org).

Caso 12.597 - *Miguel Camba Campos y otros - Vocales del Tribunal Constitucional contra Equador*

- Temas: Fragilidade institucional; Independência do Poder Judiciário; Irregularidade processual; Acesso à justiça.
- Resumo: Remoção arbitrária de 8 juízes da Corte Suprema do Equador mediante resolução do Congresso Nacional. Mecanismo *ad hoc* de destituição de magistrados não previsto na Constituição ou em qualquer outra lei. Violação do princípio da independência do Poder Judiciário. Após irregularidades procedimentais, Congresso Nacional aprovou moção de censura contra os magistrados. Vítimas impedidas de apresentar recursos. Contexto político instável e fragilidade do Poder Judiciário.
- *Não representado por ONG.*

Caso 12.653 - *Carlos y Pablo Mémoli contra Argentina*

- Temas: Corrupção; Detenção ilegal e/ou arbitrária; Liberdade de expressão.
- Resumo: Vítimas condenadas penalmente por exposição de esquema de corrupção de venda de covas por órgão governamental. Violação do direito à liberdade de expressão. Condenação penal pelo crime de injúria, artigo 110 do Código Penal argentino que já foi considerado pela Corte IDH como contrário ao princípio da estrita legalidade que deve reger esses casos.
- *Não representado por ONG.*

Caso 11.157 - *Gladys Carol Espinoza Gonzáles contra Peru*

- Temas: Detenção ilegal e/ou arbitrária; Tortura; Sistema Prisional; Impunidade.
- Resumo: Vítima detida de forma ilegal e arbitrária, tendo sofrido tortura enquanto permaneceu em custódia pela Polícia Nacional do Peru. Vítima acusada de pertencer a grupo insurgente (MRTA) e de participar de sequestro de empresários cuja finalidade era levantar fundo para o grupo. Condições desumanas da detenção, sem acesso à tratamento médico e alimentação adequadas ou possibilidade de receber visitas. Responsáveis não identificados ou punidos.
- ONG(s) representante(s):
 - APRODEH – Asociación Pro Derechos Humanos: proteção dos direitos humanos no Peru (www.aprodeh.org.pe).
 - CEJIL – Centro pela Justiça e Direito Internacional: proteção de direitos humanos nas Américas por meio do litígio no SIDH (www.cejil.org).

Caso 12.444 - *Eduardo Nicolás Cruz Sánchez y otros (Operación Chavín de Huántar) contra Peru*

- Temas: Execução extrajudicial; Falta de diligência interna; Impunidade.

- Resumo: Execução extrajudicial de três membros do grupo insurgente MRTA durante uma operação policial, que visou retomar o controle da Embaixada do Japão no Peru que havia sido tomada pelo grupo. As vítimas, no momento em que estavam sob a custódia do Estado, não apresentavam ameaça. Os corpos de 14 membros do grupo foram levado a um hospital, não sendo realizada autópsia para verificar a causa das mortes. Corpos foram enterrados em diversos cemitérios diferentes, tendo sido 11 deles como indigentes.
- ONG(s) representante(s):
 - APRODEH – Asociación Pro Derechos Humanos: proteção dos direitos humanos no Peru (www.aprodeh.org.pe).
 - CEJIL – Centro pela Justiça e Direito Internacional: proteção de direitos humanos nas Américas por meio do litígio no SIDH (www.cejil.org).

Caso 11.769 – J contra Peru

- Temas: Detenção ilegal e/ou arbitrária; Violência sexual; Tortura; Devido processo legal; Impunidade.
- Resumo: Vítima presa de forma ilegal e arbitrária em condições desumanas por 17 dias, além de ter sido submetida à tortura e violência sexual. Acusada de terrorismo sob o Decreto Lei 25.475. Violações do devido processo e dos princípios da legalidade e irretroatividade. Vítima foi absolvida e essa decisão foi anulada pelo Corte Suprema do Peru (juízes sem rosto), sem que a decisão tivesse sido motivada. Processo continua aberto, com ordem de captura internacional.
- *Não representado por ONG.*

Caso 12.608 - Liakat Ali Alibux contra Suriname

- Temas: Devido processo legal; Livre circulação; Acesso à justiça.
- Resumo: Vítima, ex-Ministro de Finanças e ex-Ministro de Recursos Naturais, foi investigado, processo e condenado pelo crime de falsificação, conforme estabelecido na Lei sobre Acusação de Funcionários com Responsabilidade Política. Não foram obedecidas as garantas e proteção judicial, tampouco os princípios da legalidade e irretroatividade. Violados os direitos à livre circulação e residência. Inexistência de recursos internos para impugnar a constitucionalidade da lei. Lei foi aplicada de forma retroativa e a restrição de sair do país foi desproporcional.
- *Não representado por ONG.*

Caso 12.683 - Melba del Carmen Suárez Peralta contra Equador

- Temas: Saúde; Falta de diligência interna; Impunidade.
- Resumo: Vítima foi submetida a procedimento cirúrgico em clínica privada e, em decorrência do procedimento realizado mediante erro dos médicos, adquiriu sequelas severas e permanentes. Vítima iniciou ação penal contra os responsáveis e, sem que os fatos fossem de fato investigados, o crime prescreveu. Falta de garantias e proteção judicial.
- *Não representado por ONG.*

Caso 10.738 - Rodríguez Vera y otros (Palacio de Justicia) contra Colômbia

- Temas: Desaparecimento forçado; Detenção ilegal e/ou arbitrária; Execução extrajudicial.
- Resumo: Desaparecimento forçado e detenção arbitrária de diversas pessoas

durante a tomada e retomada do Palácio de Justiça. Execução extrajudicial de um magistrado.

- ONG(s) representante(s):
 - CCAJAR – Corporación Colectivo de Abogados “José Alvear Restrepo”: promoção e proteção dos direitos humanos e dos direitos dos povos (www.colectivodeabogados.org)
 - CEJIL – Centro pela Justiça e Direito Internacional: proteção de direitos humanos nas Américas por meio do litígio no SIDH (www.cejil.org).

Caso 12.474 - *Familia Pacheco Tineo contra Bolívia*

- Temas: Refúgio; Devido processo legal; Acesso à justiça; Criança e adolescente; Família; Imigrante.
- Resumo: negação de refúgio à família peruana que chegou à Bolívia em 2001 e devolução ao Peru. Decisão de negação foi tomada horas após a solicitação das vítimas. Violação do devido processo legal, do direito à integridade psíquica e moral, do direito de solicitar e receber asilo, do princípio do *non refoulement* e do direito às garantias e proteção judicial. Falta de proteção especial às crianças.
- *Não representado por ONG.*

Caso 12.724 - *Allan R. Brewer Carías contra Venezuela*

- Temas: Devido processo legal; Irregularidade processual; Acesso à justiça; Independência do Poder Judiciário; Imparcialidade do Poder Judiciário.
- Resumo: Falta de garantias e proteção judicial no processo contra a vítima, advogado constitucionalista, acusado do delito de conspiração para alterar drasticamente a Constituição e a estrutura dos Poderes. Processo com diversas irregularidades. Vítima impedida de acessar os autos, ocasionando seu direito de contar com meios adequados para preparar sua defesa. Violação dos princípios de independência e imparcialidade do juiz.
- *Não representado por ONG.*

Caso 12.578 - *María Isabel Véliz Franco y otros contra Guatemala*

- Temas: Violência de gênero; Falta de diligência interna; Criança e adolescente; Impunidade; Irregularidade processual.
- Resumo: Vítima sem resposta do Estado após denúncia ao Ministério Público sobre desaparecimento de sua filha, de 15 anos, e posterior falência em investigar os fatos. Dois dias depois seu corpo foi encontrado. Não foram realizadas diligências para encontrar a criança e depois diversas irregularidades tomaram conta do processo (preservação da cena do crime, manejo das provas, autópsia). Estado reconheceu sua responsabilidade perante a CIDH, mas não tem cumprido as recomendações.
- ONG(s) representante(s):
 - REDNOVI – Red de No Violencia contra las Mujeres de Guatemala: rede de organizações que trabalha violência contra as mulheres e feminicídio (sem página oficial - <http://www.albedrio.org/htm/otrosdocs/comunicados/rednovi-001>).
 - CEJIL – Centro pela Justiça e Direito Internacional: proteção de direitos humanos nas Américas por meio do litígio no SIDH (www.cejil.org).

Caso 12.167 - *Hugo Oscar Arguelles y otros contra Argentina*

- Temas: Detenção ilegal e/ou arbitrária; Devido processo legal.

- Resumo: Vítimas, todas militares, foram submetidos a processos internos por fraude militar. Foram presos aproximadamente 50 militares. Prisão incomunicada por 7 a 8 anos, período que excede o permitido pelo Código de Justiça Militar, sem justificativa do Estado para manutenção da medida. Violação do direito à liberdade pessoas e do direito a um julgamento justo.
- *Não representado por ONG.*

Caso 11.845 - *Jeremías Osorio Rivera y otros contra Peru*

- Temas: Desaparecimento forçado; Tortura; Impunidade; Conflito armado interno; Justiça Militar; Lei de anistia; Acesso à justiça; Direito à verdade.
- Resumo: Tortura e desaparecimento forçado da vítima detida pelo Exército sem que tenha sido descoberto o seu paradeiro ou punidos os responsáveis. Contexto de conflito armado interno e utilização sistemática do desaparecimento forçado de pessoas pelo Exército peruano. Processo penal interno declinado para a jurisdição militar e arquivado. Leis de anistia impedem a punição dos violadores de atos cometidos durante a *guerra contra o terrorismo*. Novas investigações, com processo sob a análise da Corte Suprema. Violações ocorreram há mais de 20 anos e não há recursos internos efetivos para esclarecer os fatos. Violações do direito de acesso à justiça e do direito à verdade.
- ONG(s) representante(s):
 - APRODEH – Asociación Pro Derechos Humanos: proteção dos direitos humanos no Peru (www.aprodeh.org.pe).

Caso 12.271 - *Benito Tide Méndez y otros contra República Dominicana*

- Temas: Detenção ilegal e/ou arbitrária; Discriminação; Expulsão.
- Resumo: Detenção arbitrária e expulsão sumária do território de diversas pessoas, nacionais e estrangeiras, pessoas com e sem documentos, residentes permanentes, pessoas com vínculo trabalhista e familiares. Identificação de padrão de expulsão com base em características fenotípicas e na cor da pele. Inexistência de mandado de prisão ou processo interno, administrativo ou judicial. Vítimas não informadas sobre os motivos da detenção ou qualquer informação.
- ONG(s) representante(s):
 - GARR: rede de organizações que trabalham com temas relacionados à migrantes e refugiados (www.garr-haiti.org).
 - CEJIL – Centro pela Justiça e Direito Internacional: proteção de direitos humanos nas Américas por meio do litígio no SIDH (www.cejil.org).
 - MUDHA – Movimiento de Mujeres Dominico-Haitianas: promoção e proteção de direitos humanos de mulheres haitianas e assistência legal para mulheres vítimas de expulsões massivas (www.mudhaong.org).

Caso 12.606 - *Hermanos Landaeta Mejías y otros contra Venezuela*

- Temas: Detenção ilegal e/ou arbitrária; Execução extrajudicial; Criança e adolescente; Impunidade; Demora injustificada.
- Resumo: Detenção e execução extrajudicial de dois irmãos (17 e 18 anos) por agentes da polícia. Contexto de execuções extrajudiciais na Venezuela. Responsáveis não punidos. Processo penal em curso há mais de 16 anos. Situação inseria no relatórios anuais da CIDH (2004, 2005, 2006, 2007 e 2008) e em Relatório Especial sobre a situação dos Direitos Humanos na Venezuela (2003).
- ONG(s) representante(s):
 - CEJIL – Centro pela Justiça e Direito Internacional: proteção de direitos

humanos nas Américas por meio do litígio no SIDH (www.cejil.org).

- Comisión de Derechos Humanos, de Justicia y Paz del Estado Aragua: *informação não encontrada*.

Caso 12.775 - *Florentín Gudiel Ramos, Makrina Gudiel Álvarez y otros contra Guatemala*

- Temas: Execução extrajudicial; Defensor(a) de direitos humanos; Irregularidade processual; Direitos políticos.
- Resumo: Execução de funcionário público defensor de direitos humanos. Investigação e processo penal com diversas irregularidades. Falta de proteção para a família da vítima que, em razão de ameaças, teve que mudar de residência. Descumprimento do dever de garantia de direitos políticos em virtude do cargo público que ocupava e de sua filha, por ser impossibilitada de dar continuidade a seus direitos políticos.
- ONG(s) representante(s):
 - UDEFEGUA – Unidad de Defensa de Derechos Humanos de Guatemala: proteção de defensores e defensoras de direitos humanos na Guatemala e outros países da América Central, incluindo assessoria jurídica para litígio no SIDH (www.udefegua.org).

Caso 12.548 - *Comunidad Garífuna Triunfo de la Cruz y sus miembros contra Honduras*

- Temas: Povos indígenas; Propriedade; Participação social.
- Resumo: Comunidade indígena que não conta com título de propriedade sobre seu território ancestral que seja idôneo e culturalmente adequado. O reconhecimento de parte do território ancestral foi tardio e até hoje é negado um título único de todo o território. Violação do direito de propriedade de povos indígenas e de participarem das decisões que lhes dizem respeito. Falta de garantia e proteção judicial.
- ONG(s) representante(s):
 - OFRANEH – Organización Fraternal Negra Hondureña: defesa dos direitos dos povos indígenas em Honduras, principalmente o direito à terra (www.ofraneh.org).

Caso 12.354 - *Pueblos Indígenas Kuna de Madungandí y Emberá de Bayano y sus miembros contra Panamá*

- Temas: Povos indígenas; Propriedade; Falta de reparação.
- Resumo: Descumprimento por parte do Estado de pagar indenizações às vítimas em razão do despejo e inundação de suas terras ancestrais. Falta de reconhecimento, titulação e demarcação durante grande período de tempo. Descumprimento do dever de prevenção frente à invasão de pessoas não indígenas nas terras e utilização dos recursos naturais. Violação do direito de propriedade coletiva dos povos indígenas.
- ONG(s) representante(s):
 - CEALP – Centro de Asistencia Legal Popular: promoção e proteção de direitos humanos no Panamá, especialmente direitos de povos indígenas, gênero, meio ambiente e desenvolvimento e refugiados (sem página oficial - <http://www.angelfire.com/alt/justiciapaz/plurianual/CEALP.htm> e <http://www.refugeelgalaidinformation.org/panama-pro-bono-directory>).
 - Asociacion Napguana: defesa, fortalecimento e desenvolvimento de comunidades indígenas, incluindo assistência jurídica (sem página oficial -

http://movimientos.org/es/enlacei/show_text.php3%3Fkey%3D9369)

Caso 12.828 - *Marcel Granier y otros – RCTV contra Venezuela*

- Temas: Liberdade de expressão; Tortura; Acesso à justiça.
- Resumo: Não renovação de concessão de rádio ao canal RCTV. Violação da liberdade de expressão. Utilização de confissão mediante tortura. Contexto de insegurança jurídica. Falta de critérios claros e objetivos para a decisão. Impossibilidade de apresentar defesa contra a decisão.
- *Não representado por ONG.*

Caso 12.288 - *García Cruz y Sánchez Silvestre contra México*

- Temas: Detenção ilegal e/ou arbitrária; Tortura; Devido processo legal; Acesso à justiça.
- Resumo: Vítimas detidas ilegalmente, torturadas e condenadas à pena de prisão (3 e 40 anos) sem a observância do devido processo e das garantias judiciais. Violação do direito de defesa.
- ONG(s) representante(s):
 - SLIEJ – Servicios Legales, Investigación y Estudios Jurídicos: *não foram encontradas informações suficientes.*
 - CEJIL – Centro pela Justiça e Direito Internacional: proteção de direitos humanos nas Américas por meio do litígio no SIDH (www.cejil.org).

Caso 12.577 - *Rochac y otros contra El Salvador*

- Temas: Desaparecimento forçado; Criança e adolescente; Conflito armado interno; Execução extrajudicial; Impunidade; Falta de diligência interna.
- Resumo: Desaparecimento forçado de cinco crianças em circunstâncias similares. Contexto de conflito armado interno e execuções extrajudiciais por meio de operação militar. Mais de 30 anos sem saber o paradeiro das crianças. Responsáveis não punidos.
- ONG(s) representante(s):
 - Asociación Pro-Búsqueda de Niñas y Niños Desaparecidos: investigação e busca por crianças desaparecidas durante o conflito armado em El Salvador (www.probusqueda.org.sv)

Caso 11.581 - *Zulema Tarazona Arrieta y otros contra Peru*

- Temas: Execução extrajudicial; Impunidade; Falta de diligência interna; Justiça Militar; Demora injustificada; Lei de anistia.
- Resumo: Duas vítimas mortas e uma ferida em razão de disparados feitos contra o veículo de transporte público em que se encontravam por um membro do Exército. Após os disparos, os agentes deixaram o local sem prestar auxílio às vítimas e não comunicaram seus superiores do ocorrido. Antes da publicação da decisão de mérito da CIDH, o Estado proferiu uma sentença penal condenatória contra os responsáveis e determinou uma indenização às vítimas e seus familiares. Falta de garantias e proteção judicial. Fatos permaneceram impunes por tempo não razoável. Falta de devida diligência. Intervenção da Justiça Militar. Vigência da lei de anistia (Lei 26.479). Demora na reabertura das investigações.
- ONG(s) representante(s):
 - APRODEH – Asociación Pro Derechos Humanos: proteção dos direitos humanos no Peru (www.aprodeh.org.pe).

Caso 10.932 - Comunidad Campesina de Santa Bárbara contra Peru

- Temas: Desaparecimento forçado; Criança e adolescente; Impunidade; Lei de anistia.
- Resumo: Desaparecimento forçado de 15 pessoas, dentre elas, 7 crianças (entre 8 meses e 7 anos de idade) por agentes do exército. Apesar da identificação dos responsáveis pelas autoridades judiciais, a Corte Suprema aplicou a lei de anistia, resultado na não punição dos responsáveis.
- ONG(s) representante(s):
 - CEAPAZ – Centro de Estudios y Acción para la Paz: defesa de crianças e adolescentes (sem página oficial - <http://asf-adl.org/es/content/ceapaz-0>).
 - CEJIL – Centro pela Justiça e Direito Internacional: proteção de direitos humanos nas Américas por meio do litígio no SIDH (www.cejil.org).

Caso 12.761 - Comunidad Garífuna Punta Piedra y sus miembros contra Honduras

- Temas: Povos indígenas; Propriedade; Acesso à justiça.
- Resumo: Violação do direito de propriedade da Comunidade Garífuna Punta Piedra em razão da invasão de suas terras por pessoas não indígenas e posterior concessão de títulos de propriedade das terras aos invasores. Concessão de terras realizada sem um processo regular. Situação tem gerado conflitos na região, incluindo ameaças e morte de um membro da Comunidade. Estado não deu resposta efetiva. Falta de recursos efetivos.
- ONG(s) representante(s):
 - OFRANEH – Organización Fraternal Negra Hondureña: defesa dos direitos dos povos indígenas em Honduras, principalmente o direito à terra (www.ofraneh.org).

Caso 12.794 - Wong Ho Wing contra Peru

- Temas: Imigrante; Extradicação; Devido processo legal; Irregularidade processual; Detenção ilegal e/ou arbitrária.
- Resumo: Vítima nacional da China, detida e submetida a processo de extradicação sem as devidas garantias e com diversas omissões e irregularidades. Privação arbitrária e excessiva de liberdade. Violação do direito à integridade.
- Não representado por ONG.

Caso 11.576 - José Luis García Ibarra contra Equador

- Temas: Execução extrajudicial; Criança e adolescente; Irregularidade processual.
- Resumo: Vítima de 16 anos que estava com grupo de amigos foi executada por agentes da polícia no contexto de uma briga com o grupo de adolescentes. Responsável condenado a 18 meses de prisão apesar da gravidade dos fatos. Processo com irregularidades.
- ONG(s) representante(s):
 - CEDHU – Comisión Ecuatoria de Derechos Humanos: promoção da justiça social com base no respeito aos direitos humanos e combate à impunidade (www.cedhu.org).

Caso 12.214 - Canales Huapaya y otros contra Peru

- Temas: Devido processo legal; Acesso à justiça; Demissão injustificada.
- Resumo: Funcionários do Congresso Nacional demitidos sem respeito às devidas

garantias processuais. Em ações internas, Tribunal Constitucional declarou as ações iniciadas pelas vítimas improcedentes. Esses fatos são similares a outro caso já sentenciado pela Corte IDH (caso *Trabajadores Cesados del Congreso* contra Peru), que ocorreram dentro de um contexto de marco normativo que impedia as vítimas a terem clareza sobre quais seriam os meios para impugnar as demissões.

- *Não representado por ONG.*

Caso 11.568 - Luis Antonio Galindo Cárdenas y familiares contra Peru

- Temas: Detenção ilegal e/ou arbitrária; Acesso à justiça; Terrorismo.
- Resumo: Detenção ilegal e arbitrária da vítima, magistrado, durante 31 dias. Falta de acesso à justiça. Criminalização do exercício da advocacia sob perspectiva de terrorismo.
- *Não representado por ONG.*

Caso 12.639 - Pueblos Kaliña y Lokono contra Suriname

- Temas: Povos indígenas; Não reconhecimento perante a lei; Propriedade; Acesso à justiça.
- Resumo: Violação de direitos de oito comunidades indígenas em razão da continuidade de vigência do marco normativo que impede o reconhecimento da personalidade jurídica dos povos indígenas. Estado se absteve de estabelecer as bases normativas que permitem o reconhecimento do direito à propriedade coletiva. Emissão de títulos de propriedade à pessoas não indígenas. Contexto de desproteção e falta de defesa judicial.
- ONG(s) representante(s):
 - Comisión de Derechos de Tierras de los Indígenas del Bajo Marowijne: *não foram encontradas informações suficientes.*
 - Forest Peoples Programme: promoção e proteção dos direitos dos povos florestais no mundo, incluindo o acesso aos sistemas internacionais de proteção de direitos humanos (www.forestpeoples.org).

Caso 12.679 - José Agapito Ruano Torres y familia contra El Salvador

- Temas: Detenção ilegal e/ou arbitrária; Tortura; Devido processo legal; Acesso à justiça.
- Resumo: Vítima detida arbitrariamente dentro de casa, em frente à sua família, e torturada. Violação das garantias judiciais e devido processo. Condenado apesar das dúvidas sobre a autoria do crime. Violação da presunção de inocência. Deficiente atuação da defensoria pública. Falta de recursos efetivos.
- ONG(s) representante(s):
 - Comisión de Derechos Humanos de El Salvador: luta contra a impunidade e fortalecimento da cultura de paz no país pós-guerra civil (www.cdhes.org.sv)

Caso 12.723 - TGGL y familia contra Equador

- Temas: Saúde; Dever de fiscalização.
- Resumo: Violação da vida digna e integridade pessoal em razão da aquisição do vírus HIV em razão de transfusão de sangue em instituição privada de saúde. Descumprimento do dever de garantia, especificamente o dever de supervisão e fiscalização. Falta de resposta adequada do Estado. Omissão de atenção médica especializada. Processo interno culminou em uma declaração de prescrição.

- *Não representado por ONG.*

Caso 12.777 - Claudina Isabel Velásquez Paiz contra Guatemala

- Temas: Falta de diligência interna; Violência sexual; Violência de gênero; Impunidade.
- Resumo: Omissão e negligência do Estado frente ao comunicado dos pais da vítima sobre seu desaparecimento. Estado não adotou medidas de busca imediatas. Corpo da vítima encontrado com sinais de extrema violência, incluindo sexual. Contexto de violência de gênero. Responsáveis não identificados e punidos.
- *Não representado por ONG.*

Caso 12.816 - Adán Guillermo López Lone y otros contra Honduras

- Temas: Liberdade de expressão; Devido processo legal; Imparcialidade do Poder Judiciário.
- Resumo: Vítimas, todas magistrados, submetidos a processos disciplinares no contexto de golpe de Estado. A *Asociación Jueces por la Democracia* emitiu vários comunicados classificando os atos relacionados com a destituição do ex-Presidente Zelaya como golpe de Estado em contradição com a decisão proferida pela Corte Suprema que afirmava sucessão constitucional. Processo repleto de irregularidades. Violação do devido processo. Falta de imparcialidade do Judiciário para julgar (Corte Suprema). Violação da liberdade de expressão.
- ONG(s) representante(s):
 - CEJIL – Centro pela Justiça e Direito Internacional: proteção de direitos humanos nas Américas por meio do litígio no SIDH (www.cejil.org).

Caso 12.500 - Omar Humberto Maldonado y otros contra Chile

- Temas: Acesso à justiça; Tortura; Ditadura.
- Resumo: Denegação de justiça em prejuízo das vítimas por falta de investigação de ofício e diligente da tortura sofrida pelas vítimas durante o regime militar. Descumprimento da obrigação de oferecer recurso penal efetivo. Consideração de provas obtidas mediante tortura. Falta de acesso à justiça.
- ONG(s) representante(s):
 - FIDH – Federação Internacional de Direitos Humanos: litígio e acompanhamento legal ao redor do mundo às vítimas de crimes internacionais (genocídio, crimes contra a humanidade, crimes de guerra, tortura e desaparecimento forçado) (www.fidh.org).

Caso 12.595, 12.596, 12.621 - Ana Teresa Yarce y otras contra Colômbia

- Temas: Defensor(a) de direitos humanos; Conflito armado interno; Deslocamento forçado; Detenção ilegal e/ou arbitrária.
- Resumo: Cinco defensoras de direitos humanos e suas famílias vítimas de diversas violações em contexto de conflito armado. Vítimas sofreram ameaças, foram deslocadas forçadamente, privadas arbitrariamente de liberdade e executadas. Caso relacionado com Medida Provisória vigente na Corte IDH.
- ONG(s) representante(s):
 - GIDH – Grupo Interdisciplinario por los Derechos Humanos: proteção dos direitos humanos na Colômbia, incluindo litígio no SIDH (sem página oficial - <http://memoriaydignidad.org/memoriaydignidad/images/C-2B-3-GIDH.pdf>)

Caso 12.482 - Valdemir Quispealaya Vilcapoma contra Peru

- Temas: Tortura; Justiça Militar; Demora injustificada; Disciplina militar.
- Resumo: Militar teve sua integridade física violada em razão de golpe recebido de seu superior por erro cometido em treinamento de tiro. Perda da visão do olho direito. Padrão de tortura e tratamentos cruéis, desumanos e degradantes dentro de estabelecimentos militares. Interpretação errônea da disciplina militar. Caso levado à jurisdição militar. Demora não justificada (7 anos). Existência de ameaças contra testemunhas.
- *Não representado por ONG.*

Caso 12.788 - Miembros de la Aldea de Chichupac y Comunidades Vecinas del Municipio de Rabinal contra Guatemala

- Temas: Comunidade campesina; Massacre; Execução extrajudicial; Tortura; Desaparecimento forçado; Violência sexual; Conflito armado interno; Direitos políticos; Propriedade.
- Resumo: Série de massacres, execuções extrajudiciais, torturas, desaparecimentos forçados e violações sexuais contra a comunidade vítima cometidos pelo Exército durante período de conflito armado. Violações dos direitos à honra e dignidade, liberdade de consciência e religião, liberdade de associação, direito à propriedade e direitos políticos. Política estatal de destruição de grupos étnicos por meio de operações militares. Destruição dos meios de subsistência e, em razão disso, comunidade passou a depender da estrutura militar para se sustentar.
- ONG(s) representante(s):
 - Asociación Bufete Jurídico Popular: prestação de serviços legais para casos de violação de direitos humanos, conflitos coletivos de terra e violência intrafamiliar (www.rabinalabjp.wordpress.com)

Caso 12.739 - María Inés Chinchilla Sandoval y otros contra Guatemala

- Temas: Saúde; Sistema prisional.
- Resumo: Vítima diabética detida em estabelecimento prisional não contou com acompanhamento médico necessário que garantissem o controle periódico da doença, nem medicamentos adequados. A vítima dependia do auxílio de familiares para consumir alimentação adequada. Em razão da doença, teve uma perna amputada e passou a utilizar cadeira de rodas. Pela falta de acessibilidade do estabelecimento, caiu de uma escada e não contou com socorro médico de emergência, vindo a falecer.
- *Não representado por ONG.*

Caso 12.700 - Agustín Bladimiro Zegarra Marín contra Peru

- Temas: Devido processo legal; Acesso à justiça.
- Resumo: Vítima condenada por crime contra a administração da justiça, contra a fé pública e corrupção de funcionários com violação ao princípio da inocência e ao dever de motivação. Falta de provas. Inversão do ônus da prova. Falta de acesso à justiça. Impossibilidade de recorrer.
- *Não representado por ONG.*

Caso 12.745 - Rigoberto Tenorio Roca y otros contra Peru

- Temas: Detenção ilegal e/ou arbitrária; Tortura; Desaparecimento forçado; Crime

contra a humanidade; Conflito armado interno; Impunidade.

- Resumo: Detenção, transferência, tortura e desaparecimento forçado vítima por agentes da Marinha. Violações sistemáticas de direitos humanos em contexto de conflito armado. Vítima continua desaparecida e responsáveis não foram punidos.
- ONG(s) representante(s):
 - APRODEH – Asociación Pro Derechos Humanos: proteção dos direitos humanos no Peru (www.aprodeh.org.pe).
 - Comité Nacional de Familiares de Detenidos, Desaparecidos y Refugiados en Lima: *não foram encontradas informações suficientes*.

Caso 12.841 - Ángel Alberto Duque contra Colômbia

- Temas: LGBT; Discriminação; Acesso à justiça.
- Resumo: Impossibilidade da vítima de receber pensão por morte de seu companheiro por serem um casal homossexual. Conceito de família limitado e estereotipado. Discriminação por orientação sexual. Vítima portadora do vírus HIV e pobre. Falta de acesso à justiça.
- ONG(s) representante(s):
 - Comisión Colombiana de Juristas: promoção e proteção dos direitos humanos por vias jurídicas (www.coljuristas.org).

Caso 11.438 - Herrera Espinoza y otros contra Equador

- Temas: Detenção ilegal e/ou arbitrária; Tortura; Devido processo legal; Acesso à justiça.
- Resumo: Privação arbitrária da liberdade e tortura das vítimas durante uma investigação de tráfico internacional de drogas. Violações do devido processo e inexistência de recursos judiciais efetivos. Vítimas apresentaram *habeas corpus*, não considerado adequado para o caso. Violação do princípio da presunção de inocência.
- ONG(s) representante(s):
 - CEDHU – Comisión Ecuaménica de Derechos Humanos: promoção da justiça social com base no respeito aos direitos humanos e combate à impunidade (www.cedhu.org).

Caso 12.820 - Manfred Amhrein y otros contra Costa Rica

- Temas: Acesso à justiça; Devido processo legal; Sistema prisional.
- Resumo: Inexistência de um recurso que permitisse obter uma revisão ampla das condenações penais impostas à 17 pessoas. Violação do direito de recurso. Violação do direito às garantias judiciais, direito de liberdade pessoal pela duração razoável da detenção preventiva e direito à integridade pessoal em razão das más condições da detenção.
- *Informação não disponível.*

Caso 12.453 - Olga Yolanda Maldonado Ordóñez contra Guatemala

- Temas: Demissão injustificada; Devido processo legal; Acesso à justiça.
- Resumo: Vítima despedida do Gabinete do Procurador de Direitos Humanos da Guatemala por meio de processo administrativo de caráter sancionatório. Violação do direito às garantias judiciais, do princípio da legalidade, da presunção de inocência e das garantias necessárias para o direito de defesa. Falta de informações para que a vítima pudesse apresentar defesa adequada.

- *Não representado por ONG.*

Caso 12.743 - *Homero Flor Freire* contra Equador

- Temas: Disciplina militar; LGBT; Discriminação.
- Resumo: Vítima destituída de base terrestre equatoriana com base no então vigente Regulamento de Disciplina Militar. Decisão tomada em razão da vítima manter relações sexuais com pessoas do mesmo sexo. Decisões pautadas em discriminação.
- *Não representado por ONG.*

Caso 12.251 - *Vereda la Esperanza* contra Colômbia

- Temas: Desaparecimento forçado; Criança e adolescente; Execução extrajudicial; Conflito armado interno; Lei de anistia; Impunidade.
- Resumo: Desaparecimento forçado de 16 pessoas, incluindo três crianças, e execução de uma pessoa. Ações coordenadas entre o Exército colombiano e grupos paramilitares contra vítimas consideradas guerrilheiras. Responsáveis não identificados e punidos em razão da Lei de Justiça e Paz.
- ONG(s) representante(s):
 - CJL – Corporación Jurídica Libertad: promoção e proteção dos direitos humanos e direitos dos povos, especialmente vítimas de ações do Estado (www.cjlibertad.org).